



univille

PDI 2022-2026

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL 2022-2026**

Aprovado pela Resolução n.º 31/21 do Conselho Universitário da Univille

Aditamento aprovado pela Resolução n.º 50/22 do Conselho Universitário da Univille (anexo A)

Joinville, 2022





FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ – MANTENEDORA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo

José Kempner

Procuradora-Geral

Ana Carolina Amorim

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitora de Ensino

Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Yoná da Silva Dalonso

Pró-Reitor de Infraestrutura

Gean Cardoso de Medeiros

Diretor do *Campus* São Bento do Sul

Eduardo Silva

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo

Marcelo Leandro de Borba

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos

Comunitários

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Direção do *Campus* São Bento do Sul

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

U58p	Universidade da Região de Joinville. Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 / Universidade da Região de Joinville. - Joinville, SC : Editora Univille, 2022. 316 p.: il. 1. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2. Ensino superior – Joinville. 3. Universidade da Região de Joinville. I. Título
	CDD 370.981

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apai	Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais
Abeu	Associação Brasileira de Editoras Universitárias
Abruc	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
Acafe	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
Acij	Associação Comercial Industrial de Joinville
ACISBS	Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul
Agitte	Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia
AI	Avaliação Institucional
ALL	América Latina Logística
Amunesc	Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina
APL	Arranjo Produtivo Local
APP	Associação de Pais e Professores
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BU	Biblioteca Universitária
CAA	Central de Atendimento Acadêmico
CAF	Centro de Atividades Físicas
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE/SC	Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
Cepa	Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais
Cepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFE	Conselho Federal de Educação
CIP	Centro de Inovação Pedagógica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODESBS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Bento do Sul
Comut	Programa de Comutação Bibliográfica
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CRE	Central de Relacionamento com o Estudante
CRS	Comitê de Responsabilidade Social
CST	Curso Superior de Tecnologia
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCM	Divisão de Comunicação e Marketing
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Dinter	Doutorado Interinstitucional
DTI	Divisão de Tecnologia da Informação
EaD	Educação a Distância
ECS	Estágio Curricular Supervisionado
EDP	Escritório de Desenvolvimento de Projetos
EMS	Estatuto do Magistério Superior
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ERP	Enterprise Resource Planning
Faeg	Fundo de Apoio ao Ensino de Graduação
Faex	Fundo de Apoio à Extensão
FAP	Fundo de Apoio à Pesquisa
Fapesc	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
Fetep	Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa

Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Forext	Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária
Func	Fundação Universitária do Norte Catarinense
Fundaje	Fundação Joinvilense de Ensino
Furj	Fundação Educacional da Região de Joinville
GAP	Grupo de Assessoramento Pedagógico
GI	Gestão Institucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Icap	Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos
Ices	Instituições Comunitárias de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inovaparq	Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região
Ippuj	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
IT	Integração Docente
Labas	Laboratório de Acessibilidade
LMS	Learning Management System
MEC	Ministério da Educação
Minter	Mestrado Interinstitucional
Nipi	Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
Paiub	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAP	Programa de Apoio Psicopedagógico
PC	Profissionalização Continuada
PCCSES	Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior
PDCTI	Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDPI	Plano de Desenvolvimento Profissional Individual
PE	Projetos Específicos de Profissionalização
PEA	Plano de Ensino e Aprendizagem
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PI	Profissionalização Intensiva
PIB	Produto Interno Bruto
Pibex	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibic Júnior	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
Pibic/CNPq	Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq
Pibiti/CNPq	Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq
PIBPG	Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação Stricto Sensu
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPD	Programa de Profissionalização Docente
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PQD	Programa de Qualificação Docente
PROADM	Pró-Reitoria de Administração
Proen	Pró-Reitoria de Ensino
Proex	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Proines	Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais
ProUni	Programa Universidade para Todos

PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RCT	Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SEE/SC	Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina
Seres	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Sibiville	Sistema de Bibliotecas da Univille
Simdec	Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPsi	Serviço de Psicologia da Univille
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
Uniedu	Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina
Univille	Universidade da Região de Joinville
VPN	Virtual Private Network

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. PERFIL INSTITUCIONAL	15
1.1 Histórico	16
1.2 Identidade institucional: missão, visão e valores.	26
1.3 Desenvolvimento institucional	29
1.4 Planejamento Estratégico Institucional: ciclo 2017-2026	31
1.4.1 A metodologia.	31
1.4.2 A estratégia	34
1.4.3 Objetivos, metas e programas/projetos estratégicos	34
1.5 Áreas de atuação acadêmica	39
1.5.1 Ensino	39
1.5.2 Pesquisa	39
1.5.3 Extensão	40
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	41
2.1 Inserção regional.	42
2.1.1 Aspectos geográficos e históricos	42
2.1.2 Aspectos socioeconômicos	44
2.1.3 Joinville (SC)	46
2.1.4 São Bento do Sul (SC)	50
2.1.5 São Francisco do Sul (SC)	55
2.1.6 Araquari (SC)	59
2.1.7 Barra Velha (SC)	62
2.1.8 Garuva (SC)	66
2.1.9 Guaramirim (SC)	69
2.1.10 Itapoá (SC)	73
2.1.11 Jaraguá do Sul (SC)	77
2.1.12 Mafra (SC)	81
2.1.13 Massaranduba (SC)	85
2.1.14 Rio Negrinho (SC)	89
2.1.15 Barra do Sul (SC)	93
2.1.16 Campo Alegre (SC)	97
2.1.17 Corupá (SC)	100
2.1.18 São João do Itaperiú (SC)	104
2.1.19 Schroeder (SC)	107
2.1.20 Guaratuba (PR)	111
2.1.21 Perspectivas institucionais	114
2.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais	115
2.2.1 Educação para o século XXI	115
2.2.2 Universidade	122
2.2.3 O PPI da Univille e seus princípios gerais.	124
2.3 Organização didático-pedagógica.	125
2.3.1 Perfil do egresso	125
2.3.2 Seleção de conteúdos	125
2.3.3 Processo de ensino e aprendizagem	125
2.3.3.1 Estudante	126
2.3.3.2 Docente	126
2.3.3.3 Objeto de estudo e conteúdo	127
2.3.3.4 Metodologia de ensino e aprendizagem	127
2.3.3.5 Avaliação da aprendizagem	127

2.3.4 Currículos e projetos pedagógicos de cursos	128
2.3.5 Integralização e flexibilização curricular	128
2.3.6 Atividades práticas e estágios	130
2.3.7 Inovação pedagógica e curricular	130
2.3.8 Tecnologia educacional e materiais didático-pedagógicos	132
2.3.9 Modalidades de ensino: educação presencial e EaD	134
2.4 Políticas institucionais: conceito, objetivos e macroprocessos	135
2.5 Política de Ensino	136
2.5.1 O ensino como área pioneira de atuação da Univille: histórico e concepção	136
2.5.2 Objetivos do ensino	142
2.5.3 Níveis e modalidades do ensino	143
2.5.3.1 Educação básica	144
2.5.3.2 Educação superior: formação inicial	144
2.5.3.3 Educação superior: formação continuada	145
2.5.4 Política de Ensino: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes	146
2.5.4.1 Macroprocesso: formação humanística, científica e profissional	147
2.5.4.2 Macroprocesso: organização didático-pedagógica	148
2.5.4.3 Macroprocesso: profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo	149
2.5.5 Financiamento do ensino	150
2.6 Política de Pesquisa	151
2.6.1 A pesquisa como área de atuação da Univille: histórico e concepção	151
2.6.2 Objetivos da pesquisa	154
2.6.3 Modalidades da pesquisa	155
2.6.3.1 Projetos de pesquisa	155
2.6.3.2 Programas de pesquisa	155
2.6.4 Política de Pesquisa: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes	156
2.6.4.1 Macroprocesso: formação humanística, científica e profissional	157
2.6.4.2 Macroprocesso: produção de conhecimento científico, cultural, artístico e tecnológico	158
2.6.4.3 Macroprocesso: divulgação científica e socialização do conhecimento	159
2.6.5 Financiamento da pesquisa	160
2.7 Política de Extensão	160
2.7.1 A extensão como área de atuação da Univille: histórico e concepção	160
2.7.2 Objetivos da extensão	163
2.7.3 Modalidades da extensão	163
2.7.3.1 Cursos de extensão	164
2.7.3.2 Prestação de Serviços	164
2.7.3.3 Eventos	164
2.7.3.4 Atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer	164
2.7.3.5 Projetos de extensão	164
2.7.3.6 Programas de extensão	165
2.7.3.7 Participação em conselhos, fóruns e outras instâncias da comunidade externa	166
2.7.4 Política de Extensão: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes	166
2.7.4.1 Macroprocesso: formação humanística, científica e profissional	167
2.7.4.2 Macroprocesso: inserção comunitária	168
2.7.4.3 Macroprocesso: promoção da sustentabilidade socioambiental	169
2.7.5 Financiamento da extensão	171
2.8 Política de Gestão Institucional	171
2.8.1 A gestão da Univille: concepção	171
2.8.2 Objetivos da gestão institucional	173
2.8.3 Níveis da gestão institucional	173
2.8.4 Política de Gestão Institucional: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes	174
2.8.4.1 Macroprocesso: Planejamento Estratégico Institucional	175
2.8.4.2 Macroprocesso: gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão	176
2.8.4.3 Macroprocesso: gestão de pessoas	180

2.8.4.4 Macroprocesso: gestão financeira e de investimentos	181
2.8.4.5 Macroprocesso: gestão da infraestrutura	182
2.8.4.6 Macroprocesso: gestão da comunicação organizacional	182
2.9 Responsabilidade social	185
2.9.1 Contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região	185
2.9.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU) e o Comitê de Responsabilidade Social	185
2.9.2.1 Cidadania, direitos humanos e justiça social	188
2.10 Relações e parcerias internacionais.	189
3 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.	190
3.1 Cursos ofertados em 2021: graduação	191
3.2 Cursos ofertados em 2021: pós-graduação <i>lato sensu</i>	196
3.3 Cursos ofertados em 2021: pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade presencial	199
3.4 Polos EaD existentes em 2021.	200
3.5 Cronograma de expansão de oferta de cursos de 2022-2026	201
3.5.1 Cursos de graduação	201
3.5.2 Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	203
3.5.3 Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	207
3.5.4 Cronograma de abertura de polos EaD 2022-2026.	208
4 PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA UNIVILLE	211
4.1 Plano de cargos, carreiras e salários da educação superior.	212
4.1.1 Estrutura e organização de cargos e carreiras.	212
4.1.2 Admissão inicial dos profissionais de educação.	214
4.1.3 Desenvolvimento da carreira	214
4.1.4 Política de remuneração, base remuneratória e atualização monetária	216
4.2 Seleção e contratação docente	216
4.3 Regime de trabalho e procedimentos de substituição de docentes.	218
4.4 Profissionalização e qualificação docente	218
4.4.1 Programa de Profissionalização Docente	219
4.4.2 Programa de Qualificação Docente.	220
4.5 Gestão do quadro docente.	220
5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES.	222
5.1 Estrutura organizacional	223
5.2 Fundação Educacional da Região de Joinville.	225
5.2.1 Conselho de Administração da Furj	225
5.2.2 Conselho Curador da Furj.	227
5.2.3 Presidência da Furj.	227
5.3 Universidade da Região de Joinville.	228
5.3.1 Conselho Universitário da Univille	230
5.3.2 Reitoria	233
5.3.3 <i>Campi</i> e unidades.	235
5.3.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	235
5.3.5 Órgãos complementares e suplementares	236
6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.	238
6.1 Política de Relacionamento com os Estudantes.	239
6.2 Formas de acesso ao ensino superior	240

6.3 Acolhimento e integração do ingressante	241
6.4 Central de Atendimento Acadêmico	241
6.5 Coordenações de curso	241
6.6 Central de Relacionamento com o Estudante	242
6.6.1 Acompanhamento psicológico e pedagógico.	242
6.6.2 Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais.	244
6.6.3 Laboratório de Acessibilidade	244
6.6.4 Empregabilidade e Estágio	245
6.6.5 Programas de bolsas de estudo.	245
6.6.6 Crédito universitário.	247
6.7 Serviço de Psicologia	247
6.8 Ouvidoria	248
6.9 Assessoria Internacional	248
6.10 Academia Univille	250
6.11 Recursos de Tecnologia da Informação	250
6.12 Serviços de reprografia	251
6.13 Serviços de alimentação	251
6.14 Serviços médicos e odontológicos	251
6.15 Serviços de assessoramento jurídico	252
6.16 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil	252
6.17 Política de Acompanhamento dos Egressos	252
7 INFRAESTRUTURA	255
7.1 Infraestrutura física	256
7.1.1 <i>Campus</i> Joinville	257
7.1.2 <i>Campus</i> São Bento do Sul	259
7.1.3 Unidade São Francisco do Sul	260
7.1.4 Unidade Centro – Joinville	261
7.1.5 Polos EaD.	261
7.2 Sistema de Bibliotecas da Univille	262
7.2.1 Espaço físico e horário.	262
7.2.2 Pessoal administrativo	263
7.2.3 Acervo.	264
7.2.4 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	264
7.2.5 Acesso a bases de dados	265
7.2.6 Acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca®	266
7.3 Laboratórios	266
7.4 Recursos de tecnologia da informação e audiovisuais	271
7.4.1 Tecnologia da informação e comunicação.	272
7.4.2 Recursos audiovisuais	275
7.5 Adequação da infraestrutura para o atendimento de necessidades especiais	275
7.6 Gestão da infraestrutura	276
7.7 Acervo Acadêmico Digital	276
8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	277
8.1 Avaliação institucional na Univille: histórico	278
8.2 Avaliação institucional na Univille: concepção e objetivos	279
8.3 Níveis ou categorias de processos da avaliação institucional	280

8.4 Política de avaliação institucional: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes	281
8.4.1 Macroprocesso: monitoramento do IGC	282
8.4.2 Macroprocesso: autoavaliação institucional.	283
8.4.3 Macroprocesso: gestão da avaliação externa institucional	284
8.4.4 Macroprocesso: gestão da autoavaliação de curso de graduação	284
8.4.5 Macroprocesso: gestão da avaliação externa de curso de graduação	284
8.4.6 Macroprocesso: gestão da autoavaliação de programa de pós-graduação.	285
8.4.7 Macroprocesso: gestão da avaliação externa de programa de pós-graduação.	285
8.4.8 Macroprocesso: avaliação contínua do desempenho docente.	285
8.4.9 Macroprocesso: gestão da participação e dos resultados Enade	286
8.5 Instâncias participantes da avaliação institucional.	286
8.5.1 Reitoria.	286
8.5.2 Comissão Própria de Avaliação	286
8.5.3 Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais.	287
8.5.4 Coordenações de cursos de graduação e coordenações de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	288
8.5.5 Profissionais da educação e pessoal administrativo	288
8.5.6 Corpo discente	288
8.5.7 Comunidade externa	289
8.6 Planejamento e ações com base nos resultados das avaliações	289
9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	290
9.1 Demonstração da sustentabilidade financeira	291
9.1.1 Estatuto da Furj: patrimônio, recursos financeiros e administração	291
9.1.2 Estratégia da gestão econômico-financeira	293
9.1.3 Plano de investimentos.	294
9.1.4 Previsão orçamentária.	295
REFERÊNCIAS.	297
ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 50/22	309



APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

A Universidade da Região de Joinville (Univille) tem sua história entrelaçada com a história do desenvolvimento da região norte catarinense por meio de suas contribuições como instituição educacional. Sua mantenedora, a Fundação Educacional da Região de Joinville, criada há mais de 50 anos pelo poder público municipal, desenvolveu-se de acordo com um processo de planejamento que teve ao longo do tempo diferentes abordagens metodológicas, mas sempre com a perspectiva de manter o diálogo com a comunidade regional para diagnosticar demandas e atuar de forma propositiva e proativa por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No período de 2013 a 2016, a Univille desenvolveu o seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) considerando cenários para o ciclo compreendido de 2017 a 2026. Levando em conta que o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior preconiza que a cada cinco anos as instituições encaminhem ao Ministério da Educação um plano de desenvolvimento institucional (PDI), o PDI 2017-2021 foi elaborado, aprovado pelo Conselho Universitário e encaminhado ao ministério, sendo um dos documentos de referência para a gestão e avaliação institucionais no primeiro quinquênio do ciclo.

Em 2020, ao se aproximar a finalização do período daquele plano de desenvolvimento, a comissão responsável pelo acompanhamento do PEI, liderada pela Reitoria, propôs a metodologia denominada “Avaliação do Meio Termo”. Foram realizadas quatro etapas: na etapa I ocorreu a construção dos cenários; na etapa II foi feita a revisão estratégica; na etapa III efetuaram-se a revisão e a submissão do PDI; a etapa IV refere-se a gestão, acompanhamento e reavaliação dos projetos. Em 2021 foram realizados 56 *workshops* com integrantes da comunidade acadêmica para avaliar o andamento dos projetos estratégicos e o *status* das metas institucionais associadas a cada um dos objetivos estratégicos. Além disso, foram revisitados a missão, a visão, os valores e a estratégia institucionais para revalidá-los diante do momento vivenciado pela Universidade e dos cenários futuros. Por fim, foi elaborada a minuta do PDI 2022-2026, a ser submetido ao Conselho Universitário (ConsUn) e, após a sua aprovação, encaminhado ao MEC. O PDI 2022-2026, apresentado neste documento, foi aprovado pelo ConsUn de acordo com a Resolução ConsUn n.º 31/21, passando a constituir uma das referências para a gestão institucional no segundo quinquênio do atual ciclo do PEI.

O documento está organizado em nove capítulos.

O “Capítulo 1 – Perfil Institucional” apresenta o histórico da Instituição, bem como caracteriza sua identidade em termos de missão, visão e valores. Também descreve a concepção de desenvolvimento institucional, o processo de planejamento estratégico e a concepção estratégica atual por meio da apresentação da estratégia, objetivos, metas e projetos estratégicos da Universidade. Por fim, o capítulo traz as áreas de atuação acadêmica levando em conta o Estatuto e o Regimento da Univille.

O “Capítulo 2 – Projeto Pedagógico Institucional” inicia traçando o perfil dos municípios em que a Universidade atua com base em dados sociodemográficos e econômicos. A seguir são caracterizados os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que orientam a ação acadêmica institucional. Também nesse capítulo são descritos os aspectos relacionados à organização didático-pedagógica que fundamenta a construção, a execução e a avaliação dos projetos e programas formativos da Universidade. Na sequência são apresentadas as políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. Cada uma delas está caracterizada em termos de sua concepção, objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes. Por fim, o capítulo traz aspectos

da Responsabilidade Social da Instituição, destacando nossa filiação ao Movimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

O “Capítulo 3 – Cronograma de Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos” apresenta inicialmente a relação dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu* ofertados em 2021. São então apresentados quadros com a indicação dos cursos que a Universidade tem planos de criar e oferecer no período de 2022 a 2026. Esse capítulo também apresenta a relação dos polos EaD em operação em 2021 e aqueles que se pretende criar nos próximos cinco anos.

O “Capítulo 4 – Perfil dos Profissionais da Educação Superior da Univille” apresenta uma síntese do plano de cargos, carreiras e salários da educação superior na Instituição. Além disso, são demonstrados aspectos quanto a seleção e contratação docente, regime de trabalho e gestão do corpo docente. Também são caracterizados o Programa de Profissionalização Docente e o Programa de Qualificação Docente da Universidade.

O “Capítulo 5 – Organização Administrativa da IES” descreve a estrutura organizacional da mantenedora e da Universidade. Além dos organogramas, o capítulo traz uma síntese das atribuições e responsabilidades dos órgãos deliberativos, executivos e consultivos no âmbito institucional e dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O “Capítulo 6 – Políticas de Atendimento aos Discentes” inicia-se com a síntese da Política de Relacionamento com os Estudantes, aprovada pelo Conselho Universitário da Univille. Também são descritas instâncias que mantêm relação com o corpo discente, incluindo a Central de Atendimento Acadêmico, a Central de Relacionamento com os Estudantes e as Coordenações de Cursos. O capítulo traz informações sobre atividades e recursos disponibilizados aos estudantes considerando necessidades acadêmicas e demandas psicopedagógicas, psicológicas e psicossociais. Por fim, o Diretório Central dos Estudantes é caracterizado como entidade estudantil independente da Universidade, e a Política de Acompanhamento de Egressos é descrita sucintamente.

O “Capítulo 7 – Infraestrutura” descreve as instalações e equipamentos que compõem o patrimônio da mantenedora e são empregados pela Universidade no desenvolvimento de suas atividades. Observe-se que os dados sofrem alterações periódicas, considerando a dinâmica da gestão da infraestrutura em termos de manutenções e investimentos realizados. Além da infraestrutura física, são descritos aspectos relacionados ao Sistema de Bibliotecas da Univille, laboratórios, recursos de tecnologia da informação e audiovisuais, adequação da infraestrutura para atendimento de necessidades especiais e Acervo Acadêmico Digital.

O “Capítulo 8 – Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional” inicialmente apresenta o histórico, a concepção, objetivos e níveis da avaliação institucional. A seguir, a Política de Avaliação Institucional é caracterizada em termos de objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes. O capítulo termina indicando as instâncias que integram a avaliação institucional e a forma com que os resultados dos processos de avaliação subsidiam os processos de planejamento e gestão da Universidade.

O “Capítulo 9 – Aspectos Financeiros e Orçamentários” demonstra o planejamento orçamentário quinquenal aprovado pelo Conselho de Administração da Furj e pelo Conselho Universitário da Univille para o período de 2022 a 2026. Além disso, com base nos estatutos e regimentos, o capítulo descreve aspectos relacionados ao modo com que o planejamento de recursos financeiros e de investimentos é realizado na Instituição. Após o capítulo 9 consta a lista de referências.

Ao ingressarmos na terceira década do século XXI, vivenciamos uma contemporaneidade complexa em que a Educação e as instituições educacionais são instigadas a se transformar e a inovar. A pandemia de covid-19, vivenciada desde o final de 2019 e ainda não superada no momento em que escrevemos este texto, talvez tenha acelerado ainda mais essas transformações e inovações.

Mais do que nunca o Planejamento Estratégico se caracteriza como um importante macroprocesso da Gestão Institucional, na medida em que traz instrumentos favoráveis à análise de cenários e ao acompanhamento dos projetos, processos e resultados institucionais para que possamos continuamente reforçar as ações que têm sido efetivas e corrigir aquelas que não estão em conformidade com a identidade e a estratégia institucionais.

O PDI, enquanto produto do Planejamento Estratégico, caracteriza-se como um documento de referência não só para o MEC, mas sobretudo para a própria Instituição, já que por um lado sistematiza o que deve ser feito para fortalecer a missão e os valores e concretizar a visão institucional, e por outro é documento vivo que é atualizado periodicamente, levando em conta as ameaças e oportunidades externas e as fortalezas e fragilidades internas.

Que o PDI 2022-2026 seja objeto permanente de estudo, análise e aperfeiçoamento por parte de todos os gestores, docentes, pessoal administrativo, estudantes e comunidade externa da Univille, reiterando a identidade da nossa Instituição como uma entidade pública, não estatal, de direito privado, comunitária, sem fins lucrativos, filantrópica e comprometida com o desenvolvimento humano e a sustentabilidade socioambiental das comunidades em que atua.

Vamos em frente, superando desafios e transformando vidas por meio da Educação!

Alexandre Cidral
Reitor da Univille – Gestão 2020-2023



PERFIL INSTITUCIONAL



univille



1. PERFIL INSTITUCIONAL

O objetivo deste capítulo é descrever o perfil da Univille. Inicialmente o histórico da Universidade é relatado e, na sequência, a identidade institucional é caracterizada considerando sua missão, visão e valores. Em seguida, a concepção de desenvolvimento institucional adotada pela Instituição é descrita levando em conta a relação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os processos de Gestão Institucional, Avaliação Institucional e Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Por fim, a estratégia, os objetivos, as metas e os programas/projetos propostos para o ciclo do PEI compreendido pelo período de 2022 a 2026 são apresentados.

1.1 Histórico

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com a história da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967, a Lei Municipal n.º 871/67, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174/71, de 22 de dezembro. Em 1975, todas as unidades da fundação foram transferidas para o *Campus* Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423/75, de 22 de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 55 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios em que atua, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos da trajetória de desenvolvimento da Universidade estão ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 1 e estão descritos nesta seção do PDI 2022-2026.

Figura 1 – Linha do tempo com datas relacionadas à Univille no período de 1989-2021



2014

- Reforma do Estatuto da Furj aprovada pelo Conselho de Administração da Furj;
- Criação do primeiro Doutorado da Univille (Saúde e Meio Ambiente);
- Em 12 de novembro a Univille é qualificada como “Instituição Comunitária de Ensino Superior” pelo Ministério da Educação (Portaria MEC 676/14);
- Abertura oficial do ano comemorativo dos 50 anos do Ensino Superior em Joinville, com destaque para a história da Univille nesse processo.

2015

- Comemoração oficial dos 50 anos do Ensino Superior em Joinville.

2016

- Deferimento, pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), do processo de migração da Univille para o Sistema Federal de Educação;
- Aprovado novo Estatuto e novo Regimento da Univille pelo Conselho Universitário;
 - Aprovado PDI 2017-2021 pelo Conselho Universitário.

2017

- Aprovado Regimento da Furj pelo Conselho de Administração.

2018

- Credenciamento do MEC para oferta da modalidade EaD;
- Implantação dos polos nas cidades de Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Itapoá;
- Início das atividades do Colégio Univille em São Francisco do Sul;
 - Aprovação pela Capes do segundo doutorado da Univille (Patrimônio Cultural e Sociedade).

2019

- Criação do polo em Jaraguá do Sul.

2020

- Reestruturação dos cursos de graduação por meio do Projeto Estratégico Institucional de Inovação Pedagógica e Curricular aprovada pelo Conselho Universitário;
 - Criação dos polos em Guaramirim, Massaranduba, Araquari e Barra Velha;
- Publicação no DOU da Portaria n.º 524, oficializando o credenciamento da Univille pelo MEC.

2021

- Criação do polo em Guaratuba;
- Avaliação de "meio termo" do Planejamento Estratégico Institucional Ciclo 2017-2026;
- Elaboração do PDI 2022-2026.

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica denominada Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria, com a denominação de Colégio Univille.

Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências Econômicas, e, no ano seguinte, também com o curso de Ciências Contábeis. Em 2019 a Univille criou o polo de educação a distância (EaD) em Jaraguá do Sul.

Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul. Em 1993 houve expansão na atuação da Univille na cidade, com a instalação do *campus*, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana de São Bento do Sul. Em 2006 foi criado o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul, com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. Em 2018 entrou em funcionamento o polo EaD no *Campus* São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito de Joinville. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então, as eleições para o dirigente da Instituição ocorrem por votação secreta de seu Colégio Eleitoral, composto por profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo.

No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a carta consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”.

Em 1991 a carta consulta foi aprovada e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015).

Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille,

publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Desde o seu credenciamento enquanto universidade (1996), passando pelos processos de renovação de credenciamento (2001 e 2010) pelo CEE, de migração para o Sistema Federal de Educação (2014 a 2016) e de seu credenciamento pelo MEC/Inep (2020), a Univille concretizou uma série de iniciativas planejadas que tiveram como efeito não apenas a expansão física e a requalificação da sua infraestrutura, como também a ampliação e reconfiguração de sua atuação em ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento da região.

Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga. Em 2004 a Univille passou a atuar na cidade de São Francisco do Sul em unidade própria. Entretanto, desde 1993, a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 2018 houve a ampliação da unidade com a educação básica, por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com a oferta das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Também em 2018 a Unidade São Francisco do Sul passou a contar com um polo EaD.

No ano 2000, na área central de Joinville, foi criada uma unidade com salas de aula, laboratórios, ambulatórios médicos e uma farmácia-escola para dar suporte às atividades pedagógicas dos cursos da área da saúde, bem como aperfeiçoar o atendimento à população e aos termos do convênio estabelecido com o Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2018 a Unidade Joinville Centro também passou a abrigar um dos polos EaD.

Quanto ao fortalecimento de sua inserção social e de sua representatividade política, a Univille concretizou uma série de iniciativas. Em 2006 foi instituído o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), com o objetivo de estimular, promover, valorizar e difundir conhecimentos gerados na Universidade ou em parceria com instituições externas de diferentes naturezas. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina. Posteriormente o Nipi e o Escritório de Projetos foram unidos, dando origem à Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) em 2018.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração (ConsAdm) da Furj criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq). Por seu intermédio, desencadeou-se um processo dinâmico de estruturação e gestão de um ambiente que passou a potencializar atividades de pesquisa científica e tecnológica, transferência de tecnologia e de incentivo à inovação produtivo-social, resultando na criação e consolidação de empreendimentos ligados a novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Quanto ao escopo de sua atuação na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressalta-se o fato de que a Universidade amplia sua atuação, implantando quatro comitês de área que agrupam os cursos de graduação e os programas de pós-graduação *stricto sensu* desde 2016, quais sejam: Comitê de Arquitetura, Design, Engenharias e Ciências Exatas; Comitê de Ciências Socioeconômicas e Hospitalidade; Comitê de Ciências Humanas e Ciências Jurídicas; Comitê de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas. Para se ter uma ideia, dos 13 cursos de graduação em funcionamento em 1996, a Univille passou a ofertar em 2021 mais de 40 graduações, implantando cursos nas mais diversas áreas, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se a implantação do seu primeiro mestrado, em 1999, em Saúde e Meio Ambiente. Em 2021 a Univille conta com seis programas de pós-graduação, sendo dois deles de mestrado e doutorado (Saúde e Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e Sociedade) e quatro de mestrado (Educação, Engenharia de Processos, Design e Sistemas Produtivos). Observa-se que o Mestrado em Sistemas Produtivos, credenciado pela Capes em 2021, é uma iniciativa inovadora, já que é o primeiro mestrado associativo criado por quatro instituições comunitárias de ensino superior (Ices) de Santa Catarina, entre as quais está a Univille.

Ademais, desde 2007 as Ices do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel por elas desempenhado. Tal movimento resultou na aprovação da Lei n.º 12.881/2013, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Ices. Além disso, a articulação levou à alteração da Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Por meio da Lei n.º 13.868/2019, de 3 de setembro de 2019, que alterou o artigo 19 da LDB, a legislação federal passou a considerar “comunitárias” como uma das categorias administrativas em que instituições de ensino dos diferentes níveis podem ser classificadas. A partir desses movimentos, em 2014 a Furj/Univille encaminhou processo ao MEC para a qualificação como Ices. Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676/14, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Tal decisão se pautou em análise realizada pela Reitoria e que indicou a pertinência dessa migração, considerando os posicionamentos do MEC a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal, que indicavam que instituições de ensino superior públicas de direito privado deveriam integrar o sistema federal de educação. Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade.

Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação *in loco*, promovida pelo MEC/Inep, nos diversos cursos de graduação. A visita *in loco* para o credenciamento institucional ocorreu em junho de 2018; a Univille recebeu nota 4. Ao longo dos anos de 2018 a 2020 foram emitidas as portarias de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos de graduação que passaram pela avaliação do MEC/Inep durante a migração para o sistema federal. Por fim, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria do MEC n.º 524, de 9 de junho de 2020, que credenciou a Univille como Universidade pelo prazo de oito anos. A referida portaria foi emitida pelo MEC com um equívoco de endereço da Instituição, o que foi retificado no DOU de 8 de julho de 2020. Com isso, o Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal foi finalizado. Por meio desse processo de migração, a Univille passou a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base no PDI 2012-2016 aprovado pelo Conselho Universitário, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da

educação a distância (EaD). No mesmo ano ocorreu a visita do MEC/Inep de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. Em 2016 e 2017, por força das mudanças na legislação, houve um redimensionamento do Projeto Estratégico de Implantação da EaD pela Univille. Após a readequação do processo, o MEC/Inep realizou em 2018 a visita de avaliação *in loco*, e a Univille foi credenciada para oferta de EaD por meio da Portaria do MEC n.º 410/18, de 4 de maio de 2018.

No último trimestre de 2018 a Univille iniciou as operações de EaD por meio da oferta de dez Cursos Superiores de Tecnologia (CST), 20 cursos de pós-graduação *lato sensu* em quatro polos próprios (Polo *Campus* Joinville, Polo *Campus* São Bento do Sul, Polo São Francisco do Sul e Polo Joinville Centro) e um polo em parceria (Polo Itapoá). Assim, o Projeto Estratégico de Implantação da EaD foi finalizado.

A partir de 2020 a EaD Univille passou a integrar a operação da Universidade para dar continuidade à ampliação do portfólio de cursos de graduação de Bacharelado, Licenciatura e Engenharias, bem como cursos de pós-graduação *lato sensu*. Também foram criados polos nos municípios de Guaramirim, Massaranduba, Araquari, Barra Velha e, em 2021, Guaratuba (PR).

Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020), em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, cujo agente infeccioso era um novo tipo de coronavírus que ainda não havia sido detectado em seres humanos. Em 11 de fevereiro de 2020 o vírus foi identificado como *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-CoV-2), sendo o agente infeccioso da *coronavirus disease 2019* (covid-19). No dia 11 de março de 2020 a OMS caracterizou a covid-19 como uma pandemia, estando essa medida ainda em vigor em dezembro de 2021. O termo pandemia refere-se à distribuição geográfica da doença, que alcançou escala global e que ainda em 2021 permanece com surtos em várias regiões do mundo. Conforme dados da OMS, em 3 de novembro de 2021 havia mais de 247 milhões de casos confirmados de covid-19, mais de 5 milhões de mortes e mais de 7 bilhões de doses de vacina aplicadas (OMS, 2021).

Em 18 de março de 2020 o presidente da República do Brasil encaminhou solicitação ao Senado Federal, que por meio do Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da covid-19 em todo o território brasileiro. No âmbito do Ministério da Saúde, a Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020, já havia declarado emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da pandemia. No estado de Santa Catarina, a partir da constatação de transmissão comunitária, o governador decretou situação de emergência por meio do Decreto n.º 515, de 17 de março de 2020, que, entre outras medidas, suspendeu eventos, reuniões e cursos presenciais em todo o território catarinense. No âmbito do sistema federal de educação, o Ministério da Educação emitiu a Portaria do MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, que autorizou em caráter excepcional a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizassem meios e tecnologias de informação e comunicação, enquanto durar a situação de pandemia de covid-19.

A Presidência da Furj, a Reitoria da Univille e a Direção do Inovaparq acompanhavam desde fevereiro as informações emitidas pelos órgãos oficiais e pela mídia sobre a covid-19. No dia 15 de março, o presidente da Furj/reitor da Univille instituiu um gabinete de crise composto pelos membros da gestão da Furj/Univille-Inovaparq, que passou a se reunir diariamente, com o objetivo de analisar os cenários educacional e institucional e tomar decisões considerando a legislação vigente, os dados sobre a pandemia e as demandas das comunidades interna e externa. Além disso, foi instaurado o Comitê Univille de Ações de Prevenção ao Contágio pelo Coronavírus SARS-CoV2 (Portaria n.º 087/2020 GR-SC), com profissionais da saúde que atuavam na Instituição. O objetivo é analisar o cenário pandêmico e subsidiar o gabinete de crise da Furj/Univille-Inovaparq sobre os aspectos de biossegurança.

Diante do decreto estadual, a Reitoria suspendeu as atividades acadêmicas presenciais nos *campi*, nas unidades e nos polos por 15 dias a partir de 16 de março. As atividades administrativas no âmbito da Furj/Univille-Inovaparq foram mantidas adotando-se medidas de biossegurança e por meio de *home office*, empregando ferramentas digitais que viabilizaram o trabalho remoto, a comunicação e o atendimento das comunidades interna e externa. Nesse período de 15 dias, a Reitoria mobilizou as coordenações de área, coordenações de cursos e programas, bem como as gerências e assessorias para a elaboração de uma proposta de alteração do calendário acadêmico e a disponibilização da plataforma Univille Virtual para professores e estudantes.

A proposta de alteração do calendário acadêmico elaborada pela Reitoria foi aprovada pelo Conselho Universitário por meio da Resolução Consun n.º 04/2020, de 25 de março de 2020. A retomada de aulas por meio da plataforma Univille Virtual ocorreu a partir de 30 de março de 2020, e as alterações no calendário acadêmico permitiram que o ano letivo de 2020 fosse mantido. Situações específicas de determinados cursos e disciplinas foram gerenciadas no âmbito das coordenações de cursos e de áreas sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino e com o suporte das demais pró-reitorias e da Procuradoria Jurídica da Furj.

A Univille Virtual foi uma plataforma para a substituição das disciplinas presenciais por aulas mediadas por tecnologias de informação e comunicação, conforme autorizado pela Portaria do MEC n.º 343, de 17 de março de 2020. A solução foi viabilizada graças ao *know-how* que a Instituição havia adquirido ao longo do Projeto Estratégico Institucional de Implantação da EaD e do Projeto Estratégico Institucional de Implantação de disciplinas semipresenciais. A plataforma foi desenvolvida pelas equipes da Gerência de Tecnologia da Informação (GTI), do Centro de Inovação Pedagógica (CIP) e da Unidade de Educação a Distância (UnEaD) por meio da integração de ferramentas que incluíram o MS-Teams e o Ambiente Virtual de Aprendizagem Enturma. Além disso, foram desenvolvidos vídeos e *workshops* para professores e estudantes sobre as ferramentas e metodologias de aprendizagem mediadas por tecnologias da informação e comunicação. A Resolução ConsUn n.º 03/20 estabeleceu condições para a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais nos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) presenciais da Univille em razão da pandemia.

No que diz respeito ao relacionamento com os estudantes, no dia 16 de março a Reitoria realizou reunião com representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e de outras entidades estudantis para orientá-los quanto aos encaminhamentos institucionais diante da pandemia. Além da intensificação da comunicação e atendimento dos estudantes por meio de ferramentas digitais, a Reitoria e o DCE passaram a realizar reuniões periódicas sobre o cenário, a situação institucional e as demandas estudantis, havendo até mesmo a emissão periódica de comunicados conjuntos sobre orientações e encaminhamentos quanto às atividades acadêmicas e demandas do corpo discente. À medida que a pandemia se prolongava, temas relacionados à situação dos estudantes foram discutidos, considerando diretrizes da Política de Relacionamento com os Estudantes da Univille e levando a decisões e ações que buscaram o acolhimento de todos, especialmente dos que sofreram impactos diretos. A Central de Relacionamento com o Estudante, a Central de Atendimento Acadêmico, a Gerência de Tecnologia da Informação e a Gerência Financeira aperfeiçoaram os processos de atendimento e adotaram indicadores para gerir as demandas. Algumas medidas adotadas incluíram o empréstimo de computadores; o aperfeiçoamento e a ampliação do suporte tecnológico, do atendimento psicológico-psicopedagógico-psicossocial; a isenção de multa e juros quando de atrasos no pagamento de mensalidades, bem como a flexibilização do pagamento para os estudantes que perderam emprego e/ou renda. Também se deve considerar a proposta encaminhada pela Presidência

da Furj e aprovada pelo Conselho de Administração (Resolução n.º 06/10) e pelo Conselho Universitário (Resolução n.º 16/20) de instituir um programa emergencial de bolsas de estudo. Todas essas medidas levaram em conta o papel social da Instituição e a necessidade de ações para mitigar o risco de evasão e inadimplência dos estudantes.

Também no que se refere ao corpo docente e ao pessoal administrativo foram tomadas medidas ao longo do período de pandemia em 2020. Adotaram-se o banco de horas e o *home office*, além da redução proporcional de jornada de trabalho e salário prevista na Medida Provisória n.º 936, de 1.º de abril de 2020, posteriormente convertida na Lei n.º 14.020, de 6 de julho de 2020, por meio da qual o governo federal instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A Gerência de Gestão de Pessoas, por meio do Programa Qualidade de Vida, também intensificou o apoio psicológico e o apoio psicossocial aos empregados da Instituição.

Do ponto de vista estratégico, considerando os aspectos acadêmico, administrativo e econômico-financeiro, a Presidência da Furj, a Reitoria da Univille e a Direção do Inovaparc anteciparam para 2020 as análises de cenário para a avaliação de meio termo do PEI que estavam previstas para início de 2021. Considerando o impacto da pandemia sobre as receitas e os custos, tanto a revisão da proposta orçamentária de 2020 quanto a elaboração da proposta orçamentária de 2021 e a elaboração do orçamento plurianual de 2021-2025 foram realizadas de forma participativa com coordenadores, gerentes e assessores, buscando alternativas para superar o desafio da pandemia. Estabeleceram-se medidas administrativas e acadêmicas visando à sustentabilidade institucional da Furj e de suas mantidas – a Univille e o Inovaparc –, aprovadas pelo Conselho Universitário (Resolução n.º 15/20) e pelo Conselho de Administração (Resolução n.º 13/20). Além disso, foram constituídas comissões mistas com o objetivo de realizar estudos sobre a reestruturação do Inovaparc, a reestruturação de fundos institucionais e alternativas para conter os efeitos dos triênios ilimitados sobre a sustentabilidade. Os estudos foram realizados e apresentados aos conselhos, que aprovaram as recomendações constantes nos relatórios das comissões mistas (Resoluções ConsAdm 80/20, 81/20, 82/20 e 83/20 e Resoluções ConsUn 49/20, 50/20, 57/20 e 58/20).

Entre as medidas estabelecidas na Resolução ConsUn n.º 15/20, definiu-se que a Reitoria, a Diretoria Administrativa e os comitês de área desenvolveriam em 2020, para implantação a partir de 2021, a reestruturação da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação da Univille, considerando as diretrizes e os modelos aprovados pelo Conselho Universitário em 2020; a reestruturação dos custos e da formação de preços dos cursos e serviços da Instituição; e a reestruturação das políticas e práticas mercadológicas dos cursos e serviços da Instituição.

Quanto à reestruturação da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, intensificaram-se as ações em 2020 do Projeto Estratégico Institucional de Inovação Pedagógica e Curricular, do Projeto Estratégico Institucional de Curricularização da Extensão e do Projeto Estratégico Institucional de elaboração de uma metodologia híbrida (*blended*) de ensino e aprendizagem. Mediante diretrizes amplamente discutidas na comunidade acadêmica e aprovadas pelo Conselho Universitário por meio da Resolução n.º 19/20, os cursos de graduação passaram por reestruturações que incluíram a semestralização, o compartilhamento de componentes curriculares entre cursos, áreas e *campi*, o compartilhamento de componentes curriculares relativos a eixos formativos institucionais, a inclusão de componentes curriculares semipresenciais e a adoção de metodologias de aprendizagem ativa e de tecnologias educacionais. Além da reestruturação de cursos existentes, em 2020 foram autorizados pelo Conselho Universitário (ConsUn) 16 cursos novos, sendo 11 presenciais e 5 na modalidade EaD.

O processo de reestruturação da graduação envolveu ações associadas a duas outras medidas de sustentabilidade aprovadas pelo ConsUn e ConsAdm e implementadas em 2020. A reestruturação dos custos e da formação de preços dos cursos e serviços da Instituição foi desenvolvida pela Diretoria Administrativa da Furj com o envolvimento das Pró-Reitorias e das coordenações de área e coordenações de cursos, resultando em uma engenharia econômica que buscou racionalizar custos sem perder de vista os aspectos da qualidade e da inovação. A reestruturação das políticas e práticas mercadológicas dos cursos e serviços da Instituição envolveu a Diretoria Administrativa, a Procuradoria Jurídica, a Gerência de Comunicação e as coordenações de áreas e de cursos com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento dos processos de ingresso e as campanhas de captação, considerando o contexto concorrencial na área da educação superior na região de atuação da Universidade. Essas ações foram priorizadas considerando-se que a análise de cenário indicava que o prolongamento da pandemia e a crise econômica nacional trariam mais dificuldades na captação de novos estudantes para 2021.

Também em 2020 foram desenvolvidas ações relacionadas ao aumento de receitas obtidas com pós-graduação *lato sensu*, cursos de qualificação, prestação de serviços e captação de recursos por meio de parcerias e editais. Os serviços que envolviam atividades presenciais continuaram tendo dificuldades em evoluir por conta das restrições de biossegurança e legais. Os serviços relacionados à EaD puderam evoluir, mas não no volume desejado. No que tange à formação continuada, lançou-se o Portal Qualifica Univille. Otimizando a infraestrutura instalada para atender à modalidade EaD, a Univille, por intermédio desse portal, vem oferecendo cursos demandados por diferentes comunidades de seu entorno nas áreas de hospitalidade, gestão, tecnologia, saúde e educação.

Em dezembro de 2020 os primeiros países começaram a imunização da população contra o vírus causador da covid-19. A vacinação no Brasil foi iniciada no dia 17 de janeiro de 2021, e em 19 de janeiro foram aplicadas as primeiras doses em profissionais de saúde de Joinville. Dadas as dificuldades de logística, quantidade de vacinas disponíveis e as próprias características do imunizante, o processo de primeira imunização estendeu-se por todo o ano de 2021. Ao longo desse tempo, a região de atuação da Univille permaneceu até setembro de 2021 em estado gravíssimo de acordo com o mapa de risco adotado pela Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina.

O ministro da Educação, em dezembro de 2020, homologou o Parecer n.º 19 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estendeu até 31 de dezembro de 2021 a permissão para atividades remotas no ensino básico e superior em todo o país. O parecer indicava ainda que o retorno dependeria da matriz de risco da localidade e que poderia ser gradual e em um modelo híbrido que facultasse ao estudante assistir às aulas remotamente ou de forma presencial.

Do ponto de vista acadêmico, o ano de 2021 foi caracterizado por dificuldades no que diz respeito a um possível retorno pleno à presencialidade. Um dos efeitos disso foi a confirmação da queda no número de matriculados nos cursos de graduação, um fenômeno observado não apenas na Univille, mas em todas as instituições de ensino.

O calendário acadêmico de 2021 foi aprovado pelo Conselho Universitário considerando a legislação vigente e a organização da Universidade para a oferta das aulas em um sistema híbrido. Mais uma vez, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino e com o suporte das demais pró-reitorias, as coordenações de áreas e coordenações de cursos planejaram e organizaram a retomada gradual da presencialidade levando em conta o cenário pandêmico, a evolução da vacinação e as especificidades de cada curso e disciplina.

No âmbito administrativo, a revisão do orçamento de 2021 e a elaboração da proposta orçamentária para 2022 e do orçamento plurianual de 2022-2026 foram feitas de forma

participativa e considerando a atualização dos cenários econômico e educacional, impactados pela pandemia e que indicam o retorno à presencialidade em 2022 e uma gradual retomada econômica e educacional a partir de 2023. Levando em conta tais aspectos, mais uma vez a Presidência da fundação encaminhou, e o ConsUn (Resolução n.º 13/21) e o ConsAdm (Resolução n.º 05/21) aprovaram, medidas administrativas visando à sustentabilidade institucional da Furj e de suas mantidas – Univille e Inovaparq.

Também em 2021 ocorreu a avaliação de meio termo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) – Ciclo 2017-2026. Foram realizados 56 *workshops* com integrantes da comunidade acadêmica para avaliar o andamento dos projetos estratégicos e o *status* das metas institucionais associadas a cada um dos objetivos estratégicos. Além disso, foram revisitados a missão, a visão, os valores e a estratégia institucionais para revalidá-los diante do momento vivenciado pela Universidade e dos cenários futuros. Por fim, realizou-se um processo de revisão do PEI que gerou a minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026, a ser submetido ao ConsUn e, após a sua aprovação, encaminhado ao MEC. O PDI 2022-2026 foi aprovado pelo Conselho Universitário de acordo com a Resolução ConsUn n.º 31/21.

Embora 2020 e 2021 tenham sido anos dramáticos para a sociedade global, a Univille buscou enfrentar esse momento histórico de forma responsável e cidadã, engajando-se ou liderando iniciativas que concorreram para minimizar o contágio pelo coronavírus SARS-CoV2, para amenizar o sofrimento pelas perdas de vidas e para o atendimento aos doentes. No amplo escopo de sua atuação como universidade comunitária, a comunidade acadêmica não mediu esforços para enfrentar todas as urgências sociais que emergiram, dia a dia, das esferas educacional, econômico-financeira e saúde física e psíquica. Dos dilemas que abateram incessantemente as comunidades locais, cumpre ainda à Univille, cada vez mais, afirmar-se como espaço que historicamente cultiva esperanças de (re)construção de novos futuros mais promissores.

1.2 Identidade institucional: missão, visão e valores

De acordo com o artigo 1.º de seu Estatuto (UNIVILLE, 2016), “a Universidade da Região de Joinville – Univille – é uma instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, credenciada pelo Ministério da Educação em 14/8/1996, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville”.

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial para EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e legislação vigente (UNIVILLE, 2016). Em 2021, a Universidade conta com:

- **Campus Joinville, sede da Univille**
Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC
Tel.: (47) 3461-9000
E-mail: univille@univille.br
- **Campus São Bento do Sul**
Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC
Tel.: (47) 3631-9100
E-mail: univillesbs@univille.br

- **Unidade Centro – Joinville**
Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC
Tel.: (47) 3431-0600
E-mail: univillecentro@univille.br
- **Unidade São Francisco do Sul**
Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
Tel.: (47) 3471-3800
E-mail: univille.sfs@univille.br
- **Polo *Campus* Joinville**
Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC
Tel.: (47) 3461-9000
E-mail EaD: polobomretiro@univille.br
- **Polo *Campus* São Bento do Sul**
Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC
Tel.: (47) 3631-9100
E-mail EaD: polosbs@univille.br
- **Polo Centro – Joinville**
Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC
Tel.: (47) 3431-0600
E-mail EaD: polocentro@univille.br
- **Polo São Francisco do Sul**
Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC
Tel.: (47) 3471-3800
E-mail EaD: polosfs@univille.br
- **Polo Araquari**
Rodovia SC-418, 7.231 – CEP 89245-000 – Araquari – SC
Tel.: (47) 3305-1711
E-mail: poloaraquari@univille.br

- **Polo Barra Velha**
Av. Thiago Aguiar, 334 – CEP 88390-000 – Barra Velha – SC
Tel.: (47) 3446-1170
E-mail: polobarravelha@univille.br
- **Polo Guaramirim**
Rua 28 de Agosto, 840 – CEP 89270-000 – Guaramirim – SC
Tel.: (47) 3373-0055
E-mail: pologuaramirim@univille.br
- **Polo Itapoá**
Residência Príncipe – Rua Wellington Rodrigues Junqueira, 102 – CEP 89249-000 – Itapoá – SC
Tel.: (47) 3443-2279
E-mail: poloitapoa@univille.br
- **Polo Jaraguá do Sul**
Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 744 – 3.º andar – Centro – CEP 89251-700 – Jaraguá do Sul – SC
Tel.: (47) 3273-1822
E-mail: polojaragua@univille.br
- **Polo Massaranduba**
Rua 11 de Novembro, 3.715 – CEP 89108-000 – Massaranduba – SC
Tel.: (47) 3379-1574
E-mail: polomassaranduba@univille.br
- **Polo Guaratuba**
Rua Vieira dos Santos, 1.401 – Centro – CEP 83280-000 – Guaratuba – PR
Tel: (41) 3472-2726
E-mail: pologuaratuba@univille.br

A Instituição oferece desde a educação básica até a pós-graduação. Na educação básica mantém os Colégios Univille em Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, atuando na educação infantil e nos ensinos fundamental, médio e técnico. Na graduação, oferta cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas em diversas áreas do conhecimento. Na pós-graduação são oferecidos cursos *lato sensu* e programas *stricto sensu* com os cursos de mestrado e doutorado. Além de atuar no ensino, a Univille conta com programas e projetos de pesquisa, bem como atividades de extensão por meio de programas, projetos, eventos e prestação de serviços.

A Univille tem sua identidade sintetizada por meio de sua missão, visão e valores institucionais:

Missão

Promover, enquanto universidade comunitária, formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, empreendedora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores:**Ética**

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Empreendedorismo

Relaciona-se com a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios.

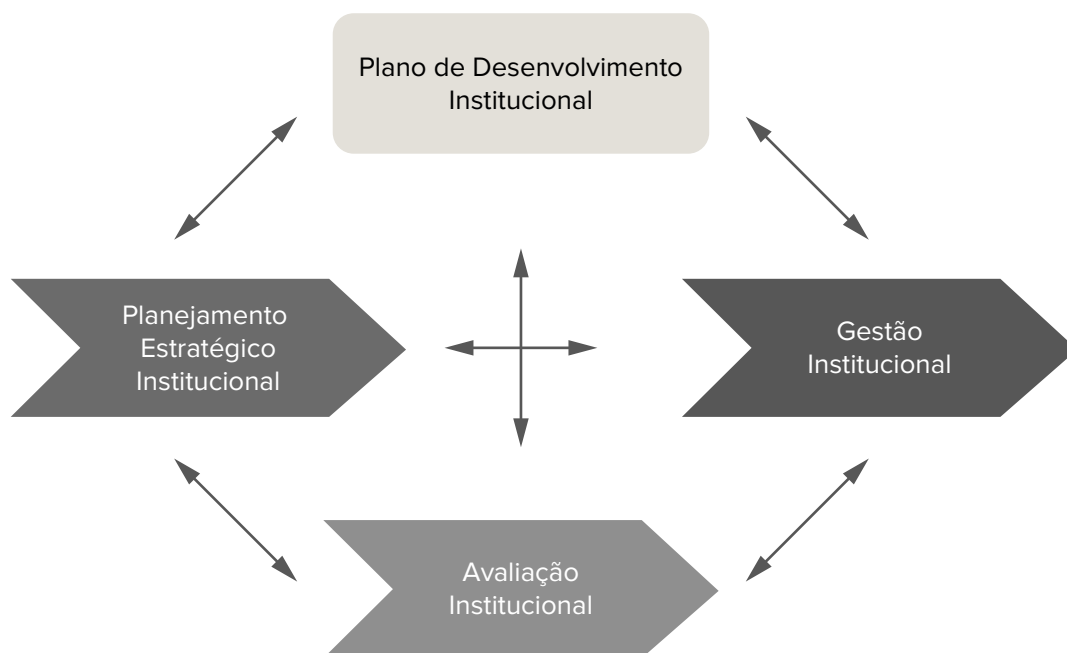
Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.3 Desenvolvimento institucional

O desenvolvimento institucional pode ser compreendido como o processo por meio do qual a Universidade desenvolve suas atividades com vistas a cumprir sua missão, considerando seus valores e seu contexto de atuação, com o intuito de alcançar seus objetivos e metas e concretizar sua visão. A dinâmica do desenvolvimento institucional da Univille pode ser compreendida por meio da relação que se estabelece entre o PDI, a Gestão Institucional (GI), a Avaliação Institucional (AI) e o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) (figura 2).

Figura 2 – Relação entre o PDI e os processos de Gestão Institucional, Avaliação Institucional e Planejamento Estratégico Institucional



Fonte: Univille (2014a)

Conforme o Estatuto da Univille, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que define a missão da Instituição e as estratégias para atingir suas metas e seus objetivos, de acordo com a legislação educacional (UNIVILLE, 2016). O plano contempla atividades, projetos e programas a serem empreendidos para que os objetivos e metas sejam alcançados, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e o orçamento. A Reitoria é a responsável pela coordenação do PEI da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI (UNIVILLE, 2016). O PDI e suas atualizações são submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Universitário no ano anterior ao início de sua vigência, para então serem encaminhados aos órgãos externos reguladores dentro dos prazos estabelecidos pela legislação (UNIVILLE, 2016).

A Gestão Institucional (GI) consiste no processo de planejamento, liderança, organização, acompanhamento e controle de atividades, processos, projetos e programas da Universidade, considerando legislação, estatutos, regimentos e demais regulamentações institucionais. A GI desenvolve as atividades pautada na melhoria contínua dos processos, com o intuito de aperfeiçoar o desempenho institucional e alcançar os objetivos e metas previstos no PDI. A GI é desempenhada pelo Conselho Universitário, Reitoria, coordenações de cursos de graduação, coordenações de programas de pós-graduação *stricto sensu* e demais diretorias, gerências, coordenações e assessorias.

Na Univille, a Avaliação Institucional (AI) é um processo que monitora o desenvolvimento da Universidade e gerencia as ações de avaliação, retroalimentando o PEI e a GI propiciando subsídios para a elaboração e atualização do PDI. A AI está organizada em diferentes macroprocessos que são desenvolvidos no âmbito da Reitoria, das coordenações de cursos de graduação, coordenações de programas de pós-graduação *stricto sensu* e demais instâncias e áreas da Universidade. Destaca-se a autoavaliação institucional como o processo desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que propicia dados e informações sobre o desenvolvimento institucional

para a GI e para o MEC. A AI está fundamentada na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

De acordo com o Estatuto da Univille, o PEI é o processo participativo e contínuo de análise do ambiente interno e do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando objetivos, metas, indicadores e estratégias com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo e melhorar os seus resultados (UNIVILLE, 2016). Compete à Reitoria a coordenação do PEI, que tem como principais objetivos a elaboração e a atualização do PDI (UNIVILLE, 2016).

O planejamento institucional da Univille é um processo cíclico estabelecido desde o fim da década de 1980, quando da elaboração do Projeto Univille, que levou ao credenciamento da Instituição como universidade em 1996. A partir de 2008, a Reitoria instituiu uma nova sistemática, e o processo passou a ser denominado Planejamento Estratégico Institucional (PEI). O PEI foi organizado em ciclos de 10 anos; o primeiro compreendeu o período de 2009 a 2018. A metodologia empregada tomou por base a análise estratégica da Instituição, do seu contexto de atuação e das perspectivas futuras. Isso resultou na revisão da missão, da visão e dos valores da Universidade e no estabelecimento de objetivos e estratégias institucionais, considerando as dimensões que dizem respeito a sustentabilidade (acadêmica e financeira), processos, público-alvo (clientes/mercado/ sociedade) e pessoas (aprendizagem organizacional). As ações foram organizadas em projetos estratégicos, com horizontes de execução variáveis e efetuados por equipes supervisionadas por integrantes da GI.

Em 2014, aproximando-se do fim do ciclo 2009-2018 do PEI, a metodologia foi revisada com o intuito de iniciar o processo de planejamento estratégico para o período seguinte, compreendido de 2017 a 2026. A decisão de avançar o planejamento na direção de um novo ciclo levou em conta a proximidade do encerramento do ciclo em andamento; o término da vigência do PDI 2012-2016 e a necessidade de elaboração do PDI 2017-2021; a migração da Instituição para o sistema federal de ensino; e a necessidade do posicionamento estratégico da Instituição perante as mudanças no cenário socioeconômico e educacional da região e do país.

1.4 Planejamento Estratégico Institucional: ciclo 2017-2026

A organização e a coordenação do PEI são competências da Reitoria (UNIVILLE, 2016), o qual contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.

1.4.1 A metodologia

O PEI para o ciclo 2017-2026 é um processo que resulta em um plano estratégico, que abrange dois quinquênios. Para o primeiro quinquênio foi elaborado o PDI 2017-2021, contemplando programas e projetos a fim de alcançar os objetivos e metas institucionais. Metodologia semelhante também foi adotada para o PDI 2022-2026 (figura 3).

Figura 3 – Framework do PEI e sua relação com o PDI



Fonte: Primária (2021)

A metodologia tomou por base a sistemática adotada no ciclo anterior e uma fundamentação teórica sobre planejamento estratégico, considerando as especificidades de uma Instituição Comunitária de Educação Superior. A metodologia está organizada em etapas (figura 4), e cada uma delas consiste em um macroprocesso. Cada macroprocesso abrange um conjunto de atividades que produz um resultado a ser utilizado na etapa seguinte, com base em determinados dados e informações.

Figura 4 – Metodologia do PEI ciclo 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

As etapas do PEI são:

Etapa I – Estudo de cenários: a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, por meio de um processo de inteligência competitiva, elaborou questões que, após validação pela Reitoria, propiciaram a coleta de dados sobre determinados temas estratégicos. A análise dos dados permitiu o delineamento de cenários que constituíram a base para o diagnóstico estratégico;

Etapa II – Diagnóstico estratégico: foram realizados *workshops* com os gestores da Universidade (Reitoria, coordenadores de cursos de graduação, coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, diretores, coordenadores, gerentes e assessores). Nesses *workshops*, os dados e informações obtidos no estudo de cenários foram compartilhados com os gestores, e promoveu-se a análise do ambiente interno e do ambiente externo por meio da técnica *strengths-weaknesses-opportunities-threats* (SWOT) cruzado. Tal análise proporcionou a identificação de oportunidades e ameaças no ambiente externo e forças e fragilidades institucionais. Com base nisso, os gestores puderam discutir os possíveis objetivos e estratégias a serem adotados e dispor de dados e informações para definir a concepção estratégica institucional;

Etapa III – Concepção estratégica: nessa etapa foram realizados *workshops* com a finalidade de discutir e propor a missão, a visão, os valores, os objetivos e as metas institucionais para o novo ciclo do PEI. As atividades contaram com a participação dos gestores da Universidade e também incluíram a proposição de programas e projetos a serem desenvolvidos para a implementação da estratégia definida para o ciclo compreendido de 2017 a 2026;

Etapa IV – Elaboração do PDI: o plano estratégico para o período de 2017 a 2026 foi desdobrado em dois períodos de cinco anos com o intuito de possibilitar um melhor acompanhamento de sua execução e atender à exigência legal de que o PDI seja quinquenal. Assim, a elaboração do PDI para o período de 2017 a 2021 foi priorizada e contemplou as informações do PEI 2017-2026 com base nas exigências previstas pelo Sinaes e pelos procedimentos regulatórios do MEC. Para o segundo quinquênio, período 2022 a 2026, avaliaram-se os objetivos, metas e projetos estratégicos do PDI em andamento (2017-2021), e, por intermédio dos cenários estudados, atualizações foram propostas para a elaboração do PDI 2022-2026.

Etapa V – Implementação das estratégias: essa etapa ocorre após a aprovação do PDI pelo Conselho Universitário e corresponde à execução de ações, projetos e programas previstos no PDI sob a coordenação da GI. Além disso, tal etapa também abrange processos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do PDI por meio dos processos de AI.

Avaliação de Meio Termo do PEI – Em 2020 a comissão responsável pela revisão do PEI, liderada pela Reitoria, propôs a metodologia para análise do PEI denominada “Avaliação do Meio Termo”. Com isso, em 2021 ocorreram as tratativas de análise dos resultados das metas e objetivos alcançados com os projetos e programas propostos, para com base nas análises dos resultados discutidos com a comunidade acadêmica elaborar este documento, o PDI 2022-2026. Para isso, foram realizadas quatro etapas: na Etapa I ocorreu a construção dos cenários; na Etapa II foi feita a revisão estratégica; na Etapa III realizaram-se a revisão e a submissão do PDI; a Etapa IV refere-se a gestão, acompanhamento e reavaliação dos projetos. Paralelamente às atividades da Avaliação do Meio Termo, criaram-se grupos de trabalho específicos para a Unidade São Francisco do Sul e para o *Campus* São Bento do Sul, com o intuito de desdobrar os objetivos estratégicos em ações para o próximo quinquênio.

Por fim, a metodologia considera um processo transversal de Comunicação Institucional, o qual tem o objetivo de socializar dados e informações sobre o PEI, bem como mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações, projetos e programas que visam ao alcance dos objetivos e metas estratégicos.

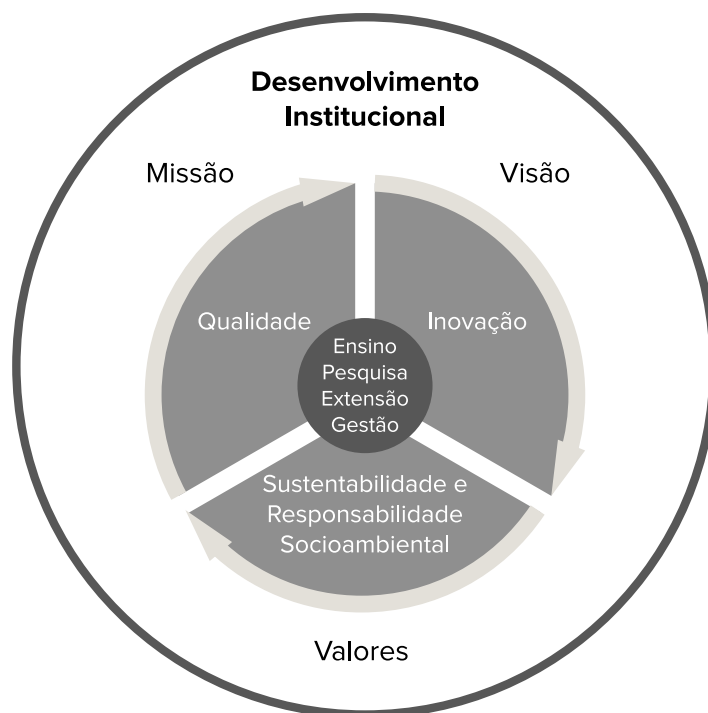
1.4.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Qualidade com inovação considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 5).

Figura 5 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

1.4.3 Objetivos, metas e programas/projetos estratégicos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026, que foram revisados em 2021 na avaliação de meio termo:

Objetivos estratégicos 2017-2026:

- Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional;
- Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo;
- Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental;
- Fortalecer a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica;
- Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

De acordo com o PEI, a estratégia é executada por meio de projetos e programas que visam à consecução dos objetivos estratégicos e ao alcance de metas a eles associadas, conforme os próximos quadros.

Quadro 1 – Objetivo estratégico 1: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
1	Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).	1.1	Alcançar Índice Geral de Curso (IGC) maior ou igual a 4 até 2026.
		1.2	Alcançar Conceito Preliminar de Curso (CPC) maior ou igual a 4 em, no mínimo, 80% dos cursos de graduação até 2026.
		1.3	Alcançar Conceito Capes maior ou igual a 4 nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> que tenham apenas mestrado até 2026.
		1.4	Alcançar Conceito Capes maior ou igual a 5 em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> que tenham mestrado e doutorado até 2026.
Id.	Programas/projetos		
1.1	Melhoria do desempenho dos cursos de graduação no Sinaes.		
1.2	Melhoria do desempenho dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no sistema de avaliação Capes.		
1.3	Aprimoramento e ampliação da abrangência da política de internacionalização.		
1.4	Implantação do novo processo de autoavaliação institucional abrangendo os cursos de graduação e programas de <i>stricto sensu</i> .		

Fonte: Primária (2021)

Quadro 2 – Objetivo estratégico 2: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
2.	Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional.	2.1	Alcançar resultado econômico médio de 2% da receita líquida no período de 2022 a 2026.
Id.	Programas/projetos		
2.1	Gestão de recursos econômicos e financeiros.		
2.2	Novas fontes de receita (prestação de serviço, qualificação profissional, pós-graduação <i>lato sensu</i>).		
2.3	Novas fontes de receita (colégios, graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>).		
2.4	Captação de recursos (editais e parcerias com organizações públicas e privadas).		

Fonte: Primária (2021)

Quadro 3 – Objetivo estratégico 3: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
3.	Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão.	3.1	Alcançar o número de doutorados credenciados pela Capes maior ou igual a 4 até 2026.
		3.2	Alcançar em cada curso de graduação 50% dos docentes com 9 produções trienais a cada ano até 2026.
		3.3	Ampliar a produção científica qualificada (extrato Qualis A da Capes) em 20% até 2026 em relação a 2020.
Id.	Programas/projetos		
3.1	Fortalecimento da produção científica qualificada.		
3.2	Fortalecimento da produção tecnológica, esportiva, artística e cultural.		
3.3	Fortalecimento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .		

Obs.: Ano base 2021

Fonte: Primária (2021)

Quadro 4 – Objetivo estratégico 4: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
4.	Fortalecer a qualidade institucional perante o público interno e o público externo.	4.1	Alcançar índice de satisfação dos empregadores de egressos Univille maior ou igual a 80% como “muito satisfeito” até 2026.
		4.2	Alcançar índice de satisfação dos estudantes Univille maior ou igual a 80% como “muito satisfeito” até 2026.
		4.3	Alcançar índice de satisfação dos egressos Univille maior ou igual a 80% como “muito satisfeito” até 2026.
		4.4	Alcançar índice de satisfação dos empregados Univille maior ou igual a 80% como “muito satisfeito” até 2026.
		4.5	Alcançar índice de satisfação da comunidade externa com relação a atividades, eventos, projetos e programas da Univille maior ou igual a 80% como “muito satisfeito” até 2026.

Continua...

Continuação do quadro 4

Id.	Programas/projetos
4.1	Consolidação da Política de Relacionamento com o Estudante.
4.2	Consolidação da Política de Acompanhamento de Egressos.
4.3	Consolidação da Política de Gestão de Pessoas.
4.4	Consolidação da Política de Comunicação Institucional.
4.5	Implantação de um modelo de melhoria contínua dos processos da universidade.
4.6	Fortalecimento da profissionalização docente.

Fonte: Primária (2021)

Quadro 5 – Objetivo estratégico 5: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
5.	Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental.	5.1	Atuar por meio de atividades de extensão (projetos, programas, prestação de serviços e eventos) em 80% dos municípios nas regiões abrangidas pelas associações Amunesc* e Amvali** até 2026.
		5.2	Alcançar o percentual de atuação nas áreas temáticas de extensão de 90% até 2026.
		5.3	Alcançar o percentual de cursos de graduação da Univille com 10% da carga horária do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) com atividades de extensão de 100% até 2022.
Id.	Programas/projetos		
5.1	Aprovação e implantação da Política de Responsabilidade Social.		
5.2	Aperfeiçoamento da inserção comunitária por meio dos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão e dos projetos pedagógicos dos cursos.		

* Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul.

** Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder.

Fonte: Primária (2021)

Quadro 6 – Objetivo estratégico 6: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
6.	Fortalecer a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica.	6.1	Manter o número de representações em instâncias regionais relacionadas a políticas públicas até 2026*.
		6.2	Aumentar o número de eventos acadêmico-científicos realizados com a participação da Univille em 40% até 2026*.
		6.3	Aumentar o número de representações em entidades acadêmico-científicas nacionais em 30% até 2026*.
		6.4	Aumentar o número de representações em conselhos profissionais regionais em 30% até 2026*.
Id.	Programas/projetos		
6.1	Aprimoramento da gestão das representações institucionais.		
6.2	Aprimoramento dos processos de captação e de gestão de eventos.		

Obs.: * Ano base 2021

Fonte: Primária (2021)

Quadro 7 – Objetivo estratégico 7: metas e programas/projetos

Objetivo:		Metas:	
7.	Fortalecer a Univille como Universidade inovadora e empreendedora.	7.1	Alcançar o número de patentes depositadas e concedidas maior ou igual a 8 até 2026.
		7.2	Aumentar o número de empresas de egressos / estudantes da Univille incubadas no Inovaparq em 50% até 2026*.
		7.3	Aumentar o número de empresas de egressos / estudantes da Univille graduadas no Inovaparq em 100% até 2026*.
		7.4	Aumentar o número de projetos de inovação desenvolvidos por empresas / Univille / Inovaparq em 50% até 2026*.
		7.5	Aumentar o número de projetos inovadores na Univille em 50% até 2026*.
		7.6	Alcançar o percentual de cursos de graduação com componente curricular de inovação e empreendedorismo, no formato obrigatório ou optativo, de no mínimo 90% até 2026*.
		7.7	Aumentar o número de empresas criadas por egressos e estudantes da Univille em 50% até 2026*.
		7.8	Alcançar percentual de cursos com projetos de inovação pedagógica e curricular em 100% até 2026*.
		7.9	Alcançar, no mínimo, 80% dos cursos de graduação da Univille que interagem com o Inovaparq, até 2026*.
Id.	Programas/projetos		
7.1	Implantação de cursos que empreguem metodologia de ensino híbrido (<i>blended</i>).		
7.2	Inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille.		
7.3	Desenvolvimento de competências empreendedoras e de empreendimentos pelos docentes, estudantes e egressos da Univille.		
7.4	Consolidação da relação Univille-Inovaparq e da inserção da Instituição no ecossistema de inovação e empreendedorismo da região.		
7.5	Consolidação da política de inovação e propriedade intelectual		

Obs.: * Ano base 2021

Fonte: Primária (2021)

Para o próximo quinquênio (2022-2026), a Unidade São Francisco do Sul tem como objetivos estratégicos:

- Contribuir com a sustentabilidade financeira da Univille como universidade, o que está alinhado com o Objetivo Estratégico 2 (quadro 2);
- Fortalecer a sustentabilidade socioambiental em consonância com a comunidade do litoral norte catarinense, o que corrobora o Objetivo Estratégico 5 (quadro 5).

Para o *Campus* São Bento do Sul, os objetivos estratégicos propostos são:

- Alcançar a sustentabilidade financeira da Univille como Universidade, o que contribui com o Objetivo Estratégico 2 da Univille (quadro 2);
- Fortalecer o reconhecimento como Universidade na região do planalto norte catarinense, o que está alinhado com o Objetivo Estratégico 5 da Univille (quadro 5).

1.5 Áreas de atuação acadêmica

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística, científica e profissional e objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A educação e a produção da ciência consistem em atividades desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo (UNIVILLE, 2016).

Para alcançar suas finalidades, a Instituição atua no ensino, na pesquisa e na extensão, observando-se o que preconiza o seu Estatuto (UNIVILLE, 2016):

- Promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões ética, política, econômica e social;
- Promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- Promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

1.5.1 Ensino

O ensino constitui atividade sistemática de construção do conhecimento, articulada à pesquisa e à extensão, por meio de processos de ensino e aprendizagem, com vistas a promover o desenvolvimento humano e a formação profissional (UNIVILLE, 2016).

A Univille dispõe de uma Política de Ensino cujo objetivo é definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais. A Política de Ensino da Univille é descrita no capítulo 2 deste PDI.

1.5.2 Pesquisa

A pesquisa constitui atividade permanente da Univille, devendo ser desenvolvida de forma progressiva e articuladamente com o ensino e a extensão nas várias áreas do saber, visando à produção do conhecimento (UNIVILLE, 2016).

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa. Essa política é detalhada no próximo capítulo do PDI.

1.5.3 Extensão

A extensão constitui atividade permanente da Univille, articulada ao ensino e à pesquisa, por meio do diálogo e do compartilhamento de conhecimentos, problemas e soluções com a comunidade (UNIVILLE, 2016).

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão, prestação de serviços, eventos, participação em instâncias comunitárias, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária. De forma semelhante às demais políticas, a de extensão é descrita no próximo capítulo.

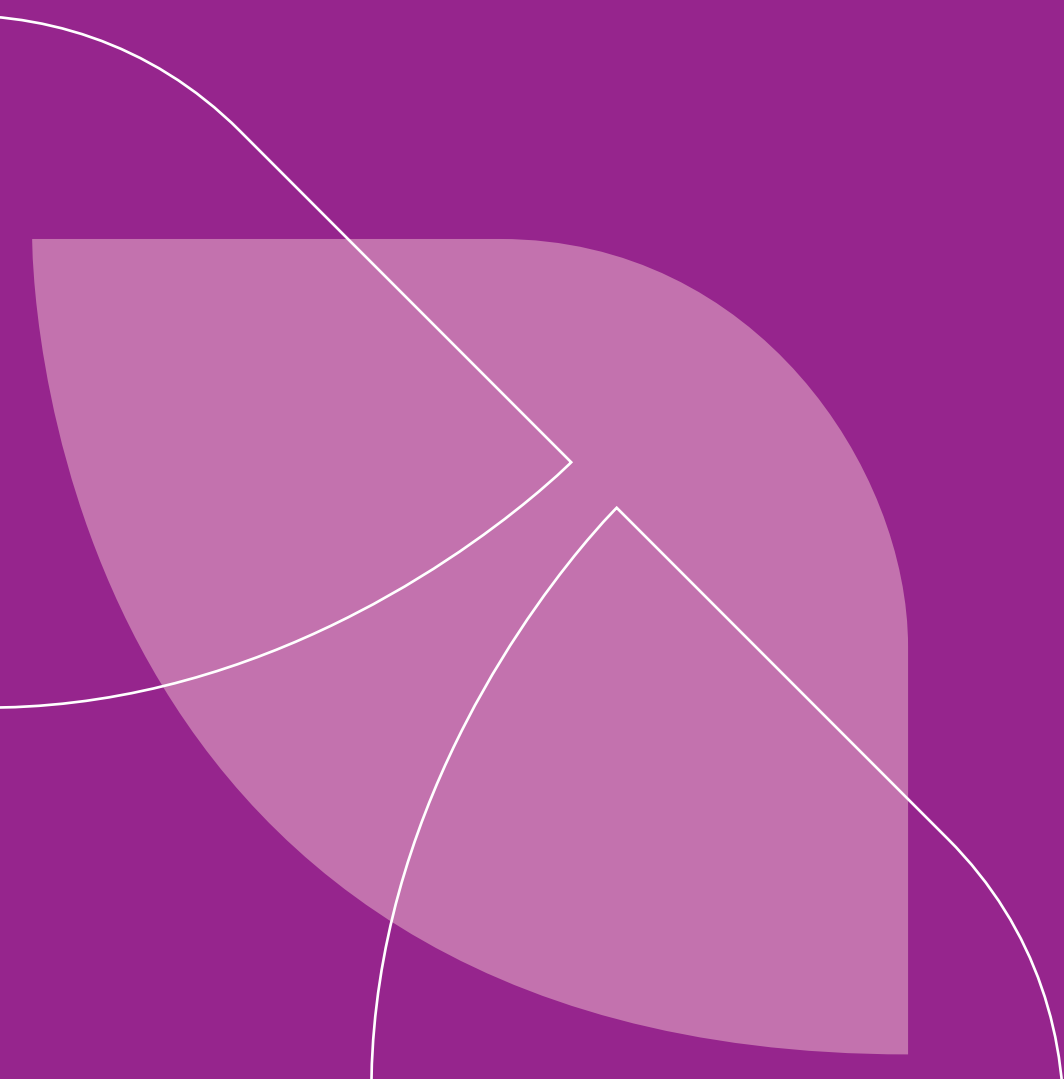
O primeiro capítulo abordou o perfil institucional. Inicialmente foi apresentado o histórico da Univille e caracterizada a identidade institucional com base na missão, na visão e nos valores, destacando-se o caráter comunitário da Universidade. Na sequência, o desenvolvimento institucional foi conceituado e foram descritos a estratégia, os objetivos, as metas, os programas e os projetos da Instituição para o ciclo 2017-2026 de seu Planejamento Estratégico. Por fim, o ensino, a pesquisa e a extensão foram caracterizados como áreas de atuação da Universidade.



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



univille



2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Univille. Inicialmente a inserção regional é caracterizada considerando as cidades em que a Instituição tem *campi*, unidades e polos, assim como outras comunidades do entorno. A seguir, os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam a ação acadêmica são destacados, bem como a organização didático-pedagógica é caracterizada. Também são descritas as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Por fim, são relacionados aspectos associados à responsabilidade social e à internacionalização da Universidade.

2.1 Inserção regional

2.1.1 Aspectos geográficos e históricos

Do ponto de vista geográfico, o norte catarinense (figura 6) possui uma rica mistura de relevos, climas, vegetações e recursos hídricos. Tais aspectos ganham importância quando articulados à história da ocupação humana, especialmente na microrregião de Joinville, que remonta a 6 mil anos (BANDEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2009). Conforme pesquisas arqueológicas desenvolvidas por profissionais que atuam na Univille e no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, até o momento foram identificados 150 sítios de tipologia sambaqui, isto é, formações de conchas construídas por povos que habitaram o litoral do Brasil no período pré-colonial (BANDEIRA, 2005). Também de acordo com pesquisas históricas e antropológicas, no século XVI predominavam na região grupos tupis-guaranis (BANDEIRA, 2004), os quais foram paulatinamente desaparecendo ou se deslocando de maneira fragmentada, à medida que portugueses e vicentistas empreenderam a conquista do território, valendo-se do trabalho de africanos combinado com o antigo sistema colonial. Contudo, no século XIX, parte da área foi transformada em terras dotais quando Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, se casou com o filho do Rei da França (Luís Felipe I), o Príncipe de Joinville, Francisco Fernando de Orleans.

Figura 6 – Estado de Santa Catarina e suas mesorregiões



Fonte: IBGE (2021g)

Em 1849, mediante a assinatura de um contrato, o Príncipe e a Princesa de Joinville cederam à Sociedade Colonizadora de Hamburgo 8 léguas quadradas dessas terras para que fossem colonizadas com imigrantes germânicos. Oficialmente, a fundação de Joinville começou com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus em 9 de março de 1851.

O estabelecimento desses imigrantes obedeceu a um modelo distinto em relação ao que prevaleceu nas demais regiões do Brasil que também receberam imigrantes europeus em meados do século XIX. Enquanto os imigrantes enviados para as lavouras de café, principalmente no estado de São Paulo, trabalhavam em um regime de semisservidão, os que se dirigiam à Colônia Dona Francisca adquiriam lotes de terra com certa facilidade, o que lhes proporcionava relativa autonomia para desenvolver suas atividades. No lugar da exploração (monocultura escravista) ocorreu uma colonização fundamentada na pequena propriedade (policultura), baseada no trabalho familiar, decorrendo daí o rápido aparecimento do núcleo urbano, voltado à comercialização e exportação de excedentes, bem como à importação de outros gêneros.

Em termos sociológicos, podem-se apontar três categorias de imigrantes que se instalaram na Colônia Dona Francisca: os camponeses, os artesãos e os intelectuais que fugiram da Europa após se envolverem em movimentos revolucionários pela unificação da Alemanha em 1848. Isso explica a prematura diversificação das suas atividades econômicas, bem como a rápida criação de instituições religiosas, educacionais, políticas e culturais ainda na primeira década de imigração europeia para a região. Dessa forma, a então Colônia Dona Francisca, que fora projetada para constituir-se na maior colônia agrícola da América do Sul, foi emancipada em 1888, tornando-se o município de Joinville e transformando-se em um dos principais polos políticos e econômicos do sul do Brasil.

Já na década de 1960 o desenvolvimento econômico tornou Joinville a cidade polo da região norte catarinense. Foi nesse processo que Joinville passou a receber migrantes oriundos de diferentes cidades brasileiras, especialmente do norte do Paraná, o que acabou por torná-la no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1981 a cidade mais populosa do estado de Santa Catarina, superando a capital Florianópolis.

Nas últimas décadas do século XX, a abertura econômica brasileira produziu efeitos de toda ordem na vida urbana e no quadro econômico da cidade, entre os quais se destacam a mudança do perfil das indústrias e o desenvolvimento de um projeto levado a cabo pelo poder municipal voltado a transformar Joinville em cidade de eventos e turismo. Para tanto, o poder público valeu-se da existência de uma série de manifestações e de equipamentos culturais (criados em diferentes momentos da história local) para diversificar a economia e fomentar emprego e renda na área de serviços e de hospitalidade.

Por fim, cabe assinalar nesta breve escrita sobre a história da região a própria criação da Univille. Conforme Coelho e Sossai (2015), a iniciativa para implantar o primeiro curso de ensino superior da região foi justificada em 1965 como resposta a um problema de “desproporcionalidade convincente”, pois em Santa Catarina havia apenas uma universidade, na capital Florianópolis. Tornava-se, pois, imperativo que Joinville, com suas indústrias e tendo atingido o maior índice de crescimento populacional catarinense entre 1960 e 1964, contasse com cursos superiores para atender às demandas crescentes tanto de recursos humanos de seu complexo industrial quanto de professores para a educação básica, que àquela altura registrava um aumento de 16,8% de escolares ao ano.

Assim, para atender às expectativas desenvolvimentistas do período, até a década de 1980 foram criados vários cursos de graduação nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Registram-se também: os esforços envidados pelo poder municipal no que tange à construção do *campus* que atualmente é a sede da Univille, inaugurado em 1975; a alteração da denominação da Fundação Joinvilense de Ensino para Fundação Universitária do Norte Catarinense e, posteriormente, Fundação Educacional da Região de Joinville (reforçando o seu caráter regional); e o aumento da subvenção orçamentária da Prefeitura destinada à manutenção de suas atividades, o que atualmente não mais ocorre.

Já no princípio dos anos 1980 as comunidades interna e externa iniciaram os debates sobre a transformação da Furj em universidade, o que se concretizou por meio do credenciamento da Univille em 1996, conforme consta no histórico institucional que integra o primeiro capítulo do PDI 2022-2026.

2.1.2 Aspectos socioeconômicos

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população estimada para 2021 de 1.435.570 habitantes, conforme IBGE (2021g). Nessa área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões, conforme o quadro 8, no qual é apresentada a estimativa populacional do IBGE (2021g).

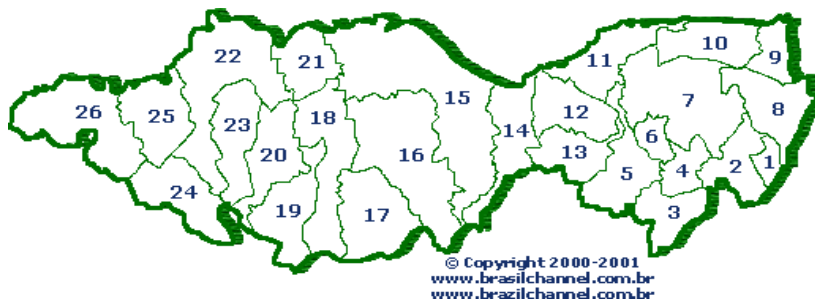
Quadro 8 – Municípios da mesorregião norte catarinense

MESORREGIÃO NORTE CATARINENSE		
Microrregião de Canoinhas		
Município	Área (km²)	População estimada em 2021
Bela Vista do Toldo	535,68	6.386
Canoinhas	1.148,04	54.558
Irineópolis	589,69	11.354
Itaiópolis	1.297,54	21.889
Mafra	1.404,08	56.825
Major Vieira	520,81	8.209
Monte Castelo	233,54	4.166
Papanduva	764,73	19.521
Porto União	848,77	35.685
Santa Terezinha	715,55	8.760
Timbó Grande	596,34	8.003
Três Barras	436,49	19.455
Microrregião de Joinville		
Município	Área (km²)	População estimada em 2021
Araquari	386,69	40.890
Balneário Barra do Sul	108,91	11.271
Corupá	405,76	16.300
Garuva	503,59	18.816
Guaramirim	267,51	46.757
Itapoá	245,39	21.766
Jaraguá do Sul	530,89	184.579
Joinville	1.127,95	604.708
Massaranduba	374,45	17.330
São Francisco do Sul	493,26	54.751
Schroeder	165,23	22.605
Microrregião de São Bento do Sul		
Município	Área (km²)	População estimada em 2021
Campo Alegre	499,21	11.985
Rio Negrinho	907,42	42.684
São Bento do Sul	495,77	86.317

Fonte: IBGE (2021g)

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul e polos nos municípios de Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul e Massaranduba (figura 7), além de um polo em Guaratuba, no Paraná.

Figura 7 – Região de atuação da Univille

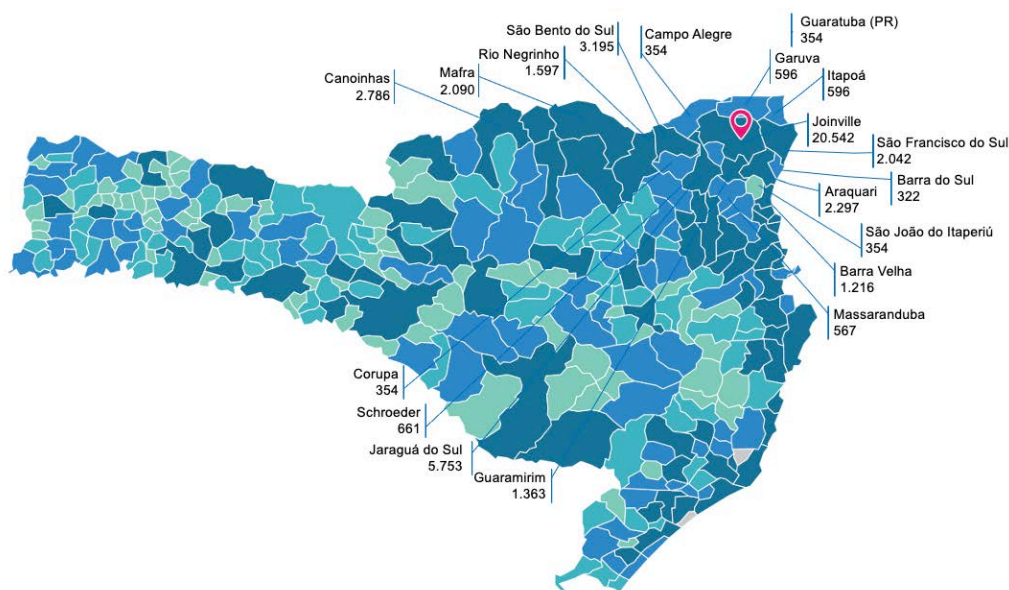


- | | | | |
|---------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|
| 1. Balneário Barra do Sul | 8. São Francisco do Sul | 15. Mafra | 22. Canoinhas |
| 2. Araquari | 9. Itapoá | 16. Itaiópolis | 23. Bela Vista do Toldo |
| 3. Massaranduba | 10. Garuva | 17. Santa Terezinha | 24. Timbó Grande |
| 4. Guaramirim | 11. Campo Alegre | 18. Papanduva | 25. Irineópolis |
| 5. Jaraguá do Sul | 12. São Bento do Sul | 19. Monte Castelo | 26. Porto União |
| 6. Schroeder | 13. Corupá | 20. Major Vieira | |
| 7. Joinville | 14. Rio Negrinho | 21. Três Barras | |

Fonte: Adaptado de Brasil Channel (2016)

Observa-se na figura 8, em que consta o número de matrículas no ensino médio dos municípios selecionados, considerando o ano de 2020, que há potencial para a oferta do ensino superior na microrregião de Canoinhas, destacando-se esse município e Mafra. Evidencia-se também, pela oportunidade de oferta, o município de Jaraguá do Sul. Por outro lado, pode-se pensar na expansão para os municípios do entorno do Porto Itapoá, incluindo esse município, o de Garuva e o de Guaratuba no estado vizinho do Paraná.

Figura 8 – Ensino: número de matrículas no ensino médio em 2020



Fonte: IBGE (2021g)

A seguir, apresentam-se as características econômicas, populacionais e educacionais dos principais municípios da mesorregião norte catarinense.

2.1.3 Joinville (SC)

O município de Joinville foi fundado em 9 de março de 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes da Alemanha, Suíça e Noruega, a bordo da barca Colon. A nova terra foi denominada Colônia Dona Francisca, em homenagem à Princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I e herdeira de uma área de 25 léguas quadradas. As terras faziam parte do dote de casamento da princesa com o Príncipe François Ferdinand Phillippe Louis Marie, de Joinville (França). A chegada dos imigrantes à região foi possível depois de o príncipe ceder, em 1849, oito léguas de área para a Sociedade Colonizadora Hamburguesa, de propriedade do senador Christian Mathias Schroeder. Os primeiros colonizadores chegaram às terras brasileiras dois anos depois, juntando-se a portugueses e indígenas já estabelecidos na região (IBGE, 2021).

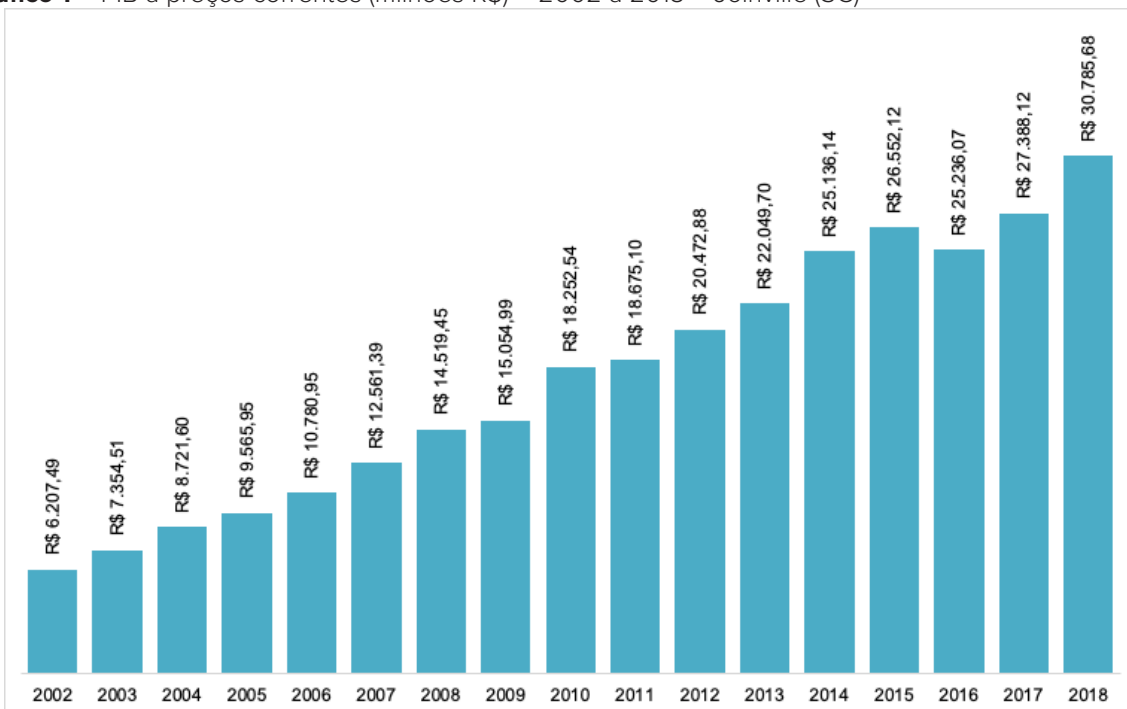
Localizada na Região Sul do país, Joinville é o maior município catarinense, configurando-se como o terceiro polo industrial da Região Sul. Está entre os 15 maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais, concentrando grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (SEPUD, 2020).

É o município polo da microrregião nordeste do estado de Santa Catarina, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. Em 2020 ficou na 48.^a posição entre os maiores municípios exportadores do Brasil e em 2.^o lugar no Estado, apesar do desempenho negativo de 8,8% em relação ao ano de 2019 (FAZCOMEX, 2021).

Entre os produtos exportados por Joinville, a maior parte (39%) é de peças destinadas a motores. O valor acumulado atingiu os U\$ 234,54 milhões em 2019, o que representou queda de 2,8% em comparação com o exportado no mesmo período de 2020. Outra grande parte da exportação de Joinville (23%) é de bombas de ar de vácuo, compressores de ar e ventiladores. O valor atinge os U\$ 139,33 milhões, mas também apresentou queda de 8% em comparação com as exportações do mesmo período de 2018. Ainda, destacam-se as partes e acessórios para automóveis (6,9%), equivalentes a U\$ 41,89 milhões, e refrigeradores, *freezers*, aparelhos para produção de frio e bombas de calor (4,1%), equivalentes a U\$ 24,73 milhões (FIESC, 2020).

Segundo o IBGE (2021), Joinville estima ter uma população de 604.708 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 457 hab./km². Ficou em 1.^o lugar no *ranking* do produto interno bruto (PIB) de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 31 bilhões. O gráfico 1 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 1 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Joinville (SC)



Fonte: IBGE (2021u)

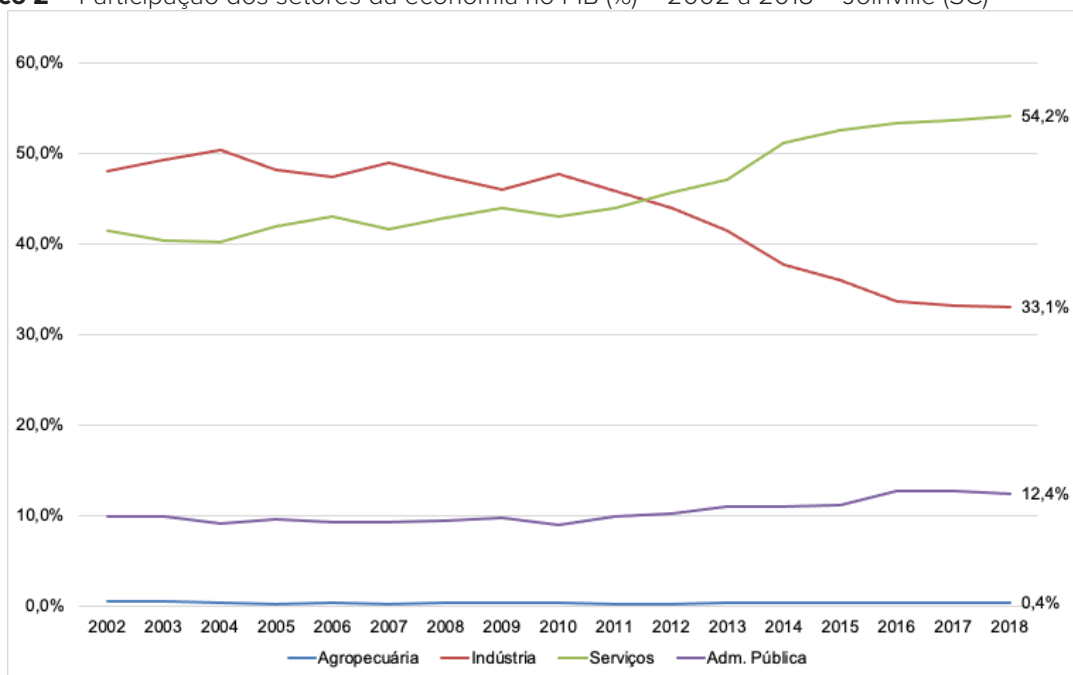
No gráfico 1 pode-se observar que o PIB de Joinville apresentou um crescimento contínuo e constante para o período analisado, passando de R\$ 6,2 bilhões (2002) para R\$ 30,7 bilhões (2018). Por ser um município que tem a atividade econômica bastante diversificada, Joinville recebe todos os estímulos e as interferências oriundas do desempenho econômico do Brasil, assim como da economia internacional.

Destaca-se, entre as atividades industriais, o Parque Perini, que abriga parte considerável das grandes indústrias instaladas em Joinville. O maior parque empresarial multissetorial da América do Sul possui 240 empresas de diversos segmentos instaladas, como metalomecânico, plástico, automobilístico, químico e do setor logístico. Segundo o presidente do Parque Perini, Joinville tem muitos atrativos, sendo referência logística no país, e “desperta interesse de quem trabalha com o exterior muito pela proximidade com os portos de Navegantes e Itapoá” (JOINVILLE..., 2021).

Entre as empresas que estão no município, 9 delas se configuram como as maiores do Brasil: Tupy (metalurgia), Tigre (plásticos e borrachas), Clamed Farmácias (comércio varejista), Mexichem Brasil (plásticos e borrachas), Schulz (mecânica), Scherer (comércio varejista), Krona (plásticos e borrachas), Döhler (têxtil, couro e vestuário) e Multilog (transportes e logística). Ainda, considerando a Região Sul, em Joinville estão instaladas 19 das 500 maiores empresas, segundo a Revista Amanhã (JOINVILLE..., 2021).

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Joinville, o gráfico 2 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 2 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Joinville (SC)

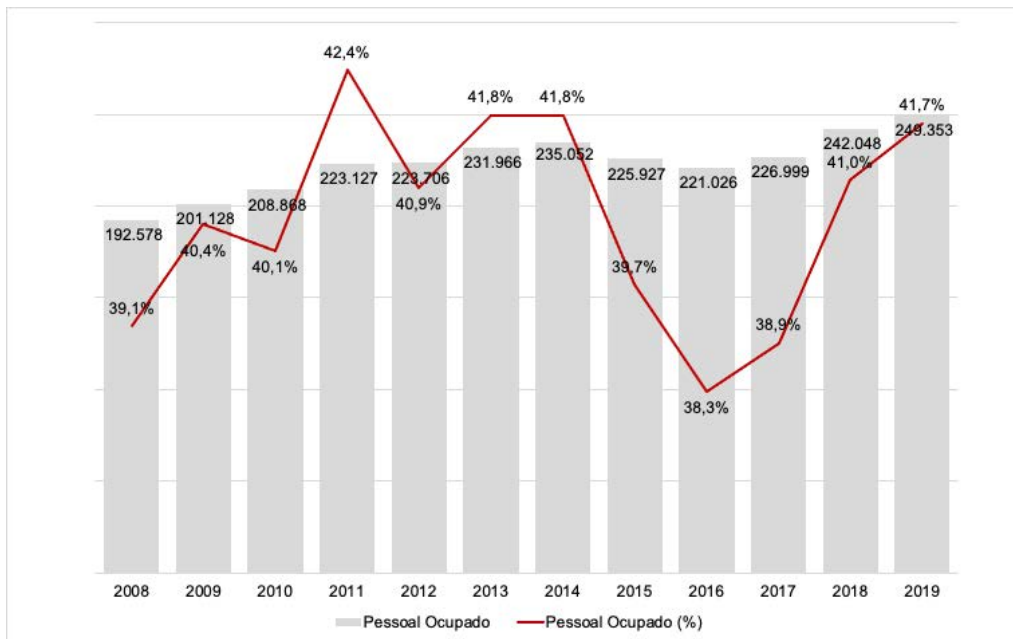


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 2 demonstram que o setor industrial, até 2010, era o mais importante para a economia de Joinville, sendo responsável pela participação de aproximadamente 50% do PIB. No entanto, a partir de 2011, assim como ocorre no Brasil, o setor de serviços avançou, apresentando um potencial crescimento no município. Sobre isso, a TheCities (2021) explica que com relação aos setores econômicos a cidade possui grande parte das atividades no setor secundário, com indústrias dos ramos de metalomecânica, plásticos, têxtil, madeira, tecnologia da informação e outros. No entanto o comércio e serviços também movimentam o capital de Joinville, com relevância para a área de turismo. Além disso, destacou-se a partir de 2011 a vinda de empresas prestadoras de serviços para atender a uma grande demanda justificada pelas empresas joinvilenses, como também pelas empresas que se instalaram em Araquari e pelo Porto Itapoá. Já as atividades primárias têm como base a agricultura familiar, caracterizada por pequenas propriedades.

Com relação ao pessoal ocupado, o gráfico 3 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

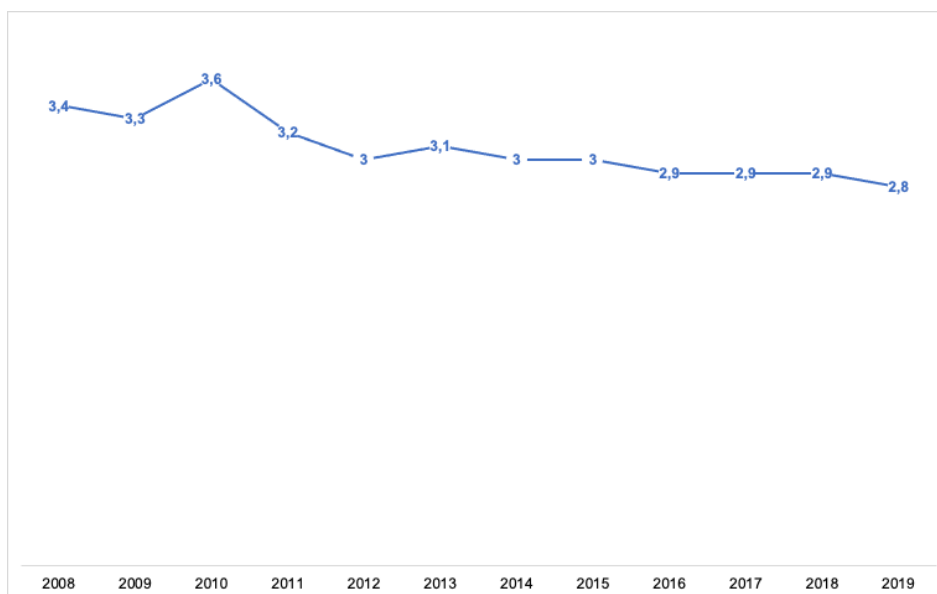
Gráfico 3 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Joinville (SC)



Fonte: IBGE (2021)

Deve-se destacar que Joinville mantém um índice alto de ocupação dos seus residentes, apesar de este ter apresentado, entre 2015 e 2017, uma queda. Contudo, em relação a números absolutos, observa-se um crescimento contínuo, passando de 192 mil (2008) para 249 mil (2019). O índice de ocupação é considerado alto, tendo em vista que a média do período é de 40%. No ano de 2008 Joinville tinha registrado no IBGE (2021) 19.042 empresas, passando para 25.336 empresas em 2019. No que concerne a renda e ocupação, observa-se no gráfico 4 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 4 – Salário médio mensal – 2008 a 2020 – Joinville (SC)

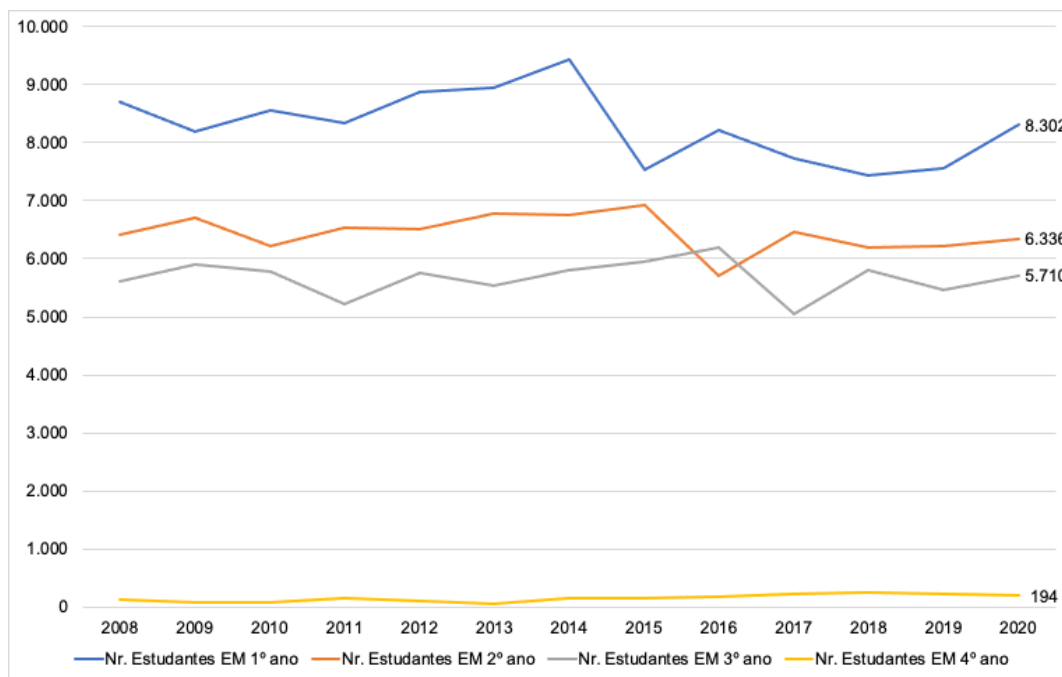


Fonte: IBGE (2021)

O gráfico aponta que a média de salários por família em Joinville, em 2019, foi de 2,8 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 3.080,00 por mês, mas esse índice vem caindo desde 2010.

Quanto ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 5 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 5 – Estudantes do ensino médio – número de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Joinville (SC)



Fonte: IBGE (2021)

O gráfico 5 evidencia que ocorreu pequena variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 20.500 alunos. O ano de 2020 apresentou 8.302 alunos no 1.º ano, 6.336 no 2.º ano, 5.710 no 3.º ano (ensino médio) e 194 alunos no 4.º ano, cursos de ensino técnico.

2.1.4 São Bento do Sul (SC)

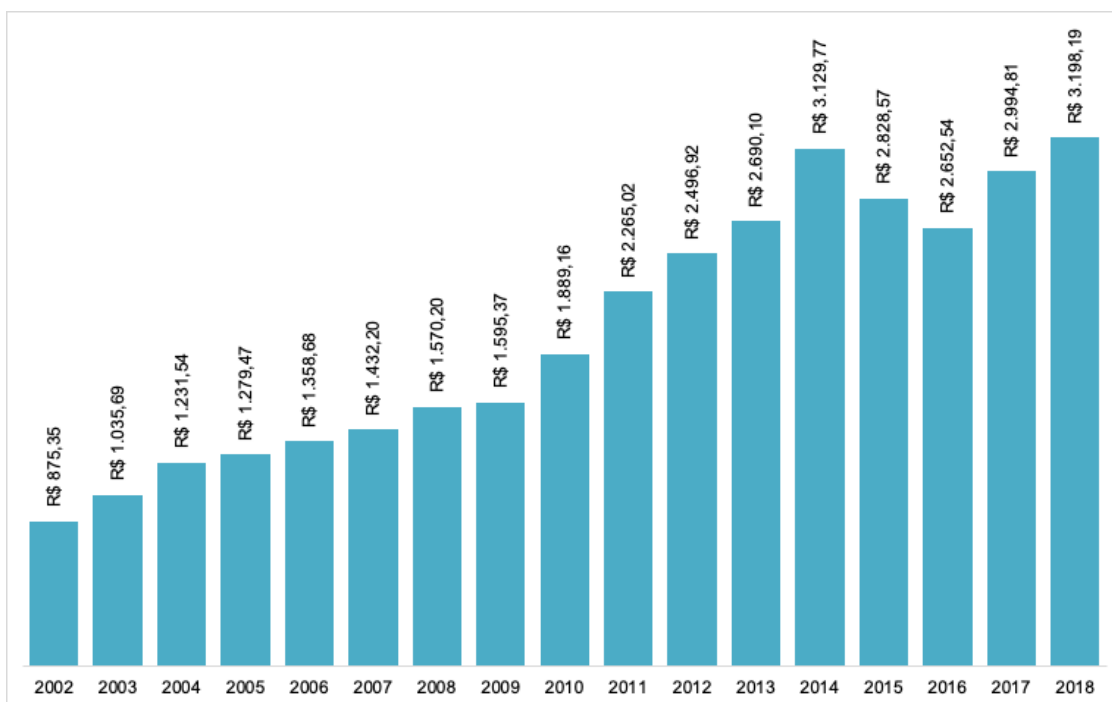
O município de São Bento do Sul, localizado no nordeste catarinense, começou a ser formado após a Cia. Colonizadora, com sede em Hamburgo, na Alemanha, enviar colonos para as terras da Colônia Dona Francisca (hoje Joinville). Em 1873, após não haver mais terras disponíveis, um grupo subiu a Serra Geral a pé em direção ao planalto catarinense. Após chegarem às margens do Riacho São Bento, construíram o primeiro assentamento, e logo após partiram para abrir os primeiros caminhos na mata, sempre ao longo do Riacho São Bento. Os colonos, vindos da Áustria, Bavária, Polônia, Saxônia, Tchecoslováquia e de outras partes do Brasil, encontraram uma densa floresta, povoada por inúmeros animais e pássaros, e decidiram construir uma réplica da pátria que haviam deixado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, 2021).

Segundo a Prefeitura de São Bento do Sul (2021), em 21 de maio de 1883, pela Lei Provincial n.º 1030 de Santa Catarina, foi criado oficialmente o município de São Bento do Sul, instalado em 30 de janeiro de 1884.

Desde suas origens, São Bento do Sul foi uma grande produtora de móveis em madeira, amparada basicamente por suas densas florestas; destaca-se o fato de ter sido a primeira cidade catarinense a exportar móveis, segundo Kutach (2014). Esse fato ocorreu em 1920, quando uma empresa são-bentense começou a vender caixotes para acomodar frutas para a Argentina, o Chile e o Uruguai. Logo começaram a exportar também mesas e cadeiras, passando a exportar até mesmo cadeiras de cinema para vários países. São Bento do Sul também foi o primeiro município catarinense a produzir móveis com chapas de madeira laminada e a primeira cidade catarinense a fazer reflorestamentos. O histórico empreendedor na indústria madeireira gerou frutos: São Bento do Sul é hoje a capital nacional dos móveis, e tais empresas correspondem a 36% de toda a movimentação econômica do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, 2020).

Segundo o IBGE (2021o), São Bento do Sul estima ter uma população de 86.317 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 149 hab./km². Ficou em 19.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 3,19 bilhões. O gráfico 6 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 6 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – São Bento do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 6 pode-se notar que o PIB de São Bento do Sul apresentou um crescimento contínuo e constante entre os anos de 2002 e 2014, passando de R\$ 875 milhões (2002) para R\$ 3,12 bilhões (2014). São Bento do Sul, assim como ocorreu com outros municípios cuja atividade econômica é bastante diversificada, recebe todos os estímulos e as interferências negativas oriundas do desempenho econômico do Brasil, assim como da economia internacional. Por isso, como a economia brasileira sofreu uma queda em 2015 e 2016, observa-se que o baixo

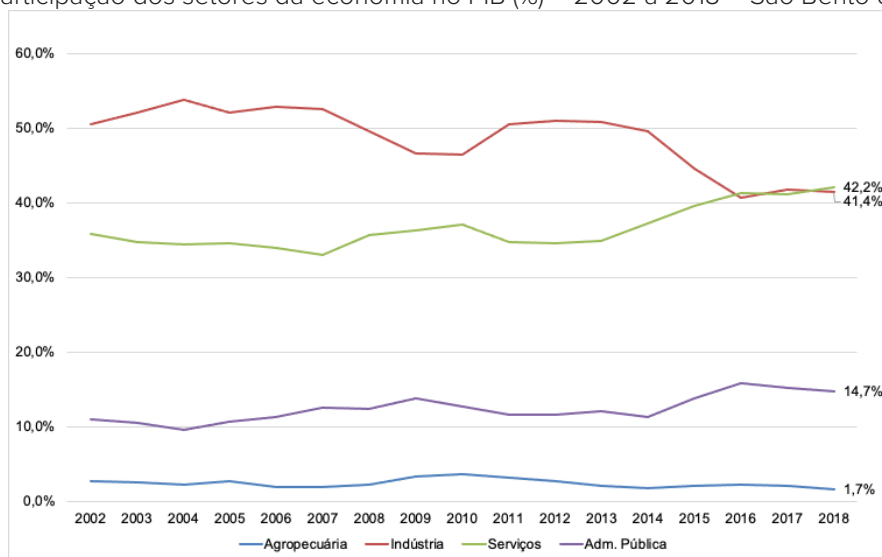
desempenho nacional interferiu no desempenho de São Bento do Sul, com a queda no PIB. Verifica-se a retomada da economia a partir de 2017, voltando ao patamar do PIB de R\$ 3,19 bilhões em 2019.

Os dados do Sebrae (2019f) permitem dimensionar o cenário empresarial de São Bento do Sul. Em 2016 o município tinha 59 empresas de médio e grande porte, sendo a imensa maioria dos empreendimentos locais categorizados como microempresas. Importante ressaltar o papel dos pequenos, médios e grandes empreendimentos na geração de empregos: apesar de representarem apenas 6,9% dos empreendimentos, respondem por 71,4% dos empregos do município.

São Bento do Sul é o 8.º exportador de Santa Catarina. As indústrias da cidade venderam ao mercado internacional 1,6% do total exportado no estado. Os produtos mais comercializados foram móveis (43,5% de participação em Santa Catarina), tubos e perfis ocós de ferro ou aço (80,4% do estado) e madeira serrada (9,1% de participação em Santa Catarina). O faturamento das indústrias de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho alcançou US\$ 165,161 milhões, o que representa um crescimento de 30% se comparado aos US\$ 126,664 milhões exportados em 2017 (FIESC, 2020).

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de São Bento do Sul, o gráfico 7 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 7 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – São Bento do Sul (SC)



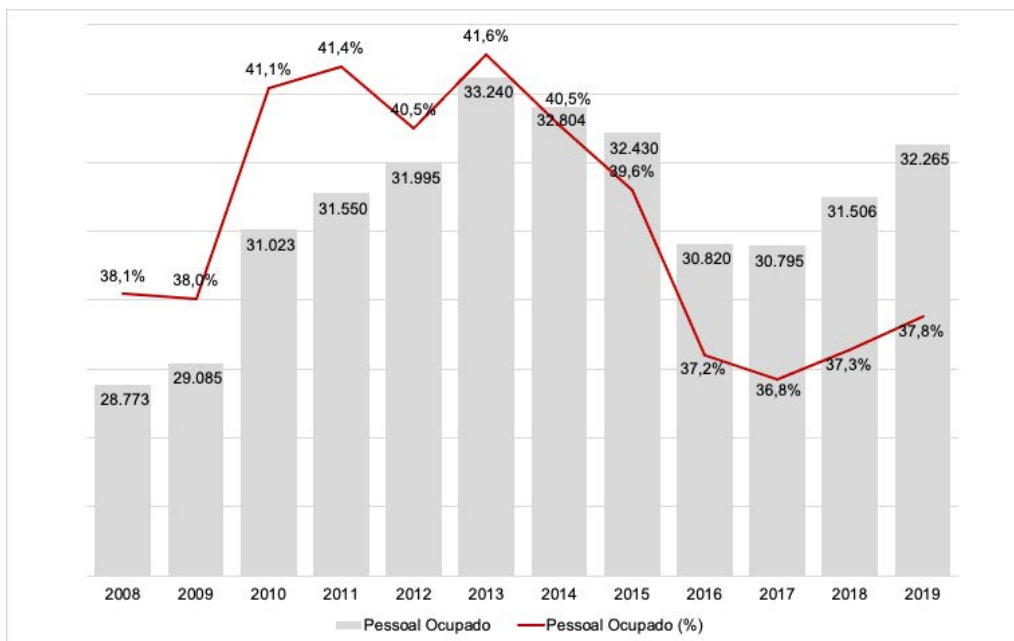
Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 7 demonstram que o setor industrial, até 2014, era o mais importante para a economia de São Bento do Sul, sendo responsável pela participação de mais de 50% do PIB. No entanto, a partir de 2015, assim como ocorreu no Brasil, o setor de serviços avançou, apresentando um potencial crescimento no município de São Bento do Sul. Segundo a ACISBS (2021), diante do equilíbrio entre os setores, confirmou-se a diversificação econômica cada vez mais distribuída entre os segmentos, destacando o setor comercial com o aumento da participação relativa e ocupando a primeira posição na movimentação econômica. O município tem seis empresas em diferentes segmentos (metalurgia, higiene e limpeza, têxtil e confecções, móveis) que estão entre as 500 maiores do sul do Brasil, sendo a sexta cidade do estado de Santa Catarina com o maior número de empresas.

A matriz econômica diversificada, acompanhando a tendência mundial de crescimento econômico na área de serviços, viabiliza novos empreendimentos, gerando renda superior com o emprego de mão de obra qualificada, especialmente na área de inovação tecnológica, por meio da consolidação do Parque Científico e Tecnológico (ACISBS, 2021).

No tocante ao pessoal ocupado, o gráfico 8 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

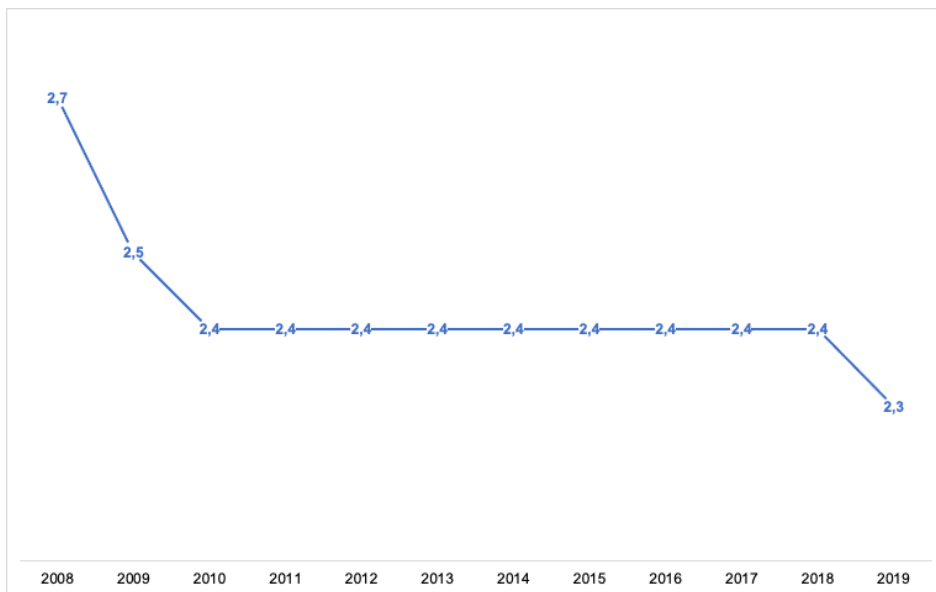
Gráfico 8 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – São Bento do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021o)

Os números de São Bento do Sul referentes ao pessoal ocupado acompanharam o seu PIB, com crescimento de 2008 a 2013, passando de 28.773 (2008) para 33.240 (2013), o que corresponde a 41% do total da população residente no município. No entanto, a partir de 2014, esse número caiu até 2017, atingindo o menor nível de ocupação para o período de análise, com 36%. Apesar da retomada em 2018 e 2019, com número absoluto de 32.265 pessoas ocupadas, proporcionalmente em relação à população total, representa 37,8%. Em relação ao número de empresas registradas, de 2008 a 2019, segundo o IBGE (2021o), não apresentou oscilações significativas, finalizando o período de análise em 3.487 empresas. Em relação a renda e ocupação, verifica-se no gráfico 9 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 9 – Salário médio mensal – 2008 a 2020 – São Bento do Sul (SC)

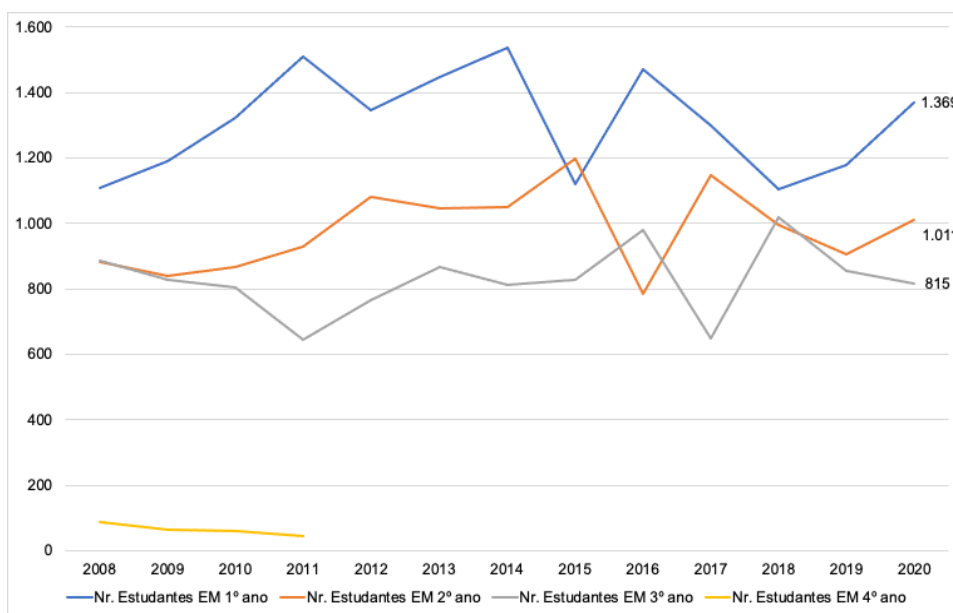


Fonte: IBGE (2021o)

O gráfico 9 mostra que a média de salários por família em São Bento do Sul, em 2019, foi de 2,3 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.530,00 por mês. Observa-se que há uma queda mais significativa de 2008 a 2010, passando de 2,7 salários mínimos (2008) para 2,4 salários mínimos (2010). É importante registrar que, mesmo com a queda do pessoal ocupado, a renda média da família são-bentense tem permanecido praticamente constante.

E, em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 10 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 10 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – São Bento do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021o)

Nota-se no gráfico 10 que ocorreu pouca variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 3.000 alunos. O ano de 2020 apresentou 1.369 alunos no 1.º ano, 1.011 no 2.º ano e 815 no 3.º ano do ensino médio.

2.1.5 São Francisco do Sul (SC)

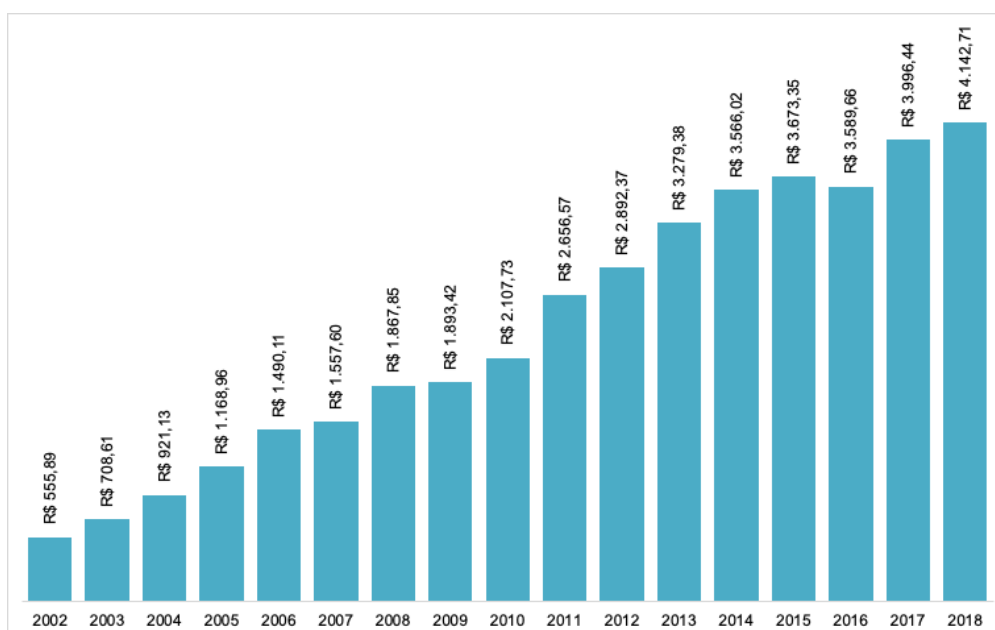
São Francisco do Sul é a terceira cidade mais antiga do Brasil – a ilha foi descoberta em 1504. Em 15 de abril de 1847 recebeu o título de cidade. Com a construção da rede ferroviária, a região teve um forte impulso de desenvolvimento. A importância dos trens para a economia de São Francisco do Sul mantém-se até hoje, já que neles os produtos do município são transportados até o porto. No século XX a localização do porto mudou, permitindo maior movimento de navios (SEBRAE, 2019g).

Em princípio a região foi colonizada e povoada como posição estratégica de controle territorial do Império. Nas suas terras foi instaurada uma monocultura escravista para cultivo de mandioca e produção de farinha, e sua maior parte era destinada ao centro imperial. A tradição marítima e pesqueira desenvolveu-se na produção de peixe seco. Com o fim do ciclo agrário, que coincide com a abolição da escravatura, ocorreu o surgimento da atividade portuária na primeira década do século XX. As primeiras instalações aduaneiras encontravam-se no perímetro do atual Centro Histórico. A partir da segunda metade do século passado, com as novas instalações, a atividade portuária estabeleceu-se como principal atividade econômica do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

São Francisco do Sul destaca-se, economicamente, pela presença do quinto maior porto brasileiro em movimentação de contêineres, cuja atividade responde por mais de 70% da renda do município, com significativos reflexos para o turismo, comércio e serviços (SEBRAE, 2019g).

Segundo o IBGE (2021p), São Francisco do Sul estima ter uma população de 54.751 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 85 hab./km². Ficou em 14.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 4,1 bilhões. O gráfico 11 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 11 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – São Francisco do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021u)

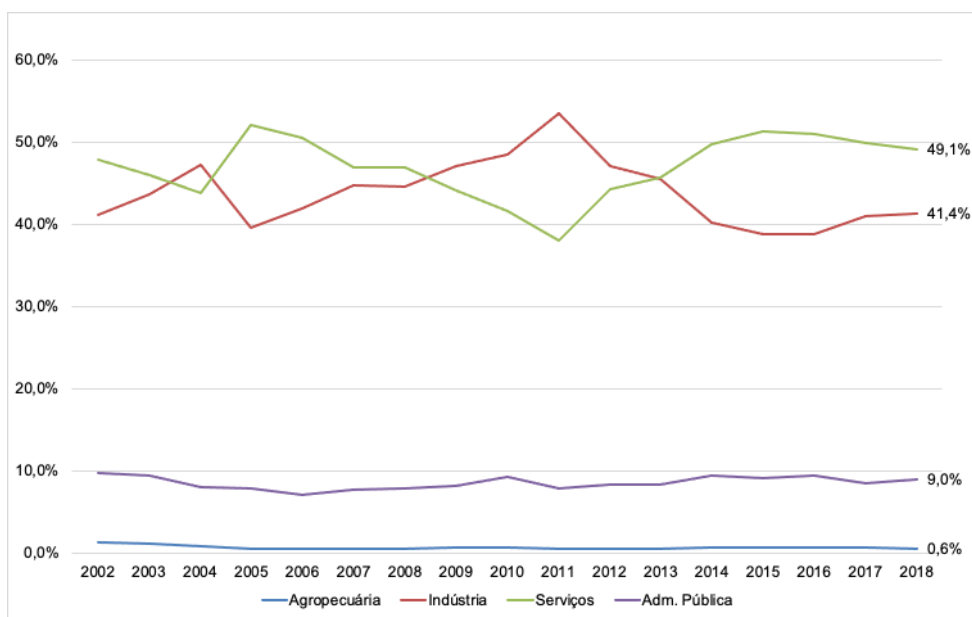
No gráfico 11 nota-se que o PIB de São Francisco do Sul apresenta um crescimento contínuo e constante entre os anos de 2002 e 2018, passando de R\$ 555 milhões (2002) para R\$ 4,1 bilhões (2018).

Um fator determinante para o crescimento do PIB de São Francisco do Sul é o seu porto e as demais atividades econômicas relacionadas a ele. Em 2019 o Porto de São Francisco do Sul consolidou-se como o maior em movimentação de cargas em Santa Catarina. É considerado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o 6.º em qualidade ambiental entre os portos públicos do país e o 7.º maior do Brasil em volume de carga geral. Além disso, ocupa a quinta posição nacional em movimentação de fertilizantes (PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

Exemplo disso é o terminal da empresa Terlogs Terminal Marítimo Ltda., o qual pode armazenar 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas a granel. A empresa firmou um contrato com a América Latina Logística (ALL), dando a ela exclusividade no transporte de toda a carga do terminal por um período de 23 anos a partir de 2005 (INVESTIMENTO..., 2005). Destaca-se também o grande aumento no comércio da cidade durante o período de alta temporada, quando acontece o maior número de vendas entre os meses de dezembro e fevereiro.

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de São Francisco do Sul, o gráfico 12 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 12 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – São Francisco do Sul (SC)



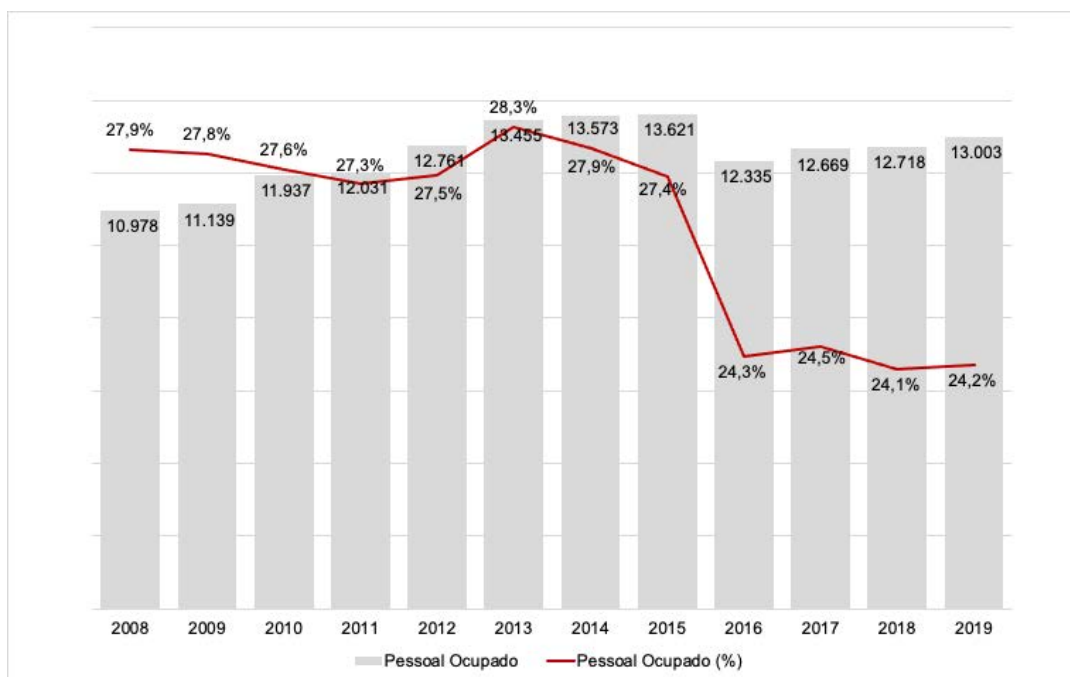
Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 12 demonstram que o setor de serviços divide com a atividade industrial a participação do PIB de São Francisco do Sul. A economia portuária e logística é predominante no município, com o setor consolidado como corredor de exportação e importação de graneis. A atividade industrial de transformação também tem importante participação no incremento econômico da cidade, e o setor de serviços desenvolve-se por meio do turismo, principalmente no período de verão, em que a população flutuante chega a ser três vezes maior do que a população fixa. Cerca de 75% da economia de São Francisco do Sul vem da atividade portuária. O turismo representa 5% da economia da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2021).

Um dos grandes obstáculos que a cidade enfrenta é o acesso. Em uma entrevista para a colunista Estella Benetti (2019), do jornal NSC Total, o então prefeito afirmou que enquanto não houver a duplicação da BR-280 a cidade segue sofrendo impactos, como contêineres que não realizam mais o segmento para o Porto de São Francisco do Sul por conta do estrangulamento da BR-280. Relata nessa mesma entrevista que a cidade não consegue competir com os portos das cidades de Itapoá e Navegantes, pois, como o porto é público, os gastos são relativamente maiores do que nas cidades com porto privado. O prefeito ainda diz que, apesar dessa dificuldade com a BR-280, o porto não sofre grandes impactos econômicos; já o turismo, sim. São Francisco do Sul possui uma série de projetos de novos portos, projetos esses referentes a três terminais graneleiros, à unidade de regaseificação de gás natural TGS e ao Porto Brasil Sul. Existe uma série de novas lojas, como a Havan, a qual foi inaugurada em agosto de 2019, e novos supermercados, como Komprão, Preceiro, Angeloni, intensificando a atividade de serviço/comércio.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 13 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 13 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – São Francisco do Sul (SC)

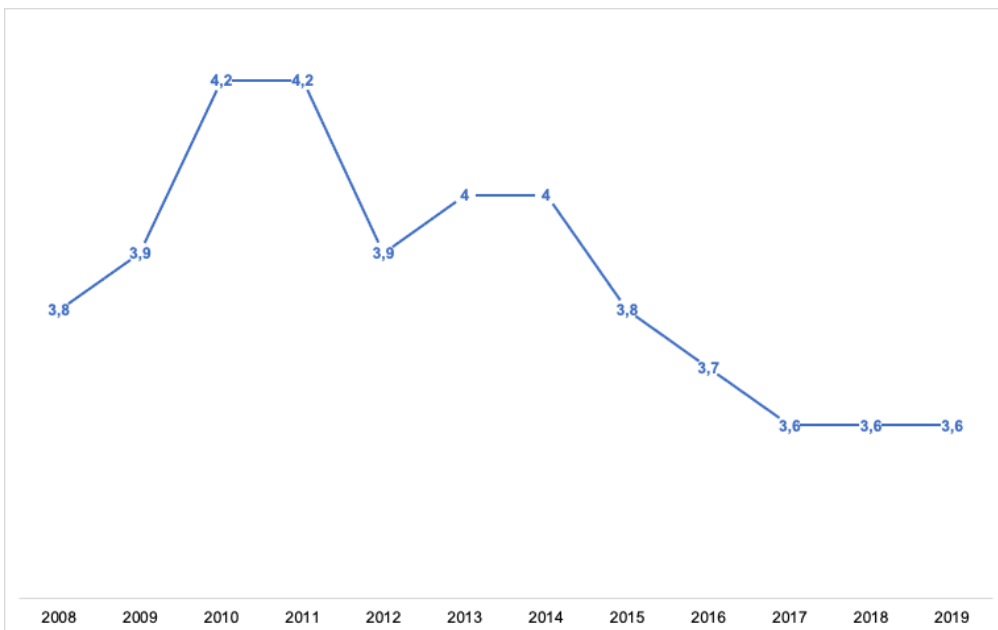


Fonte: IBGE (2021p)

Em números absolutos, São Francisco do Sul vem apresentando crescimento de pessoal ocupado, passando de 10.978 (2008) para 13.003 (2019), com o maior índice em 2015, com mais de 13.600 pessoas ocupadas. Porém, quando se compara com a população total, a participação vem apresentando leve queda, tendo uma média de 26% da população total ocupada para o período de 2008 a 2019. Em relação ao número de unidades registradas como produtivas, São Francisco do Sul conta com 1.743 unidades em 2019, segundo o IBGE (2021p).

Em relação a renda e ocupação, verifica-se no gráfico 14 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 14 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – São Francisco do Sul (SC)

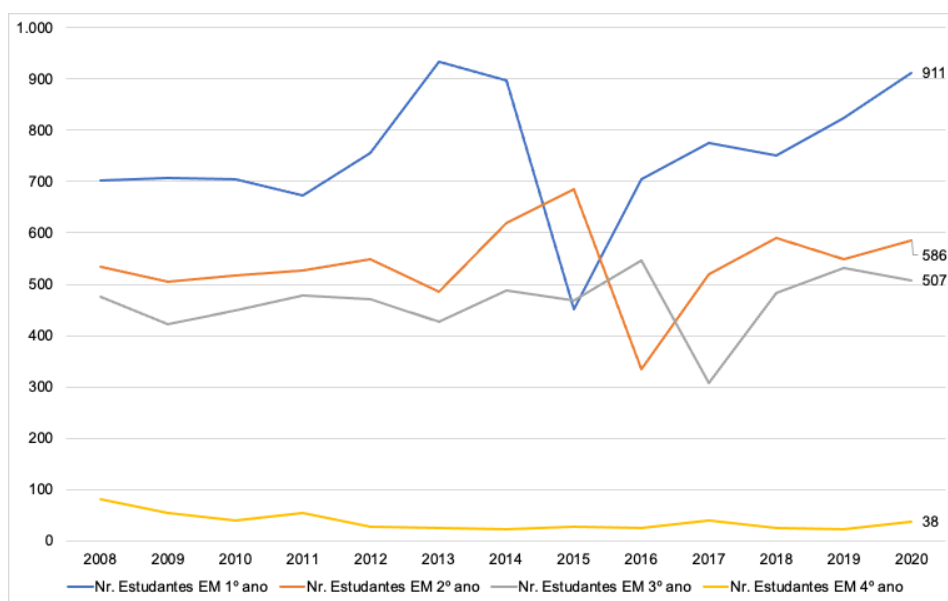


Fonte: IBGE (2021p)

No gráfico 14 observa-se que São Francisco do Sul tem, entre os municípios da região, a maior média do salário médio mensal, com 3,6 salários mínimos em 2019, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 3.960,00 por mês. No entanto, considerando o período de 2008 a 2019, esse é o menor valor, visto que São Francisco do Sul já teve uma média de 4,2 salários mínimos como salário médio mensal.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 15 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 15 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – São Francisco do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021p)

O gráfico 15 apresenta o número de estudantes matriculados no ensino médio, e é possível notar que o número de alunos matriculados no 1.º ano vem apresentando crescimento a partir de 2015 após ter registrado queda em relação a 2013. O ano de 2020 apresentou 911 alunos no 1.º ano, 586 no 2.º ano, 507 no 3.º ano e 38 no 4.º ano do ensino médio (este último corresponde ao ensino técnico).

2.1.6 Araquari (SC)

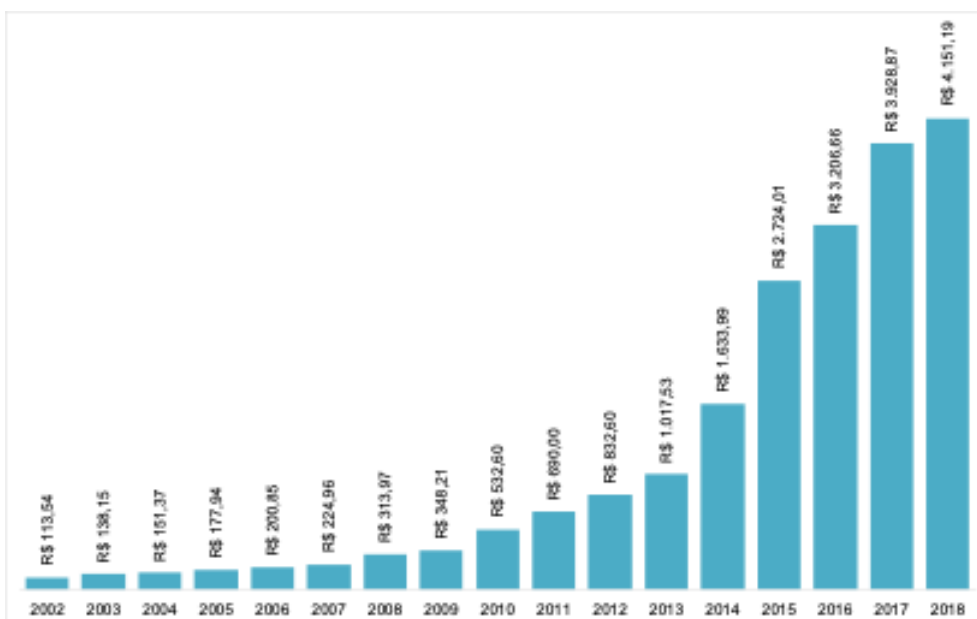
O município de Araquari está localizado na microrregião de base açoriana do norte de Santa Catarina, área da Baía da Babitonga, na planície formada pelos rios Parati e Itapocu. Tem como limites: ao norte, Joinville e São Francisco do Sul; ao sul, Guaramirim, São João do Itaperiú, Barra Velha; a oeste, Joinville e Guaramirim; e a leste, Balneário Barra do Sul. A sede do município está a 10 quilômetros da BR-101, nas margens da rodovia SC-280, que conduz ao Porto de São Francisco do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI, 2021).

O nome atual, Araquari, conferido em 1943, significa “Rio de Refúgio dos Pássaros” na língua tupi-guarani. O nome foi dado em função do canal que serve de divisa entre os municípios de Araquari e São Francisco do Sul, onde em seus banhados habitava expressiva quantidade de aves aquáticas.

Atualmente Araquari é um forte polo industrial de Santa Catarina. Segundo informações da prefeitura, Araquari tinha registrado em seu sistema, até o começo de 2018, 4.726 empresas. É um número considerável para um município de aproximadamente 37 mil habitantes. Procuram Araquari empresas dos mais diferentes portes, desde microempreendedor individual até multinacionais estrangeiras. As maiores são a coreana Hyosung e a montadora alemã BMW (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI, 2021).

Segundo o IBGE (2021a), Araquari estima ter uma população de 40.890 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 65 hab./km². Ficou em 13.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 4,15 bilhões. O gráfico 16 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 16 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Araquari (SC)



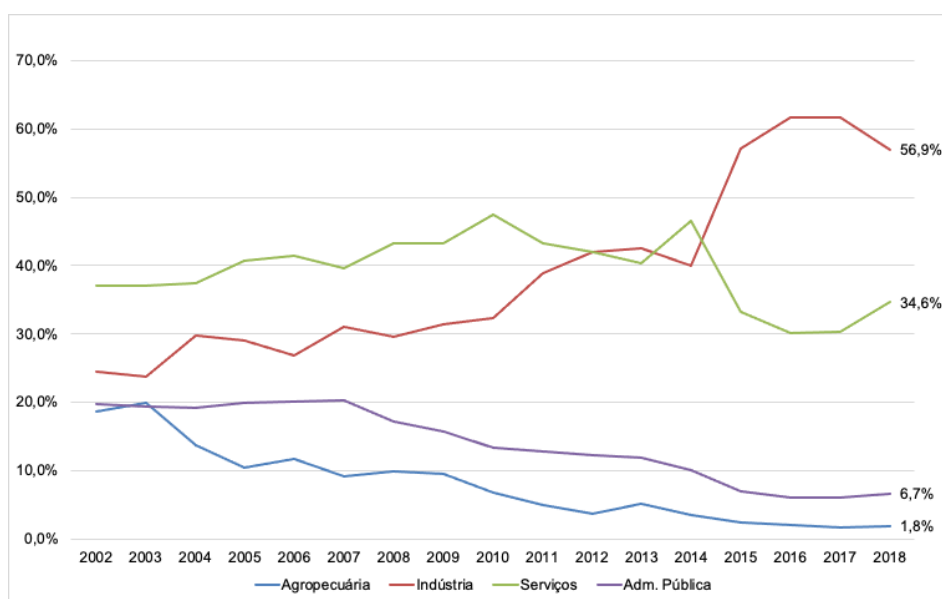
Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 16 nota-se que o PIB de Araquari apresentou um crescimento significativo, com destaque especial para os anos a partir de 2014.

A principal atividade econômica de Araquari durante muitos anos foi a agricultura. Arroz, banana e maracujá ditavam a economia do município, porém, nos últimos anos, esse cenário tem mudado consideravelmente. Araquari virou grande polo industrial. Por ter um metro quadrado de terra mais barato quando comparado aos municípios vizinhos e contar com acesso às rodovias federais (BR-101 e BR-280), tem recebido empresas de diferentes portes (COM CRESCIMENTO..., 2019).

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Araquari, o gráfico 17 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 17 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Araquari (SC)

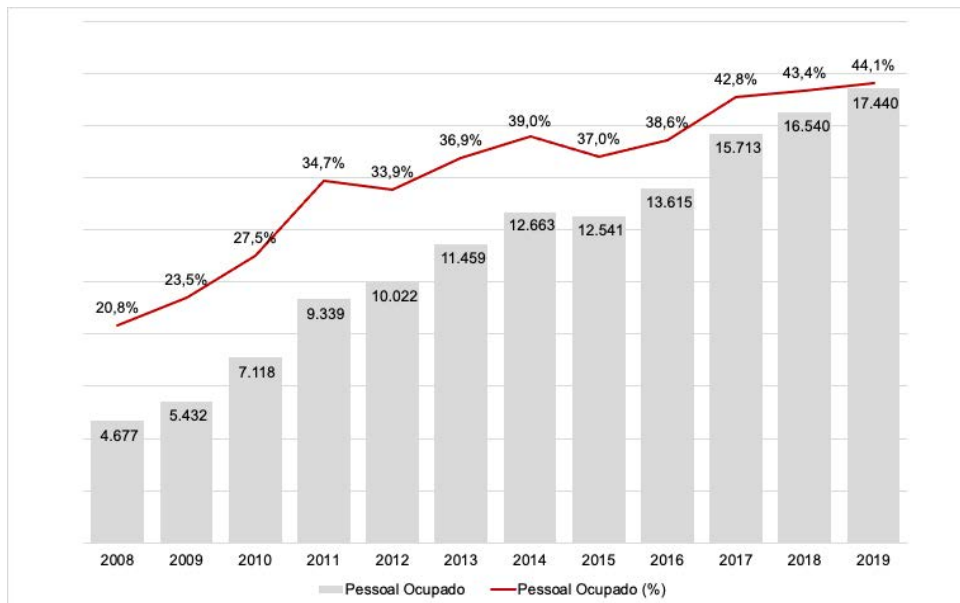


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 17 evidenciam o salto do setor industrial na participação do PIB de Araquari a partir de 2014, ano em que a montadora BMW se instalou no município, com investimento inicial de R\$ 600 milhões. Atualmente, somente essa fábrica já investiu mais de R\$ 1,1 bilhão, incentivando a geração de emprego e, principalmente, a vinda de outras empresas. Somando a vinda da montadora com outra gigante do ramo de fibras têxteis, a Hyosung, o PIB de Araquari registrou a taxa de crescimento de 1.192% entre os anos de 2009 e 2018. Isso tem atraído empresas de vários portes. Ainda em 2019, segundo o G1 (O POTENCIAL..., 2019), a TVH da Bélgica, empresa atacadista de peças agrícolas e industriais, construiu um armazém de centro de distribuição que ocupa quase 3 mil m² e tem capacidade de estocar mais de 30 mil itens. A TVH investiu mais de R\$ 10 milhões para a construção do novo centro de distribuição.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 18 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

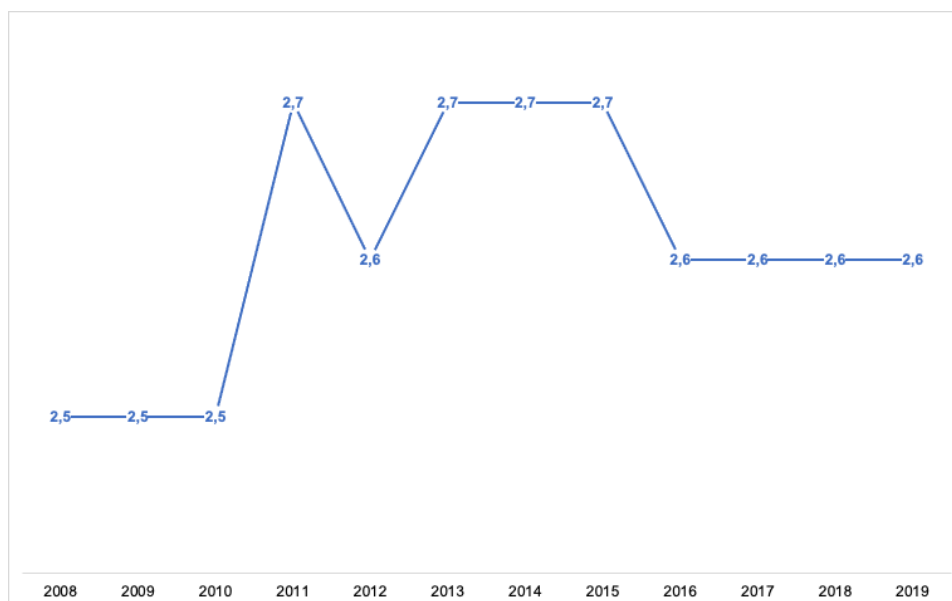
Gráfico 18 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Araquari (SC)



Fonte: IBGE (2021a)

Nota-se aumento de 273% no número de pessoal ocupado em 12 anos, passando de 4.677 (2008) para 17.440 (2019), fato explicado pela instalação de grandes empresas em Araquari. Não somente elas são responsáveis por esse incremento, mas também a instalação de outras empresas que compõem a cadeia produtiva. Em 2008 Araquari tinha registrado no IBGE (2021a) 574 empresas, passando para 2.017 em 2019. Quando analisado o percentual da população total de Araquari que está ocupada, observa-se aumento de 20% (2008) para 44% (2019). Em relação a renda e ocupação, verifica-se no gráfico 19 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 19 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Araquari (SC)

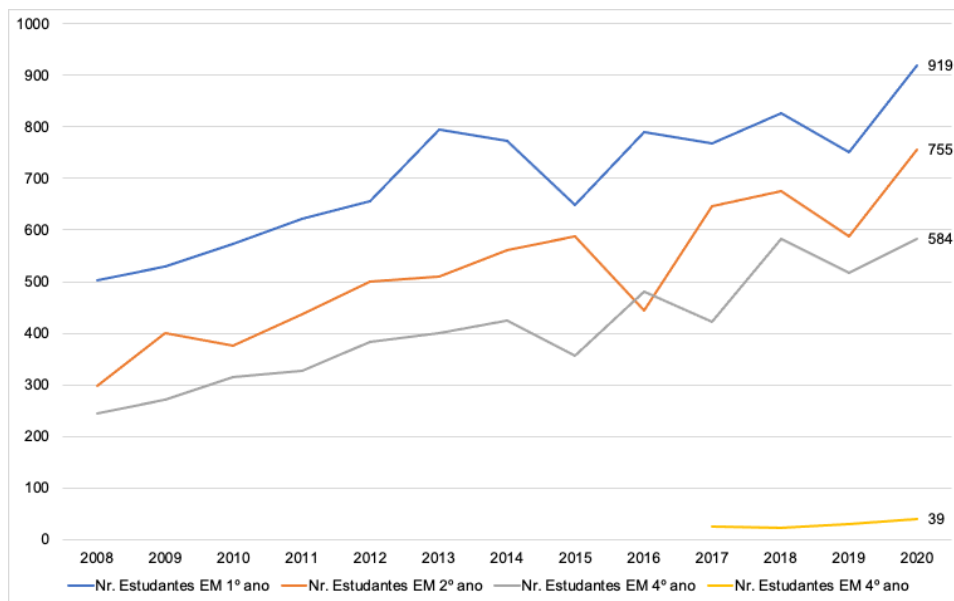


Fonte: IBGE (2021a)

O gráfico 19 demonstra que a média de salários por família em Araquari é de 2,6 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.860,00 por mês. Assim como as empresas contribuíram para o PIB, observa-se que, a partir de 2010, a renda do município também teve o incremento.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 20 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 20 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Araquari (SC)



Fonte: IBGE (2021a)

O gráfico 20 evidencia aumento no número de estudantes matriculados no ensino médio, passando de 1.045 em 2008 para 2.297 em 2020. Observa-se que nos três níveis do ensino médio, a partir de 2011, há um crescimento de alunos matriculados.

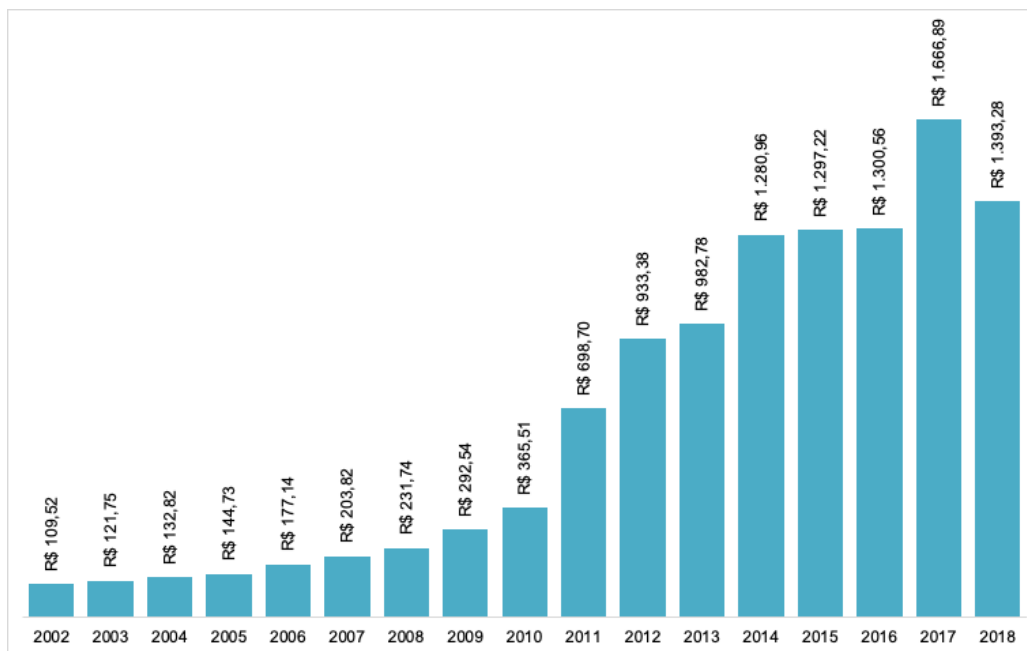
2.1.7 Barra Velha (SC)

Barra Velha é um balneário bastante procurado por veranistas, pela beleza de suas praias, bem como pela sua boa infraestrutura e localização. O município está localizado ao lado da rodovia BR-101, a 50 km de Joinville. No período de veraneio recebe mais de 80 mil visitantes em busca das sete praias em mais de 20 km de orla. Foi colonizado por açorianos e era considerado o porto de pesca de baleias no início do século XIX. A região próxima a Barra Velha e hoje conhecida por Armação era o grande hábitat das baleias (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2021).

Segundo Sebrae (2019a), a economia de Barra Velha tem como base o setor de serviços, especialmente o turismo. Recebe eventos nacionais, estaduais e municipais, movimentando o local e incentivando a prática de esportes. Destaca-se a Festa Nacional do Pirão, que ocorre durante a semana de 7 de setembro. Outro evento importante é a Festa do Divino Espírito Santo, principal festividade folclórica e religiosa de Barra Velha.

Segundo o IBGE (2021c), Barra Velha estima ter uma população de 30.539 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 159 hab./km². Ficou em 41.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 1,4 milhão. O gráfico 21 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 21 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Barra Velha (SC)



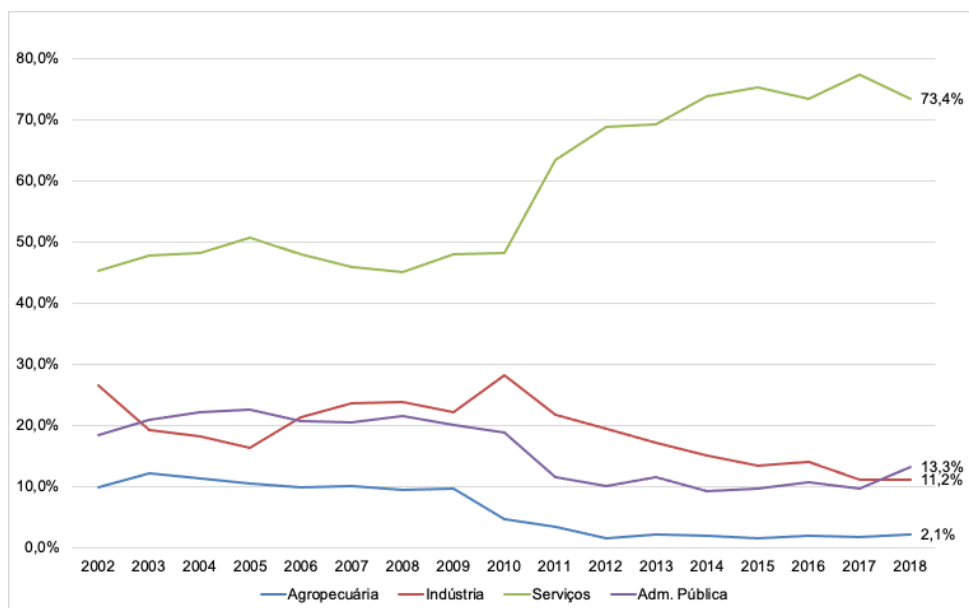
Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 21 pode-se observar que o PIB de Barra Velha apresentou um crescimento significativo a partir de 2011, com destaque para o ano de 2017.

Como já mencionado, a principal atividade econômica do município de Barra Velha é o turismo. Por isso, tem recebido muitos investimentos no setor imobiliário. No entanto, pela sua proximidade com os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul e Araquari e por estar às margens da BR-101, Barra Velha tem se tornado uma opção para as empresas de logística e distribuição. Em 2010 foi inaugurada a loja de departamentos Havan, que conta também com o seu centro de distribuição, o que justifica o aumento do PIB em 2011 (21.ª LOJA..., 2010).

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Barra Velha, o gráfico 22 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 22 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Barra Velha (SC)

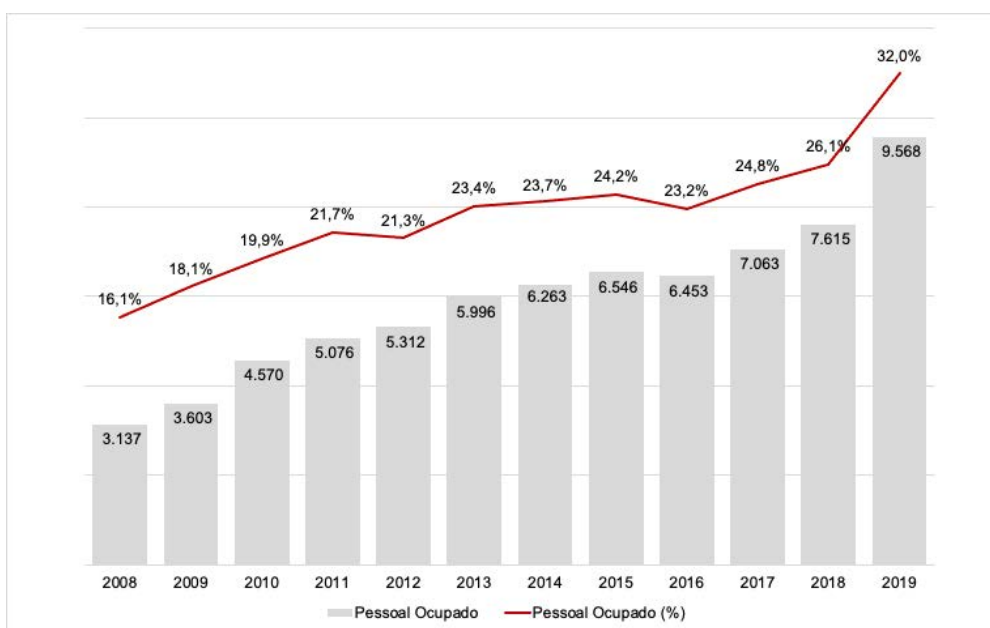


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 22 destacam o setor de serviços no PIB de Barra Velha. É possível observar o salto que o setor deu em participação a partir de 2010, justificado com a loja de departamentos Havan.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 23 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 23 – Pessoal ocupado – 2002 a 2019 – Barra Velha (SC)

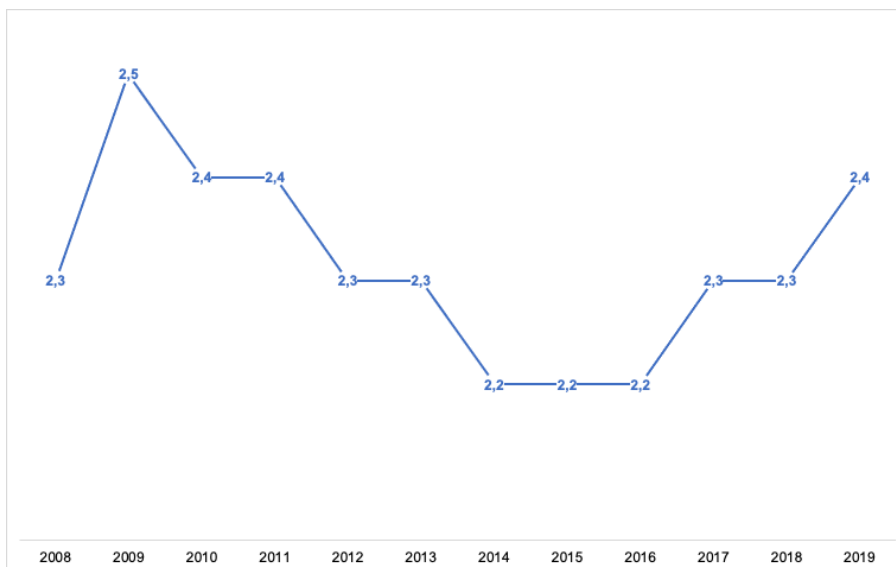


Fonte: IBGE (2021c)

Nota-se aumento de 205% no número de pessoal ocupado, passando de 3.137 (2008) para 9.568 (2019) pessoas, fato explicado pela instalação da Havan e das demais empresas de logística

no município. Em 2008 Barra Velha tinha registrado no IBGE (2021c) 766 empresas, passando para 1.231 empresas em 2019. Quando analisado o percentual da população total de Barra Velha que está ocupada, observa-se aumento de 16% (2008) para 32% (2019). Em relação a renda e ocupação, verifica-se no gráfico 24 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 24 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Barra Velha (SC)

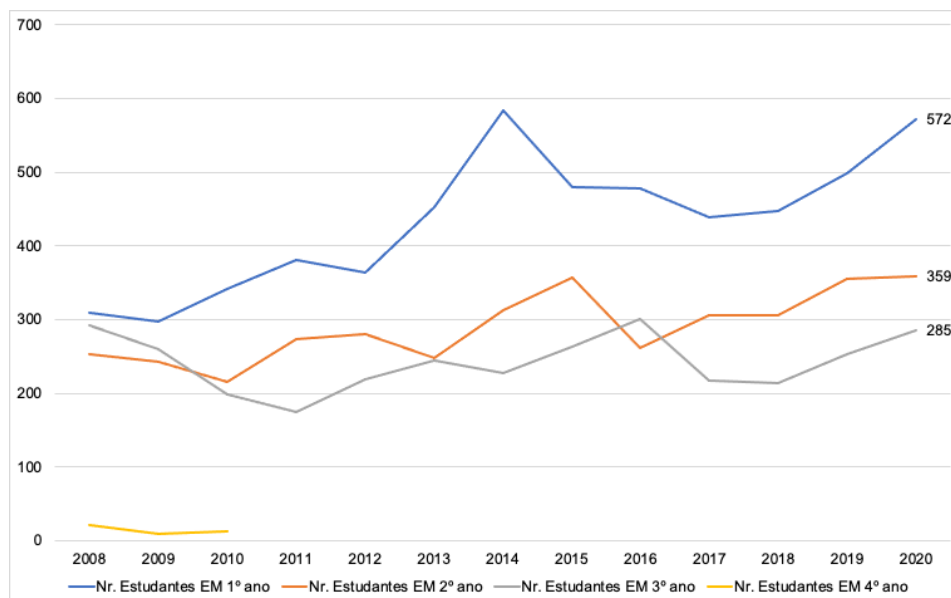


Fonte: IBGE (2021c)

O gráfico 24 mostra que a média de salários por família em Barra Velha em 2019 é de 2,4 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.640,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 25 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 25 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Barra Velha (SC)



Fonte: IBGE (2021c)

O gráfico 25 evidencia que há aumento no número de estudantes matriculados no 1.º ano do ensino médio, passando de 310 em 2008 para 499 em 2020. No entanto, a partir do 2.º ano do ensino médio, observa-se uma estabilidade no número de matrículas, com 359 no 2.º ano e 285 no 3.º ano, em 2020.

2.1.8 Garuva (SC)

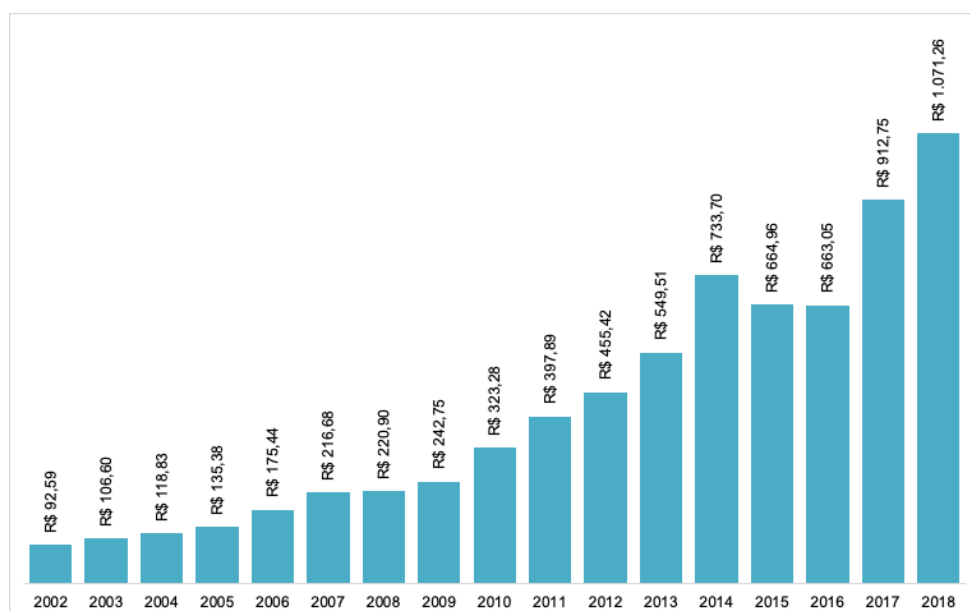
O primeiro registro de colonização de Garuva foi no século XIX, em 1841. Garuva fazia parte da vila de São Francisco do Sul, localizada na Península do Say, na Província de Santa Catarina. Em 1963 o município desmembrou-se de São Francisco do Sul por meio da Lei n.º 953/63. Atualmente o território de Garuva abrange as localidades de: Três Barras, Barrancos, Palmital, Sol Nascente, Baraharas, Mina Velha, Caovi, Garuva Acima, São João Abaixo, Bom Futuro, Rio Turvo, Urubuquara, Say Guaçu e Quiriri (CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, 2021).

A região é conhecida principalmente pelo plantio de banana, porém possui grande plantação de arroz e mandioca. Na questão turística recentemente está ocorrendo um crescimento, tendo como atração turística nas encostas da serra a criação de trutas e no sopé da montanha, contando com pesque-pague, parque aquático e pousadas (CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, 2021).

Garuva apresenta atualmente uma economia diversificada, com empresas e indústrias de diferentes segmentos, e conta com crescimento no setor de comércio e serviços. No aspecto industrial, Garuva destaca-se na atividade de metalomecânica, metalurgia, agroindústrias, madeireiras, entre outras, e está em grande ascensão na implantação de complexos logísticos, industriais e retroportuários, em função da sua proximidade com Joinville, Curitiba (PR) e Itapoá, onde está instalado o porto (PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, 2021).

Segundo o IBGE (2021f), Garuva estima ter uma população de 18.816 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 29 hab./km². Ficou em 48.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com valor de um pouco mais de R\$ 1 milhão. O gráfico 26 mostra o PIB do município de 2002 a 2018 a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 26 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Garuva (SC)

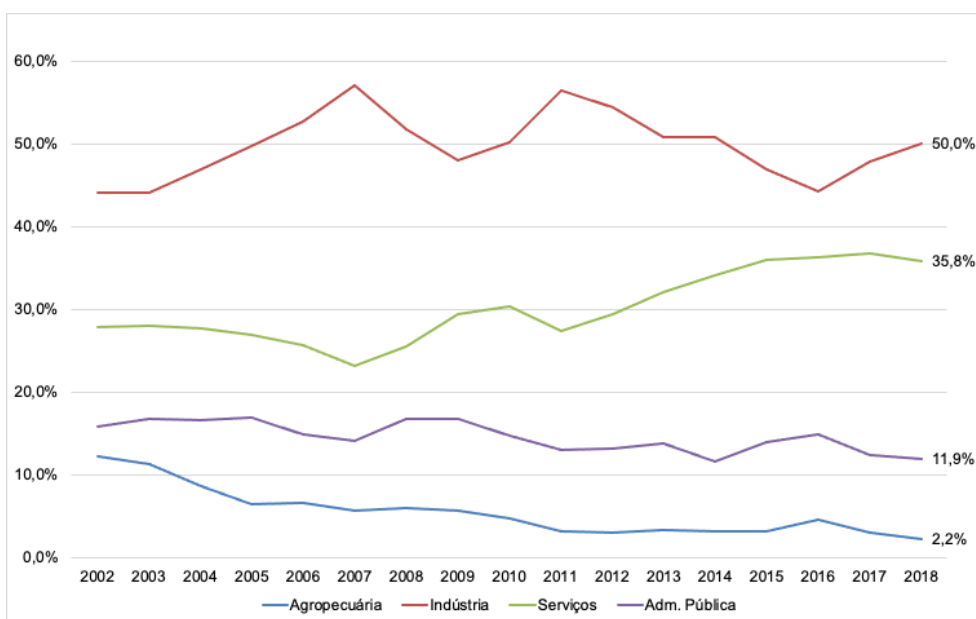


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 26 pode-se observar que o PIB de Garuva apresentou um crescimento contínuo de 2002 a 2009, porém teve aumento mais significativo a partir de 2010. É relevante destacar que a partir desse ano começou a instalação do Porto Itapoá, município vizinho, que está ajudando no aquecimento da economia de Garuva. Assim como ocorre com o município de Itapoá, sendo impactado pela queda da atividade internacional, quando a economia mundial recuou 0,2%, impactando diretamente na movimentação do comércio internacional e, conseqüentemente, no porto, o desempenho do PIB de Garuva também teve recuo em 2015 e 2016.

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Garuva, o gráfico 27 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 27 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Garuva (SC)

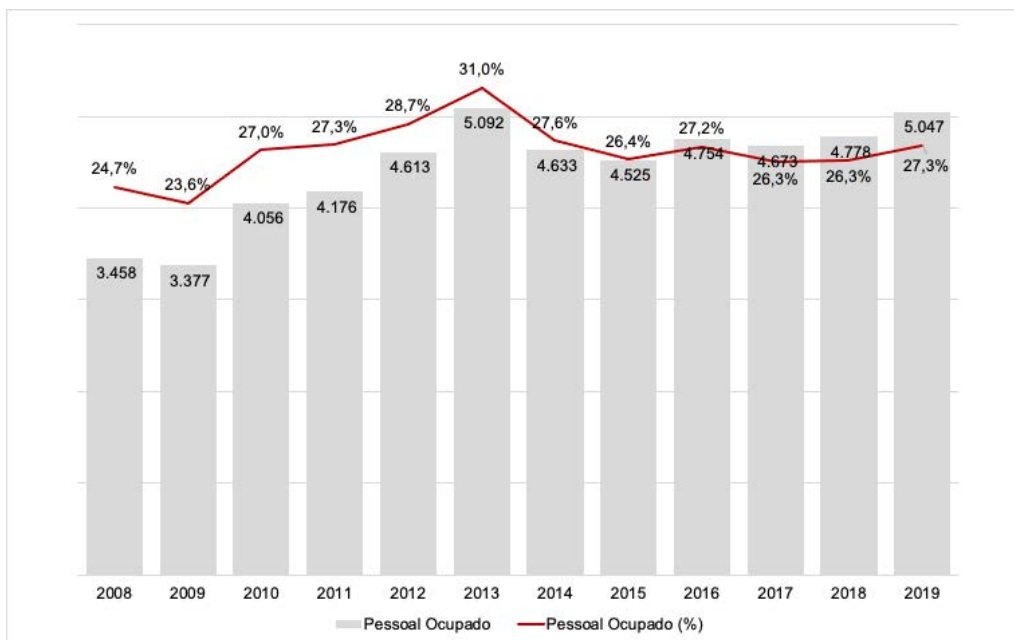


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 27 destacam o setor da indústria no PIB de Garuva, que sempre foi o principal ramo da geração de renda do município. Desde 2000 a maior empresa instalada em Garuva, a Marcegaglia, do setor siderúrgico, vem atraindo mais empresas para a região. A partir de 2011, com a instalação do porto em Itapoá, outras empresas de logística e distribuição têm procurado Garuva, pela proximidade com a BR-101.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 28 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

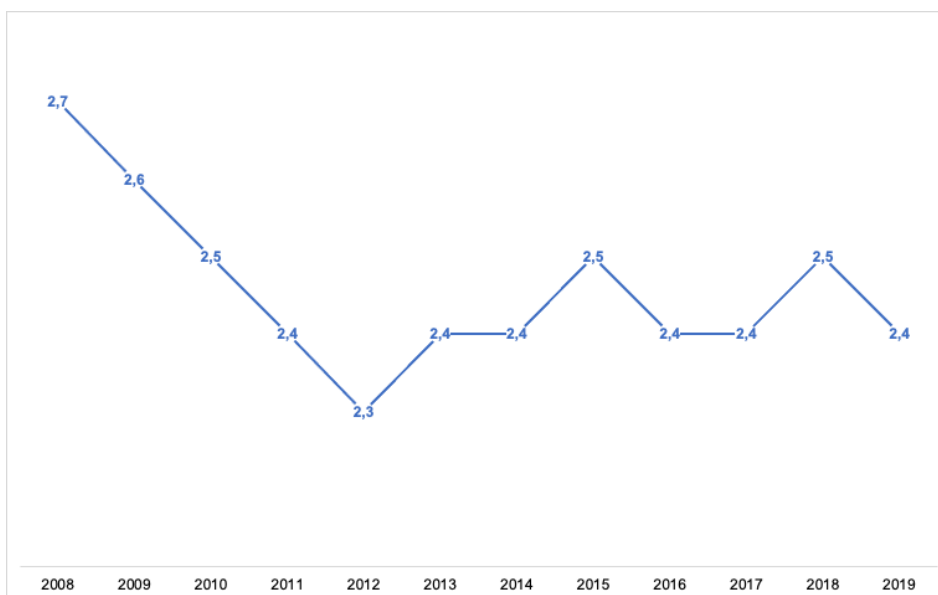
Gráfico 28 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Garuva (SC)



Fonte: IBGE (2021f)

Observa-se um aumento de 46% no número de pessoal ocupado, passando de 3.458 (2008) para 5.047 (2019). Em 2008 Garuva tinha registrado no IBGE (2021f) 767 empresas, tendo passado para 815 em 2019. Quando analisado o percentual da população total de Garuva que está ocupado, verifica-se apenas um aumento de 25% (2008) para 27% (2019). Em relação a renda e ocupação, pode-se ver no gráfico 29 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 29 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Garuva (SC)

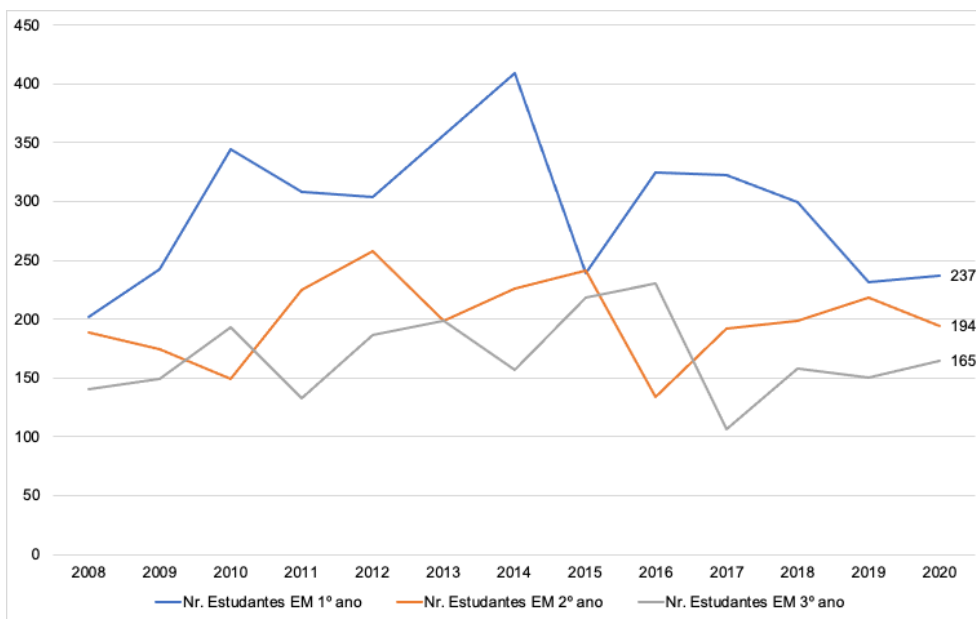


Fonte: IBGE (2021f)

O gráfico 29 aponta que a média de salários por família em Garuva em 2019 foi de 2,4 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.640,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 30 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 30 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Garuva (SC)



Fonte: IBGE (2021f)

O gráfico 30 evidencia que ocorreu um aumento no número de estudantes matriculados no 1.º ano do ensino médio até 2014, passando de 202 em 2008 para 409 em 2014. No entanto, a partir de 2015, o número de matriculados nos 3 níveis do ensino médio vem apresentando uma leve queda; em 2020 o município tinha 237 alunos no 1.º ano, 194 no 2.º ano e 165 no 3.º ano do ensino médio.

2.1.9 Guarimirim (SC)

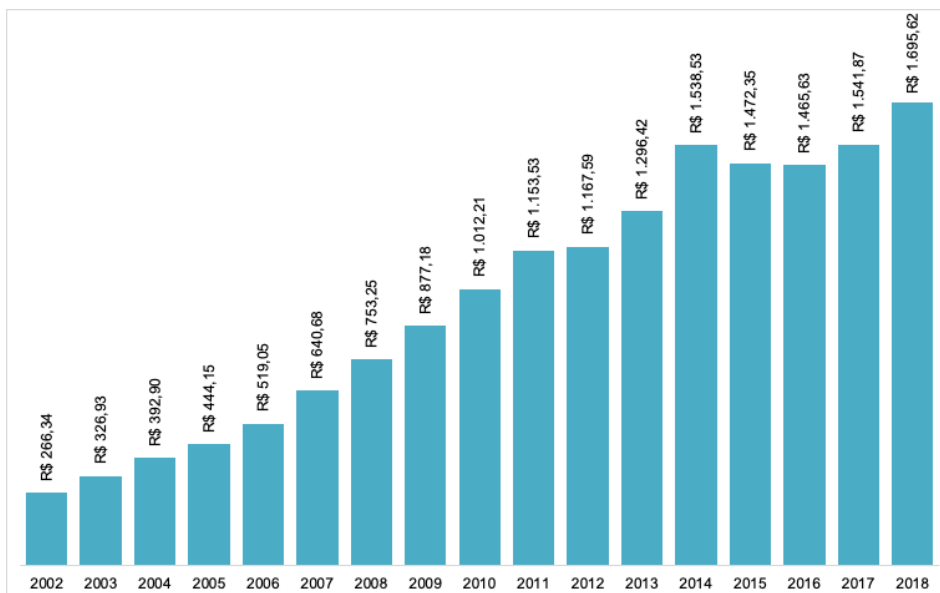
O distrito de Guarimirim foi criado em 1919 e era pertencente ao município de Joinville. Em 1948 foi criado o município de Massaranduba, composto de dois distritos: Massaranduba (sede) e Guarimirim. Posteriormente, em consequência do descontentamento da maioria da população do novo município, a sua sede foi transferida para Guarimirim, mudando, também, o nome do município para Guarimirim em 1949 (IBGE, 2021h).

Guarimirim possui uma localização estratégica, entre os municípios de Jaraguá do Sul, Joinville e Blumenau, com fácil acesso a rodovias, portos e aeroportos. Por isso tem atraído várias empresas para a região, com destaque para os agroempreendimentos e as indústrias químicas, têxteis, moveleiras e metalomecânicas. Outros setores importantes para a economia de Guarimirim são o petrolífero e a geração de energia, com distribuidoras de combustíveis e derivados, indústrias químicas fabricantes de tintas e solventes e geração de energia, que compõem boa parte da arrecadação do município (LEAL, 2020a).

Segundo o IBGE (2021h), Guarimirim estima ter uma população de 46.757 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 131 hab./km². Ficou em 36.º lugar no

ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com valor de R\$ 1,7 milhão. O gráfico 31 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 31 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Guaramirim (SC)

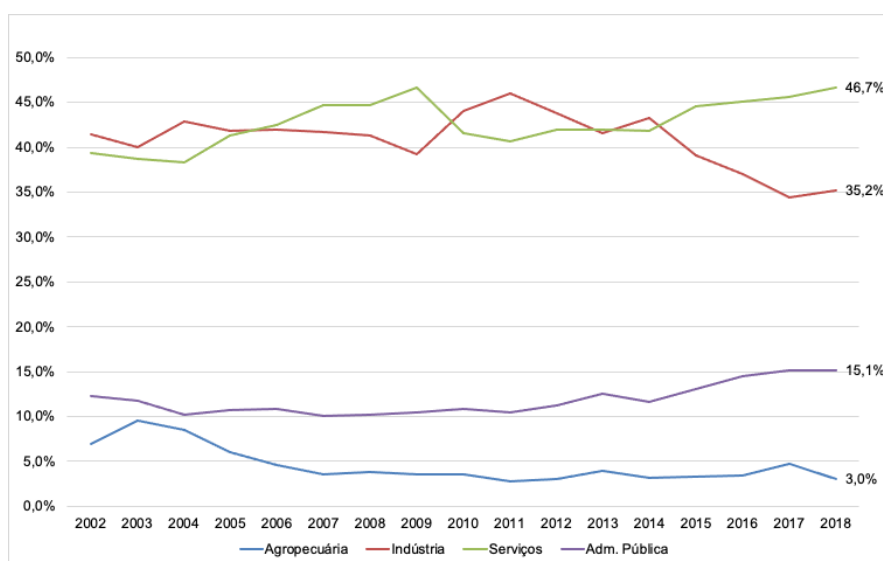


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 31 pode-se observar que o PIB de Guaramirim apresentou um crescimento contínuo de 2002 a 2014, e a partir de 2015 o crescimento tornou-se constante, acompanhando o desenvolvimento econômico da região.

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Guaramirim, o gráfico 32 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 32 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Guaramirim (SC)

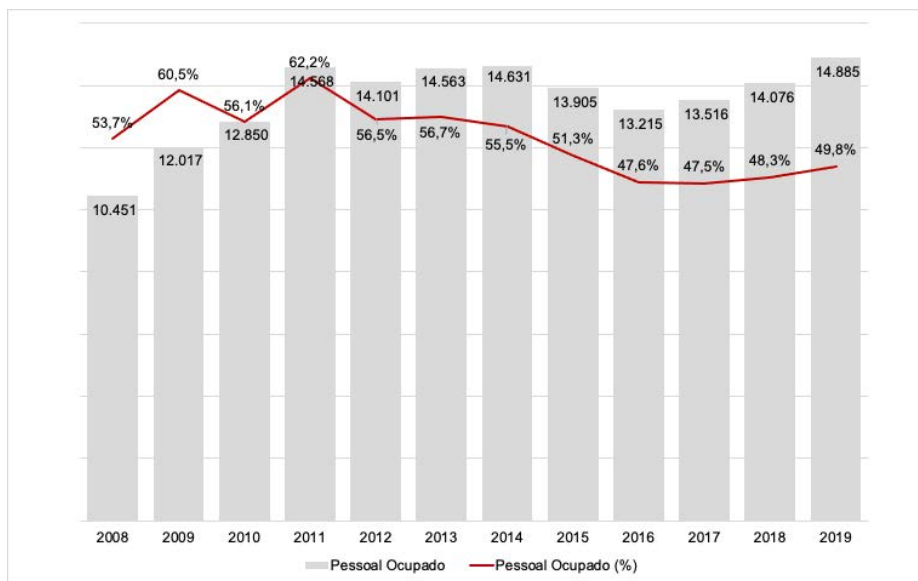


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 32 demonstram que o setor industrial e de serviços vinha dividindo a participação na economia até 2014, ano em que o setor de serviços cresceu. Tal fato se explica em função do crescimento do setor de serviços no município vizinho de Jaraguá do Sul. Geograficamente, Guaramirim e Jaraguá do Sul são próximos, e as atividades econômicas de um município incrementa a participação do outro.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 33 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 33 – Pessoal ocupado – 2002 a 2019 – Guaramirim (SC)

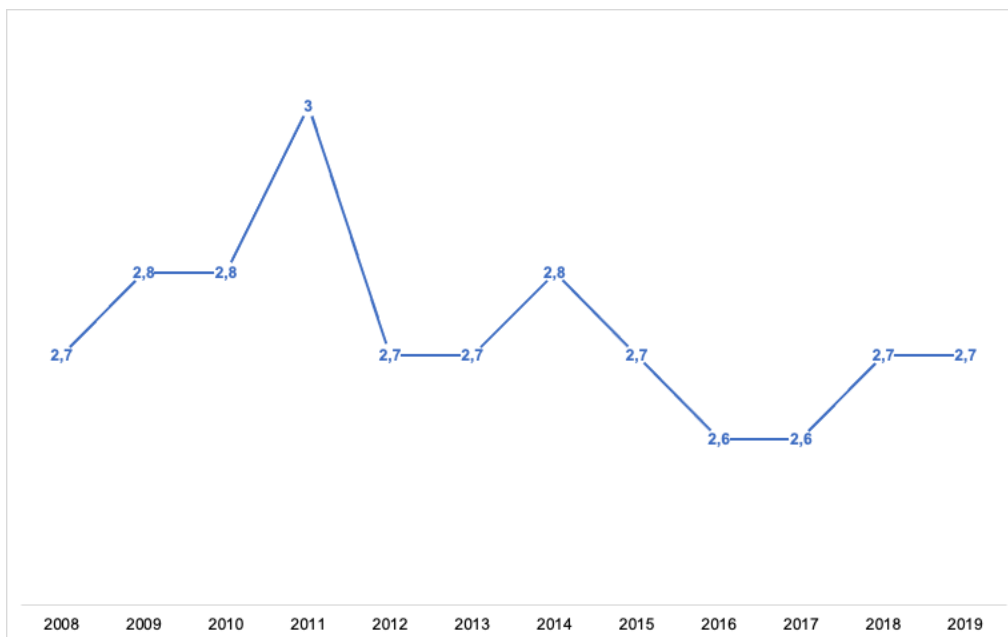


Fonte: IBGE (2021h)

Deve-se destacar que Guaramirim mantém um índice alto de ocupação dos seus residentes e está sempre, em média, acima dos 50%, tendo chegado a 62% em 2011. Observa-se aumento de 42% no número de pessoal ocupado, passando de 10.451 (2008) para 14.885 (2019). Em 2008 Guaramirim tinha registrado no IBGE (2021h) 1.338 empresas, passando para 1.655 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 34 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 34 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Guaramirim (SC)

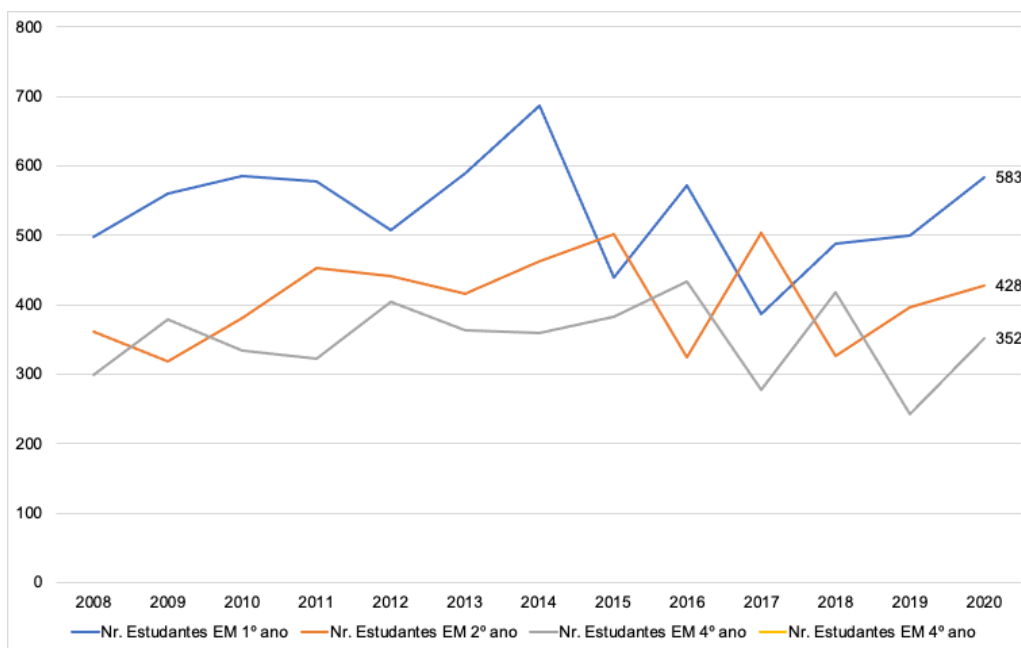


Fonte: IBGE (2021h)

O gráfico 34 mostra que a média de salários por família em Guaramirim, em 2019, era de 2,7 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.970,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 35 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 35 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Guaramirim (SC)



Fonte: IBGE (2021h)

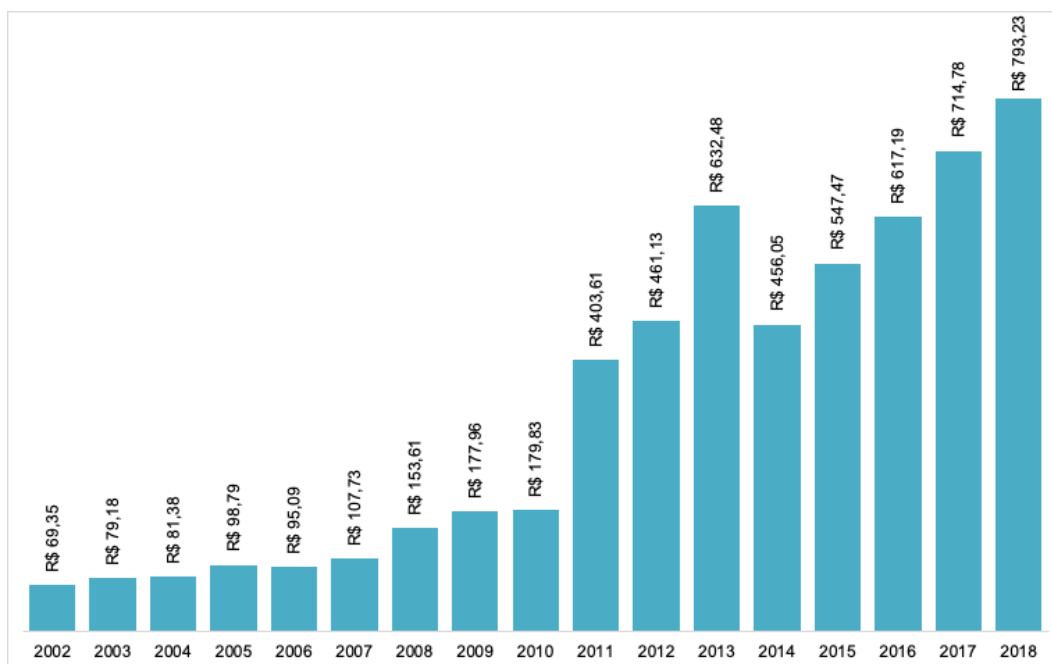
O gráfico 35 evidencia que ocorreu pouca variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando, em média, em 1.200 alunos. O ano de 2020 apresentou 583 alunos no 1.º ano, 428 no 2.º ano e 353 no 3.º ano do ensino médio.

2.1.10 Itapoá (SC)

Itapoá era vinculada ao município de São Francisco do Sul, pertencendo na época ao Distrito do Saí, freguesia de Nossa Senhora da Glória. Mais tarde Itapoá foi agregada ao município de Garuva, tornando-se distrito em 28 de setembro de 1968. Finalmente, em 26 de abril de 1989, Itapoá tornou-se município, por meio da Lei Estadual n.º 7.586 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, 2021). Para emancipação do município foram realizados dois plebiscitos: o primeiro em 18 de outubro de 1987 e o segundo em 4 de setembro de 1988. Após a criação do município foi realizada a primeira eleição para a escolha de prefeito e vereadores, em 15 de novembro de 1989.

Segundo o IBGE (2021j), Itapoá estima ter uma população de 21.766 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 59 hab./km². Ficou em 63.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 793 milhões. O gráfico 36 mostra o PIB do município, de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 36 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Itapoá (SC)



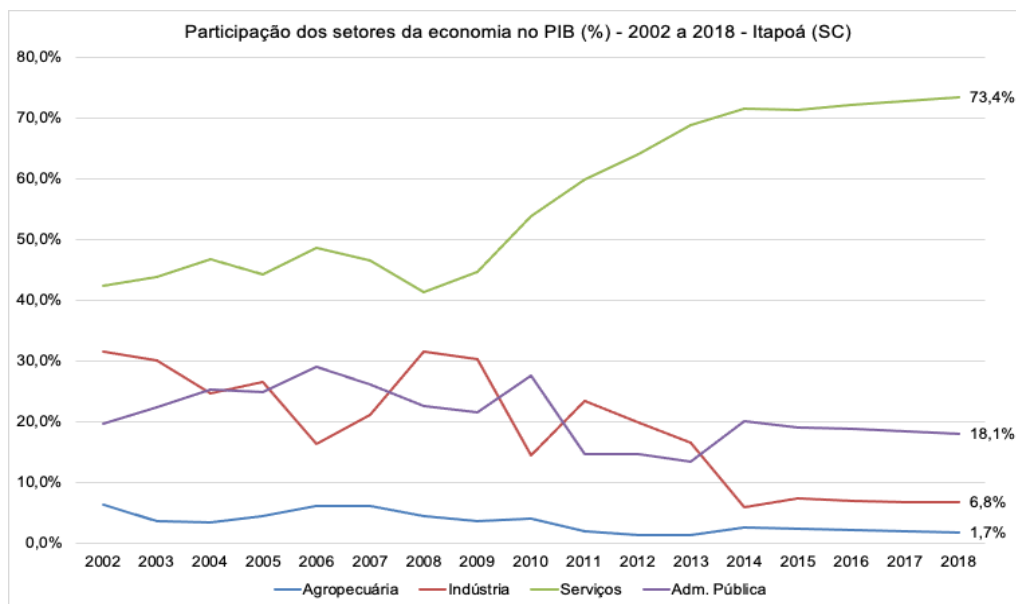
Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 36 pode-se observar que o PIB de Itapoá vem crescendo, com destaque especial para os anos de 2011, quando começaram as operações do Porto Itapoá, e 2013, período de consolidação das atividades do porto. No ano de 2014 a economia brasileira cresceu apenas 0,1%; segundo Cury e Cardoso (2015), “em valores correntes (em reais), a soma das riquezas produzidas no ano passado chegou a R\$ 5,52 trilhões, e o PIB *per capita* (por pessoa) caiu a R\$

27.229”. Esse resultado foi decorrente da crise internacional, quando a economia recuou 0,2%, impactando diretamente na movimentação do comércio internacional e, conseqüentemente, no porto e no desempenho do PIB de Itapoá. A partir de 2014 o PIB do município voltou a crescer, atingindo R\$ 793 milhões em 2018.

Quanto à participação dos setores da economia no PIB de Itapoá, o gráfico 37 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 37 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Itapoá (SC)



Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 37 evidenciam o salto do setor de serviços na participação do PIB do município de Itapoá a partir de 2010. O Porto Itapoá começou as suas operações em 2011, porém toda a atividade de construção e adequação para o seu funcionamento iniciou-se em 2009, o que contribuiu para que o setor de serviços passasse de 41%, em 2008, para 73% em 2018.

Deve-se destacar que as bases econômicas do município são o porto e também o turismo. A costa do município proporciona aos turistas 100% de balneabilidade, com praias boas para banho, com águas límpidas, quentes e areia branca, ideais para famílias com crianças. A cidade recebe na alta temporada, compreendida entre os meses de dezembro e fevereiro, cerca de 200 mil visitantes, movimentando todo o comércio local. A região também proporciona boas condições para a prática de esportes náuticos como o surfe, o windsurfe, o *jet ski* e barcos a vela, além da pesca esportiva.

Destacam-se ainda atividades econômicas como: construção civil, pesca artesanal, agricultura tipicamente de subsistência (banana, arroz, mandioca, abacaxi e hortifrutigranjeiros) e pecuária, explorada por pequenos proprietários com rebanhos de gado de corte e de gado leiteiro, atendendo o mercado local.

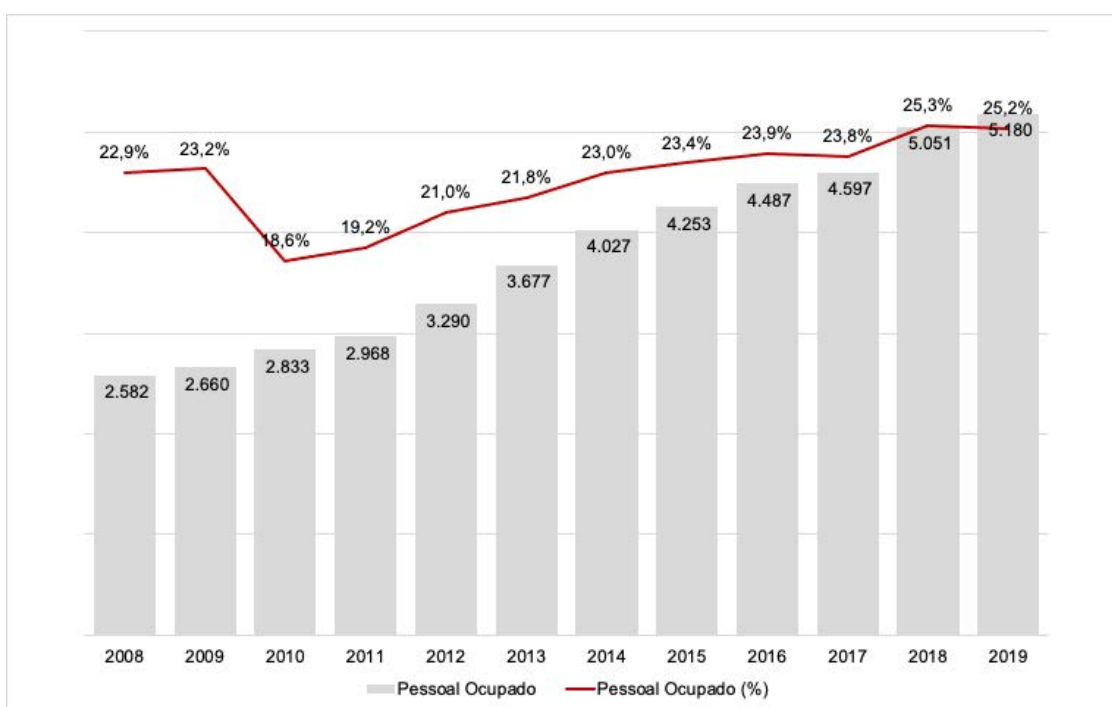
Mas a principal atividade atualmente em Itapoá é o porto. O terminal privativo de uso misto para a movimentação de contêineres tem como acionistas a Portinvest Participações (Conglomerado Batistella e Logística Brasil – Fundo de Investimento e Participações, gerido pela BRZ Investimentos) e Aliança Navegação e Logística (Hamburg Süd).

O porto está localizado no início da Baía da Babitonga, e o terminal é adequado para receber navios de grande porte, melhorando o fluxo dessas embarcações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Caracteriza-se como um porto de concentração de cargas de importação e exportação.

De administração privada, segundo o Porto Itapoá (2021), possui uma estrutura capaz de movimentar 1,2 milhão de TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés, do inglês *twenty feet equivalent unit*) por ano e está rumo à fase final de sua expansão, que possibilitará a movimentação de 2 milhões de TEUs anualmente.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 38 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 38 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Itapoá (SC)

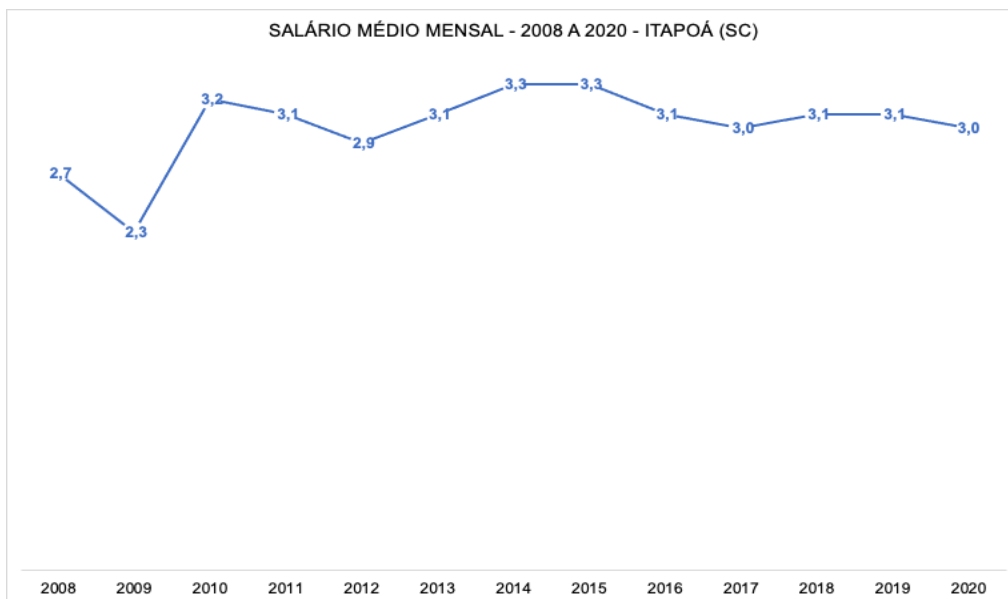


Fonte: IBGE (2021j)

Observa-se que o número de pessoal ocupado em 10 anos dobrou nesse período, passando de 2.833 (2010) para 5.180 (2019), fato que pode ser explicado pela atividade do porto. Quando analisado o percentual da população total de Itapoá que está ocupada, nota-se um crescimento de 18% (2010) para 25% (2019).

Em relação a renda e ocupação, o gráfico 39 apresenta a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2020.

Gráfico 39 – Salário médio mensal – 2008 a 2020 – Itapoá (SC)

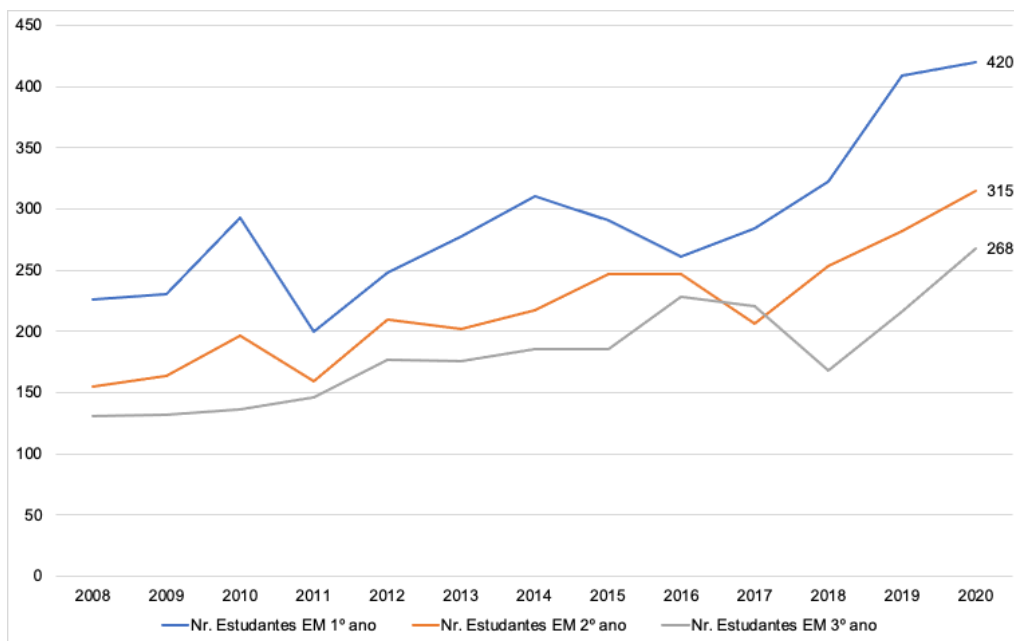


Fonte: IBGE (2021j)

O gráfico 39 mostra que a média de salários por família em Itapoá é de 3 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 3.300,00 por mês. Assim como o porto contribuiu para o PIB, verifica-se que, a partir de 2010, a renda do município também teve incremento por conta da atividade portuária.

No que concerne ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 40 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 40 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Itapoá (SC)



Fonte: IBGE (2021j)

O gráfico 40 evidencia um aumento no número de estudantes matriculados no ensino médio, passando de 512 em 2008 para 1.003 em 2020, e o principal período de crescimento foi a partir de 2018.

2.1.11 Jaraguá do Sul (SC)

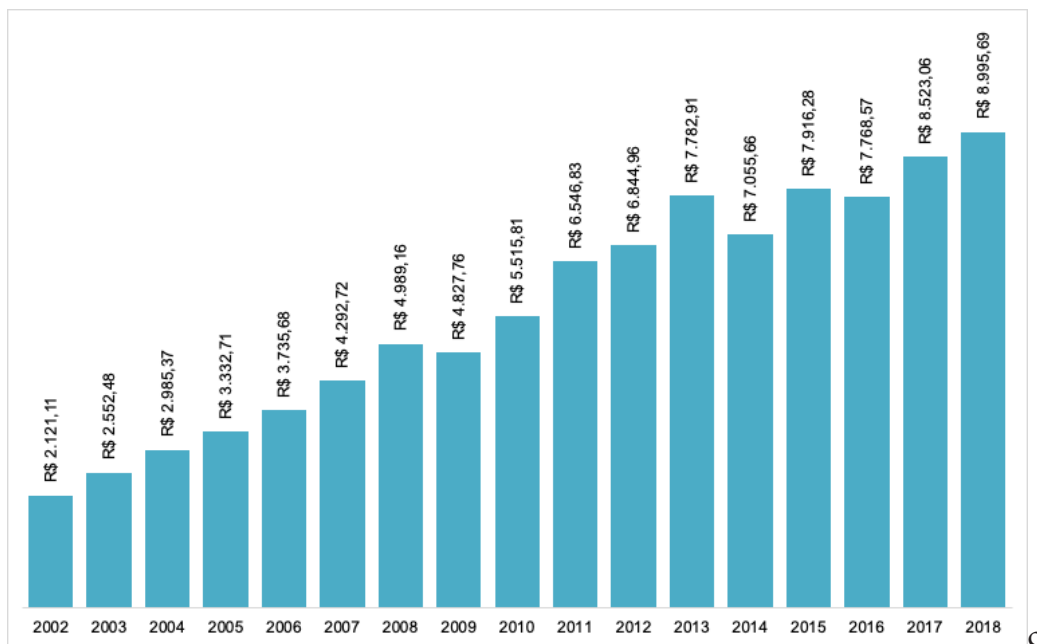
Jaraguá, que em tupi-guarani significa *senhor do vale*, está situada entre os rios Itapocu e Jaraguá. Sua região pertencia ao município de Paraty (Araquari) e em 17 de abril de 1883 foi anexada a Joinville. Em função da Proclamação da República (1889), as terras totais passaram ao domínio da União e, em 1893, para a jurisdição dos Estados. As terras devolutas na região, à margem direita do Rio Jaraguá, passaram a ser colonizadas pelo Estado por meio do Departamento de Terras e Colonização, sediado em Blumenau, a partir de 1891. Em 1895 Joinville instituiu Jaraguá como 2.º Distrito, e após alguns anos, de um simples povoado, Jaraguá se tornou uma vila economicamente ativa, principalmente após a construção da ferrovia, inaugurada em 1910. A cidade cresceu ao redor da linha férrea, através da qual chegavam as notícias, os produtos, os visitantes e se escoava a produção local. Assim, por volta de 1930 o movimento pró-emancipação se formou e, pelo Decreto Estadual n.º 565, de 26 de março de 1934, desmembrou Jaraguá de Joinville. No dia 8 de abril de 1934 ocorreu a solenidade de instalação do município e, em 1943, pelo Decreto n.º 941, o município passou a ser Jaraguá do Sul (CAM EMPREENDIMENTOS, 2021).

Jaraguá do Sul, segundo informações da CAM Empreendimentos (2021), é um vale verde cercado por montanhas cobertas de matas, onde se sobressai o Morro Boa Vista, com 923 metros de altura. O município constitui um dos principais parques fabris de Santa Catarina, destacando-se como um importante polo econômico e de exportação. Possui mais de mil indústrias de pequeno, médio e grande porte, que fabricam os mais variados produtos, principalmente dos setores de metalomecânica, malhas, confecções, móveis, chapéus, gêneros alimentícios, essências, cosméticos, além de componentes eletrônicos e de informática.

A cultura também é destacada no turismo, setor que a cidade vem profissionalizando nos últimos anos. O desenvolvimento das atividades culturais em Jaraguá do Sul favoreceu a construção do centro cultural SCAR (Sociedade Cultura Artística), por onde passam espetáculos nacionais e internacionais, como o Festival de Música de Santa Catarina (Femusc). Há também a Arena Jaraguá, obra que foi concebida por arquitetos jaraguaenses com foco no esporte, porém com espaços de múltiplo uso e uma estrutura de grandes proporções, que recebe eventos culturais, de negócios (como feiras e congressos) e *shows* musicais (CAM EMPREENDIMENTOS, 2021).

Segundo o IBGE (2021k), Jaraguá do Sul estima ter uma população de 184.579 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 270 hab./km². Ficou em 7.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de quase R\$ 9 milhões. O gráfico 41 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 41 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Jaraguá do Sul (SC)



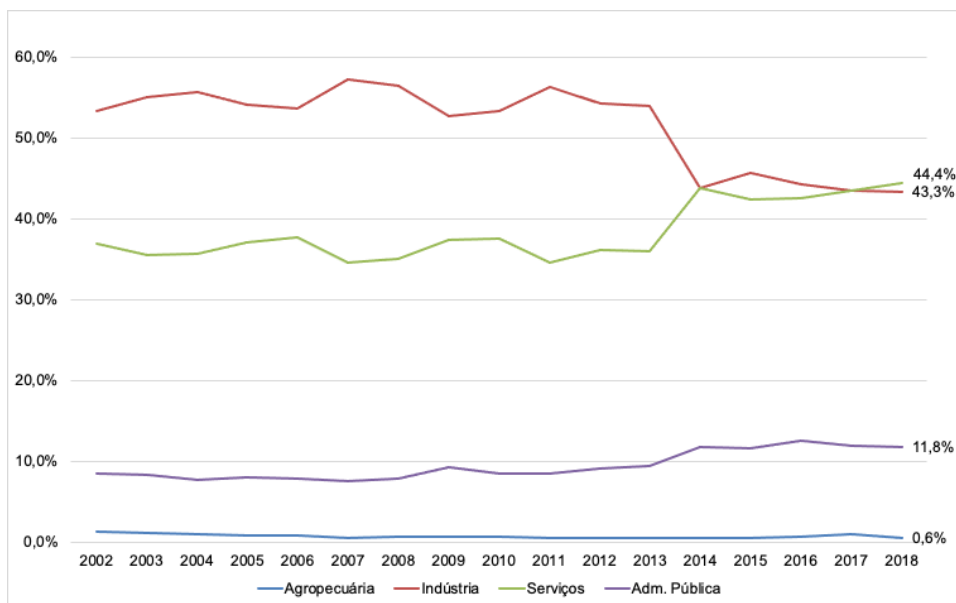
Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 41 observa-se que o PIB de Jaraguá do Sul apresentou um crescimento contínuo para o período analisado, passando de R\$ 2 milhões (2002) para R\$ 9 milhões (2018). Jaraguá do Sul, por ser um município com atividade econômica bastante diversificada, recebe todos os estímulos e as interferências oriundas do desempenho econômico do Brasil, assim como da economia internacional.

As principais empresas instaladas em Jaraguá do Sul são responsáveis por colocá-la em destaque regional e nacional. No setor metalomecânico, há a Trapp, líder de mercado em cortadores de grama, e a WEG, internacionalmente conhecida como fabricante de equipamentos e máquinas. No setor de polímeros, destaque para a Zanotti, fabricante de fitas elásticas, e a Bold, que mantém a matriz no município e é líder nacional do segmento de acrílico e policarbonato. No setor têxtil, várias marcas conhecidas têm produção em Jaraguá do Sul, como Colcci, Lez a Lez, Fico, Malwee, Live!, Marisol, Lilica Repilca e Tigor T. Tigre. E, no setor alimentício, há a Duas Rodas, com mais de 90 anos e líder em aromas e sabores, e a Urbano, que beneficia arroz, feijão e macarrão de arroz (GONÇALVES, 2021).

No que concerne à participação dos setores da economia no PIB de Jaraguá do Sul, o gráfico 42 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 42 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Jaraguá do Sul (SC)

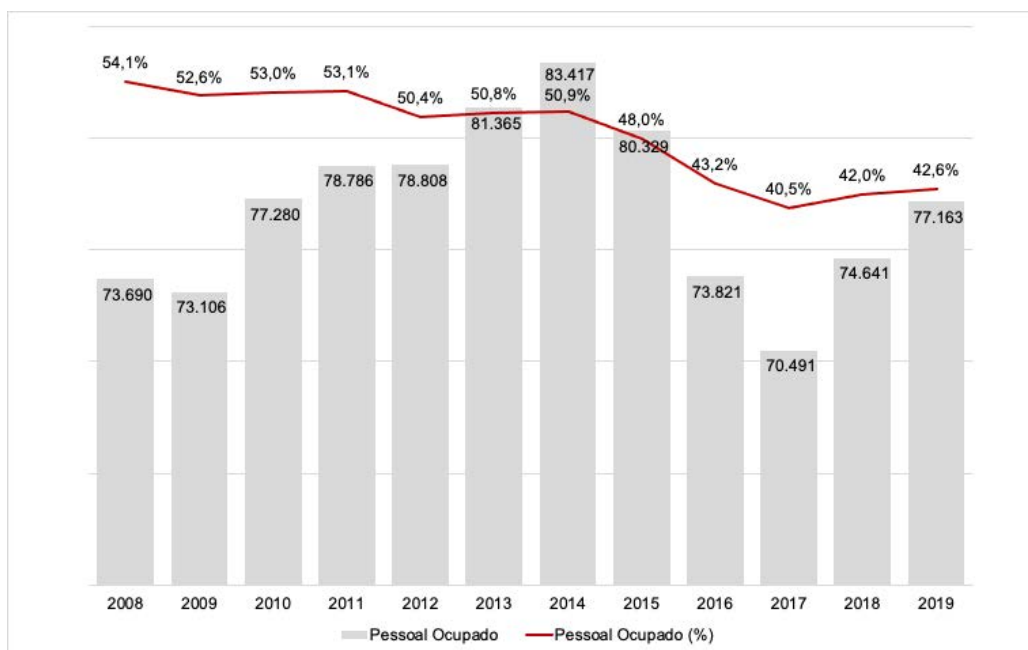


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 42 demonstram que o setor industrial, até 2013, era o mais importante para a economia de Jaraguá do Sul, com participação acima dos 55%, no entanto, a partir de 2014, assim como ocorreu no Brasil, o setor de serviços avançou, dividindo a participação na economia até 2018.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 43 apresenta os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 43 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Jaraguá do Sul (SC)

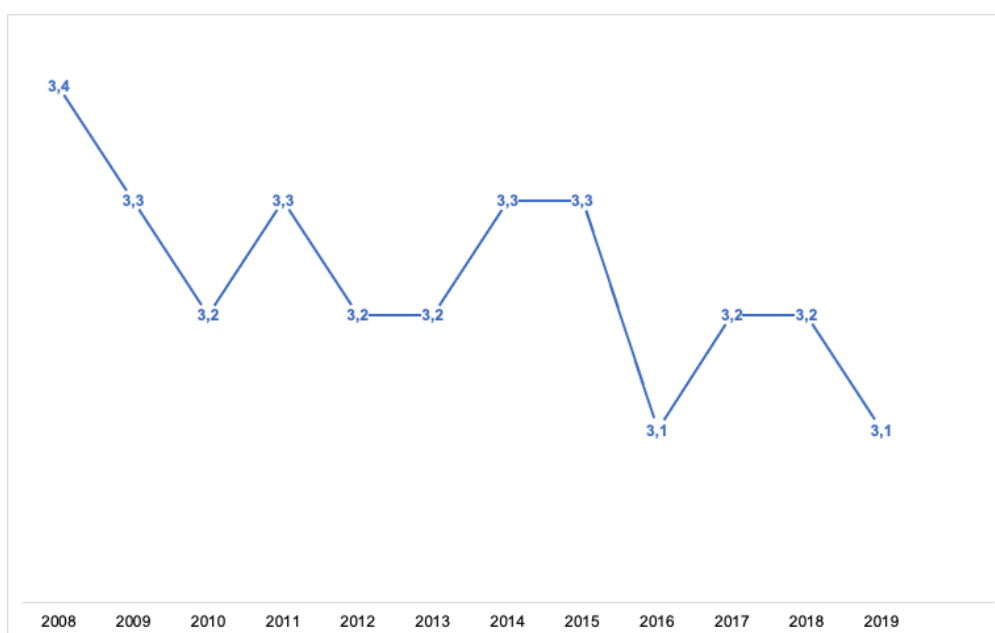


Fonte: IBGE (2021k)

Deve-se destacar que Jaraguá do Sul mantém um índice alto de ocupação dos seus residentes, apesar de apresentar contínua queda. Em relação a números absolutos, observa-se a partir de 2014 uma queda mais acentuada, passando de 83 mil (2014) para 70 mil (2017). Nos dois anos seguintes (2018 e 2019), contudo, houve uma retomada no número de pessoas ocupadas, mas a proporcionalidade em relação à população permanece, em média, em 42%. No ano de 2008 Jaraguá do Sul tinha registrado no IBGE (2021k) 6.795 empresas, passando para 8.329 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 44 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 44 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Jaraguá do Sul (SC)

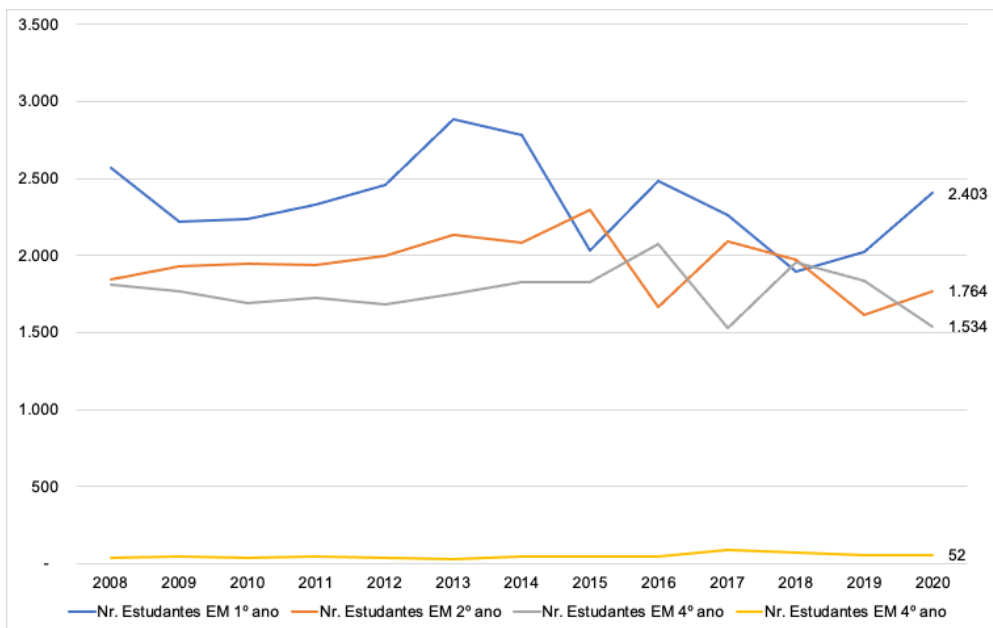


Fonte: IBGE (2021k)

O gráfico 44 aponta em 2019 média de salários por família em Jaraguá do Sul de 3,1 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 3.410,00 por mês – uma das médias mais altas da região, apesar de os dados indicarem que ocorreu uma perda salarial das famílias jaraguenses no período de 2008 a 2019.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 45 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 45 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Jaraguá do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021k)

O gráfico 45 evidencia que ocorreu pouca variação no número de estudantes matriculados no ensino médio, ficando o total de matrículas na média de 6.000 alunos. O ano de 2020 apresentou 2.403 alunos no 1.º ano, 1.764 no 2.º ano, 1.534 no 3.º ano do ensino médio e 52 alunos no 4.º ano, referente a cursos de ensino técnico.

2.1.12 Mafra (SC)

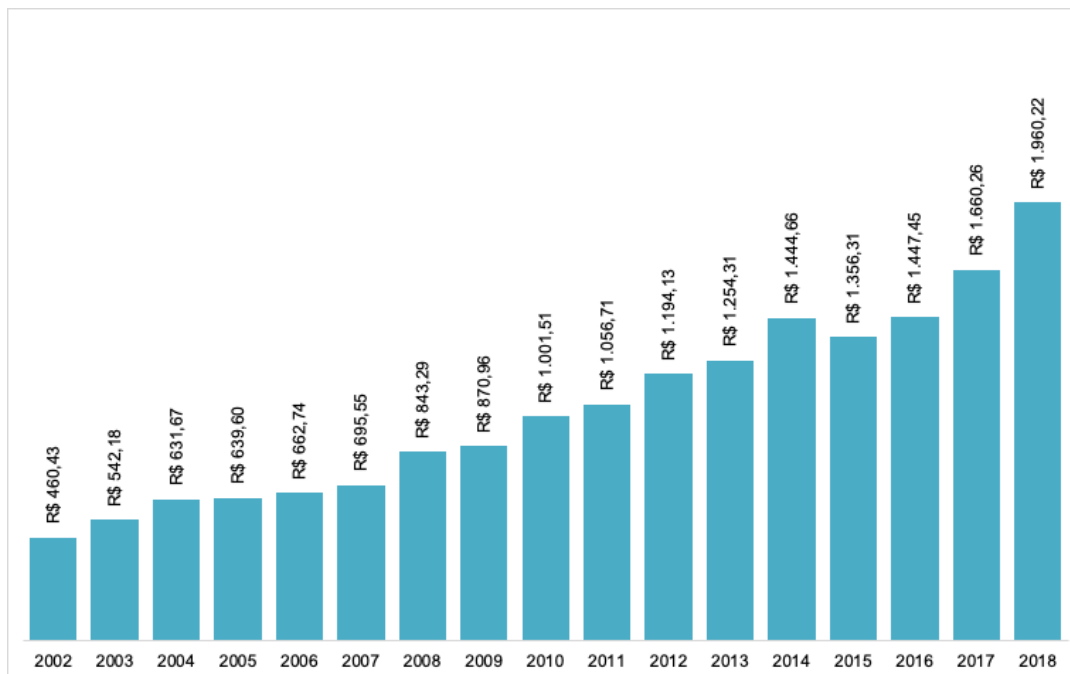
Mafra, durante o período da Revolução Federalista, recebeu imigrantes da Província Bucovina do Império Austro-Húngaro. Isso foi motivo da tomada pelos gaúchos revolucionários, o que acabou marcando a história da colonização do município. Esteve também em meio à disputa entre Santa Catarina e Paraná na questão do Contestado. Em 8 de setembro de 1917, após o acordo de limites que pôs fim à questão do Contestado, Mafra nasceu como município, passando com isso a seguir caminho próprio, agora de forma independente, porém sempre próxima da cidade-irmã de Rio Negro. Mafra foi marcada pelo cultivo de erva-mate, pela perda do território que forma hoje o município de Itaiópolis, pelo transporte de cargas e passageiros por meio de embarcações pelo Rio Negro e pela construção da estrada de ferro e das rodovias BR-116 e BR-280 (GUIA RIOMAFRA, 2021).

Mafra localiza-se na Bacia do Iguaçu, e o principal rio do município é o Rio Negro, na divisa de Santa Catarina e Paraná, segundo o Guia Riomafra (2021). Outros rios que deságuam no Rio Negro são: Rio Preto, na divisa com o município de Rio Negrinho, Rio da Lança (o maior rio inteiramente mafrense), Rio Negrinho, Rio São Lourenço (onde está instalada a Usina Hidrelétrica São Lourenço, em operação desde 1914, com potência de 0,48 MW), Rio Ribeirãozinho, Rio Butiá e Rio São João, este já na divisa com o município de Três Barras.

Segundo o IBGE (2021m), Mafra estima ter uma população de 56.825 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 37 hab./km². Ficou em 26.º lugar no ranking

do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 1,9 bilhão. O gráfico 46 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 46 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Mafra (SC)



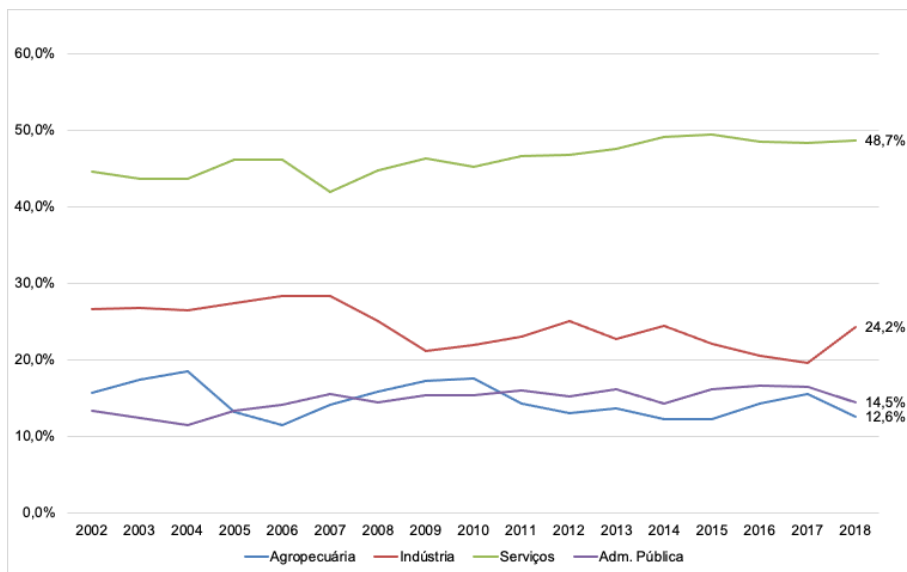
Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 46 verifica-se que o PIB de Mafra apresentou um crescimento contínuo de 2002 a 2018.

Em relação à atividade econômica, Mafra destaca-se na agricultura, tanto em produção quanto em produtividade, tudo isso em virtude da grande área do município e à fertilidade do solo. A maior produção ocorre com as culturas de soja, milho, feijão, trigo, cevada e fumo. Há que destacar também a produção de mel, cuja qualidade é reconhecida internacionalmente. Na pecuária o destaque fica com a avicultura, a suinocultura e o rebanho de gado leiteiro. A silvicultura também é expressiva no município, sobretudo nas últimas décadas, tendo contribuído com matéria-prima para a indústria madeireira, diminuindo assim a pressão pela exploração de áreas de mata nativa. Além disso, o município possui um parque industrial diversificado, sendo a indústria de maior importância a madeireira, como também as indústrias do setor cerâmico (revestimentos), de curtumes, têxteis, metalúrgicas, de minerais não metálicos e alimentícias (GUIA RIOMAFRA, 2021).

No tocante à participação dos setores da economia no PIB de Mafra, o gráfico 47 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 47 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Mafra (SC)

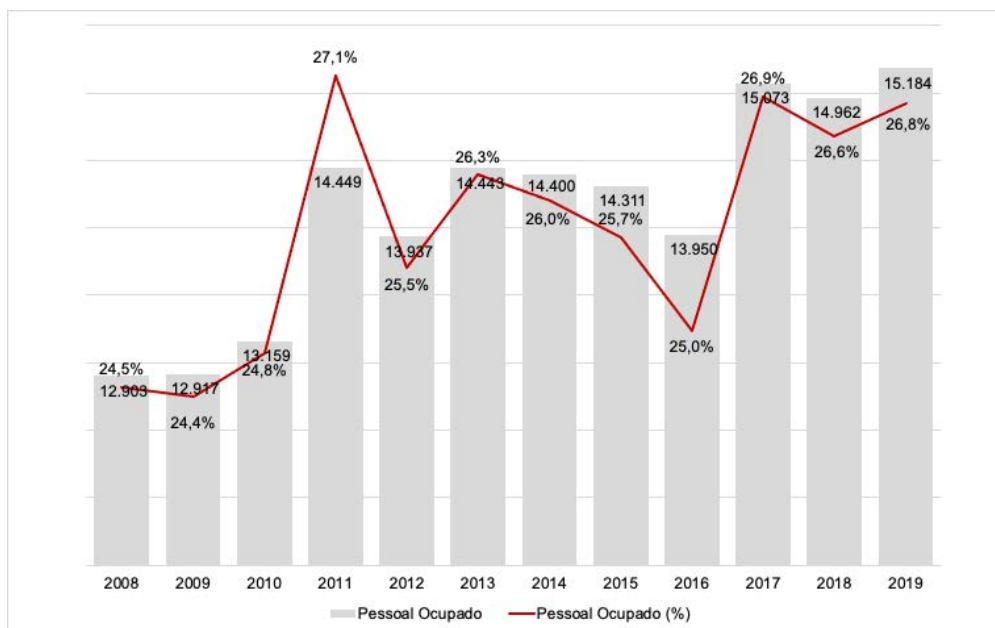


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 47 evidenciam que o setor de serviços representa quase 50% da riqueza de Mafra. Boa parte da participação do setor de serviços no PIB deve-se ao fato de que Mafra possui um forte comércio varejista, como também a prestação de serviços públicos, que atende a região. Deve-se destacar, para esse município, a participação do setor primário (agropecuário), que corresponde em média a 12% do PIB.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 48 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 48 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Mafra (SC)

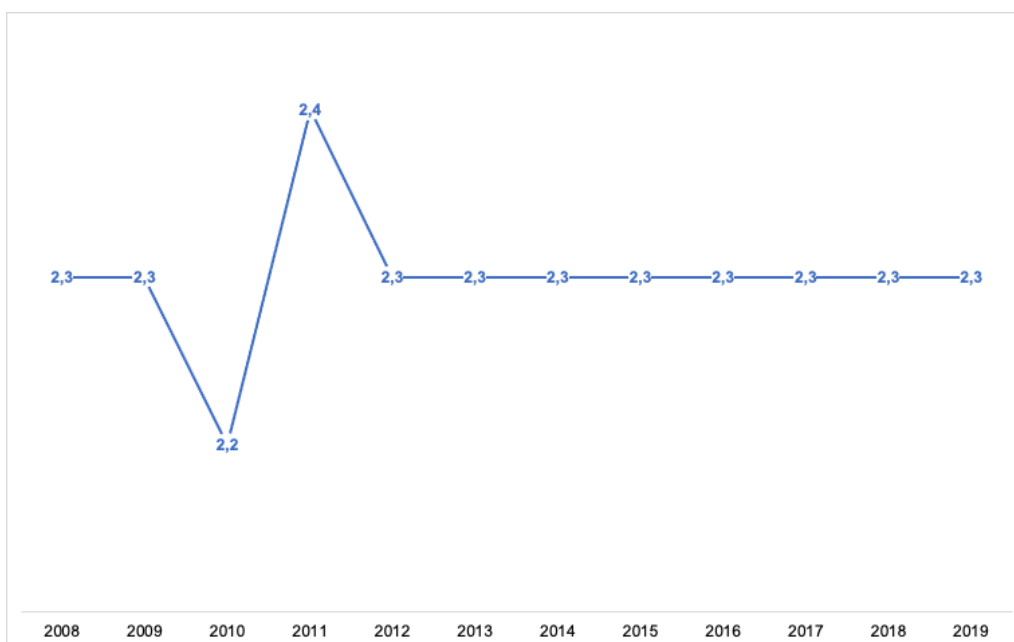


Fonte: IBGE (2021m)

Nota-se que houve aumento de 18% no número de pessoal ocupado em 12 anos, passando de 12.903 (2008) para 15.184 (2019), apesar das altas identificadas em 2011 e 2017. A taxa de ocupação em função da população total fica na média de 25%. Em 2008 Mafra registrou no IBGE (2021m) 1.920 empresas, e em 2019 não houve aumento significativo, totalizando 1.969, o que justifica a estagnação no número de pessoas ocupadas.

Quanto a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 49 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 49 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Mafra (SC)

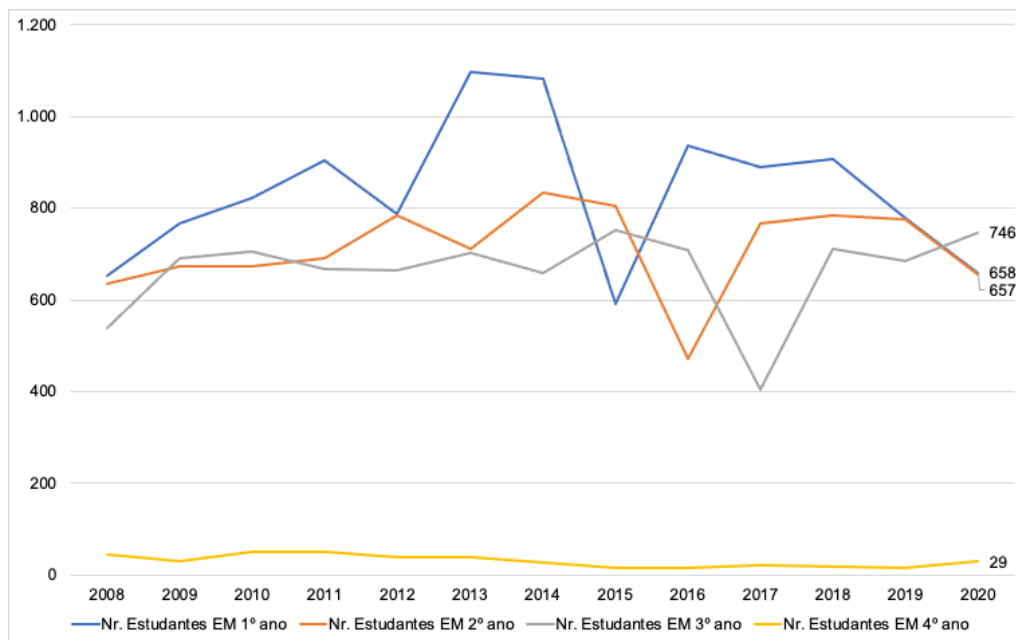


Fonte: IBGE (2021m)

O gráfico 49 demonstra que a média de salários por família em Mafra é de 2,3 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.530,00 por mês. Destaca-se que essa média salarial é praticamente constante em todo o período, o que pode ser explicado pelo fato relatado de que não houve grandes mudanças na economia mafrense.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 50 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 50 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Mafra (SC)



Fonte: IBGE (2021m)

O gráfico 50 evidencia que há uma constância no número de estudantes matriculados no ensino médio, passando de 1.874 em 2008 para 2.090 em 2020. Além disso, o número de alunos matriculados nos 3 níveis de ensino médio está equilibrado.

2.1.13 Massaranduba (SC)

As primeiras ocupações dos imigrantes deram-se por volta de 1870, em virtude da expansão da ocupação da Colônia Dr. Blumenau. Eram colonizadores alemães que se instalaram na região de Campinha e Patrimônio. Já os colonizadores italianos se instalaram na atual Região Alta do município no ano de 1877, que na época pertencia à antiga Colônia Luís Alves, sendo essa parte anexada bem mais tarde ao município de Massaranduba. Os poloneses ocuparam a região de Braço do Norte nos fins da década de 1880. Nessa comunidade encontra-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que é a edificação mais antiga do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 2021).

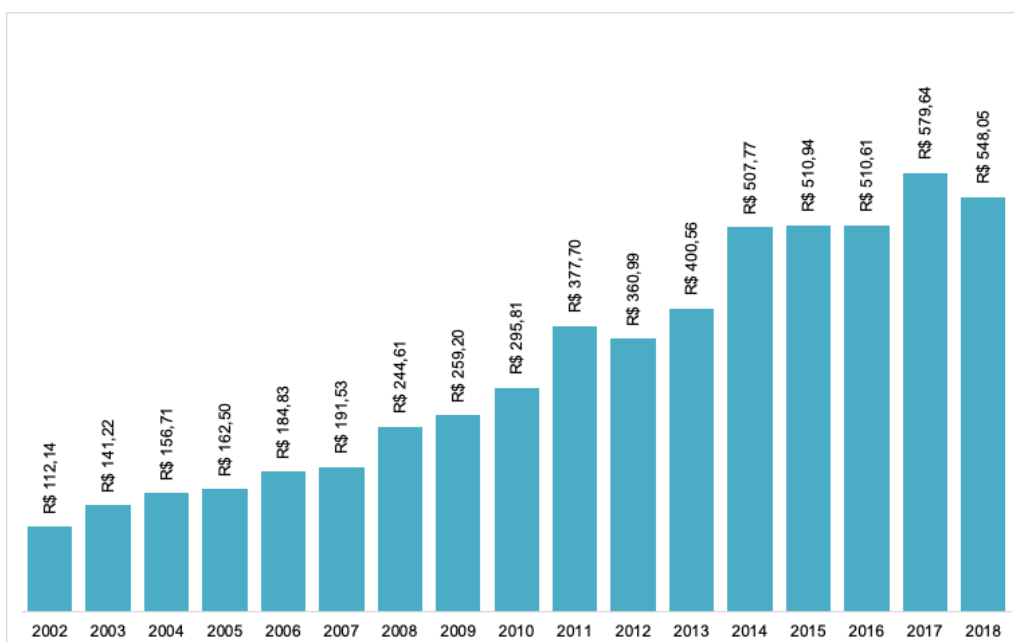
No ano de 1821 a região de Massaranduba foi elevada à categoria de distrito de Blumenau. Segundo o histórico da Prefeitura Municipal de Massaranduba (2021), pela “Lei n.º 247 de dezembro de 1948, da Assembleia Legislativa do Estado, [foi] criado o município de Massaranduba, desmembrado dos municípios de Blumenau, Itajaí e Joinville”. No entanto pouco durou o novo município, pois no segundo semestre de 1949 a sede e a denominação passaram de Massaranduba para 2.º Distrito de Guaramirim. Finalmente, por meio da Lei Estadual n.º 746/61, de 29 de agosto de 1961, o município de Massaranduba foi emancipado.

A base da economia do município começou com o cultivo de arroz, que deu a Massaranduba o título de Capital Catarinense do Arroz. A principal cultura econômica é o arroz irrigado, sendo cultivado no sistema de produção tradicional da região, em várzeas. Além do arroz, têm destaque também no município a banana e a palmeira-real, cujos cultivos surgiram como alternativa de renda para os produtores das regiões mais elevadas de Massaranduba.

Outras culturas, como a criação de peixes em açudes, o plantio e o cultivo do eucalipto e do pínus, a criação de gado de corte, de suínos e de frangos de corte também são fontes de renda alternativa para os produtores rurais massarandubenses (PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 2021).

Segundo o IBGE (2021n), Massaranduba estima ter uma população de 17.330 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 39 hab./km². Ficou em 91.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 548 milhões. O gráfico 51 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 51 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Massaranduba (SC)



Fonte: IBGE (2021u)

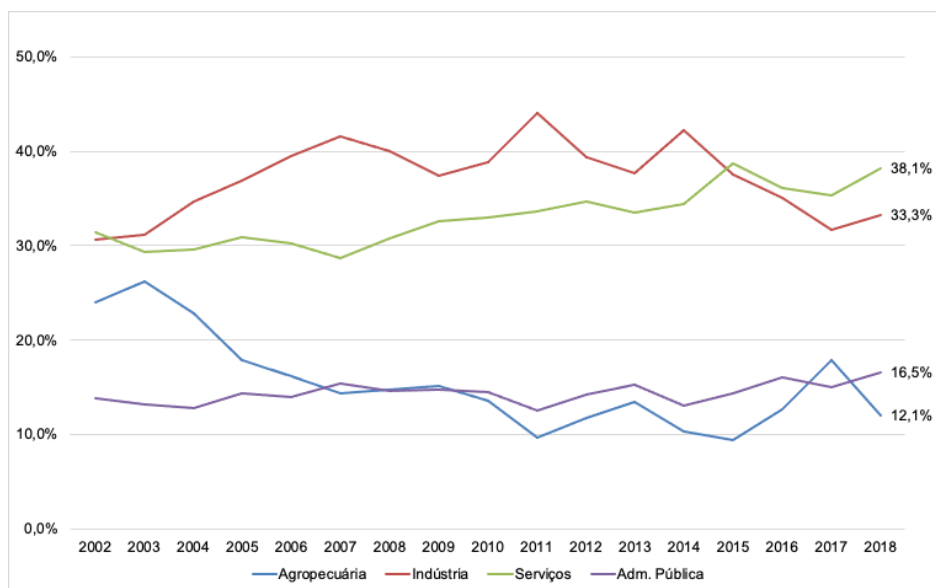
No gráfico 51 é possível observar que o PIB de Massaranduba apresentou crescimento contínuo de 2002 a 2017, tendo uma pequena retração em 2018.

Em relação à atividade econômica, apesar de a economia de Massaranduba estar ligada diretamente ao plantio e cultivo do arroz, a base da geração de renda está na indústria de beneficiamento de arroz. Estima-se que 70% da área de Massaranduba é de arroz irrigado, o que, com tamanha representatividade na economia, torna o arroz a principal atividade do município. Não somente o cultivo como também os 653 estabelecimentos agrícolas (em 2018) ligados diretamente ao arroz são responsáveis pela geração de renda e emprego (ARROZ..., 2021).

Ainda, por conta da proximidade com os municípios de Jaraguá do Sul, Blumenau e Guaramirim, o município conta com indústrias do setor têxtil, moveleiro, químico, plástico e de metalurgia, fazendo com que o PIB do ramo da indústria seja significativo (PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 2021).

No tocante à participação dos setores da economia no PIB de Massaranduba, o gráfico 52 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 52 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Massaranduba (SC)

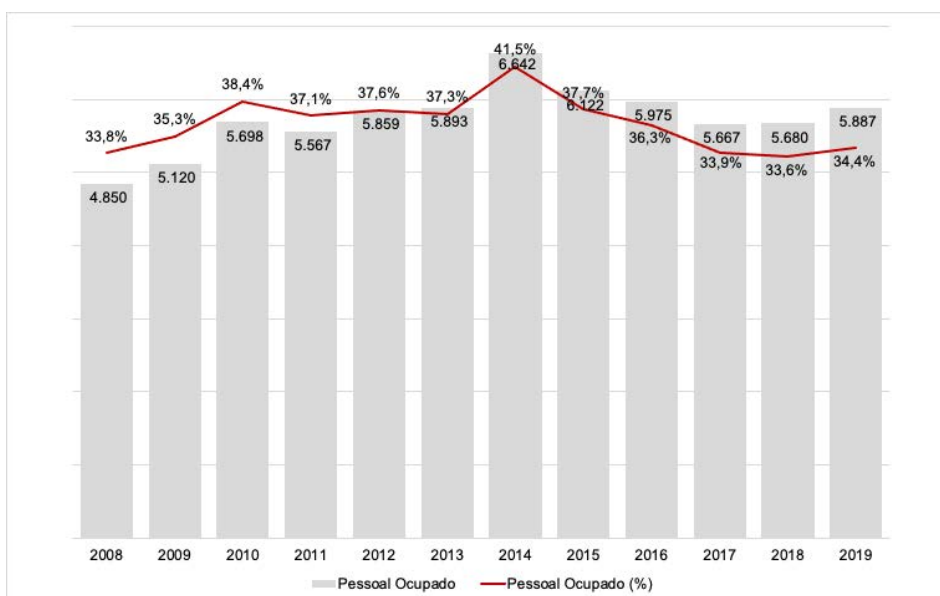


Fonte: IBGE (2021u)

De acordo com os dados apresentados no gráfico 52, a partir de 2015 o setor de serviços aumentou a sua participação na economia de Massaranduba, contudo isso não significa que o setor industrial, responsável pelo beneficiamento do arroz, pela produção têxtil, metalúrgica e química, tenha reduzido. O que ocorreu é que o bom desempenho da indústria tem atraído empresas prestadoras de serviços e incrementado o comércio varejista do município. Deve-se destacar, para Massaranduba, a participação do setor primário (agropecuário), que correspondeu em 2018 a 12% do PIB, mas que já chegou a representar 25% da economia do município.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 53 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 53 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Massaranduba (SC)

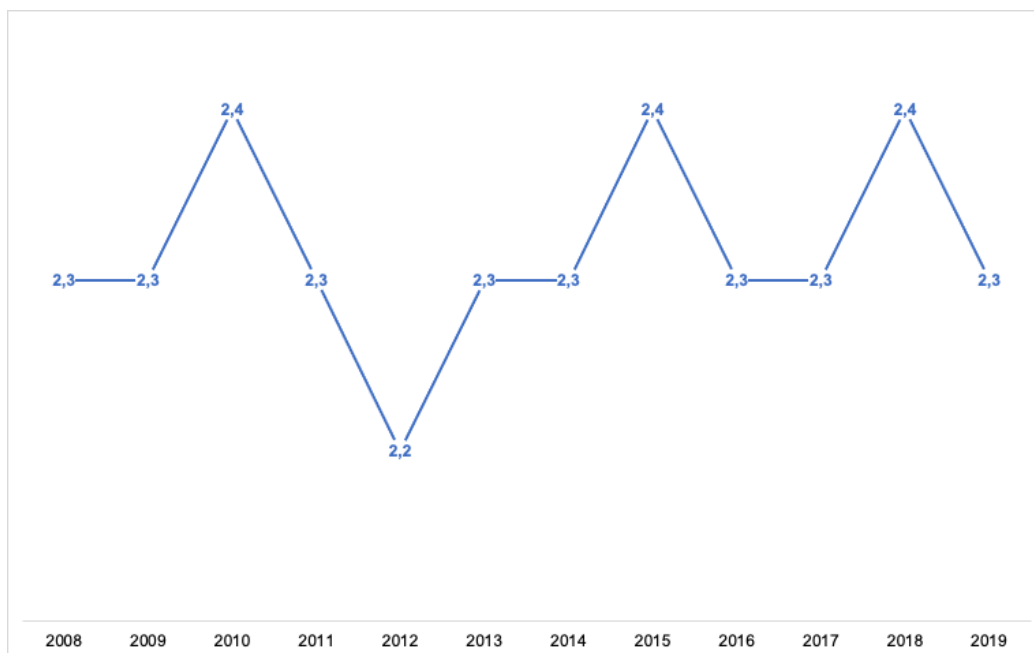


Fonte: IBGE (2021n)

Os dados referentes à ocupação em Massaranduba apontam para uma estabilidade em relação ao percentual da população total que está ocupada, com 33% em 2008 e 34% em 2019. Observa-se que, no embalo do bom desempenho da economia brasileira, o município teve de 2008 a 2014 um aumento no número absoluto de pessoas ocupadas, atingindo o máximo de 6.642 (2014). Mas, assim como acompanhou o bom desempenho, a partir de 2015, quando o PIB do Brasil apresentou recuo na taxa de crescimento, o município teve queda no número de pessoas ocupadas, chegando a 2019 com um total de 5.887. Em 2008 Massaranduba registrou no IBGE (2021n) 647 empresas, e em 2019, 724, o que justifica a estagnação no número de pessoas ocupadas.

Em relação a renda e ocupação, pode-se ver no gráfico 54 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 54 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Massaranduba (SC)

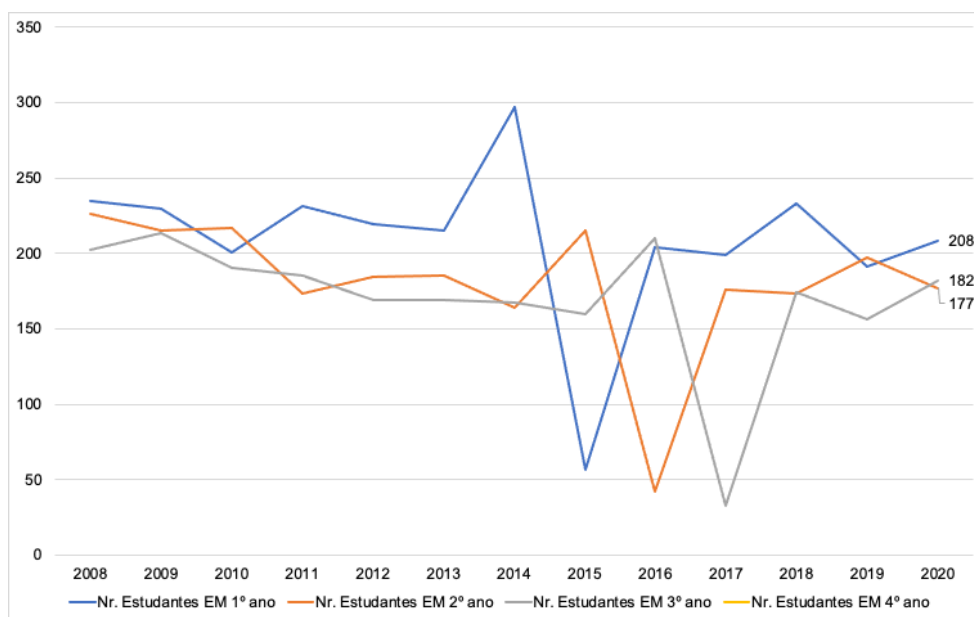


Fonte: IBGE (2021n)

O gráfico 54 demonstra que a média de salários por família em Massaranduba é de 2,3 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.530,00 por mês. Destaca-se que essa média salarial é praticamente constante em todo o período, o que pode ser explicado pelo fato relatado de que não houve grandes mudanças na economia do município.

No que concerne ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 55 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 55 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Massaranduba (SC)



Fonte: IBGE (2021n)

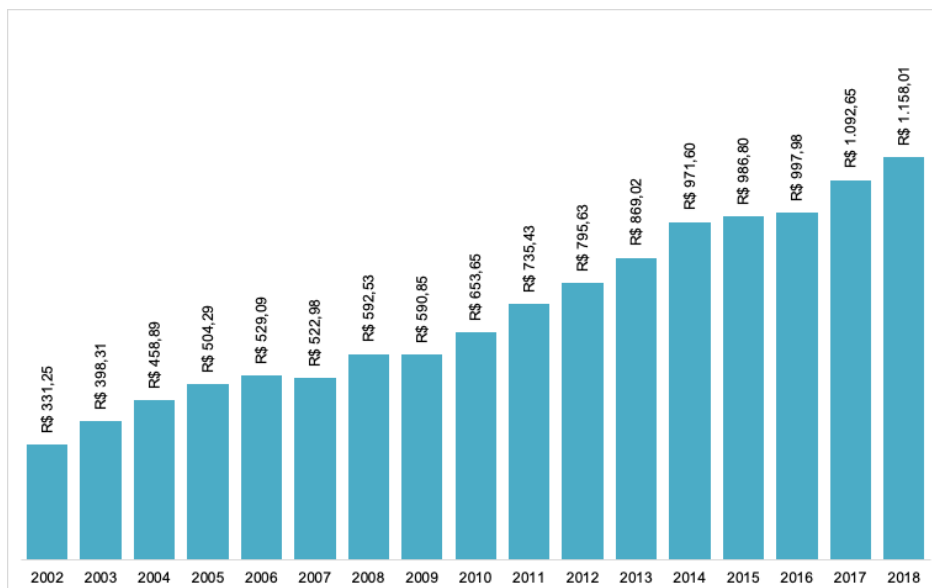
O gráfico 55 evidencia uma leve queda no número de estudantes matriculados no ensino médio, passando de 663 em 2008 para 567 em 2020. Já o número de alunos matriculados nos 3 níveis de ensino médio está equilibrado.

2.1.14 Rio Negrinho (SC)

A posição geográfica do município de Rio Negrinho é estratégica, uma vez que permite fácil acesso e rápida aproximação a portos e aeroportos, pois localiza-se entre as duas maiores rodovias federais: está a 40 km da BR-116 (Mafra – SC) e a 70 km da BR-101 (Joinville – SC). Rio Negrinho começou a se formar nas últimas décadas do século XIX, por volta dos anos 1870, em grande parte motivado pela imigração europeia. Outro fator que contribuiu para a formação do município foi o fim da Guerra do Paraguai, quando muitos que lutaram pelo Brasil exigiam do governo uma recompensa pela vitória e acabaram ganhando lotes de terra na região. No início o território de Rio Negrinho pertencia ao município de São Bento do Sul, até sua emancipação política em 1953, por meio da Lei n.º 25, de 13 de dezembro de 1953, e a criação do município de Rio Negrinho, pela Lei Estadual n.º 133, de 30 de dezembro de 1953 (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO, 2015).

Segundo o IBGE (2021o), Rio Negrinho estima ter uma população de 42.684 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 44 hab./km². Ficou em 45.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 1,1 bilhão. O gráfico 56 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 56 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Rio Negrinho (SC)

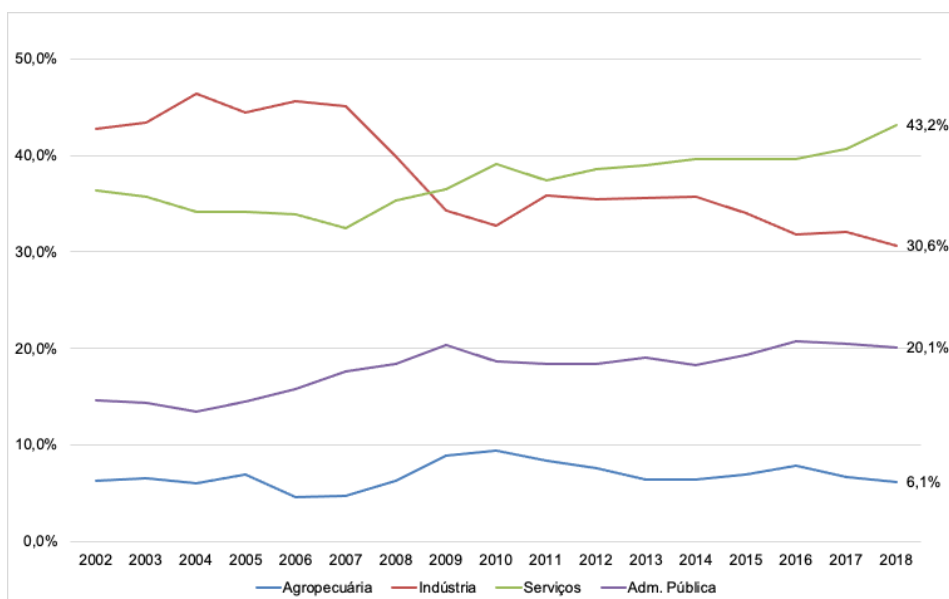


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 56 é possível ver que o PIB de Rio Negrinho apresentou um crescimento contínuo de 2002 a 2018, representando uma certa estabilidade no desenvolvimento da economia. A economia de Rio Negrinho, segundo Tomporoski *et al.* (2020), desenvolveu-se com base no setor moveleiro, especialmente impulsionado para instalação da fábrica de móveis CIMO, a qual já configurou entre as maiores do setor na América Latina. Ainda é expressiva a produção de móveis e artefatos de madeira no município, entretanto já existem outros ramos de atividades, como a produção de papel e papelão, cerâmica, alimentos, confecções, tintas e vernizes, entre outros.

Quanto à participação dos setores da economia no PIB de Rio Negrinho, o gráfico 57 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 57 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Rio Negrinho (SC)

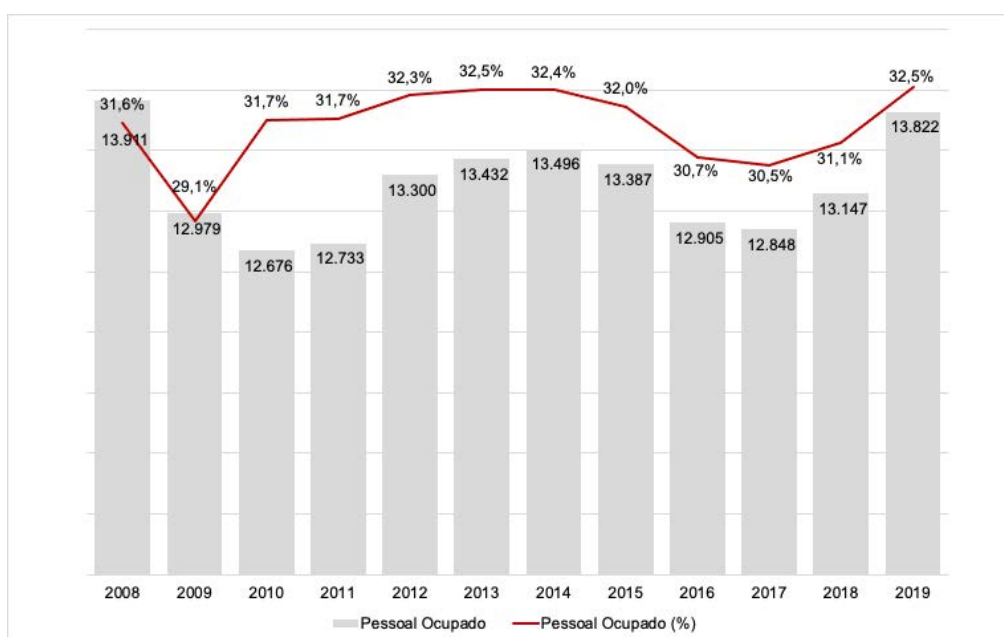


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 57 mostram que a partir de 2008 o setor de serviços aumentou a sua participação na economia de Rio Negrinho. De acordo com Tomporoski *et al.* (2020), apesar de o município ter se desenvolvido com base na indústria moveleira e madeireira, com as novas tendências do mercado nacional e o crescimento do setor de serviços Rio Negrinho passou a diversificar a economia, tendo instalação de empresas que atuam no ramo do agronegócio, extração mineral e empresas prestadoras de serviços, além do comércio varejista. Vale destacar que um setor específico vem chamando a atenção de investidores: o turismo de campo, com a instalação de hospedagens e alimentação.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 58 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 58 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Rio Negrinho (SC)

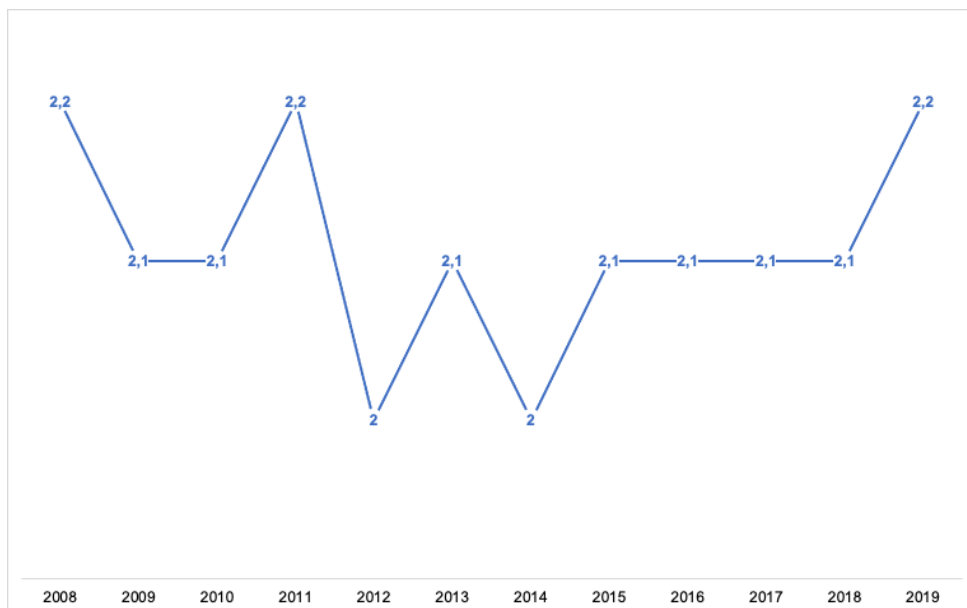


Fonte: IBGE (2021o)

Os dados referentes à ocupação em Rio Negrinho apontam para uma estabilidade em relação ao percentual da população total que está ocupada, com 31% em 2008 para 32% em 2019. Observa-se que, no início do período analisado, em 2008, o município tinha, em número absoluto, o maior indicador de pessoas ocupadas, com 13.911. De 2009 até 2011, o número de ocupados caiu, atingindo 12.733 (2011). Apesar da retomada que se observa a partir de 2012 até 2014, Rio Negrinho voltou a ter perda de número de pessoas ocupadas, crescendo novamente a partir de 2018. Mesmo com tais oscilações, a média de ocupados ficou em 13.200 pessoas. No ano de 2008 Rio Negrinho tinha registrado no IBGE (2021o) 1.972 empresas, e, em 2019, 1.780, o que justifica a oscilação no número de pessoas ocupadas.

Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 59 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 59 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Rio Negrinho (SC)

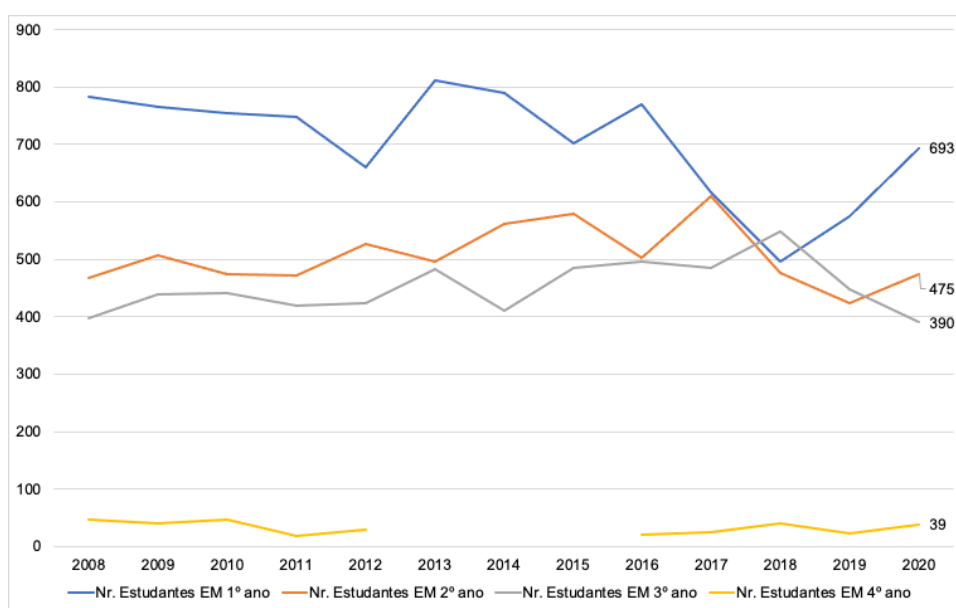


Fonte: IBGE (2021o)

O gráfico 59 aponta que a média de salários por família em Rio Negrinho é de 2,2 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.420,00 por mês. Destaca-se que essa média salarial é praticamente constante em todo o período, mesmo com as quedas observadas no número de pessoas ocupadas em determinados períodos.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 60 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 60 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Rio Negrinho (SC)



Fonte: IBGE (2021o)

O gráfico 60 evidencia que até 2016 havia uma certa estabilidade no número de alunos matriculados no ensino médio, algo em torno de 1.700 alunos. Em 2017 e 2018, o número de alunos no 1.º ano caiu, chegando a representar uma redução de mais de 270 alunos, o que impactou nos anos subsequentes do 2.º e do 3.º ano. Em 2020 o município contabilizava 1.597 alunos matriculados no ensino médio, sendo 390 no 3.º ano.

2.1.15 Barra do Sul (SC)

O município de Balneário Barra do Sul está localizado na mesma microrregião de base açoriana do norte de Santa Catarina, área da Baía da Babitonga, na planície formada pelos rios Parati e Itapocu. Apesar da pequena população, é uma das localidades mais antigas de Santa Catarina. A maior parte da população “nativa” é descendente de portugueses e indígenas e herdou de ambos a intimidade com o mar e a culinária baseada em frutos do mar.

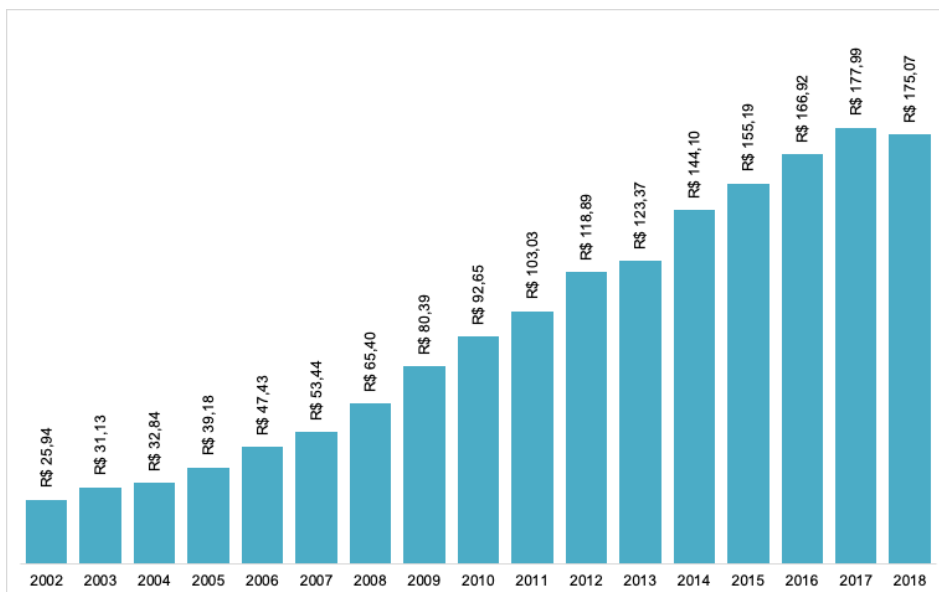
Os primeiros três habitantes não indígenas, no século XVII, formavam uma patrulha militar que protegia viajantes (a pé, pela beira da praia) de ataques dos índios e de contrabandistas. Num ritmo extremamente lento, outros imigrantes foram se fixando na região da futura cidade de Balneário Barra do Sul, concentrando suas atividades econômicas em agricultura de subsistência, pesca e produção de farinha de mandioca, além de fornecimento de matérias-primas para a indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, 2021).

Por muito tempo não havia estradas saindo de Balneário Barra do Sul para as cidades próximas, e a opção era, principalmente, via aquática, pelo Canal do Linguado. As duas principais estradas foram construídas apenas na segunda metade do século XX. A primeira (Salinas) foi aberta incidentalmente, motivada pelo extrativismo do palmito. A estrada resultante foi retificada e aterrada pelo Exército em 1960, a ponto de ser utilizável por automóveis. Essa estrada liga Balneário Barra do Sul à Barra do Itapocu. E a segunda estrada, que hoje é asfaltada, liga Balneário Barra do Sul a Araquari e São Francisco do Sul e foi aberta pelo dono de uma grande gleba de terras, que pretendia vendê-las em pequenos lotes. A existência de uma estrada aumentava naturalmente as chances de haver interessados nos lotes. Nos anos 1990, tal estrada foi retificada e asfaltada (PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, 2021).

A princípio o município foi denominado Barra do Sul, por estar localizado ao sul da ilha de São Francisco do Sul. Após sua emancipação do município de Araquari em 1992, Balneário Barra do Sul avançou com a implantação de inúmeras obras que vieram ao encontro dos anseios da comunidade local. Sua economia está ligada diretamente ao turismo e à pesca (PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, 2021).

Segundo o IBGE (2021b), Balneário Barra do Sul estima ter uma população de 11.271 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 75 hab./km². Ficou em 169.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 175 milhões. O gráfico 61 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 61 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Balneário Barra do Sul (SC)

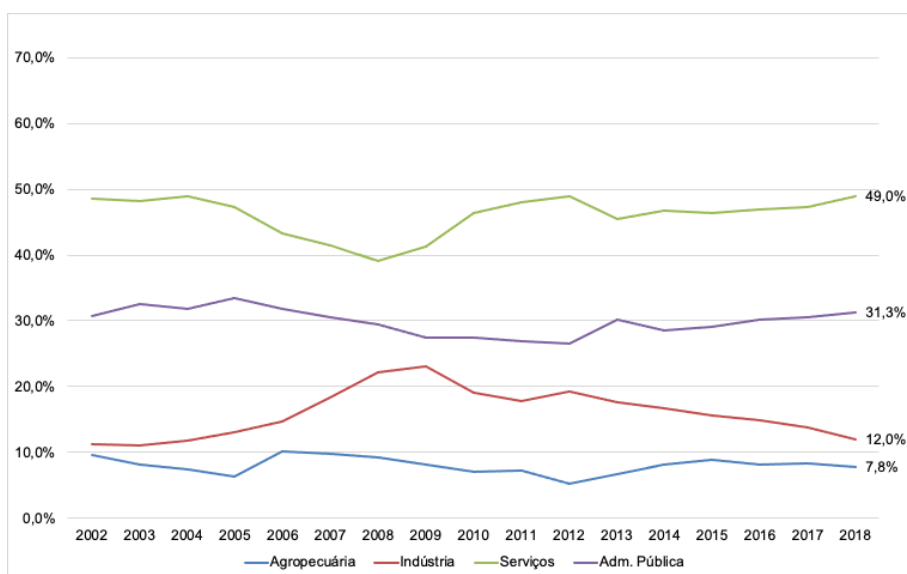


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 61 se nota que o PIB de Balneário Barra do Sul apresentou um crescimento significativo no período de análise. As principais atividades econômicas do município são a pesca e o turismo. O turismo é motivado por praias e pela “lagoa”, a parte sul do Canal do Linguado, bastante convidativo a pescarias, esportes aquáticos e navegação para pequenas embarcações. O pico de movimento turístico ocorre nas quatro semanas em torno do Ano-novo. Curiosamente a festa típica da cidade, a Festa da Tainha, ocorre em pleno inverno, período em que se faz a pesca da tainha.

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Balneário Barra do Sul, o gráfico 62 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 62 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Balneário Barra do Sul (SC)

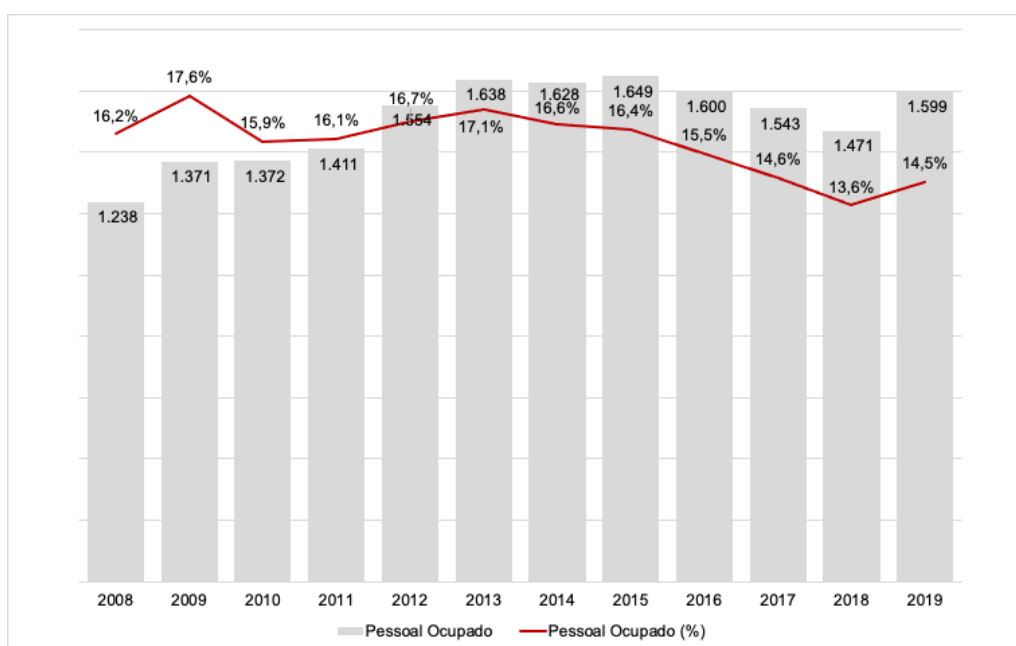


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 62 evidenciam a participação do setor de serviços na economia de Balneário Barra do Sul, correspondendo à metade de toda a renda gerada no ano de 2018. Segundo a Epagri (2020), o turismo náutico vem despontando como uma alternativa de renda lucrativa e sustentável para os pescadores artesanais. Em 2020 Balneário Barra do Sul tinha 32 embarcações habilitadas no transporte de pessoas para a pesca amadora e passeio no mar, envolvendo mais de 120 famílias. Em 2019 a atividade garantiu a movimentação de mais de 10 mil pessoas no município, grande parte oriunda das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 63 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 63 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Balneário Barra do Sul (SC)

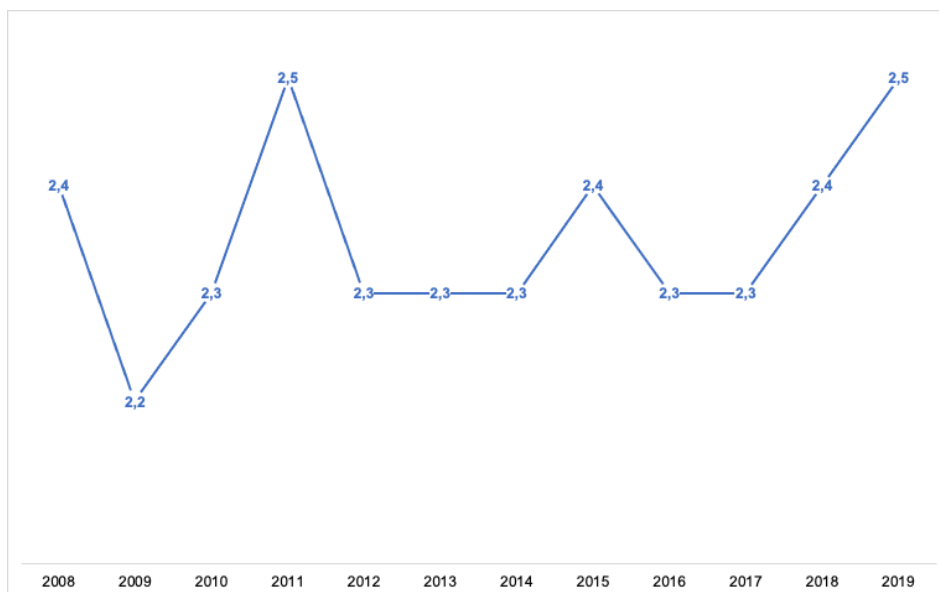


Fonte: IBGE (2021b)

Observa-se que a média de ocupação do município gira em torno de 15%, correspondendo a aproximadamente 1.600 pessoas. No ano de 2008 Barra do Sul tinha registrado no IBGE (2021b) 283 empresas, passando para 347 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, verifica-se no gráfico 64 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 64 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Balneário de Barra do Sul (SC)

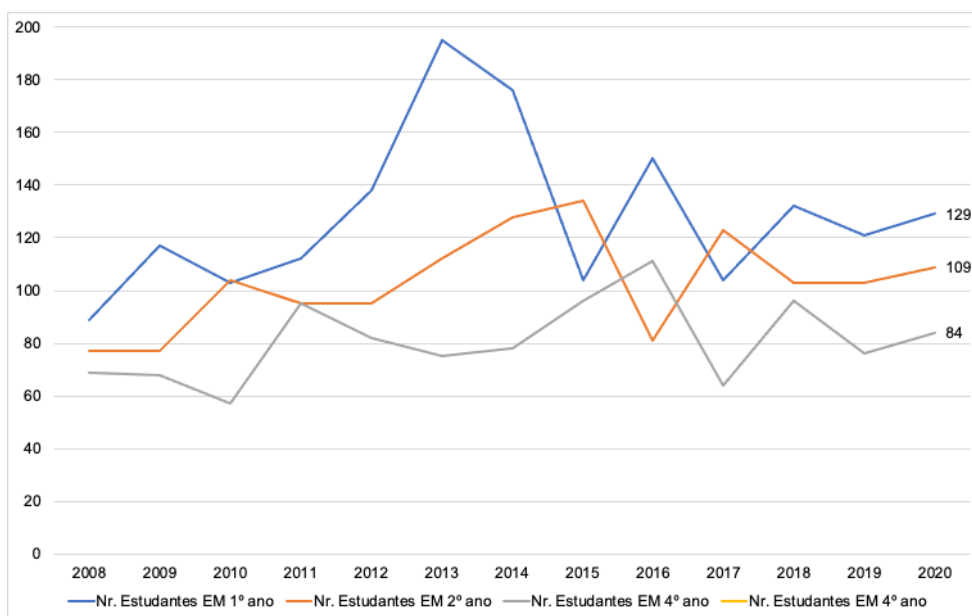


Fonte: IBGE (2021b)

O gráfico 64 demonstra que a média de salários por família em Balneário Barra do Sul é de 2,3 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.530,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 65 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 65 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Balneário Barra do Sul (SC)



Fonte: IBGE (2021b)

O gráfico 65 evidencia uma queda no número de estudantes matriculados no ensino médio a partir de 2013, totalizando 322 em 2020.

2.1.16 Campo Alegre (SC)

O surgimento de Campo Alegre relaciona-se com a colonização das terras da Princesa Dona Francisca, por conta do seu casamento com o Príncipe de Joinville. Em 1858, por solicitação da Cia. Colonizadora, o governo imperial aprovou a construção da estrada que faria a ligação Joinville-São Miguel-Tijucas do Sul-Curitiba (CAMPO ALEGRE, 2021).

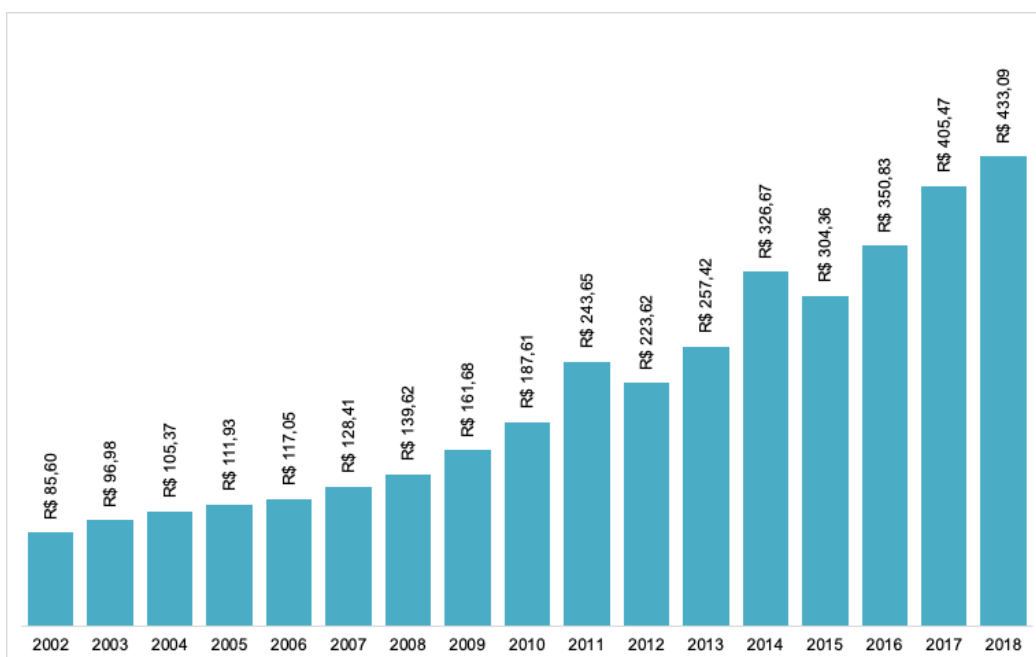
A Estrada Dona Francisca tornou-se importante rota comercial, e chegaram ao topo da serra os construtores da estrada; felizes por terem vencido o percurso mais íngreme, exclamaram: “*Froeliches feld!*”, que significa “Campo Alegre”. O nome da cidade é, portanto, uma alusão às belas paisagens naturais, especialmente seus campos cobertos de araucárias (CAMPO ALEGRE, 2021).

Além da localização, pois a Serra Dona Francisca tornou-se caminho obrigatório entre Santa Catarina e Paraná, Campo Alegre ainda contou com o ciclo da erva-mate para seu desenvolvimento. Era o ponto de parada dos carroceiros que seguiam de São Francisco e Joinville para o Paraná (CAMPO ALEGRE, 2021).

No início do século XX, um novo grupo de imigrantes europeus fixou residência no atual distrito de Bateias de Baixo. Os mesmos imigrantes construíram a Estrada Dona Francisca para ligar Joinville e o litoral de Santa Catarina com o planalto de Curitiba para escoamento da produção. Campo Alegre está localizada em meio a campinas e vales, assim, a vida no campo em meio a uma beleza natural encanta os turistas com os antigos casarões, produtos coloniais, artesanato e comida caseira em fogão à lenha. É considerado Paraíso da Serra; também é o destino certo para os amantes da natureza e apreciadores de esportes de aventura.

Segundo o IBGE (2021d), Campo Alegre estima ter uma população de 11.985 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 23 hab./km². Ficou em 95.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 433 milhões. O gráfico 66 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 66 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Campo Alegre (SC)

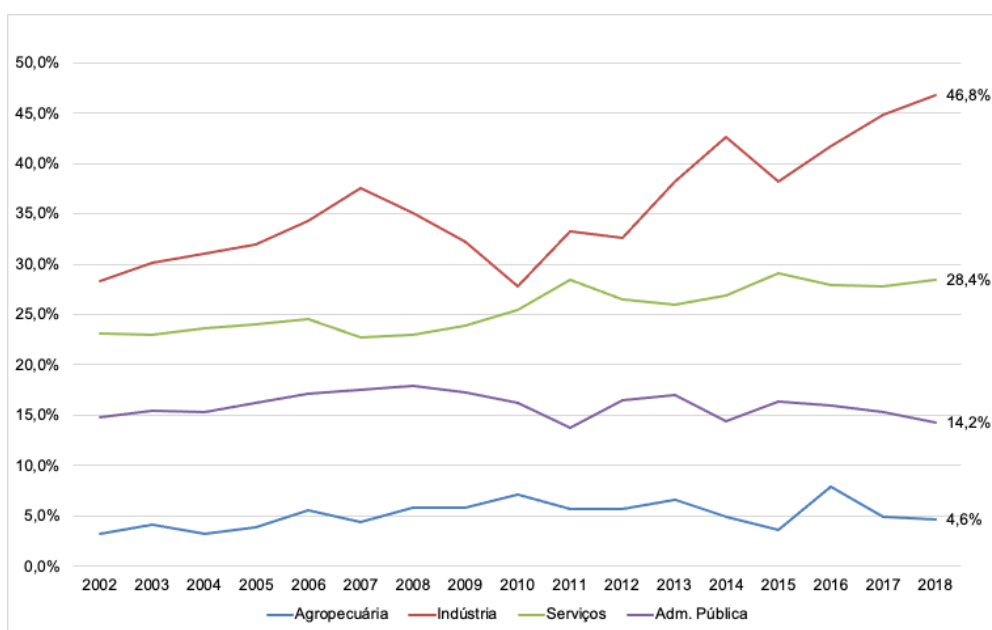


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 66 observa-se que o PIB de Campo Alegre apresentou um crescimento mais significativo a partir de 2011, apesar de apresentar pequenas quedas. Contudo, do período de 2011 a 2018, pode-se afirmar que a riqueza do município cresceu. Campo Alegre tem sua economia baseada na agropecuária, principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e equinos, na agricultura, com o cultivo da batata-salsa, milho, fumo e feijão, e tendo extrativismo de erva-mate, carvão e caulim; na área industrial predominam as indústrias moveleiras, que correspondem a 25% da economia do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, 2021).

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Campo Alegre, o gráfico 67 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 67 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Campo Alegre (SC)

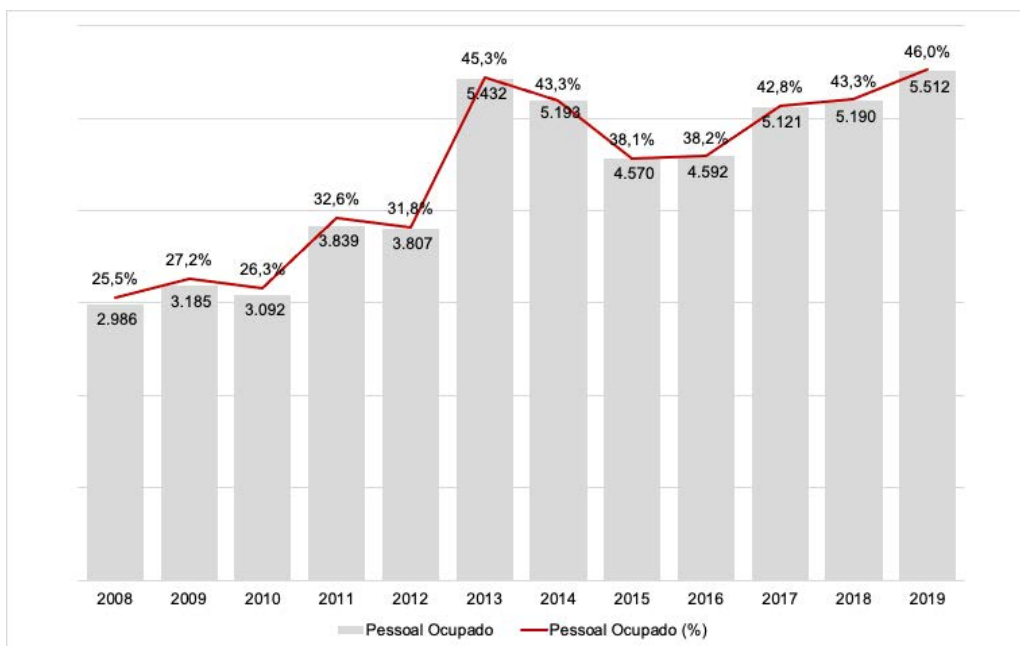


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 67 evidenciam a participação do setor da indústria na economia de Campo Alegre, correspondendo a 46,8% de toda a renda gerada no ano de 2018. Essa participação relaciona-se especialmente às indústrias moveleiras, à fabricação de fios, cabos e condutores elétricos e à indústria de fios, tecidos e artefatos têxteis. Ainda, em menor escala, mas como fator muito importante para a economia regional, o município conta com jazidas de argila (caulim), que abastecem a indústria cerâmica (SEBRAE, 2019b).

No que concerne ao pessoal ocupado, o gráfico 68 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 68 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Campo Alegre (SC)

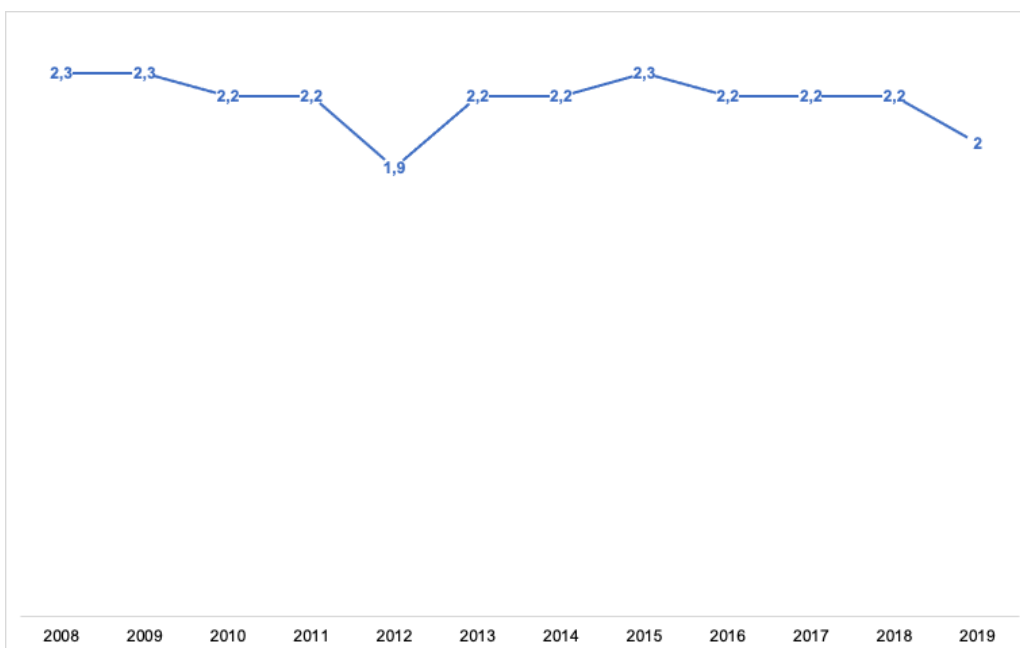


Fonte: IBGE (2021d)

Observa-se que a média de ocupação do município teve um salto a partir de 2012, apesar de apresentar queda nos anos seguintes até 2016. A partir desse ano, a taxa de ocupação cresceu, correspondendo a aproximadamente 5.500 pessoas. No ano de 2008 Campo Alegre tinha registrado no IBGE (2021d) 509 empresas, caindo para 477 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, pode-se ver no gráfico 69 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 69 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Campo Alegre (SC)

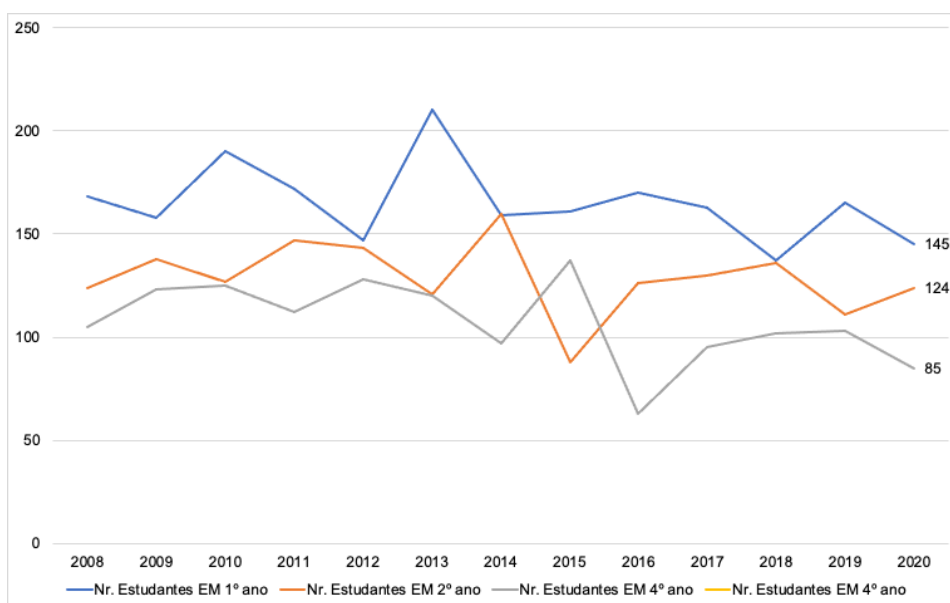


Fonte: IBGE (2021d)

O gráfico 69 demonstra que a média de salários por família em Campo Alegre é de 2 salários mínimos, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.200,00 por mês.

Quanto ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 70 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 70 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Campo Alegre (SC)



Fonte: IBGE (2021d)

O gráfico 70 evidencia uma queda no número de estudantes matriculados no ensino médio em Campo Alegre, totalizando 354 em 2020.

2.1.17 Corupá (SC)

A história de Corupá remonta ao ano de 1541, quando a expedição de Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca percorreu o célebre Peabiru, caminho indígena pré-cabralino que ligava os Andes ao Oceano Atlântico. Esse caminho foi muito usado até 1850, quando ele foi retalhado pela construção de rodovias e da ferrovia (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, 2021).

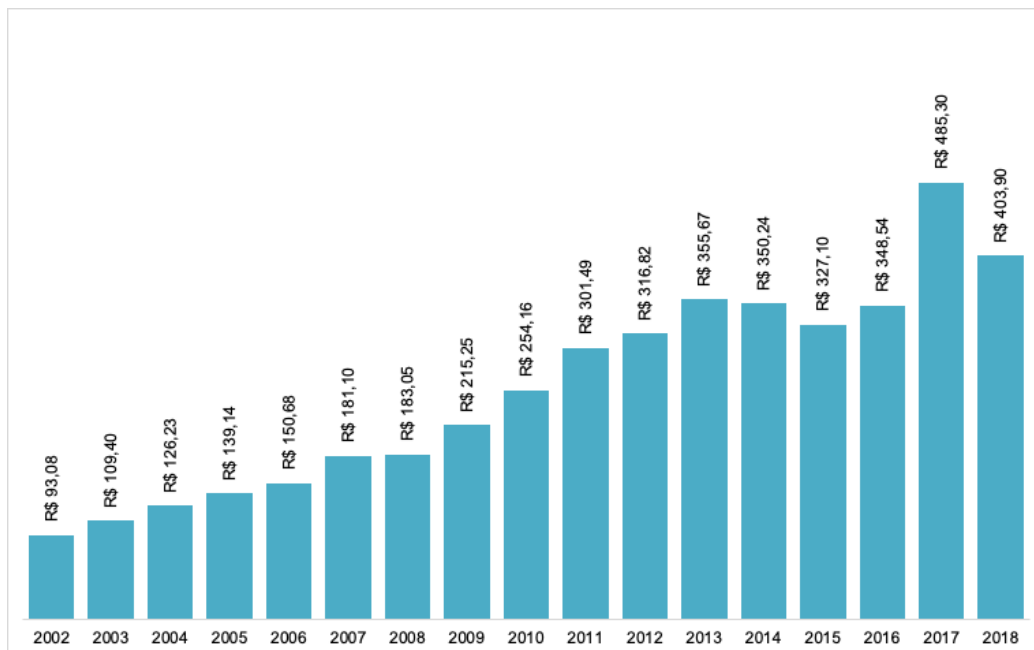
O primeiro nome de Corupá foi Hansa Humboldt, em homenagem ao naturalista alemão Alexandre von Humboldt. A data de fundação refere-se ao dia em que Otto Hillbrecht, seu filho e Wilhelm Ehrhardt compraram os primeiros lotes coloniais. Esses pioneiros, vindos da Alemanha, desembarcaram em São Francisco do Sul em 1897 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, 2021).

Nesse período, Corupá estava integrada à administração de São Francisco do Sul, à qual se ligavam Joinville e Jaraguá do Sul. Com a criação do distrito de Joinville, Corupá foi anexada à administração de Joinville via Jaraguá do Sul. Mais tarde criou-se o distrito de Jaraguá do Sul e, finalmente, em 11/5/1908, foi criado o distrito de Hansa Humboldt. Em virtude do Decreto-Lei Estadual do governador Nereu Ramos de n.º 941, de 31/12/1943, a partir de 1944 Hansa Humboldt passou a chamar-se Corupá e, pelo Decreto-Lei Estadual n.º 348, de 1958, foi criado o município de Corupá, com instalação em 25/7/1958. A partir de dezembro de 1897 o número de imigrantes foi aumentando. Em 1910 chegou o primeiro trem vindo de São Francisco do Sul, e em 2 anos os

trilhos avançaram até São Bento do Sul, o que impulsionou a economia da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, 2021).

Segundo o IBGE (2021e), Corupá estima ter uma população de 16.300 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 34 hab./km². Ficou em 102.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 403 milhões. O gráfico 71 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 71 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Corupá (SC)



Fonte: IBGE (2021u)

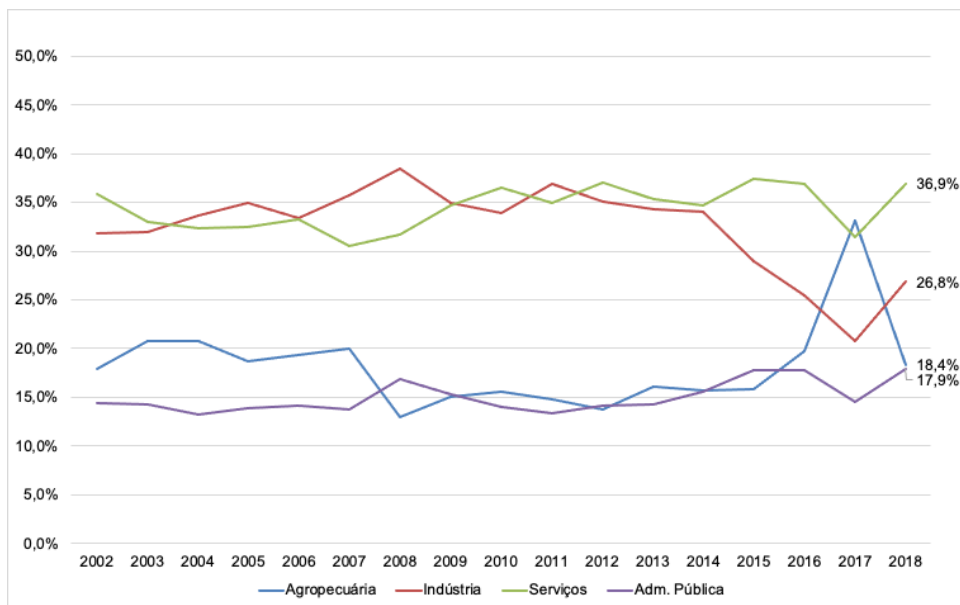
No gráfico 71 nota-se que o PIB de Corupá apresentou um crescimento contínuo até 2013, ficando relativamente estagnado até 2016. O ano de 2017 denotou um crescimento, justificado pelo bom desempenho da bananicultura. Segundo o OCP (KOIWASKI, 2019), a fruta produzida no município é considerada a mais doce do país, e isso acabou gerando a conquista de ser reconhecida por meio do selo de Indicação Geográfica de Denominação de Origem (IG).

No ramo industrial destacam-se as áreas moveleira, metalúrgica e têxtil. Outro destaque é dado pelo cultivo de plantas ornamentais, sendo Corupá um dos maiores produtores estaduais nesse segmento. É sede do Orquidário Catarinense, que há 100 anos se dedica ao cultivo e comercialização de orquídeas e bromélias e é responsável pela descoberta de várias espécies. Outro setor que se sobressai é o turismo. Corupá, em virtude de sua geografia acidentada, tem uma vocação natural para a prática da atividade turística com atrativos naturais. De suas montanhas brotam diversos cursos de água, que formam rios e criam cachoeiras (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, 2021).

Em termos de artesanato, Corupá possui uma matéria-prima diferenciada: os resíduos da produção de bananas. A utilização da fibra da bananeira na confecção de inúmeros produtos, como bolsas, chapéus e enfeites, vem trazendo benefícios para as produtoras rurais da região como fonte de renda extra. A culinária com pratos à base de banana, tanto doces como salgados, também merece destaque. Produtos coloniais derivados da banana, como a banana-passa, a cachaça, doces e geleias, são comuns na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ, 2021).

No que se refere à participação dos setores da economia no PIB de Corupá, o gráfico 72 apresenta a evolução de 2002 a 2018

Gráfico 72 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Corupá (SC)

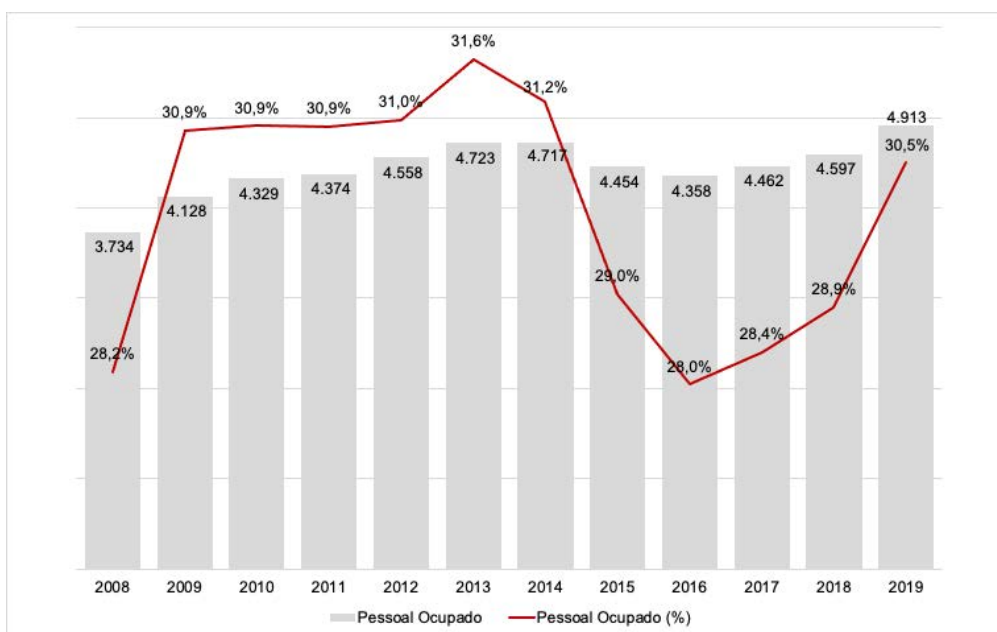


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 72 evidenciam a participação do segmento de serviços na economia do município, correspondendo a 36,7% da renda gerada no ano de 2018. O destaque está no ano de 2017, em que a produção da banana representou o aumento da participação do setor agropecuário na geração de renda.

No tocante ao pessoal ocupado, o gráfico 73 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

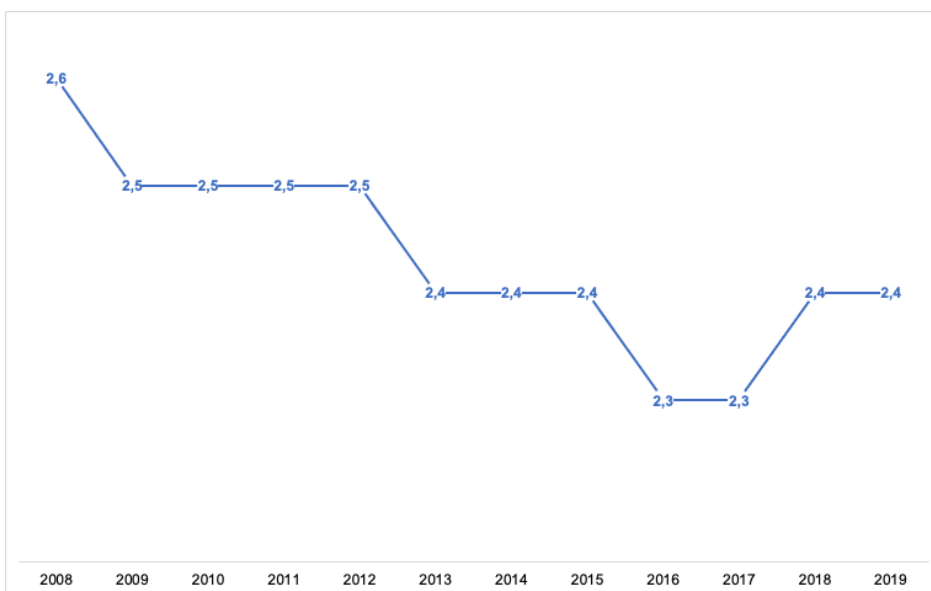
Gráfico 73 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Corupá (SC)



Fonte: IBGE (2021e)

Observa-se que a média de ocupação do município ficou entre os 28% e 32%, o que correspondeu em 2019 a quase 5.000 pessoas ocupadas. No ano de 2008 Corupá tinha registrado no IBGE (2021e) 445 empresas, passando para 523 em 2019. Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 74 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 74 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Corupá (SC)

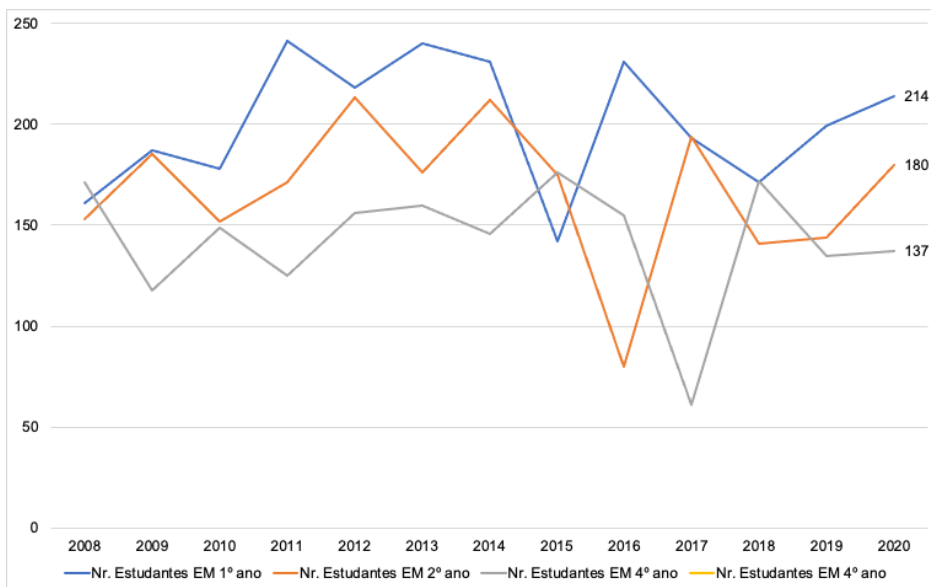


Fonte: IBGE (2021e)

O gráfico 74 aponta 2,4 salários mínimos como a média de salários por família em Corupá, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.640,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 75 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 75 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Corupá (SC)



Fonte: IBGE (2021e)

O gráfico 75 indica uma certa estabilidade no número de estudantes matriculados no ensino médio em Corupá, totalizando 531 em 2020.

2.1.18 São João do Itaperiú (SC)

Inicialmente habitado por índios guaranis, por conta da proximidade com o litoral, o município recebeu a denominação de Itaperiú. Os primeiros colonizadores, açorianos, chegaram após 1810, mais tarde se somando a estes os colonos italianos, alemães e poloneses. Em 1916 foi construída a primeira capela, com nome e imagem de São João Batista, elevado padroeiro da localidade. Desde então, sua denominação permanece a mesma, São João do Itaperiú (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ, 2021).

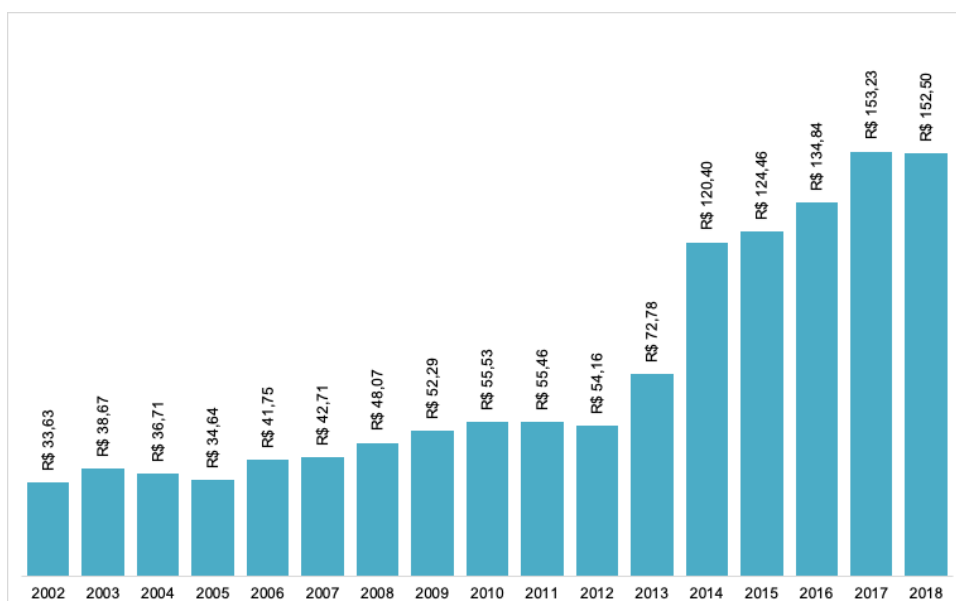
O município era ligado a Araquari, depois fazendo parte de Barra Velha, e somente a partir de 1965 passou à condição de distrito. A emancipação de São João do Itaperiú ocorreu em 29 de março de 1992, por meio da Lei n.º 8.549 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ, 2021).

Em 2014 foi sancionada pelo governador Raimundo Colombo a Lei Estadual n.º 16.328, que reconheceu São João do Itaperiú como a Capital Catarinense da Carne Bovina e Ovina, em virtude da forte presença da indústria frigorífica no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ, 2021).

São João do Itaperiú destaca-se na agricultura familiar e na indústria de frigoríficos de pequeno e médio porte, contando com abatedouro de carne bovina, abatedouro de carne ovina e distribuidora de carnes. Na agricultura, o cultivo e o comércio de banana constituem a atividade de subsistência de grande parte dos produtores, estando o município entre os maiores produtores desse fruto no estado de Santa Catarina. Outras atividades de destaque no município são o reflorestamento, principalmente das espécies pínus e eucalipto, e o cultivo de palmáceas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ, 2021).

Segundo o IBGE (2021r), São João do Itaperiú estima ter uma população de 3.784 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 22 hab./km². Ficou em 178.º lugar no ranking do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 152 milhões. O gráfico 76 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 76 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – São João do Itaperiú (SC)

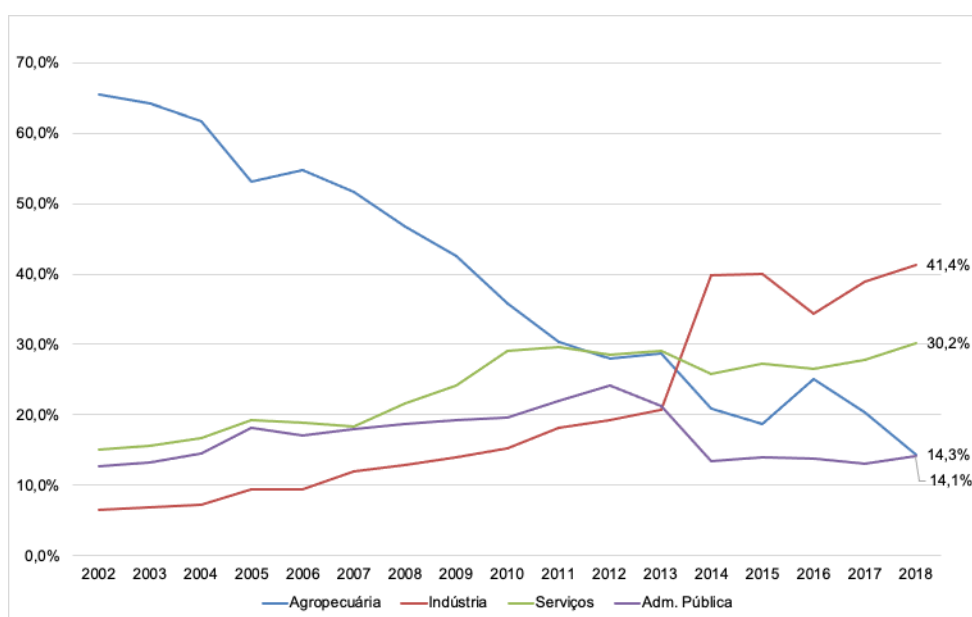


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 76 observa-se que o PIB de São João do Itaperiú apresentou um incremento significativo a partir de 2014, quando ela foi reconhecida como Capital Catarinense da Carne Bovina e Ovina. Nesse mesmo ano, um dos grandes frigoríficos do município firmou um acordo que definiu parceria com a Associação Brasileira de Angus, que passou a ser a nona empresa da indústria frigorífica a integrar o maior programa de certificação de carnes do país. Tal certificação impulsionou a economia de São João do Itaperiú, pois permitiu que a carne abatida e processada no município atingisse um nível maior de aceitação, tanto para o mercado interno como para o externo (O PRESENTE RURAL, 2014).

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de São João do Itaperiú, o gráfico 77 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 77 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – São João do Itaperiú (SC)

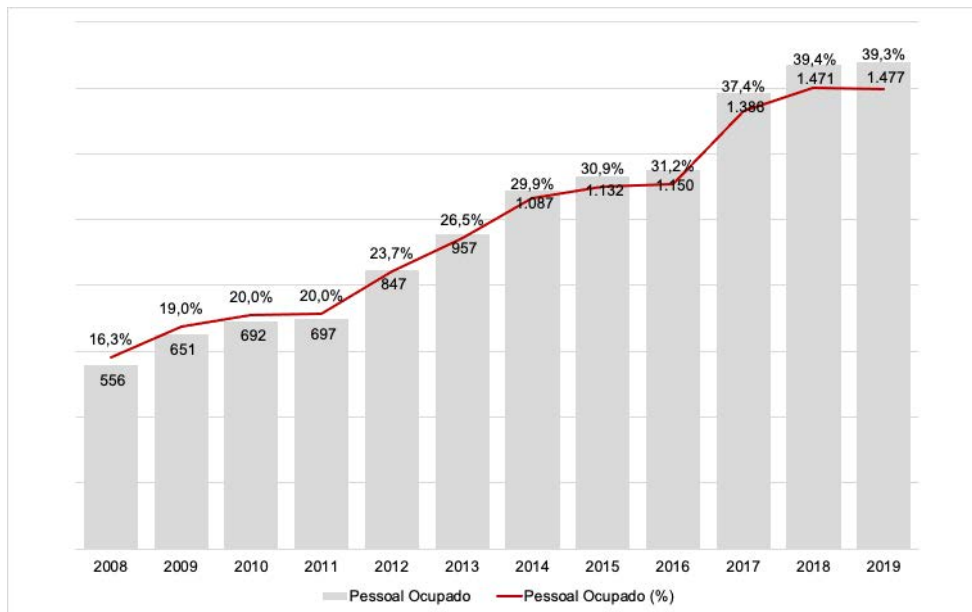


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 77 evidenciam a participação do segmento da indústria, que ultrapassou o setor agropecuário a partir de 2014, justamente em função do reconhecimento da carne abatida e processada, que foi certificada nesse ano. Com isso, o setor de serviços também apresentou um incremento.

No que concerne ao pessoal ocupado, o gráfico 78 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 78 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – São João do Itaperiú (SC)

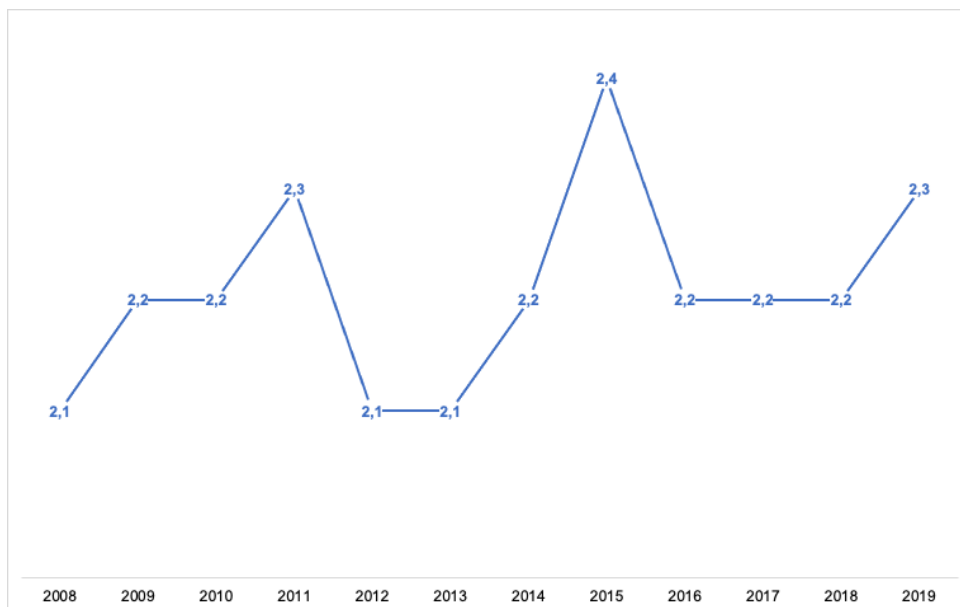


Fonte: IBGE (2021r)

Verifica-se que a média de ocupação do município também cresceu com o incentivo e a certificação da indústria de carne a partir de 2014. Em 2008 a taxa de ocupação era de apenas 16%, passando para 39% em 2019, o que corresponde a aproximadamente 1.500 pessoas ocupadas. No ano de 2008 São João do Itaperiú tinha registrado no IBGE (2021r) 85 empresas, passando para 193 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 79 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 79 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – São João do Itaperiú (SC)

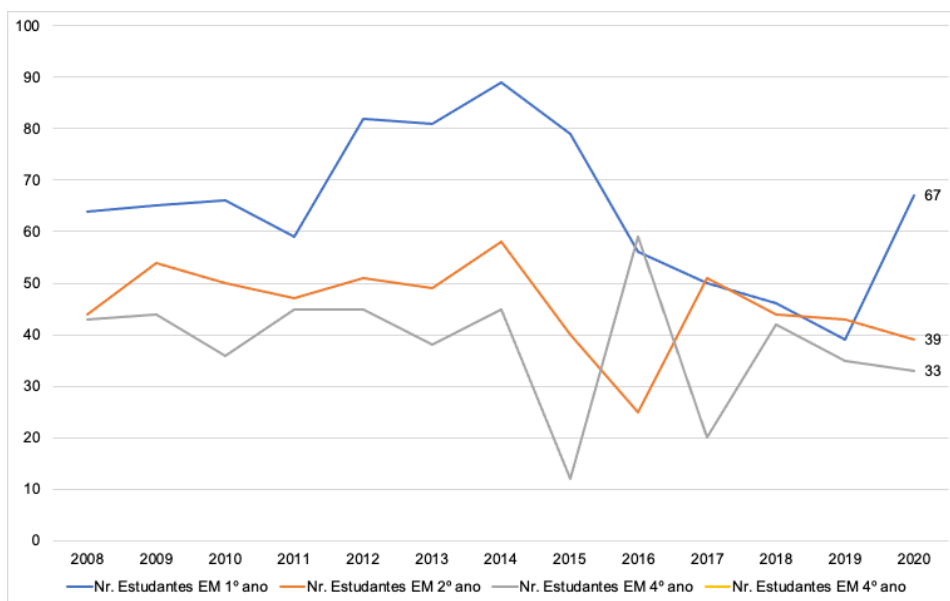


Fonte: IBGE (2021r)

O gráfico 79 aponta 2,2 salários mínimos como média de salários por família em São João do Itaperiú, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.420,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 80 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 80 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – São João do Itaperiú (SC)



Fonte: IBGE (2021r)

O gráfico 80 evidencia uma certa estabilidade no número de estudantes matriculados no ensino médio em São João do Itaperiú, totalizando 139 em 2020.

2.1.19 Schroeder (SC)

A história de Schroeder começa já com o casamento de Dona Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga e o Príncipe François Ferdinand Philippe Louis Marie d’Orléans, que recebem em dotes terras e apólices da dívida do Império, num total de 25 léguas quadradas, equivalente a uma superfície de 46.582 hectares. Foi parte dessas terras que o príncipe cederia mais tarde, mediante ajustes, ao senhor Christian Mathias Schroeder (de Hamburgo), o que deu origem ao nome do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER, 2021).

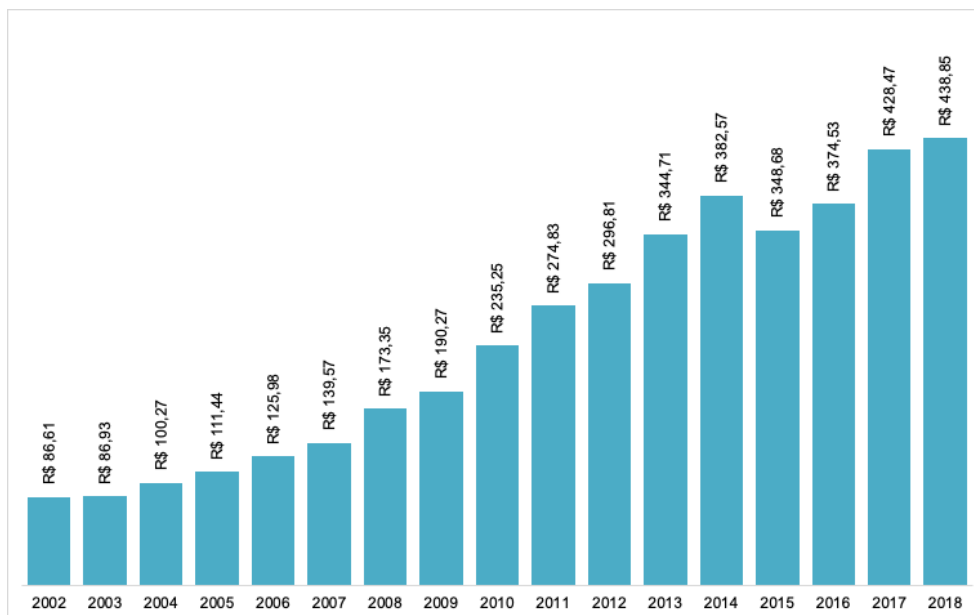
Em 1901 colonos vindos de colonizações vizinhas adquiriram terras nas imediações da comunidade e, assim, suas terras foram sendo povoadas por pessoas quase todas de ascendência germânica. Tais colonos de instalaram às margens do Rio Itapocuzinho e depois às margens do Rio Braço do Sul. Também no início da colonização do município, na localidade de Rio Hern, havia uma serraria e a tafona (moinho de milho), que atendiam a população do povoado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER, 2021).

Em 1919 vieram os colonizadores italianos que residiam no município de Luiz Alves, tal como a família Tomaselli, Cândido, Antônio, João Maria. Foi com Jerônimo Tomaselli que se pôs em funcionamento mais uma serraria na nova povoação, movida à força d’água. As atividades

foram se diversificando e logo surgiu uma olaria nas proximidades de Rio Hern. Dessa forma, o município foi se desenvolvendo com base principalmente na agricultura familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER, 2021).

Segundo o IBGE (2021s), Schroeder estima ter uma população de 3.784 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 22 hab./km². Ficou em 94.º lugar no *ranking* do PIB de Santa Catarina em 2018, com o valor de R\$ 152 milhões. O gráfico 81 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 81 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Schroeder (SC)

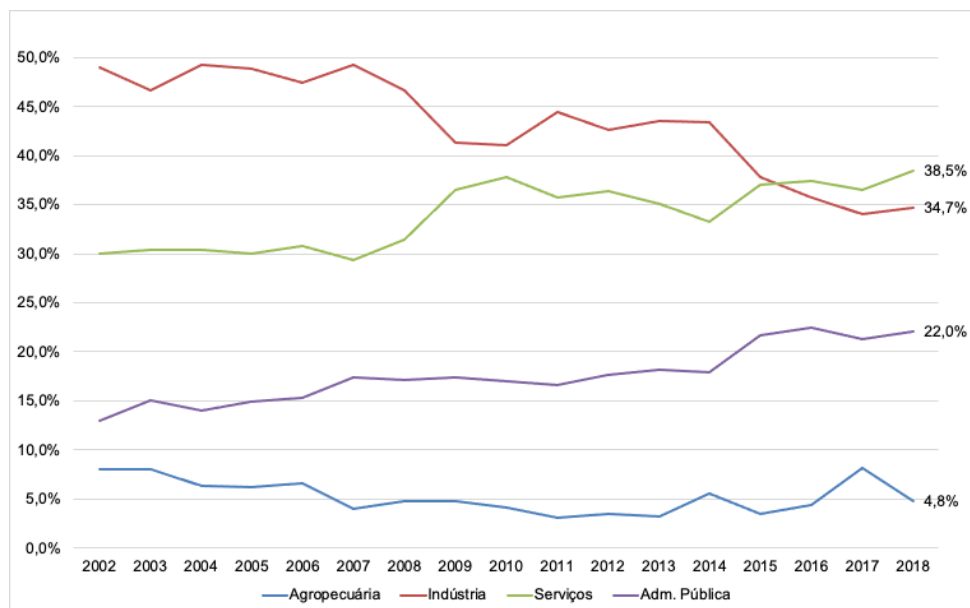


Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 81 nota-se que o PIB de Schroeder apresentou um crescimento contínuo até 2014, quando, possivelmente como ocorreu com o PIB brasileiro, desacelerou o crescimento. A principal atividade econômica do município é a agricultura, destacando-se a produção de banana e arroz. Está presente também a atividade industrial, já que Schroeder tem muitos estabelecimentos, principalmente têxteis e algumas indústrias eletrônicas e metalúrgicas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER, 2021). Segundo Leal (2020b), Schroeder vale-se da proximidade de outros municípios, como Joinville e Jaraguá do Sul, para atrair a instalação de empresas. Além disso, tem investido em turismo de aventura, já que 70% da sua área é de mata atlântica, o que o fez receber a certificação do Programa de Regionalização do Turismo, do governo de Santa Catarina.

Em relação à participação dos setores da economia no PIB de Schroeder, o gráfico 82 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 82 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Schroeder (SC)

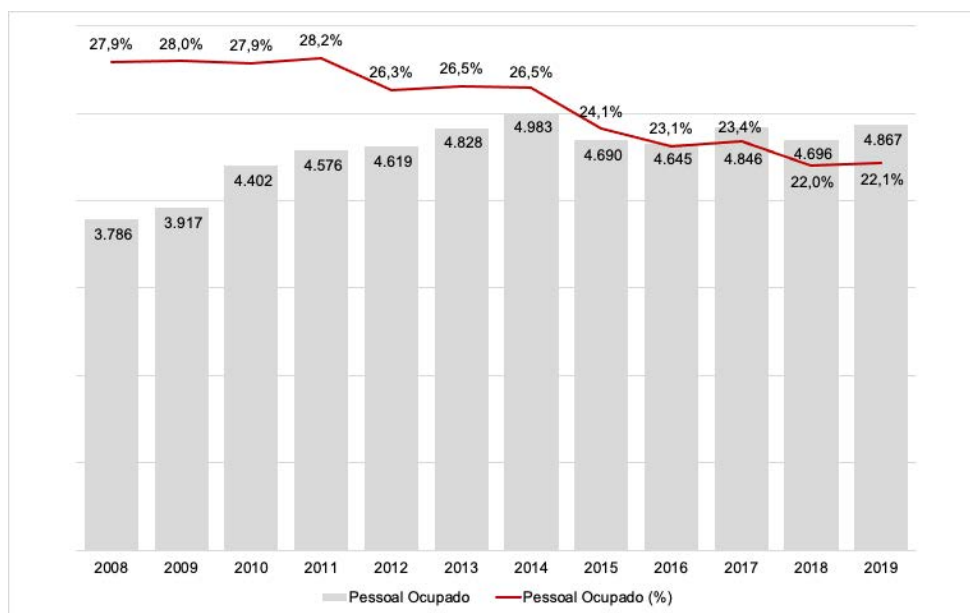


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 82 evidenciam a participação do segmento da indústria, que até 2014 era a maior responsável pela geração de riqueza de Schroeder. A partir de 2014, observa-se que o setor de serviços cresceu e, atualmente, tais ramos dividem a posição como os dois principais que respondem pelo PIB do município.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 83 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 83 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Schroeder (SC)

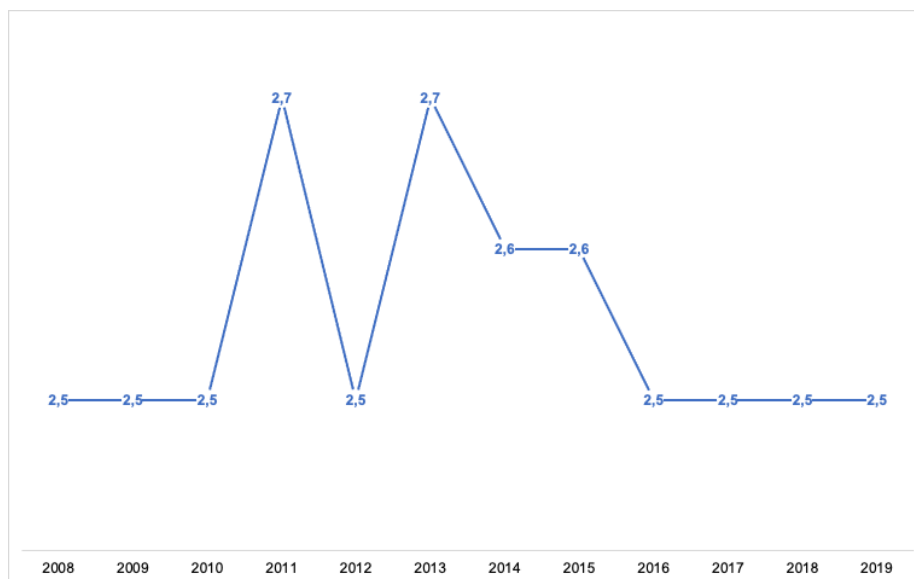


Fonte: IBGE (2021s)

Nota-se que a média de ocupação do município vem caindo, mas não em números absolutos, e sim em relativos, passando de 27,9% (2008) para 22,1% (2019). Porém, em números absolutos, a quantidade de pessoas ocupadas em 2019 era de 4.867. Em 2008 Schroeder tinha registrado no IBGE (2021s) 449 empresas, passando para 714 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 84 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 84 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Schroeder (SC)

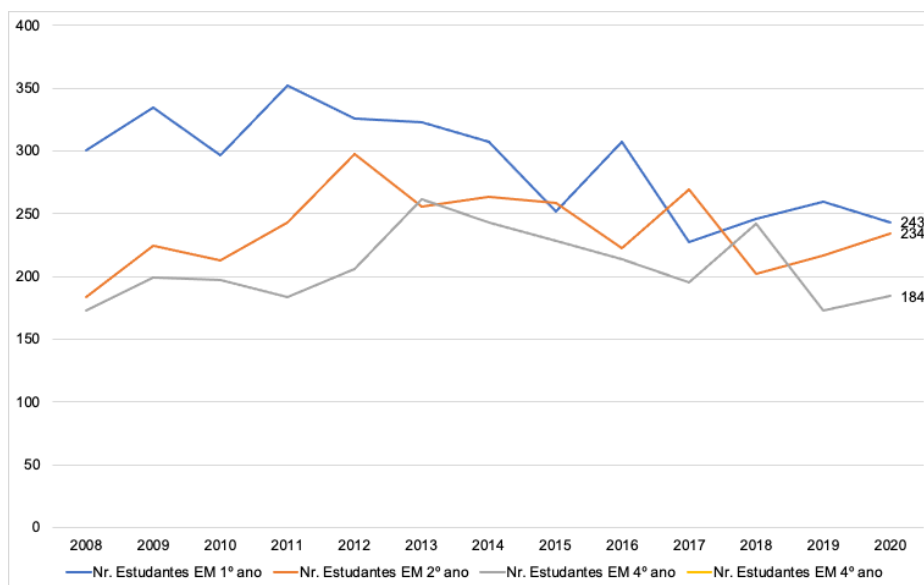


Fonte: IBGE (2021s)

O gráfico 84 indica 2,5 salários mínimos como a média de salários por família em Schroeder, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.750,00 por mês.

Em relação ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 85 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 85 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Schroeder (SC)



Fonte: IBGE (2021s)

O gráfico 85 evidencia uma queda no número de estudantes matriculados no ensino médio em Schroeder, totalizando 661 em 2020.

2.1.20 Guaratuba (PR)

Fundada em 29 de abril de 1771, Guaratuba fica no litoral do estado do Paraná e faz divisa com Santa Catarina. Os primeiros habitantes da terra, os índios carijós, deram o nome ao local de Guaratuba, que significa “muitos guarás” na língua nativa, por conta do grande número das aves vermelhas que habitavam o local. Em 4 de setembro de 1765 Dom Antônio de Nunes Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo, determinou a formação de uma povoação na enseada de Guaratuba. Essa tarefa foi entregue a Afonso Botelho de San Payo e Souza, que, para colocá-la em prática, requisitou 200 casais de trabalhadores que se dispusessem a cultivar a terra. Em seguida, decidiu-se pela elevação do povoado à categoria de vila em 1771, o que, para a época, tinha a característica de município (GUARATUBA, 2021).

Em 20 de outubro de 1938, por força do Decreto-Lei Estadual n.º 7.573, foi extinta a vila de Guaratuba, passando a ser distrito, com território pertencente ao município de Paranaguá. Somente no dia 10 de outubro de 1947, pela Lei n.º 02, é que foi restaurada a autonomia municipal, reinstalado em 25 de outubro do mesmo ano (GUARATUBA, 2021).

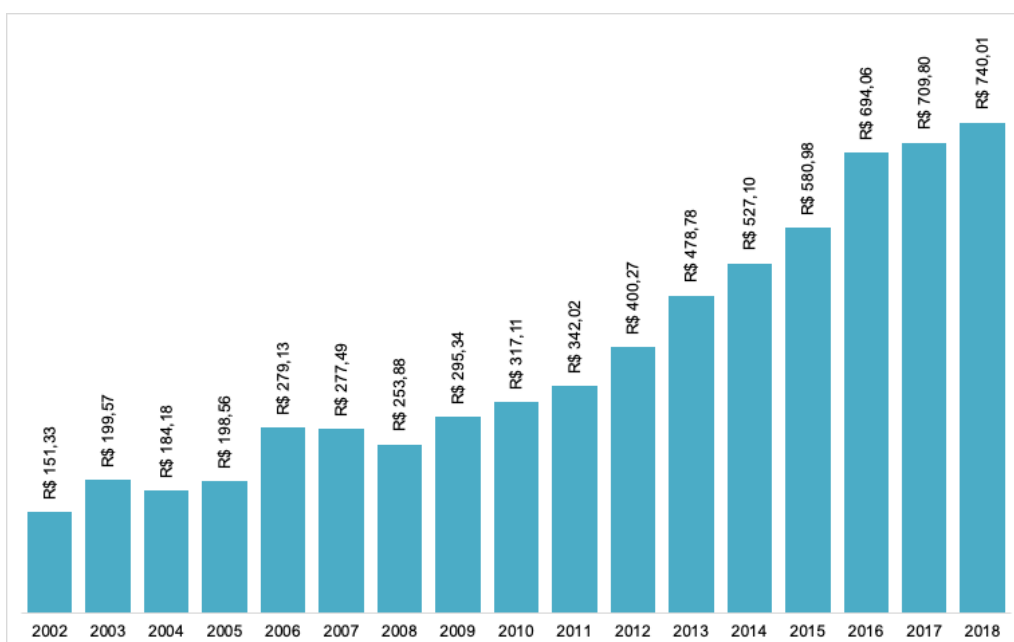
Guaratuba somente foi elevado à categoria de município com a Lei Estadual n.º 790, de 1951, segundo o IBGE (2021i), sendo desmembrado de Paranaguá, constituído de dois distritos: Guaratuba e Garuva.

Em relação à economia, Guaratuba tem a sua base na agricultura, na pesca e no turismo.

Segundo o IBGE (2021i), Guaratuba estima ter uma população de 37.974 pessoas em 2021, o que corresponde a uma densidade demográfica de 24 hab./km².

Quanto ao PIB, em 2018 o município tinha o valor de R\$ 740 milhões. O gráfico 86 mostra o PIB do município de 2002 a 2018, a preços correntes em milhões de R\$.

Gráfico 86 – PIB a preços correntes (milhões R\$) – 2002 a 2018 – Guaratuba (PR)



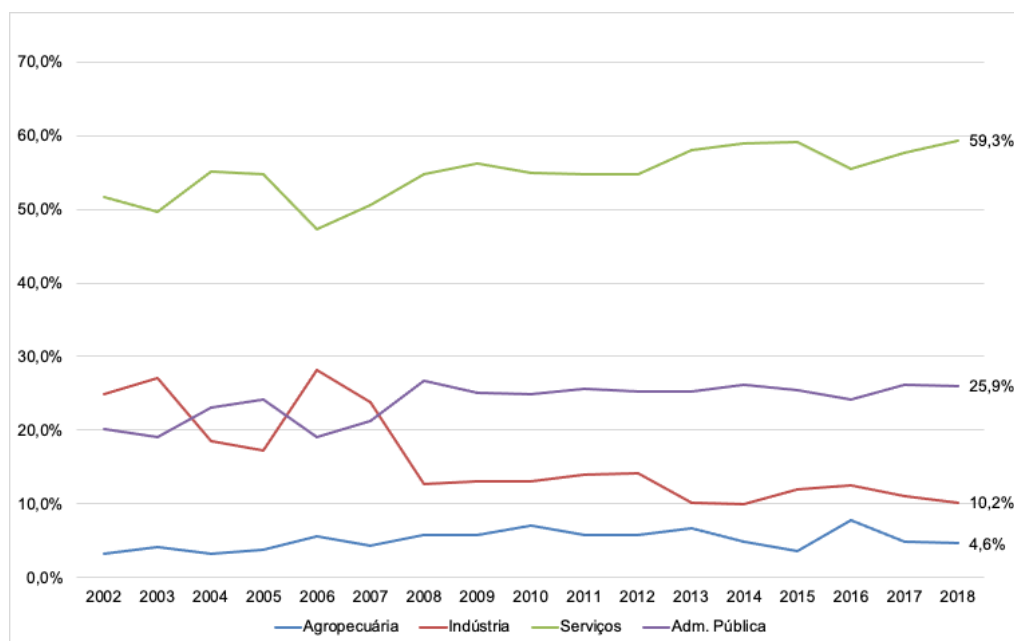
Fonte: IBGE (2021u)

No gráfico 86 pode-se observar que o PIB de Guaratuba apresentou um crescimento no período analisado. O município possui terras férteis em que são cultivados milho, mandioca, cana-de-açúcar, arroz, laranja, gengibre e banana, que hoje faz parte da maior plantação do município. A pecuária destaca-se com rebanho de búfalos. A pesca, feita ainda de modo artesanal, também tem grande destaque na economia do município, sendo uma das suas principais fontes de riqueza. Apesar de a pesca ser feita de modo artesanal, a tecnologia já está presente em 80% dessa atividade, operando com uma indústria pesqueira. Existem ainda em Guaratuba duas indústrias de palmito, que são marcas reconhecidas no Brasil e no exterior (GUARATUBA, 2021). A cidade contava, em 2018, com 27 comunidades rurais, que sobreviviam basicamente da agricultura e pesca, divididas entre mais de 180 quilômetros de estrada rural. São praticamente 1.200 famílias de produtores (RAMPELOTTI, 2020).

O turismo também constitui ótima fonte de receita para o município. Turistas de todo o Brasil e do mundo visitam anualmente seus 22 km de praias, que contam com uma das águas mais limpas do Brasil (GUARATUBA, 2021).

Quanto à participação dos setores da economia no PIB de Guaratuba, o gráfico 87 apresenta a evolução de 2002 a 2018.

Gráfico 87 – Participação dos setores da economia no PIB (%) – 2002 a 2018 – Guaratuba (PR)

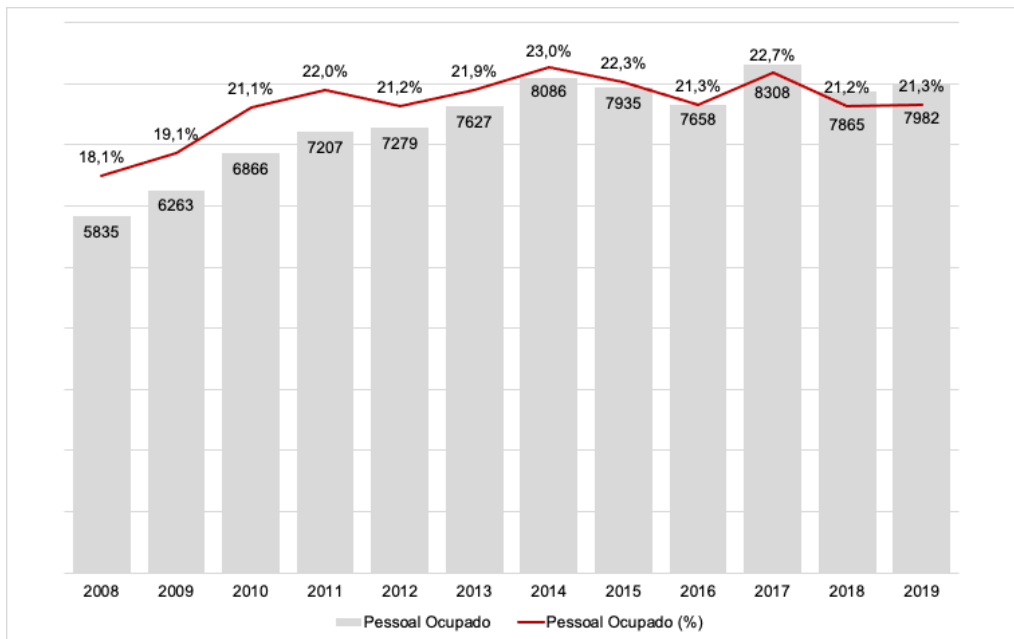


Fonte: IBGE (2021u)

Os dados apresentados no gráfico 87 evidenciam a participação do segmento de serviços, que é o mais importante para a geração de riqueza, correspondendo a quase 60% do PIB em 2019. Mesmo tendo boa parte da sua economia voltada para as atividades da agricultura, o segmento apresenta baixo valor agregado, por isso se justifica sua baixa participação no PIB.

Quanto ao pessoal ocupado, o gráfico 88 demonstra os dados numéricos correspondentes e o quanto representam em relação à população total.

Gráfico 88 – Pessoal ocupado – 2008 a 2019 – Guaratuba (PR)

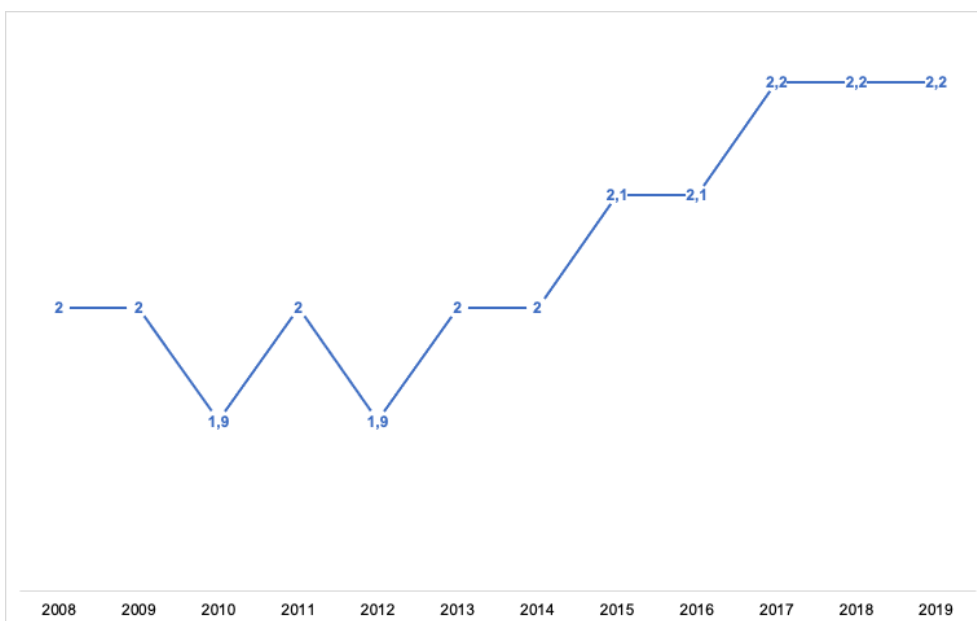


Fonte: IBGE (2021i)

Verifica-se que a média de ocupação do município apresentou um aumento relativo e absoluto entre os anos 2008 e 2014, e a partir de 2015 ficou na faixa dos 21%. Em 2008 Guaratuba tinha registrado no IBGE (2021i) 1.126 empresas, passando para 1.513 em 2019.

Em relação a renda e ocupação, pode-se observar no gráfico 89 a média do salário mensal familiar, no período de 2008 a 2019.

Gráfico 89 – Salário médio mensal – 2008 a 2019 – Guaratuba (PR)

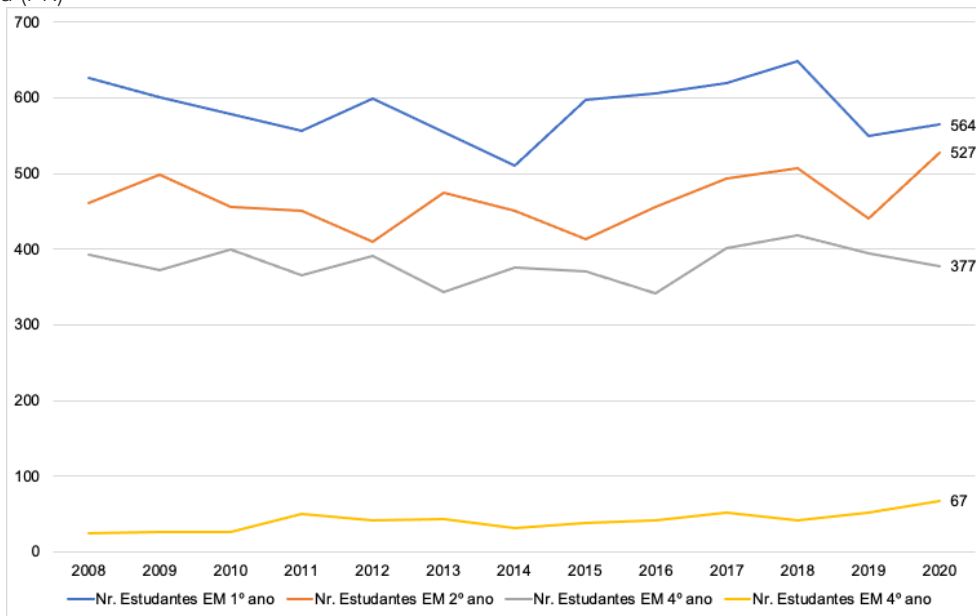


Fonte: IBGE (2021i)

O gráfico 89 indica 2,2 salários mínimos como a média de salários por família em Guaratuba, o que, a preços de 2021, corresponde a R\$ 2.420,00 por mês. O valor vem apresentando uma elevação a partir de 2012.

No que concerne ao número de estudantes no ensino médio, o gráfico 90 apresenta o total de alunos matriculados em relação ao período letivo e à evolução nos últimos anos.

Gráfico 90 – Estudantes do ensino médio – n.º de alunos matriculados por ano – 2008 a 2020 – Guaratuba (PR)



Fonte: IBGE (2021)

O gráfico 90 demonstra uma queda no número de estudantes matriculados no ensino médio em Guaratuba, totalizando 1.530 em 2020.

2.1.21 Perspectivas institucionais

As perspectivas de atuação da Universidade para o período de abrangência deste PDI estão alicerçadas no desenvolvimento social, econômico e tecnológico observado nos três municípios em que ela mantém atualmente *campi* e unidades e nos seis municípios em que possui polos, além de considerar os demais municípios do entorno. A taxa de crescimento populacional da região é, em média, superior à média do estado e do Brasil. Segundo o IBGE (2021t), a taxa de crescimento do Brasil de 2001 a 2021 foi de 24%, e para o estado de Santa Catarina, no mesmo período, foi de 35%. No entanto alguns municípios da mesorregião em que a Univille está inserida chegaram a apresentar taxas de crescimento acima de 100%, como é o caso de Araquari (138%) e Itapoá (131%), ambas justificadas pelos empreendimentos que foram instalados recentemente. Em média, considerando os municípios apresentados aqui neste PDI, a taxa de crescimento foi de 61% entre os anos de 2001 e 2021. Tal dado leva à necessidade de pensar no crescimento e desenvolvimento da região com base na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, buscando a articulação e o equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Além disso, considerando a taxa de crescimento populacional e o fato de que a mesorregião norte catarinense concentra 19,3% da população de Santa Catarina (IBGE, 2021t), é preciso levar em conta as necessidades de formação profissional para atender a essa população nas áreas de educação, saúde, indústria, serviços, gestão, inovação e desenvolvimento social, científico e tecnológico. A atuação da Univille contribui para o atendimento da demanda por formação e qualificação profissional há mais de 55 anos, oportunizando o desenvolvimento de competências locais, reduzindo a evasão de talentos regionais e atraindo novos contingentes de profissionais.

2.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

A Univille é uma instituição educacional que tem a missão de “promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental”. Com base nisso, suas atividades estão fundamentadas nos princípios filosóficos e técnico-metodológicos apresentados nesta seção.

2.2.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social, levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas mais de duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (IFTF), um grupo ligado à University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;
- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things – IoT*) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;
- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;
- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana e todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 9:

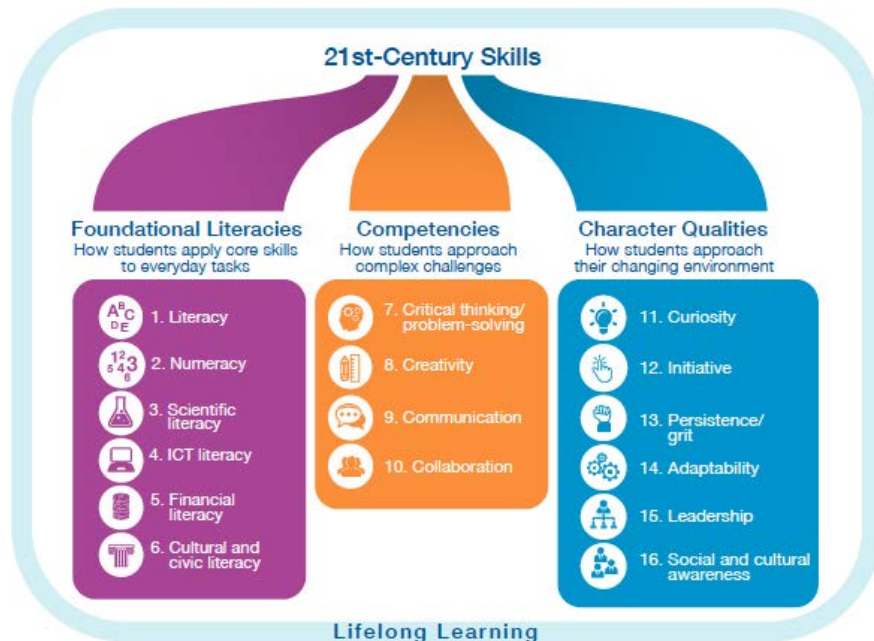
Figura 9 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

O Fórum Econômico Mundial (do inglês World Economic Forum – WEFORUM, 2015) publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 10) necessárias para que se possa enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 10 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: Weforum (2015)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas (quadro 9):

Quadro 9 – Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024

Meta		Tema
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o fim da vigência deste PNE.	Educação infantil
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.	Ensino fundamental
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.	Ensino médio
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Educação especial
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do terceiro ano do ensino fundamental.	Alfabetização de crianças
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica.	Tempo integral
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: – Ensino fundamental séries iniciais: 2015/5,2; 2017/5,5; 2019/5,7; 2021/6,0; – Ensino fundamental séries finais: 2015/4,7; 2017/5,0; 2019/5,2; 2021/5,2; – Ensino médio: 2015/4,3; 2017/4,7; 2019/5,0; 2021/5,2.	Qualidade da educação básica/ Ideb

Continua...

Continuação do quadro 9

Meta		Tema
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.	Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto
10	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público.	Educação profissional técnica de nível médio
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.	Acesso à educação superior
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	Formação dos profissionais da educação/ professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)

Continua...

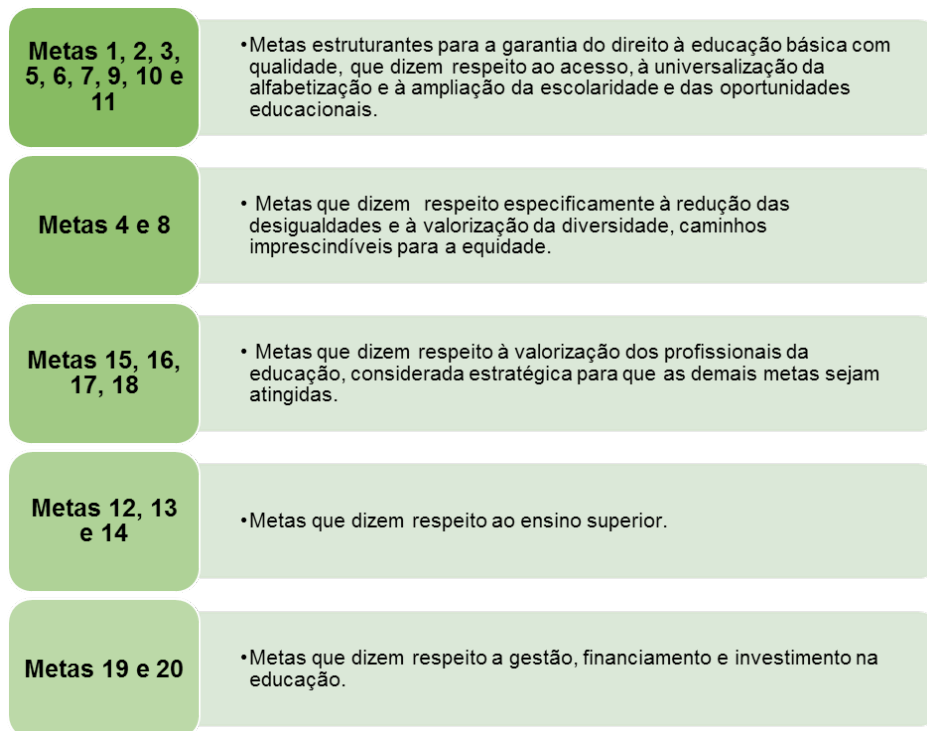
Continuação do quadro 9

Meta		Tema
16	Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação
17	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o fim do sexto ano de vigência deste PNE.	Equiparação, até o fim de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica aos demais profissionais com escolaridade equivalente
18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso
19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	Gestão democrática da educação
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto interno bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao fim do decênio.	Investimento público em educação pública

Fonte: Adaptado de Brasil (2014)

Em uma análise transversal, é possível agrupar as metas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 11 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* (MEC 2014):

Figura 11 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024



Fonte: Primária (2016)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;
- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

Dessa forma, a partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille, como Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

2.2.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a importância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus mais de 55 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004,

p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais. Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzido em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da Universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para a sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações. [...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socioambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que, com as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem, eles pensem criticamente no seu papel com base em valores que incluem cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação, do empreendedorismo e da responsabilidade socioambiental.

2.2.3 O PPI da Univille e seus princípios gerais

As políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação da Univille têm como princípios essenciais:

- o **desenvolvimento pessoal, científico e profissional** dos estudantes, de forma a contribuir para que possam enfrentar os desafios de um contexto marcado pela desigualdade social e pelas contínuas transformações sociais;
- uma **formação humanística** que contribua para a preparação do estudante para a vida em sociedade, considerando a dignidade e o valor próprios e dos outros; o respeito às pessoas e ao meio ambiente; o desenvolvimento da autonomia sem deixar de considerar o seu papel social; o estabelecimento de vínculos pessoais e sociais; e uma compreensão abrangente da sociedade e do meio ambiente que propicie um comportamento ético com base nos direitos humanos;
- uma **formação científica** que contribua para a preparação do estudante para a atuação social e profissional, considerando os princípios técnico-científicos das diferentes áreas do conhecimento, o respeito às diversas formas de conhecimento e uma compreensão abrangente da ciência e da tecnologia que propicie um comportamento ético na atuação científica e tecnológica com base nos direitos humanos;
- uma **formação profissional** que contribua para a preparação do estudante para atuar no mundo do trabalho, considerando competências sociais, gerenciais e técnicas pertinentes às diversas áreas profissionais; e uma compreensão abrangente do trabalho que propicie uma atuação de acordo com princípios éticos profissionais;
- um processo de ensino e aprendizagem que oportunize o **desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da proatividade do estudante**;
- a **integração e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** por meio de atividades, processos, projetos e programas que propiciem ao estudante o desenvolvimento de seu currículo;
- a **sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental** no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento sustentável, à melhoria da qualidade de vida, à inovação social e ao respeito aos direitos humanos;
- a **ampliação do acesso à educação** por meio da diversificação das formas de ingresso e das modalidades de oferta da educação;
- a **expansão da oferta educacional**, considerando as demandas sociais e do mercado de trabalho; as oportunidades de inovação educacional (curricular e pedagógica) e social; os requisitos de qualidade previstos na legislação, especialmente a educacional; a viabilidade econômico-financeira de cursos, projetos e programas; as competências da Universidade e a capacidade de investimento da Instituição;
- a **melhoria contínua da qualidade da educação** com base em processos periódicos de avaliação das condições de oferta e do desempenho discente e dos profissionais da Instituição, considerando o atendimento das demandas da comunidade, os requisitos de qualidade previstos na legislação, sobretudo a educacional, e as exigências e trâmites dos órgãos oficiais de regulação, supervisão e avaliação dos sistemas de ensino;
- o **treinamento, desenvolvimento e profissionalização dos profissionais da educação, do pessoal administrativo e dos gestores da Instituição**, considerando o desenvolvimento de competências técnico-científicas, pedagógicas, relacionais, organizacionais e gerenciais;
- a **gestão democrática, representativa e participativa** que atue de forma alinhada à identidade institucional.

Esses princípios permeiam as atividades-fim e meio da Universidade, bem como as relações que ela mantém com instituições nacionais e internacionais.

2.3 Organização didático-pedagógica

As atividades desenvolvidas pela Univille têm como elemento central o processo de ensino e aprendizagem. Assim, a organização didático-pedagógica leva em conta os aspectos apresentados nesta seção.

2.3.1 Perfil do egresso

O PPI da Univille prevê que o estudante esteja no centro do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os esforços estão direcionados para que esse processo promova o desenvolvimento de competências, sem deixar de considerar as experiências e competências de que o estudante já dispõe ao ingressar na Universidade.

Os projetos pedagógicos dos cursos da Univille organizam o perfil do egresso por meio da descrição das competências esperadas do estudante ao final de seu percurso formativo. Tais competências tomam por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, os resultados de pesquisas no mercado de trabalho e dados e informações obtidos de pesquisas sobre as mudanças nas carreiras profissionais e nas ocupações.

2.3.2 Seleção de conteúdos

O processo de ensino e aprendizagem abrange a construção de conhecimentos a respeito de um determinado objeto de estudo, levando em conta o conhecimento técnico-científico existente naquela área e a perspectiva interdisciplinar transdisciplinar e interprofissional.

Assim, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades partem da definição de objetivos de aprendizagem e da seleção de conteúdos que serão trabalhados. Os conteúdos são selecionados com base nos objetivos do curso, considerando a contribuição do processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso do curso.

2.3.3 Processo de ensino e aprendizagem

O processo de ensino e aprendizagem acontece sobremaneira na interação dialógica entre estudantes e professor, além de sujeitos sociais partícipes do ato educativo. Por essa razão, está em contínua construção e aperfeiçoamento. Na perspectiva da aprendizagem, o processo é compreendido como a construção da autonomia do sujeito por meio do desenvolvimento de competências que o habilitem a atuar como cidadão e profissional diante das exigências e dos problemas suscitados por uma sociedade em transformação. Sob a ótica do ensino, o processo engloba o domínio dos conteúdos a serem trabalhados, o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das situações que promovam a aprendizagem e a construção de um ambiente de interação que favoreça o diálogo e o respeito mútuo entre os participantes, além da responsabilidade e do comprometimento com os objetivos do ensino e da aprendizagem.

Para alcançar os objetivos propostos nas situações de ensino e aprendizagem, o processo pode ser entendido com base em seus componentes e na relação entre eles:

- Estudante;
- Docente;
- Objeto de estudo e conteúdo;
- Metodologia de ensino e aprendizagem;
- Avaliação da aprendizagem.

2.3.3.1 Estudante

O estudante está no centro do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os esforços estão direcionados para que ele desenvolva um conjunto de competências previamente definido como objetivo de aprendizagem. Por outro lado, enquanto alguém inserido na sociedade, ele é considerado um sujeito social com saberes e competências que devem ser levados em conta no processo de ensino.

No que diz respeito às competências a serem desenvolvidas, haverá aquelas relacionadas ao campo profissional e do conhecimento científico que o estudante está pleiteando e aquelas associadas a sua formação cidadã, possibilitando ao indivíduo que constitua um sujeito reflexivo, pesquisador, ético, sabedor de que sua ação no mundo deve seguir princípios de solidariedade, comprometimento com o outro e com a responsabilidade socioambiental.

2.3.3.2 Docente

O docente da Univille tem como responsabilidades a definição, o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de situações que promovam a aprendizagem, atividades essas que devem estar norteadas pelas concepções e pelos princípios previstos no PPI, assim como nos objetivos e no perfil profissiográfico do egresso constantes do PPC.

Quanto às competências exigidas, apontam-se:

- Competência técnico-científica: ser capaz de se manter atualizado em relação a sua área de conhecimento e de abordar os conteúdos referentes a ela, considerando os requisitos de formação previstos no PPC, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Competência pedagógica: saber organizar e dirigir situações de aprendizagem em que atue como orientador e mediador, empregar metodologias de aprendizagem inovadoras e novas tecnologias de informação e comunicação em situações de aprendizagem, acompanhar e avaliar a efetividade das situações de aprendizagem acerca do perfil do egresso e dos objetivos de aprendizagem;
- Competência relacional: ser capaz de agir e de orientar os estudantes quanto ao respeito à vida, à dignidade, à liberdade, à democracia, à diversidade, ao meio ambiente, às relações humanas, levando em conta valores e atitudes éticos por meio do diálogo e do respeito ao outro;
- Competência organizacional: agir em conformidade com o estatuto, os regimentos, as resoluções e as instruções normativas da Instituição, bem como atuar de forma comprometida com as concepções, a visão, a missão, os valores e as diretrizes da Univille.

2.3.3.3 Objeto de estudo e conteúdo

O processo de ensino e aprendizagem abrange a construção de conhecimentos a respeito de um determinado objeto de estudo, levando em conta o conhecimento técnico-científico existente naquela área e as perspectivas interdisciplinar, transdisciplinar e interprofissional. Assim, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades partem da definição de objetivos de aprendizagem e da seleção de conteúdos que serão trabalhados. Os conteúdos são selecionados com base nos objetivos do curso e considerando a contribuição do processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso do curso.

2.3.3.4 Metodologia de ensino e aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deve estar no centro do processo.

Tal proposta visa construir uma educação de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que implica considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- a interprofissionalidade, com o intuito de aprender sobre a sua profissão e as demais que podem interagir nos espaços de atuação profissional, de maneira a estimular a colaboração e a busca por objetivos comuns.

Diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino e aprendizagem com ênfase em metodologias de aprendizagem ativa, entre as quais é possível mencionar o estudo de caso, a aprendizagem baseada em problemas, a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, entre outras.

2.3.3.5 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário. Ela abriga em seu movimento uma crítica pedagógica que inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações diante do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no PPC, que delinea o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, além de favorecer a formação científica, profissional e cidadã do estudante, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

2.3.4 Currículos e projetos pedagógicos de cursos

A principal função de um currículo, considerando a formação humana e profissional, é materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e sociais;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas, atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais, inclusive na interação com pessoas de outras profissões;
- o contato com diferentes realidades sociais, culturais e profissionais, no Brasil e no mundo, mediante a internacionalização curricular.

As intenções curriculares estão descritas no PPC, construído coletivamente por professores, estudantes e comunidade, o qual deve estar sintonizado com o PPI e com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso e área de ensino.

2.3.5 Integralização e flexibilização curricular

A integralização curricular dá-se de acordo com a normatização institucional em conformidade com a legislação vigente e os projetos pedagógicos dos cursos. A integralização do curso pelo estudante inclui a aprovação nas disciplinas previstas na matriz do curso e atividades obrigatórias previstas no PPC, tais como:

- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):** tal componente curricular é regido pelas resoluções vigentes da Univille, por dispositivos legais relativos ao tema, bem como por meio de um regulamento que integra o PPC. O regulamento, elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário, estabelece a forma de orientação e avaliação dos estudantes por docentes da Univille, bem como o modo de socialização dos resultados dos trabalhos;
- Atividades Complementares:** integram a parte flexível do currículo, devendo estar relacionadas com a área de formação. Seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título. O caráter das Atividades Complementares é de flexibilização dos currículos, de maneira a incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social. A carga horária das Atividades Complementares não inclui a carga horária prevista para o Estágio Curricular Supervisionado nem a carga horária ministrada nas disciplinas previstas na matriz curricular do curso. A carga horária de Atividades Complementares a ser integralizada pelo estudante é determinada no PPC, atendendo às disposições legais pertinentes. Todas as atividades consideradas complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações. As Atividades Complementares são regidas pelas resoluções vigentes da Univille, por dispositivos legais relativos ao tema, bem como por meio de um regulamento que integra o PPC;

c) **Estágio Curricular Supervisionado (ECS):** compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou em pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. As atividades a serem desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio devem ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso previsto no PPC. São objetivos do ECS:

- Possibilitar ao estudante o contato com o ambiente de trabalho, por intermédio da prática de atividades técnicas e sociais, pré-profissionalizantes, sob supervisão adequada e obedecendo a normas específicas, sendo a sua realização condição obrigatória para a integralização curricular do curso;
- Proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas atitudes, conhecimentos e habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- Complementar o processo de ensino e aprendizagem, mediante a conscientização das deficiências individuais e do incentivo à busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- Atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para a vida profissional, dando ao estudante mais oportunidades de conhecimento das organizações e da comunidade;
- Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas a que estão sujeitos;
- Promover a integração entre Universidade/curso-empresa-comunidade. O ECS compreende:
 - Opção por um campo de estágio pelo estudante;
 - Participação do estudante nas atividades desenvolvidas no campo de estágio;
 - Elaboração pelo estudante de um projeto de estágio a ser desenvolvido no campo de estágio;
 - Execução do estágio pelo estudante;
 - Acompanhamento do estágio pela Univille;
 - Elaboração do relatório de estágio pelo estudante;
 - Supervisão, orientação e avaliação do estágio de acordo com regulamentações da Universidade. Determina-se a carga horária do ECS por intermédio do PPC. O ECS é regido pelas resoluções vigentes da Univille, por dispositivos legais relativos ao tema, bem como por meio de um regulamento que integra o PPC;

d) **Tópicos Especiais / Seminários Avançados:** O PPC pode prever esse componente curricular oportunizando a flexibilização curricular por meio de atividades relativas a temas emergentes da área de formação do curso.

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciam o enriquecimento curricular:

- a) **Disciplinas optativas:** o acadêmico regularmente matriculado pode requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille na forma de disciplina optativa, com vistas a seu enriquecimento curricular;
- b) **Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão:** o estudante da Univille pode integrar atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão como bolsista ou voluntário. Essas oportunidades propiciam a ele a flexibilização e enriquecimento curricular e o desenvolvimento de habilidades e competências tanto do ponto de vista da formação profissional quanto da formação acadêmica e para a cidadania;

- c) **Percurso formativo:** ressalta-se que, dependendo do número de ingressantes do curso em cada período letivo, a Univille poderá oferecer um percurso formativo no qual os componentes curriculares serão ofertados em uma sequência que difere da matriz seriada semestral apresentada no PPC. Esse percurso diferenciado será promovido de forma a conduzir o estudante a realizar componentes curriculares institucionais e componentes curriculares compartilhados com outros cursos e/ou de semestres mais avançados, para que posteriormente ele possa retornar e fazer os componentes curriculares específicos, sempre primando pela formação e pelas competências previstas no projeto pedagógico, tanto quanto atendendo ao cumprimento integral dos componentes apresentados na matriz constante no PPC. Além disso, o percurso deve atender ao requisito de sustentabilidade econômica e financeira e às normativas internas que tratam da temática. O percurso formativo, quando organizado de maneira que os estudantes de diferentes cursos compartilhem o(s) mesmo(s) componente(s) curricular(es), reforça a oportunidade de aprendizagem sobre a sua e sobre as outras profissões, favorecendo a educação interprofissional e a prática colaborativa.

2.3.6 Atividades práticas e estágios

As atividades práticas incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse conforme o PPC e são previstas no plano de ensino e aprendizagem (PEA) da disciplina, que é elaborado pelo professor e aprovado pela coordenação do curso. Essas atividades oportunizam a articulação entre teoria e prática, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes e professores com a realidade.

Além do ECS obrigatório, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios, os quais seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações ou de termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Instituição. A Univille oferece suporte aos estudantes por meio da Central de Relacionamento com os Estudantes.

2.3.7 Inovação pedagógica e curricular

Na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um procedimento de mudança planejado e passível de avaliação que leva a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor e que apresentam as seguintes características:

- Prática pedagógica planejada, cooperativa e reflexiva;
- A mobilização e o desafio, por meio de metodologias de aprendizagem ativa, para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia com base na problematização da realidade e do conhecimento existente a seu respeito;
- A pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- A relação entre teoria e prática;
- A interdisciplinaridade, com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- A interprofissionalidade, que permite aprender sobre a sua profissão e a profissão de outros em busca de objetivos comuns e que estimulam as práticas colaborativas;
- O desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de maneira integrada;

- O uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital;
- A avaliação sistemática da aprendizagem, que contemple tanto o aspecto formativo quanto o somativo do processo de ensino e aprendizagem;
- O comportamento ético e democrático de professores e estudantes.

A Universidade instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente continuada e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

A atuação do CIP, tendo em vista a inovação pedagógica e curricular, está pautada nos seguintes princípios:

- A promoção da autonomia dos estudantes no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem;
- A contínua profissionalização e construção da identidade docente;
- A melhoria contínua da qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- A sustentabilidade dos cursos;
- A integração dos cursos por meio do compartilhamento de concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos;
- A integração de suas ações com os processos de avaliação de cursos da Instituição;
- O alinhamento de suas ações ao PPI e ao PDI da Univille.

O CIP tem como objetivo promover ações que contribuam para a inovação pedagógica e curricular dos cursos da Univille, atuando nos seguintes eixos:

- Organização didático-pedagógica proposta e operacionalizada por meio do PPC;
- Profissionalização docente que contemple concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos conforme a perspectiva da inovação preconizada pelo PPI da Univille;
- Melhoria e adequação da infraestrutura necessária à inovação nos processos de ensino e aprendizagem.

Os serviços oferecidos pelo CIP compreendem:

- Assessoramento às coordenações nos processos de criação de cursos e estruturação, reestruturação e alteração do PPC;
- Assessoramento às coordenações nos processos de inovação pedagógica e curricular;
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do Programa de Profissionalização Docente (PPD);
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de assessoramento pedagógico aos docentes mediante demanda das coordenações de cursos;
- Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de prospecção e implantação de tecnologias de informação e comunicação aplicáveis aos processos de ensino e aprendizagem presenciais, semipresenciais e a distância.

O público-alvo do CIP engloba os profissionais da educação e as coordenações dos cursos da Univille.

2.3.8 Tecnologia educacional e materiais didático-pedagógicos

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/web por meio de cabo e *wi-fi*. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Ainda, é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por *e-mail* ou presencialmente.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio [univille.br](http://www.univille.br), bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um *learning management system* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdos, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

A adoção de ferramentas de TIC para dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da Univille sempre foi incentivada tanto pelo CIP, por meio dos programas de capacitação continuada dos docentes, quanto pela Pró-Reitoria de Ensino e a Pró-Reitoria de Infraestrutura, que realizam constantes investimentos para disponibilizar acesso a alunos e professores. Desde o ano de 2016 a Univille investiu na implantação da plataforma do Microsoft Office 365, inicialmente mediante a distribuição de contas de *e-mails* institucionais e gratuitas para todos os alunos, e nos anos seguintes pelo incentivo ao uso das ferramentas do pacote Office 365, tanto nos laboratórios quanto nos computadores pessoais dos acadêmicos. No conjunto de aplicativos que compõem o Microsoft Office 365, no ano de 2018 iniciou-se o uso do Microsoft Teams, que consiste em uma ferramenta de colaboração e comunicação utilizada inicialmente pelos setores da Universidade. Essa ferramenta permite a criação de equipes de trabalho compostas por usuários da plataforma Microsoft Office 365, possibilitando a comunicação escrita, a realização de reuniões utilizando videochamada, a troca de arquivos e o trabalho colaborativo. Essa ferramenta tornou-se fundamental para a continuidade das atividades da Universidade com o início da pandemia de covid-19 em março de 2020, quando todas as aulas presenciais foram

suspensas por decreto do governo do estado de Santa Catarina. A configuração da ferramenta foi feita de modo a transformar as disciplinas de cada curso em equipes de trabalho do Microsoft Teams, permitindo que as atividades acadêmicas continuassem de forma remota. Isso possibilitou aos professores e alunos que dessem andamento às disciplinas, à apresentação dos conteúdos previstos no planejamento de ensino, além da possibilidade de realizar o processo de avaliação da aprendizagem. Outro ponto importante que a adoção dessa ferramenta trouxe para a Instituição foi a possibilidade de efetivar eventos com palestrantes externos da Instituição, viabilizando tais atividades sem a necessidade de deslocamento dos participantes. Da mesma forma, o Microsoft Teams foi utilizado em diversos eventos de capacitação continuada dos professores da Instituição.

O Univille Play é o canal institucional da Universidade na plataforma YouTube, que inicialmente surgiu como uma ferramenta para a divulgação de campanhas de vestibular, mas que teve um papel importante com a suspensão das atividades acadêmicas por causa da pandemia. A grande abrangência de público que a plataforma permite propiciou a efetiva comunicação da Universidade com a sua comunidade de duas principais formas: por meio de programas institucionais, apresentando as ações efetivadas pela comunidade acadêmica, e pela realização de eventos temáticos por área de formação, contribuindo com o processo de aprendizagem. O Univille Play também cumpre um papel importante para com os futuros alunos da Instituição, pois com o constante aumento de conteúdo produzido para a plataforma fornece a alunos concluintes do ensino médio a oportunidade de conhecer um pouco mais das características de formação de cada curso e fazer uma escolha de forma mais acertada.

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços voltados à participação e contextualização para a construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos cursos e o plano de ensino e aprendizagem das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina, o qual integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo, de acordo com regulamentações internas. A Univille também viabiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual MinhaBiblioteca®, cujo acervo tem mais de 8.000 títulos na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio do Portal Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme o previsto nos PPCs. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona.

A Univille também possui uma editora, a Editora Univille, cuja missão é disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

A Editora Univille é responsável pela edição de livros de caráter acadêmico-científico, periódicos da mesma natureza e diversas publicações institucionais. É afiliada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu) e à Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec), além de ser cadastrada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pela emissão de *international standard serial number* (ISSN), e na Câmara Brasileira do Livro (CBL), responsável pela emissão de *international standard book number*

(ISBN). Está ligada ainda à BU da Univille, que faz a catalogação na fonte das obras que a editora produz. A Editora Univille também tem publicado obras em parceria com o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SimDec) e eventualmente com outras organizações e universidades. Em 2014 a editora foi inserida no contexto dos livros digitais, com a publicação da quarta edição do livro *Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica*, disponibilizado com acesso livre e irrestrito na página da editora. Em 2021 realizou sua primeira publicação em *e-book*.

A estrutura da Editora Univille é composta por um Conselho Editorial, pelo coordenador da área de editora, por revisora, diagramadora e por uma assistente administrativa. O Conselho Editorial reúne-se quadrimestralmente para analisar obras candidatas a publicação e deliberar sobre assuntos específicos da área.

O foco do trabalho editorial abrange obras de:

- caráter didático, de autoria de professores da Instituição ou de outras universidades, de interesse imediato do público acadêmico nas diferentes áreas;
- caráter científico, como teses e dissertações adaptadas ao formato de livro;
- caráter geral, preferencialmente de autores ligados à Instituição, desde que a demanda pela referida obra justifique sua publicação.

Entre os periódicos, podemos destacar:

- Revista Sul-Brasileira de Odontologia (RSBO): publicação semestral em formatos impresso (até 2012) e eletrônico (a partir de 2010), com artigos em português ou inglês, indexada nas principais bases de dados nacionais e internacionais, coordenada pelo Departamento de Odontologia da Instituição e com temas específicos da área de odontologia;
- Revista Confluências Culturais: publicação semestral em formato eletrônico que aborda temas das áreas de educação, cultura e sociedade, constituindo um veículo em prol da consolidação do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Patrimônio Cultural e Sociedade;
- Revista Acta Biológica Catarinense: publicação semestral em formato digital coordenada pelo Departamento de Ciências Biológicas da Instituição, destinada à publicação de artigos originais em todas as áreas relevantes das ciências biológicas voltadas para o meio ambiente e para a biodiversidade;
- Revista Plural Design: publicação anual em formato digital coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Design Profissional, destinada à publicação de artigos originais em todas as áreas relevantes de *design*.

2.3.9 Modalidades de ensino: educação presencial e EaD

A Univille oferta educação nas seguintes **modalidades**, de acordo com a legislação vigente:

- a) Educação presencial:** ocorre com a presença, em um mesmo ambiente físico, de estudantes, docentes e outros atores no processo de ensino e aprendizagem. Tal modalidade admite a realização de componentes curriculares e unidades de aprendizagem de forma semipresencial, isto é, com uso de TICs na mediação pedagógica;
- b) Educação a distância:** a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propiciem maior articulação e efetiva interação e complementaridade entre a presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores) que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos (BRASIL, 2016);

c) Outras modalidades previstas na legislação educacional e de acordo com projetos e programas aprovados institucionalmente.

Todas as modalidades ofertadas pela Univille seguem os princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que constam no PPI. Respeitam-se as especificidades da organização didático-pedagógica de cada modalidade, enfatizando-se especialmente na EaD e nos componentes curriculares de caráter semipresencial os seguintes aspectos:

- O docente como mediador e facilitador do processo de aprendizagem do estudante;
- A interatividade como forma de tratamento do conteúdo e da comunicação que possibilita a aprendizagem;
- A ação colaborativa entre estudantes e profissionais da educação superior como sujeitos centrais desse processo assistidos por um suporte pedagógico e tecnológico;
- O uso das TICs como ferramenta no desenvolvimento das atividades educativas.

Em 2017 a Univille estruturou dez projetos de cursos de graduação (tecnólogos) e vinte cursos de pós-graduação, todos na modalidade a distância, e no ano de 2018 o foco foi estruturar as aulas, capacitar os professores e elaborar os materiais didáticos. Em 2021 a Univille contava com mais de 40 cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* na modalidade EaD.

2.4 Políticas institucionais: conceito, objetivos e macroprocessos

Uma política pode ser compreendida como uma atividade orientada para a tomada de decisões por um grupo com o intuito de alcançar determinados objetivos (SINGAR; RAMSDEN, 1972 *apud* DEMO, 2012). Nesse sentido, pode-se considerar que uma política institucional é constituída por diretrizes que são compartilhadas por pessoas de uma instituição e oferecem orientações sobre a forma de agir alinhadamente a valores na busca da consecução de objetivos e alcance de metas. A política institucional é ampla e não deve se prender a ações específicas e indicativas de como proceder. A implementação das ações situa-se nos planos tático e operacional e, portanto, é um desdobramento da política. A política institucional tem cunho estratégico.

Considerando que uma política institucional propõe diretrizes orientadoras em um nível estratégico, pode-se dizer que as políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação da Univille são constituídas por diretrizes de caráter estruturante. Dessa forma, tais políticas têm como objetivo definir as diretrizes que a Univille deseja que seus profissionais e estudantes sigam ao desenvolverem as atividades institucionais e ao atuarem na comunidade externa, considerando os respectivos universos de atuação e responsabilidades.

Como forma de propiciar uma abordagem sistêmica do funcionamento da Instituição, as políticas institucionais da Univille consideram diferentes macroprocessos. Um deles abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e possibilitando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento institucional alinhada à finalidade institucional e aos seus objetivos e metas estratégicos.

É relevante considerar que as políticas devem ser referência para a ação de todos na Instituição, desde o nível estratégico até o operacional. Por conseguinte, as políticas devem ser amplamente socializadas com o intuito de fazer com que sejam conhecidas, apropriadas e praticadas por todos os gestores e demais profissionais da Univille, bem como por seus estudantes. Faz-se então necessário um processo contínuo de comunicação e de inserção das políticas nas atividades, processos, projetos e programas relacionados a treinamento, desenvolvimento e profissionalização das pessoas que constituem a Instituição.

2.5 Política de Ensino

2.5.1 O ensino como área pioneira de atuação da Univille: histórico e concepção

A história da Univille confunde-se com a história do ensino superior de Joinville e região. Em 15 de março de 1965, começou a funcionar a primeira faculdade da região norte catarinense: a Faculdade de Ciências Econômicas (cuja mantenedora era a Comunidade Evangélica Luterana), que atualmente constitui o curso de Ciências Econômicas da Univille.

Contudo somente em 1967, com a Lei Municipal n.º 871, de 17 de julho, a qual criou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), o poder público local deu os primeiros passos para autorização e reconhecimento daquela faculdade no então Ministério de Educação e Cultura (MEC), firmando um compromisso com esse órgão que previa criar e manter outras unidades de ensino superior em diferentes áreas de conhecimento. No ano seguinte foi implantada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os cursos de licenciatura em Geografia, História, Letras e Matemática, cujas atividades educacionais se realizavam nas dependências do Colégio dos Santos Anjos, por meio de contrato de locação firmado pela municipalidade. Em 1969 a Fundaje incorporou a Faculdade de Ciências Econômicas, e em 1970 foi fundada a Escola Superior de Educação Física e Desportos, primeira nessa modalidade em Santa Catarina. Para o desenvolvimento de suas atividades, o poder público municipal firmou outros convênios com instituições da cidade, entre as quais a Sociedade Ginástica de Joinville, o Ginásio Abel Schulz, o América Futebol Clube, o Joinville Tênis Clube, o Hospital São José e a Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ), onde ocorriam aulas teóricas e práticas (COELHO; SOSSAI, 2015).

Em 1971, pela Lei n.º 1174, de 22 de dezembro, a denominação Fundaje foi alterada para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func). Ainda nesse ano foi criada a Faculdade de Ciências Administrativas, com os cursos de Administração de Empresas e de Ciências Contábeis. Também esses cursos funcionavam nas dependências do Colégio dos Santos Anjos.

Finalmente, em 2 de abril de 1975, o poder municipal inaugurou o *Campus* Bom Retiro, transferindo todas as unidades da Func para o *Campus* Universitário, no bairro Bom Retiro (atual Zona Industrial Norte). No fim desse mesmo ano se sancionou a Lei Municipal n.º 1.423, de 22 de dezembro, que modificou a denominação para Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj) e alterou sua estrutura organizacional.

Em 1977 a Furj iniciou a sua atuação na educação básica, criando o Colégio de Aplicação. Também naquele ano a Instituição ofertou seu primeiro curso de pós-graduação *lato sensu*.

A partir de 1982, a Furj estendeu sua atuação em ensino superior a Jaraguá do Sul com o curso de Ciências Econômicas e, em 1983, também o de Ciências Contábeis. No ano seguinte, passou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul.

Em 1989 iniciou a revisão do Projeto Institucional da Furj, a fim de criar e consolidar a primeira universidade da região norte de Santa Catarina. Em março de 1990 foi protocolada no MEC a Carta Consulta, na qual se delineou o perfil de uma universidade comprometida com a comunidade regional, promovendo formação superior baseada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa visão complexa e contextual dos problemas contemporâneos, na inter e transdisciplinaridade e na ênfase da então emergente ideia de “desenvolvimento sustentável”, entendida como categoria que engloba o respeito à vida, à integridade ecológica, à justiça social e econômica, à democracia e à cultura da paz.

Em junho de 1991 a Carta Consulta foi aprovada e se autorizou a implementação do Projeto Univille. Começou então um processo dinâmico e incessante que mobilizou gestores,

docentes, pessoal administrativo, discentes, lideranças e instâncias políticas, científicas, empresariais e demais entidades da sociedade civil organizada, visando criar, ampliar e fomentar o desenvolvimento de competências e de infraestrutura necessárias à consolidação da nova universidade.

Diante dos novos desafios que se colocavam para o ensino de graduação, a partir de 1991 ocorreu também a implantação de um sistema de avaliação continuada, cujos objetivos eram gerar dados que subsidiassem a Instituição a realizar: diagnósticos de suas necessidades didático-pedagógicas; atualizações ou reestruturações de matrizes curriculares; levantamento de competências instaladas para a criação de linhas de pesquisa e de extensão; metas de qualificação e titulação dos professores; planejamento de novos cursos, entre outros aspectos. Também nesse período começaram a ser firmados convênios com outras universidades do país e do exterior a fim de estabelecer intercâmbios didático-científicos e fomentar a mobilidade docente e discente. Além disso, houve investimentos consideráveis em infraestrutura, com ampliação do acervo bibliográfico, instalação de novos laboratórios, reformas prediais, construção de sede própria do *Campus* São Bento do Sul (inaugurada em 1998) e dos dois Centros de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepas), localizados em São Bento do Sul e São Francisco do Sul (ambos inaugurados em 1999).

Paralelamente, foi implantada uma política de titulação docente que teve como base dois mecanismos: concessão de auxílio financeiro para os professores cursarem mestrado e doutorado e oferta de cursos de mestrado para os professores no próprio *Campus* Joinville, conveniados com instituições nacionais e estrangeiras.

Quanto aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de graduação, houve um amplo e intenso processo de debate e de revisão de todas as matrizes curriculares, baseando-se, entre outros aspectos, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interação entre teoria e prática; contextualização e criticidade dos conhecimentos; articulação inter e transdisciplinar; orientação ética no processo de ensino e aprendizagem; e autoavaliação qualitativa, permanente e continuada do currículo e das práticas curriculares. Assim, tais princípios foram sendo efetivamente levados a cabo na reestruturação de todos os PPCs, os quais deveriam ser apreciados por avaliadores externos. Para se ter uma ideia, entre abril de 1994 e maio de 1995, a Univille recebeu 15 comissões nomeadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) para verificação e avaliação de seus cursos, tendo todos eles recebido parecer favorável ao seu reconhecimento ou renovação de reconhecimento.

Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizam a estrutura da universidade: Estatuto da Mantenedora Furj, Estatuto e Regimento Geral da Univille. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Universidade da Região de Joinville, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano.

Já como Universidade, e nesse novo cenário, o ensino de graduação da Univille teve um impulso, quer pela ampliação do número de cursos ofertados, em todas as áreas do saber, quer pela forma como os PPCs foram sendo sistematicamente revistos, atualizados ou reestruturados para atender a demandas emergentes e continuadas das políticas educacionais e científicas de âmbito estadual e nacional.

Quanto à infraestrutura, além da ampliação dos *campi*, foi criada em 2005 uma unidade na região central de Joinville que inicialmente passou a abrigar salas de aula, laboratórios, os Ambulatórios Universitários e a Farmácia-Escola. A partir daquele ano, outras melhorias e ampliações da infraestrutura ocorreram, destacando-se o prédio da Biblioteca Universitária em Joinville, Clínicas Odontológicas, Centro de Atividades Físicas (CAF), Serviço de Psicologia (SPsi),

Centro de Artes e Design (CAD), Estação Meteorológica, Escritório de Práticas Jurídicas, Juizado Cível, ampliação do prédio do *Campus* São Bento do Sul, Centro de Gastronomia, Centro de Aplicação Mecânica e Gestão Industrial (Camegi), melhoria das instalações da Unidade em São Francisco do Sul, implantação do Jardim Botânico e criação do Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq), com a construção do primeiro prédio da Incubadora de Base Tecnológica (IBT), proporcionando novas oportunidades e vivências para os estudantes.

Outra iniciativa foi a criação do Fundo de Apoio ao Ensino de Graduação (Faeg) em 2007. Por meio dele são mantidos serviços de apoio ao estudante no que diz respeito a encaminhamento para estágio e emprego, nivelamento em matemática e língua portuguesa, orientação psicológica e psicopedagógica e apoio à inclusão e acessibilidade aos estudantes com necessidades especiais. Além disso, o Faeg permite que docentes de diferentes cursos desenvolvam projetos de ensino e projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de fomentar experiências interdisciplinares por meio de atividades extracurriculares para melhoria do desempenho discente nas ciências exatas e em língua portuguesa, preparação para inserção no mercado de trabalho e uso de tecnologias relacionadas à futura atuação profissional do estudante.

Ao longo de sua trajetória, a Univille criou cursos de graduação respondendo a demandas das comunidades em que se inseriu e também com base na prospecção de oportunidades relacionadas a tendências sociais e educacionais identificadas pela Instituição. O quadro 10 apresenta a relação dos cursos de graduação da Univille desde 1965.

Quadro 10 – Cursos de graduação da Univille

Ano de criação	Curso	Tipo	Local
1965	Ciências Econômicas	B	Joinville
1968	Geografia	L	Joinville
1968	História	L	Joinville
1968	Letras	L	Joinville
1970	Educação Física	B	Joinville
1971	Administração	B	Joinville
1971	Ciências Contábeis	B	Joinville
1982	Ciências Econômicas*	B	Jaraguá do Sul
1983	Ciências Contábeis*	B	Jaraguá do Sul
1984	Administração	B	São Bento do Sul
1991	Ciências Contábeis	B	São Bento do Sul
1991	Ciências Econômicas	B	São Bento do Sul
1993	Ciências Biológicas	B	Joinville
1993	Química Industrial*	B	Joinville
1995	Pedagogia*	L	São Bento do Sul
1996	Pedagogia	L	Joinville
1996	Ciências da Religião (Magister)*	L	Joinville
1996	Matemática	L	Joinville
1996	Informática (atual Sistemas de Informação)	B	Joinville
1996	Administração com habilitação em Comércio Exterior	B	São Bento do Sul

Continua...

Continuação do quadro 10

Ano de criação	Curso	Tipo	Local
1997	Direito	B	Joinville
1997	Design	B	Joinville
1998	Engenharia Ambiental	B	Joinville
1998	Farmácia	B	Joinville
1998	Odontologia	B	Joinville
1998	Informática (atual Sistemas de Informação)	B	São Bento do Sul
1999	Medicina	B	Joinville
1999	Direito	B	São Bento do Sul
1999	Artes Visuais	L	Joinville
1999	Letras*	L	São Bento do Sul
2000	Processos Industriais*	C	Joinville
2002	Ciências Biológicas – Biologia Marinha (atualmente em São Francisco do Sul)	B	Joinville
2002	Engenharia de Produção Mecânica (atual Engenharia de Produção)	B	Joinville
2003	Gestão Industrial*	C	Joinville
2003	Gestão de Pequenas e Médias Empresas*	C	Joinville
2004	Gestão Empresarial*	C	Joinville
2004	Gestão Empresarial*	C	São Bento do Sul
2004	Automação Industrial*	C	São Bento do Sul
2004	Gestão da Produção e Logística*	C	Joinville
2004	Gestão da Produção e Logística*	C	São Bento do Sul
2005	Engenharia Química	B	Joinville
2005	Psicologia	B	Joinville
2005	Geografia*	B	Joinville
2005	Gestão da Comunicação e Eventos*	C	Joinville
2005	Gestão Financeira	C	Joinville
2005	Gestão da Produção Industrial*	C	Joinville
2005	Gestão de Negócios Empresariais*	C	São Francisco do Sul
2006	Desenvolvimento Regional*	C	Joinville
2007	Engenharia de Produção Mecânica (atual Engenharia de Produção)	B	São Bento do Sul
2007	Gastronomia	C	Joinville
2008	Educação Física	B	São Bento do Sul
2009	Engenharia Mecânica	B	Joinville
2010	Artes Visuais (Parfor)*	L	Jaraguá do Sul
2010	Sociologia (Parfor)*	L	Joinville
2010	Mecatrônica Industrial	C	São Bento do Sul
2011	Engenharia Mecânica	B	São Bento do Sul

Continua...

Continuação do quadro 10

Ano de criação	Curso	Tipo	Local
2011	Educação Especial (Parfor)*	L	Joinville
2012	Arquitetura e Urbanismo	B	Joinville
2012	Publicidade e Propaganda	B	Joinville
2013	Engenharia Civil	B	Joinville
2013	Fotografia	C	Joinville
2014	Engenharia de Software	B	Joinville
2015	Engenharia Elétrica	B	São Bento do Sul
2015	Enfermagem	B	Joinville
2015	Gestão Portuária	C	São Francisco do Sul
2019	Química	L	São Bento do Sul
2019	Arquitetura e Urbanismo	B	São Bento do Sul
2019	Naturologia	B	Joinville
2019	Psicologia	B	São Bento do Sul
2020	Radiologia	C	São Bento do Sul
2020	Radiologia	C	Joinville
2020	Engenharia de Materiais	B	Joinville
2020	Estatística	B	Joinville
2020	Engenharia Elétrica	B	Joinville
2020	Cinema e Audiovisual	B	Joinville
2020	Relações Públicas	B	Joinville
2020	Nutrição	B	Joinville
2020	Engenharia de Automação e Controle	B	Joinville
2021	Educação Especial	L	Joinville
2021	Física	L	Joinville
2021	Ciências da Religião	L	Joinville

Legenda: B – Bacharelado; C – Curso Superior de Tecnologia; L – Licenciatura; * – extinto

Fonte: Primária (2021)

No que tange à educação básica, em 2001, após estudos realizados e procurando fortalecer a relação com a educação superior, o Colégio de Aplicação passou a denominar-se Colégio Univille, funcionando em sede própria no *Campus* Joinville. Em 2006 foi criado o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul, oferecendo o ensino médio. A partir de 2012, o Colégio de São Bento do Sul passou a oferecer também o ensino fundamental do 6.º ao 9.º ano. Em 2018 houve a ampliação da oferta de educação básica por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com as séries finais do ensino fundamental – do 6.º ao 9.º ano.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação *lato sensu*, desde a oferta do primeiro curso em 1977 a Instituição vem oferecendo oportunidades de especialização aos portadores de diplomas de graduação. Ao longo de todos esses anos, os cursos *lato sensu* da Univille cumprem um importante papel no aprimoramento de profissionais nas diversas áreas do conhecimento. Atualmente esses cursos têm sido objeto de estudo do PEI com vistas a incluir no PDI a previsão de oferta. Após o credenciamento da Universidade para a EaD, a Instituição passou a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* também nessa modalidade.

Quanto ao ensino de pós-graduação *stricto sensu*, ainda em 1999 a Univille implantou o Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente (PPGSMA), dando início ao primeiro curso de mestrado. Em 2013 o PPGSMA obteve da Capes o credenciamento para a implantação do primeiro Doutorado da Instituição, graças ao desempenho do programa diante dos indicadores de avaliação, como “produção intelectual”, “integração com a graduação” e “inserção social”. Atualmente a Univille mantém os cursos de pós-graduação *stricto sensu* apresentados no quadro 11.

Quadro 11 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille

Ano de aprovação pela Capes	Ano de credenciamento pela Capes	Curso
2002	2003	Mestrado em Saúde e Meio Ambiente
2005	2005	Mestrado em Engenharia de Processos
2007	2008	Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
2010	2011	Mestrado em Educação
2012	2015	Mestrado Profissional em Design
2013	2017	Doutorado em Saúde e Meio Ambiente
2018	2020	Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade
2020	2021	Mestrado em Sistemas Produtivos (em Associação)

Fonte: Primária (2021)

Um novo cenário para a Univille se apresentou a partir de 2014, quando, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, quando do deferimento pelo órgão federal, a Univille passou a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo CNE e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC. Decorrente da decisão do Conselho Universitário pela adesão ao edital, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino da Univille, todos os colegiados de curso revisaram os PPCs, com o intuito de adequá-los aos requisitos de submissão ao sistema eletrônico do MEC. Em 2016 o MEC/Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes ao reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade. Os próximos passos do processo de migração incluíram as visitas de avaliação *in loco* promovidas pelo Inep e os trâmites de tais processos no MEC e no CNE, com a emissão dos atos oficiais de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e credenciamento da Universidade.

Também em 2014, com base na decisão do Conselho Universitário e levando em conta o previsto no PDI 2012-2016, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta de EaD, incluindo o pedido de autorização para a oferta do primeiro curso de graduação nessa modalidade e o credenciamento de dois polos de apoio presencial, sendo um deles na Unidade da Universidade em São Francisco do Sul e outro no *Campus* São Bento do Sul. Em 2015 ocorreu a visita de avaliação *in loco* para a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD. No mesmo ano ocorreu a visita de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. As visitas foram realizadas por comissões nomeadas pelo Inep e atribuíram em ambos os casos a nota 4, ou seja, consideraram as condições de oferta “muito boas”.

Em maio de 2018 a Univille teve a oferta dos cursos de Educação a Distância pela portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, publicada pelo MEC. Ainda em 2014, por meio da Portaria n.º 676, o MEC qualificou como Instituição Comunitária de Educação Superior (Ices) a Universidade da Região de Joinville, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville. Essa certificação ocorreu de acordo com a Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Ices. Como se disse no início, a trajetória do ensino superior na região confunde-se com a própria história da Univille, que em 2020 completou 55 anos de existência. Considerando a dinâmica do processo de Planejamento Estratégico Institucional que propõe a discussão do futuro da Universidade no período de 2017 a 2026, fez-se necessária a revisão da Política de Ensino. Essa revisão levou tanto à revisitação da história do ensino na Univille como ao debate sobre o seu futuro, num presente carregado de novidades e desafios.

Em 2018 ocorreu a aprovação do segundo doutorado da Instituição, Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade, e em 2020 deu-se a aprovação do Mestrado em Sistemas Produtivos, realizado em rede com outras instituições da Acafe.

2.5.2 Objetivos do ensino

A Univille, para alcançar sua finalidade, promove o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, esportivo, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social (UNIVILLE, 2016).

O ensino constitui atividade sistemática de construção do conhecimento, articulada à pesquisa e à extensão, por meio de processos de ensino-aprendizagem, com vistas a promover o desenvolvimento humano e a formação profissional (UNIVILLE, 2016). Para isso, o ensino da Univille tem como objetivos:

- **Promover o desenvolvimento integral da pessoa** nos seus aspectos intelectuais, psicológicos, físicos e sociais;
- **Habilitar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento** para participarem do desenvolvimento sociocultural, econômico e político da sociedade;
- **Difundir a concepção de ser humano contextualizado ambientalmente**, desenvolvendo a consciência ética que tem como base a sustentabilidade socioambiental, por meio da Educação Ambiental;
- **Contribuir para o exercício da cidadania** por meio da educação para os direitos humanos e da educação para as relações étnico-raciais;
- **Promover a percepção da complexidade** mediante a multi, a inter e a transdisciplinaridade;
- **Promover a apreensão de conhecimentos socioculturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade**;
- **Estimular a produção do conhecimento científico** com vistas a alcançar autonomia intelectual, emancipação política dos sujeitos e proposição de soluções para os problemas contemporâneos, especialmente os regionais e nacionais;
- **Promover um processo de ensino e aprendizagem centrado no estudante**, levando-o a construir sua autonomia e a desenvolver a competência de aprender a aprender;
- **Promover o desenvolvimento do pensamento científico** por meio da aplicação da investigação científica da realidade, considerando a pesquisa como princípio educativo no processo de ensino e aprendizagem;

- **Promover a articulação entre teoria e prática e a contextualização social** do processo de ensino e aprendizagem por meio de atividades no âmbito da Instituição ou pela participação em atividades curricularizadas de extensão que propiciem o contato dos estudantes e profissionais da educação com a realidade profissional e social;
- **Estimular a inovação e o empreendedorismo**;
- **Estimular a mobilidade e o intercâmbio acadêmico e cultural** de estudantes e profissionais da Instituição para a integração regional, nacional e internacional;
- **Promover o desenvolvimento de competências socioemocionais** que favoreçam ao estudante a compreensão e a modulação das próprias emoções, o cultivo de interações sociais mais positivas, a atuação em equipes de trabalho e a responsabilização pelas próprias decisões, ações e resultados delas decorrentes;
- **Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiências e necessidades especiais** por meio do contínuo aperfeiçoamento das condições de acessibilidade arquitetônica, pedagógica, atitudinal e comunicacional em suas instalações, atividades e processos;
- **Contribuir para a inclusão social** por meio do contínuo aperfeiçoamento das condições de acesso e permanência à educação, bem como das relativas ao sucesso escolar e acadêmico dos estudantes;
- **Ampliar o acesso ao ensino** por meio da diversificação das formas de ingresso e das modalidades de oferta;
- **Atender a demandas de formação** por meio da educação básica e de cursos e programas de educação superior;
- **Manter os projetos pedagógicos atualizados** em relação tanto às tendências e inovações curriculares e pedagógicas quanto aos conteúdos curriculares e às competências dos egressos, considerando o diálogo com a comunidade externa e estudos sobre as tendências sociais, científicas e educacionais.

2.5.3 Níveis e modalidades do ensino

Considerando a legislação vigente e a finalidade da Universidade, o ensino na Univille é ministrado nos seguintes níveis (UNIVILLE, 2016):

- **Educação básica:** formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo a educação profissional técnica de nível médio;
- **Educação superior:** formada por cursos de graduação, compreendendo bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia; de pós-graduação, compreendendo cursos de especialização e cursos de mestrado e doutorado; cursos sequenciais e cursos de extensão.

Os cursos de extensão também constituem uma importante forma de ensino na Universidade. A definição, o planejamento, a execução e a avaliação dos projetos desses cursos levarão em conta a Política de Ensino e a Política de Extensão.

A Univille oferta a educação nas seguintes **modalidades**, de acordo com a legislação vigente:

- **Educação presencial:** modalidade educacional que ocorre com a presença em um mesmo ambiente físico de estudantes, docentes e outros atores no processo de ensino e aprendizagem. Tal modalidade admite a realização de componentes curriculares e unidades de aprendizagem de forma *on-line*, isto é, com uso de TICs na mediação pedagógica;

- **Educação a distância:** “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementaridade entre presencialidade e a virtualidade ‘real’, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos” (BRASIL, 2016);
- Outras modalidades previstas na legislação educacional e de acordo com projetos e programas aprovados institucionalmente.

2.5.3.1 Educação básica

A Univille promove a educação básica por meio de seus colégios, oferecendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo a educação profissional técnica de nível médio. Os Colégios Univille dispõem de Projeto Pedagógico que considera o desenvolvimento integral do indivíduo, fundamentando-se no ensino e na pesquisa, estimulando o estudante a buscar conhecimentos múltiplos, necessários para seu desenvolvimento. Nesse sentido, o estudante é incentivado a evoluir no seu modo de pensar, sentir, agir e interagir na sociedade como ser humano crítico, ético, criativo, aberto a mudanças e capaz de construir sua própria história.

Na educação básica busca-se articular as experiências e os saberes dos estudantes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, ambiental, científico e tecnológico da humanidade. Para constituir sua identidade, o estudante interage, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, questiona e constrói conhecimentos e sentidos sobre a natureza e a sociedade.

Prioriza-se a construção do conhecimento levando em conta o saber ser, conviver, aprender e fazer, utilizando-se de diferentes estratégias de ensino e recursos pedagógicos, integrando-os aos diversos espaços de aprendizagem da Universidade.

Os Colégios Univille também contam com ensino em período integral, promovendo a utilização de tempo, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar, para a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social. No período integral é desenvolvido o ensino bilíngue, no qual o estudante vivencia o uso de um segundo idioma (língua inglesa), por meio de atividades práticas e lúdicas.

Os Colégios Univille oferecem ainda educação profissional técnica de nível médio por meio de cursos técnicos profissionalizantes, considerando a formação integral do educando, bem como a preparação para o exercício profissional. Os Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos de nível médio seguem as regulamentações internas, os catálogos dos órgãos oficiais e a legislação pertinente.

2.5.3.2 Educação superior: formação inicial

A Univille promove a formação inicial na educação superior por meio do ensino de graduação. O ensino de graduação na Univille tem como objetivos promover a mediação, a sistematização, a apropriação do saber e o desenvolvimento pessoal e profissional do estudante. Isso se dá por meio de um processo de formação humanística, científica e profissional que visa ao desenvolvimento de competências técnico-profissionais, sociais e gerenciais necessárias à inserção e ao exercício profissional e social dos egressos.

A formação inicial na educação superior proporcionada pela Univille compreende cursos superiores de tecnologia (CST), bacharelados e licenciaturas nas diversas áreas do conhecimento e nas modalidades de ensino previstas pela legislação. Os cursos são concebidos levando em conta as demandas e oportunidades identificadas pelo PEI, e sua criação e oferta estão previstas no PDI. O projeto de criação dos cursos é elaborado considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a legislação vigente e regulamentações institucionais. O ingresso de estudantes nos cursos de graduação é realizado por meio de processos seletivos estabelecidos pela Universidade, atendendo à legislação vigente. Os estudantes que concluem o curso de graduação cumprindo todos os requisitos previstos fazem jus ao diploma de ensino superior.

Um curso de graduação é organizado por meio de um PPC, aprovado pela Universidade e que considera as seguintes dimensões:

- **Organização didático-pedagógica:** contempla, entre outros elementos, a justificativa social e os objetivos do curso, bem como o perfil do egresso, expresso pelas competências esperadas do graduado e pelos campos em que ele poderá atuar. A organização didático-pedagógica também contempla a matriz curricular, o ementário e os regulamentos relativos a componentes curriculares, tais como atividades complementares, trabalho de conclusão de curso e estágio curricular supervisionado. Também são caracterizados aspectos relacionados à metodologia de ensino e aprendizagem e aos processos de avaliação;
- **Corpo social:** abrange a caracterização dos docentes, tutores, preceptores e pessoal administrativo do curso em termos de formação e qualificação acadêmica, experiência profissional e regime de trabalho. O corpo social também diz respeito à caracterização do colegiado, da coordenação e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso por meio de sua composição e funcionamento;
- **Infraestrutura:** caracteriza as instalações e os equipamentos das salas de aula, laboratórios e serviços administrativos. Essa dimensão também diz respeito aos recursos de TICs empregados no curso, bem como ao acervo bibliográfico constituído por referências básicas, complementares e periódicos especializados.

Por fim, deve-se levar em conta que os cursos de graduação realizam processos de autoavaliação periódica com o intuito de promover a sua melhoria contínua. Além disso, os cursos de graduação passam por avaliações externas que dizem respeito ao desempenho dos estudantes e às condições de oferta, com vistas ao reconhecimento e à renovação do reconhecimento pelos órgãos oficiais de regulação, avaliação e supervisão da educação.

2.5.3.3 Educação superior: formação continuada

A Univille promove a formação continuada na educação superior por meio do ensino de pós-graduação. O ensino de pós-graduação na Univille tem como objetivos a formação qualificada de profissionais em nível avançado e o desenvolvimento de competências que promovam a disseminação do conhecimento e a transformação da sociedade por meio do desenvolvimento de pesquisa científica, cultural, artística e tecnológica.

A pós-graduação está organizada em cursos *lato sensu* e *stricto sensu* que mantêm suas características de formadores de profissionais para a educação superior e para o mercado de trabalho, com intersecções possíveis entre o fazer acadêmico e o fazer no mundo do trabalho. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* são desenvolvidos conforme demandas e oportunidades identificadas pelo PEI, e sua criação e oferta estão previstas no PDI. O ingresso nos cursos de pós-graduação é realizado por meio de processos seletivos estabelecidos pela Universidade, atendendo à legislação vigente.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são oferecidos nas áreas do conhecimento em que a Instituição atua, em colaboração com os cursos de graduação e parcerias externas. Esses

curso dispõem de um projeto aprovado pela Universidade, de acordo com as regulamentações institucionais e a legislação em vigor. Periodicamente os cursos de pós-graduação *lato sensu* passam por processo de autoavaliação.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* compreendem cursos de mestrado e doutorado que possuem projeto e regimento próprios. A criação de cursos *stricto sensu* obedece a critérios estabelecidos pela Instituição, considerando a existência de corpo docente titulado e qualificado na área, grupos de pesquisa consolidados ou em consolidação e produção científica relevante, em consonância com as normas da Capes. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* realizam periodicamente processo de autoavaliação, bem como participam do processo de avaliação externa promovido pela Capes.

2.5.4 Política de Ensino: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes

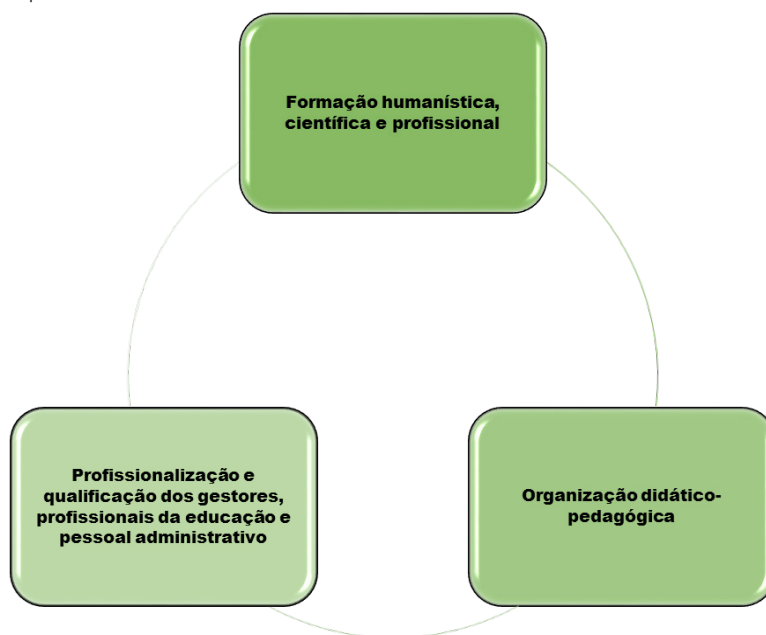
A Política de Ensino da Univille tem como objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 12):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;
- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 12 – Macroprocessos do ensino



Fonte: Primária (2016)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** assegurar a articulação e a integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **Qualidade:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **Conduta ética:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **Transparência:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteados pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Sustentabilidade:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

2.5.4.1 Macroprocesso: formação humanística, científica e profissional

Ao discutir o ensino e seu papel no processo formativo desenvolvido pela Universidade, compreende-se que o processo de ensino e aprendizagem tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências técnico-profissionais, gerenciais e sociais, habilitando o estudante para a atuação profissional, desenvolvendo o pensamento científico e propiciando o desenvolvimento de atitudes e comportamentos pautados em princípios éticos relacionados à sustentabilidade socioambiental e aos direitos humanos.

Assim, os Projetos Pedagógicos devem descrever os elementos que compõem o curso ou programa considerando não apenas os conteúdos, mas também as metodologias de ensino e aprendizagem adotadas. Estas devem promover situações em que o estudante possa desempenhar um papel de protagonista em seu processo de aprendizagem, favorecendo não apenas a apreensão de conteúdo, como também a articulação teórico-prática que permita a ele refletir sobre a aplicação de tais conteúdos e considerar as implicações dessa aplicação no âmbito profissional e social.

Com base em tais aspectos é possível conceber as seguintes diretrizes:

- **Articulação entre teoria e prática:** proporcionar ao estudante situações em que ele possa vivenciar as relações entre teoria e prática e refletir sobre elas;
- **Aproximação entre currículo, cidadania e profissão:** oportunizar a apropriação de conhecimentos, valores, atitudes, procedimentos e conceitos fundamentais para a participação ativa na sociedade e o exercício da profissão;

- **Aproximação entre currículo e formação científica:** oportunizar o desenvolvimento do pensamento científico;
- **Aproximação entre currículo e realidade social e profissional:** oportunizar o contato dos estudantes com a realidade social e profissional;
- **Criatividade:** baseia-se no pensamento criativo para dirigir a resolução de problemas complexos, propondo soluções diferenciadas ou atreladas ao valor humano, ambiental e/ou social.

2.5.4.2 Macroprocesso: organização didático-pedagógica

De acordo com Libâneo (2010, p. 436), “organizar significa dispor de forma ordenada, dar uma estrutura, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la”. Assim, a organização refere-se à forma com que determinados elementos de um curso ou programa devem estar articulados, considerando os objetivos pretendidos, a forma com que as pessoas vão desenvolver as atividades de ensino e aprendizagem e a maneira com que instalações, equipamentos e demais recursos serão empregados de forma sustentável.

Diante do exposto, entende-se que o macroprocesso “Organização didático-pedagógica” tem como finalidade orientar os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos relativos aos cursos e programas oferecidos pela Univille nos diversos níveis e modalidades de ensino. Esse macroprocesso fundamenta-se na legislação educacional e nas regulamentações internas, considerando uma série de processos que abrangem as diversas etapas que compõem o ciclo de vida de um curso ou programa de ensino: criação, implantação, consolidação, reconhecimento pelo MEC, evolução (alteração/reestruturação), renovação de reconhecimento pelo MEC, suspensão de oferta e extinção.

Em todos esses processos está presente a necessidade de organização e atualização de uma série de elementos que constituem o Projeto Pedagógico, compreendido não apenas como um documento, mas como um processo de construção e uma prática coletiva do qual participam profissionais da educação, estudantes, gestores e pessoal administrativo da Instituição. Entre os elementos que devem ser continuamente levados em conta e organizados, é possível considerar:

- a justificativa social;
- os objetivos do curso ou programa;
- o perfil do egresso, expresso pelas competências esperadas e pelos campos de atuação;
- a matriz curricular;
- o ementário;
- os regulamentos relativos a componentes curriculares, tais como atividades complementares, trabalho de conclusão de curso e estágio curricular supervisionado;
- a metodologia de ensino e aprendizagem;
- a inovação pedagógica e curricular;
- os processos de autoavaliação e avaliação externa;
- o corpo social do curso ou programa;
- a infraestrutura;
- as justificativas para possíveis alterações/reestruturações ou ainda para a extinção do curso.

A organização de tais elementos e a forma com que eles se articulam no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dão forma ao currículo construído pelo estudante. Esse currículo é a concretização do Projeto Pedagógico em um determinado tempo e contexto e possibilita ao estudante o desenvolvimento de competências fundamentadas em referenciais sociais, culturais, psicológicos, históricos, epistemológicos e pedagógicos (SILVA, 1999).

Esse macroprocesso leva em conta as seguintes diretrizes:

- **Construção coletiva e contextualizada:** assegurar que a concepção, a implementação e o desenvolvimento dos cursos e programas se deem coletivamente, de modo a possibilitar o atendimento às demandas do contexto social e profissional, considerando o disposto no PDI;
- **Atualização curricular:** assegurar a atualização dos projetos pedagógicos diante das necessidades sociais e legais, considerando o conceito de inovação pedagógica e curricular previsto nas regulamentações institucionais;
- **Relacionamento no processo educativo:** destacar a importância do relacionamento entre profissionais da educação e estudante e entre os estudantes, objetivando a aprendizagem de forma interativa e colaborativa;
- **Avaliação do processo de ensino e aprendizagem:** definir as formas de avaliação do processo, estabelecendo instrumentos nas perspectivas diagnóstica, formativa e somativa, visando ao replanejamento da ação docente;
- **Acompanhamento:** acompanhar a implementação das ações didático-pedagógicas e administrativas, visando alcançar as metas propostas nos documentos institucionais.

2.5.4.3 Macroprocesso: profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo

A profissionalização, conforme a Política de Gestão de Pessoas, diz respeito ao contínuo aprimoramento das competências dos profissionais da Instituição, “visando à excelência do ensino, da pesquisa e da extensão e dos demais serviços prestados às comunidades interna e externa” (UNIVILLE, 2015b). No que diz respeito ao ensino, o desenvolvimento das competências gerenciais é fundamental tanto por parte de coordenadores de cursos e diretores dos Colégios quanto de gerentes, assessores, coordenadores de áreas de apoio e membros da Reitoria.

Com relação aos profissionais da educação, a profissionalização diz respeito ao aprimoramento das competências pedagógicas, que abrangem a capacidade de: organizar e dirigir situações de aprendizagem atuando como orientador e mediador; empregar metodologias de ensino e aprendizagem inovadoras; empregar novas tecnologias de informação e comunicação; acompanhar e avaliar situações de aprendizagem.

A profissionalização do pessoal administrativo da Instituição diz respeito ao desenvolvimento contínuo das competências técnico-profissionais das pessoas que atuam nas diferentes atividades de caráter administrativo relacionadas ao ensino.

Há de se considerar que para todos os profissionais da Instituição a profissionalização também envolve o desenvolvimento de competências relacionais e organizacionais. As competências relacionais são associadas ao respeito à vida, à dignidade, à liberdade, à democracia, à diversidade, ao meio ambiente, às relações humanas, levando em conta valores e atitudes éticos, diálogo e respeito ao outro. As competências organizacionais envolvem o conhecimento e o respeito ao estatuto, aos regimentos e às resoluções da Instituição, assim como a atuação comprometida com concepções, visão, missão, valores e políticas da Univille.

Por fim, a qualificação visa aprimorar as competências técnico-científicas dos profissionais da Instituição. Especificamente em relação ao ensino, a titulação acadêmica dos profissionais da educação e do pessoal administrativo diretamente envolvido no processo de ensino e aprendizagem é importante, do ponto de vista do atendimento de exigências legais e em relação ao aprofundamento de competências em diferentes áreas do conhecimento.

Considerando a caracterização da profissionalização e da qualificação, podem-se levar em conta as diretrizes a seguir:

- **Valorização das competências:** estimular e valorizar as capacidades e competências dos profissionais da Instituição, quando da promoção de programas de desenvolvimento, bem como estimular as potencialidades institucionais para a criação de cursos de capacitação, para os diferentes níveis de ensino;
- **Formação continuada:** fomentar a formação continuada dos profissionais da Instituição, promovendo o desenvolvimento de competências técnico-científicas, pedagógicas, relacionais, organizacionais e gerenciais, visando ao comprometimento com a identidade organizacional, à melhoria contínua dos processos, à busca de excelência nos serviços prestados e ao atendimento às exigências legais;
- **Avaliação de desempenho:** promover integração entre processos de avaliação dos profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores, buscando subsidiar a profissionalização, a qualificação e o desenvolvimento profissional individual;
- **Viabilidade:** gerir a profissionalização e a qualificação de acordo com o planejamento orçamentário e a disponibilidade financeira institucional;
- **Comprometimento com a formação de professores para a educação básica:** promover a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, primando pela articulação entre os cursos de licenciaturas, a pesquisa e a extensão e pela integração com as redes de educação básica, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

2.5.5 Financiamento do ensino

Os Colégios Univille têm orçamento próprio e os recursos são alocados de acordo com critérios definidos pela gestão orçamentária institucional. Os recursos são provenientes de pagamentos realizados pelos estudantes e seus responsáveis, em contrapartida à prestação de serviços educacionais oferecidos pela Furj/Univille. Os estudantes da educação básica da Univille podem ser contemplados com bolsas de estudo conforme critérios preestabelecidos em editais específicos.

Os cursos de graduação têm orçamento próprio e geram recursos que são alocados de acordo com critérios definidos pela gestão orçamentária institucional. Os recursos provêm do pagamento de taxas, mensalidades e anuidades pelos estudantes e do resultado obtido da prestação de serviços desenvolvidos na comunidade pelos professores e estudantes. Os recursos também são obtidos por meio da captação proveniente de programas de bolsas de estudo e crédito universitário. Além disso, os estudantes têm a possibilidade de obter bolsas de extensão, pesquisa, iniciação científica, iniciação tecnológica e iniciação à docência com recursos da própria Instituição, por meio da participação em editais de órgãos de fomento, parcerias, convênios e/ou por outros instrumentos jurídicos congêneres.

Há também na Univille o Fundo de Apoio ao Estudante de Graduação (Faeg), que viabiliza atividades da Central de Relacionamento com os Estudantes (CRE), tais como o atendimento educacional especializado, a acessibilidade metodológica e instrumental de estudantes com deficiência, as ações de acolhimento e permanência, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios e apoio psicopedagógico.

Os cursos e programas de pós-graduação têm orçamento próprio e geram recursos que são alocados de acordo com critérios definidos pela gestão orçamentária institucional. Os recursos provêm do pagamento de taxas, mensalidades e anuidades pelos estudantes e do resultado obtido da prestação de serviços desenvolvidos na comunidade pelos professores e estudantes. Além disso, os estudantes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* têm a possibilidade de obter bolsas de estudo por meio de editais institucionais ou de órgãos de fomento (CNPq, Capes).

2.6 Política de Pesquisa

2.6.1 A pesquisa como área de atuação da Univille: histórico e concepção

Desde a sua criação, em 1967, a Furj caracterizou-se como uma Instituição Comunitária e foi direcionada principalmente para as atividades de ensino, no entanto seu histórico revela uma mudança nesse panorama a partir do começo dos anos 1990, quando teve início seu processo de transformação em universidade. Nesse período, no que se refere à extensão, o Projeto Rumo à Universidade considerava linhas de ação e atividades, entretanto em relação à pesquisa emergiam maiores desafios, pois as linhas de investigação ainda não estavam definidas.

A institucionalização da pesquisa científica da Univille deu-se no processo de implementação do Projeto Univille, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em outubro de 1991. Tal projeto tinha como meta transformar a Furj de instituição isolada de ensino superior em universidade, cabendo ao Conselho Estadual de Educação acompanhar a sua implementação. No tocante à política de pesquisa e suas funções, deu-se destaque ao delineamento de grandes áreas de investigação, à institucionalização do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) (Resolução 01/94/Cepe), à instalação do Comitê de Avaliação de Projetos e ao lançamento do primeiro número da Revista Científica Univille (COELHO; SOSSAI, 2015). Em virtude da institucionalização do FAP, ocorreu a implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) em 1994, permitindo a participação de estudantes dos cursos de graduação no desenvolvimento de pesquisas na Instituição.

Destaca-se também a articulação dessa política com o ensino, a extensão e o Programa de Qualificação Docente (PQD), cujo foco foi a concessão de bolsas de mestrado e doutorado aos docentes e o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior (IES) brasileiras e estrangeiras (UFSC, Uminho/ Portugal, Furb, PUC/SP) para a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis e Financeiras, Direito, Economia Industrial, Educação, Educação Física, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Odontologia e Relações Econômicas e Internacionais (COELHO; SOSSAI, 2015).

Com a Universidade, o planejamento previa a criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPGSS) em Educação, Administração e Biotecnologia. O PPGSS em Educação atenderia a uma demanda de professores licenciados pela própria Universidade e por outras instituições atuantes na região. O PPGSS em Administração pretendia fortalecer o desenvolvimento das empresas com ênfase na geração do conhecimento e introdução de procedimentos e técnicas inovadores. Quanto ao PPGSS em Biotecnologia, justificou-se em virtude de se tratar de uma das mais promissoras áreas do conhecimento. Tal programa contaria com um convênio de cooperação técnica a ser firmado com o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico (CDB) de Joinville, que possuía um número expressivo de mestres e doutores, contudo o CDB entrou em uma grave situação financeira e foi extinto em 1997. A Univille adquiriu parte dos equipamentos do CDB, o que fortaleceu as atividades de pesquisa e a pós-graduação em algumas áreas e linhas definidas no projeto da Universidade. Além da aquisição dos equipamentos, a Universidade também integrou pesquisadores do CDB em seu pessoal técnico ou docente, configurando assim um quadro favorável à criação do primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* da Univille, com o Mestrado em Saúde e Meio Ambiente (COELHO; SOSSAI, 2015).

Entre 2002 e 2003 foi realizada a primeira revisão da Política de Pesquisa, de modo a abranger um período de 5 anos (2003-2007). A aprovação pelo Conselho Universitário deu-se por meio da Resolução n.º 19/2003 do Conselho Universitário. Em virtude dessa política e em consonância com as diretrizes nacionais para a pesquisa e pós-graduação, o cenário

regional, as necessidades institucionais e o potencial humano identificado internamente, várias iniciativas foram concretizadas, entre elas a criação do Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP), o desenvolvimento dos Programas Institucionais de Pesquisa (Resolução n.º 14/2003 Cepe), o apoio à criação de núcleos de pesquisa e/ou extensão (Resolução n.º 18/2005 Cepe), bem como a criação do Programa de Iniciação Científica Júnior (Resolução n.º 03/2006 Cepe), por conta dos Colégios Univille, e a criação do Núcleo de Inovação de Propriedade Intelectual (Nipi) (Resolução n.º 05/2006 Cepe). Além disso, foi de extrema importância a elaboração do Programa de Apoio à Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PAPGI) (Resolução n.º 11/2006), com vistas à valorização e ao aproveitamento das competências já instaladas e em desenvolvimento. O incentivo à formação de grupos de pesquisa também foi uma ação importante, fazendo com que atualmente existam diversos grupos certificados pela Instituição.

Foram criados, a partir de 2003, os programas institucionais de pesquisa: Babbitonga, Saúde, Biotecnologia, Gestão da Produção e Educação. O intuito era fomentar a produção científica institucional nas áreas apontadas como potenciais de criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* e naquelas vinculadas ao Mestrado em Saúde e Meio Ambiente. Em 2007, após revisão e atualização, a nova Política de Pesquisa foi aprovada pelo Conselho Universitário (Resolução n.º 30/2007 ConsUn). Com o realinhamento das ações perante as novas políticas de pesquisa e pós-graduação nacionais, as demandas regionais e competências internas, houve a criação do Escritório de Projetos (Resolução n.º 01/2007 Cepe), fruto da transformação do NAP; a definição de um sistema de incentivo à produção científica continuada (Resolução n.º 12/2007 Cepe); a atualização do Comitê de Ética em Pesquisa (Resolução n.º 19/2007 Cepe) ao revisar a Resolução n.º 11/03 Cepe, que havia institucionalizado o comitê. Houve também as revisões das resoluções de Pesquisa (Resolução n.º 09/2008 Cepe) e de Apoio ao Estudante para a Pesquisa, a qual abrange todas as modalidades institucionais de bolsa estudantil para os diferentes níveis de ensino (Resolução n.º 10/2008 Cepe). As resoluções de bolsas foram unificadas em uma única resolução (Resolução n.º 03/2016 Cepe), na qual são definidos os três programas: I – Programa Institucional de Iniciação Científica Junior (PIC Jr.); II – Programa Institucional de Iniciação Científica na Graduação (PIC); III – Programa Institucional de Formação Científica na Pós-graduação *stricto sensu* (PIC PG).

Concomitantemente ao seu processo de desenvolvimento institucional, a Univille vem aprimorando a concepção da pesquisa como uma das áreas de atuação da Universidade. Por um lado, há de se considerar que o avanço científico e tecnológico, decorrente de parcerias entre empresas, universidades, laboratórios e centros de pesquisa, afeta as atividades econômicas e sociais, e a aceleração da transformação tecnológica modifica as relações de poder entre os estados e a intensidade da competição entre as empresas, influenciando as demais tendências do sistema mundial. Além disso, e principalmente, deve-se levar em conta que o avanço científico e tecnológico afeta a vida de pessoas de diferentes sociedades e culturas, propiciando tanto soluções quanto novos questionamentos a serem investigados, o que contribui para o atual papel da Universidade de promover a identificação e o enfrentamento de problemas relevantes e contextualizados. Assim, além de visar ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do seu entorno, a Universidade precisa assumir o compromisso de construir um futuro mais humano, produtivo e promissor para as relações entre conhecimento científico e sociedade. Daí decorre a importância da pesquisa para a Universidade.

No âmbito institucional, a Univille destaca que a pesquisa deve ser desenvolvida progressiva e articuladamente com o ensino e com a extensão nos vários campos e níveis de conhecimento. Por meio de seus Projetos Pedagógicos, a Universidade concebe a pesquisa com ensino e com extensão e a pesquisa para o ensino e a extensão. Isso significa que a

indissociabilidade se concretiza na formulação de problemas a serem investigados, estudados e avaliados com base em uma concepção socialmente compartilhada de seus resultados. Dessa forma, a política institucional de pesquisa deve fomentar e fortalecer o conhecimento científico tanto como “princípio educativo” (DEMO, 2006) quanto como aquele promovido pela identificação, problematização, sistematização e interpretação de temas e fatos, repercutindo no desenvolvimento de novas tecnologias, sistemas, competências e paradigmas em favor da reflexão *sobre* e da compreensão *de* um mundo complexo (SOUSA, 2011). É com esse olhar que a Univille desenvolve seus preceitos de Ciência, procurando investigar, explorar e entender o desconhecido, integrado às demandas que emergem da sociedade. Tais aspectos conferem à Ciência uma característica envolvente, próxima da vida cotidiana, repleta de referências práticas; assim, a Ciência pode ser entendida como a arte de inovar (MALDONATO; DELL’ORCO, 2010; SOUSA, 2011).

Para que essa arte de inovar se transforme em realidade, faz-se necessário o compromisso com a produção de conhecimentos, que na visão de Mattos (2011) tem um caráter fiduciário, ou seja, parte de um conjunto de conhecimentos historicamente acumulados e que devem ser analisados em um esforço sistemático de crítica. Esse autor relata que a produção do conhecimento científico implica o exercício cotidiano da autocrítica e da antecipação da crítica dos pares, como também o exercício de receber a crítica dos pares e de criticá-los. Portanto, a busca pelo conhecimento surge quando se tem consciência de um problema e uma inquietação, visando a alternativas para sua resolução (MAZZILLI, 2011).

Destaca-se também a importância das abordagens inter e transdisciplinares. Considerando a natureza complexa e multidimensional dos problemas, a relação entre os saberes dinamiza e aprimora a produção de conhecimento e o coloca de forma mais condizente com as demandas da sociedade, proporcionando vivências que estimulam novos questionamentos sobre a realidade e novos conhecimentos, incentivando o movimento em direção a uma universidade socialmente referenciada (LOBATO; RODRIGUES; WANDERLEY JÚNIOR, 2012; MACIEL; MAZZILLI, 2010).

Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui um fator desencadeador do processo de ensino e aprendizagem, alimentado pelos conhecimentos produzidos, que ao serem praticados geram problemas de pesquisa e resultam em novos conhecimentos aplicáveis no ensino e na extensão, em um contínuo movimento articulado. Como consequência desse movimento, a pesquisa fortalece as áreas e linhas de pesquisa institucionais, os projetos pedagógicos, a inserção social da Universidade e, principalmente, a interação em rede com outras instituições e organizações científicas, requalificando a pertinência da Ciência na contemporaneidade. E neste mundo contemporâneo, pautado por uma economia globalizada, competitiva e sem fronteiras, de movimentos políticos e migratórios intensos, está evidente que a saúde econômica e social de qualquer país depende de sua decisão de participar da sociedade do conhecimento, de sua capacidade de produzir e incorporar conhecimento científico e tecnológico. Esse cenário requer que a Universidade adote um papel ativo e que potencialize a relação universidade-empresa e a transferência de conhecimento, de modo a contribuir para que o país alcance um desenvolvimento econômico e social ainda mais expressivo (BEREZA GARMENDIA; RODRIGUEZ CASTELLANOS, 2010).

Nesse contexto de inovação e tendo como balizadoras as diretrizes do Manual de Oslo (FINEP, 2004), tanto a pesquisa desenvolvida em parceria com empresas quanto os resultados de pesquisas realizadas no âmbito institucional devem ser disseminados. Destacam-se entre essas vias a criação de *spin-offs* acadêmicos e os processos de licenciamento e patenteamento. Acrescentam-se a isso as possibilidades de pré-incubação, incubação e até mesmo instalação

de empresas no Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq), idealizado e implantado em 2009 pela Furj, mantenedora da Univille, com o intuito de aproximar os atores da tríplice hélice da inovação (universidades, empresas e governos) em prol da inovação e do desenvolvimento regional sustentável. Assim a Furj/Univille começa a ganhar destaque como Universidade empreendedora. Portanto, a concepção de pesquisa da Univille remete às suas interfaces entre a formação de capital intelectual e a geração de riqueza. Com a definição do próximo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional, que compreende 2017 a 2026, fez-se necessária uma revisão da Política de Pesquisa. A revisão reitera a importância da pesquisa para a Universidade e considera a sua relevância para a sustentabilidade socioeconômica das comunidades em que a Univille atua.

2.6.2 Objetivos da pesquisa

A Univille, para alcançar sua finalidade, promove a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber (UNIVILLE, 2016).

Segundo o Estatuto da Universidade (UNIVILLE, 2016), a pesquisa constitui atividade permanente da Univille, devendo ser desenvolvida de forma progressiva e articulada com o ensino e a extensão nas várias áreas do saber, visando à produção de conhecimento. Para isso, a pesquisa da Univille tem como objetivos:

- **contribuir para a formação dos estudantes** por meio da sua participação em atividades que permitam o desenvolvimento do pensamento científico;
- **contribuir para a formação e a qualificação de profissionais** comprometidos com o exercício da cidadania e o pensamento crítico, preparados para enfrentar a realidade de modo proativo, inovador e empreendedor;
- **estimular abordagens e práticas investigativas inter e transdisciplinares**, contribuindo para a melhoria contínua das práticas docentes e dos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- **aprimorar, ampliar e valorizar o conhecimento científico** produzido na Universidade;
- **fomentar a inovação** de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, a geração de riqueza e para uma melhor distribuição de renda no país;
- **estimular o trabalho científico colaborativo e em rede** entre pessoas, instituições e outros agentes de mediação do conhecimento;
- **fortalecer os programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu***;
- **contribuir para a solução de problemas atuais e emergentes por meio de projetos e programas de pesquisa** que proporcionam a interação e a colaboração com a comunidade externa na construção do conhecimento;
- **qualificar a Univille perante a comunidade científica nacional e internacional como Instituição promotora de pesquisas científicas**, possibilitando a manutenção e o estabelecimento de parcerias e convênios de pesquisa.

2.6.3 Modalidades da pesquisa

A pesquisa é desenvolvida na Univille nas seguintes modalidades:

- Projetos de pesquisa;
- Programas de pesquisa.

2.6.3.1 Projetos de pesquisa

De acordo com o Project Management Institute (PMI, 2014, p. 3), “projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único”. Suas características fundamentais são:

- dispõe de um objetivo relacionado ao atendimento de uma demanda ou à resolução de um problema;
- o objetivo está associado à entrega de um produto, serviço ou solução;
- o início e o término são definidos;
- o término ocorre quando o objetivo é alcançado ou quando o projeto é encerrado porque seu objetivo não será ou não pode ser alcançado, ou quando a necessidade do projeto deixa de existir, ou por solicitação de encerramento por parte de quem demandou, patrocinou ou financiou o projeto;
- a sua execução ocorre por meio de um conjunto de etapas compostas por atividades que empregam métodos, técnicas e ferramentas;
- envolve a alocação de pessoas, equipamentos e recursos materiais e financeiros;
- dispõe de um cronograma e de um orçamento;
- exige um processo de gestão.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos pela Univille envolvem docentes, estudantes e outros profissionais da Instituição na investigação científica de problemas em temas das diversas áreas do conhecimento. Tais projetos de pesquisa são desenvolvidos nos cursos de graduação, cursos/programas de pós-graduação, atendendo a editais institucionais e editais de agências de fomento, além da possibilidade de serem desenvolvidos por meio de iniciativas voluntárias.

2.6.3.2 Programas de pesquisa

Conforme o Project Management Institute (PMI, 2014, p. 4), “programas são agrupados em um portfólio e englobam subprogramas, projetos ou outros trabalhos que são gerenciados de forma coordenada para apoiar o portfólio”. As características distintivas de um programa em relação a um projeto são:

- dispor de um objetivo mais amplo e relacionado a um tema que é comum aos diversos projetos que o desdobram;
- o objetivo está relacionado a benefícios mais amplos que dizem respeito mais diretamente às estratégias organizacionais;
- o início e o término são definidos, mas um programa abrange um período mais longo, no qual são desenvolvidos os projetos;
- dispõe de um plano e de um orçamento geral que orientam os planos e orçamentos dos projetos;
- o gerenciamento deve proporcionar uma visão e uma liderança global, bem como considerar o acompanhamento dos projetos.

Os programas de pesquisa desenvolvidos pela Univille envolvem docentes, estudantes e outros profissionais da Instituição por meio da articulação de atividades e projetos de pesquisa que compartilham a investigação científica em relação a um tema. Esses programas de pesquisa atendem a editais institucionais e editais de agências de fomento e têm sido viabilizados com a finalidade principal de fortalecer grupos e linhas de pesquisa em áreas consideradas estratégicas para a consolidação ou implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

2.6.4 Política de Pesquisa: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes

A Política de Pesquisa da Univille tem como objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

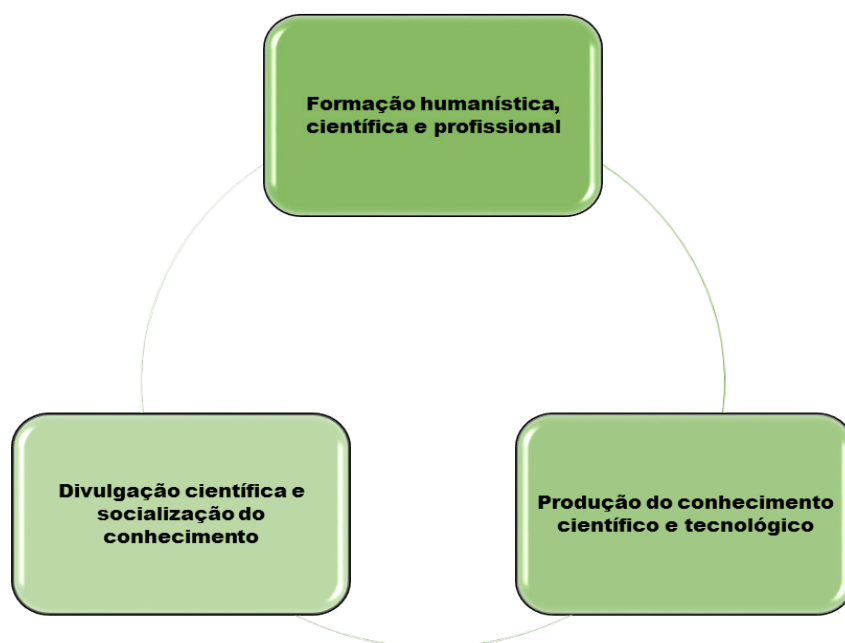
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 13):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 13 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: Primária (2016)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **Qualidade:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **Conduta ética:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;
- **Transparência:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteados-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Sustentabilidade:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;
- **Articulação social:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;
- **Relevância:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos PPGs, visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

2.6.4.1 Macroprocesso: formação humanística, científica e profissional

O papel da pesquisa na formação acadêmica diz respeito a sua aplicação como princípio educativo e à promoção de atividades que propiciem o desenvolvimento do pensamento científico pelos estudantes. A problematização da realidade e a sua descrição, interpretação e explicação com base no conhecimento científico permitem ampliar a compreensão e a visão de mundo. Além disso, abrem caminho para uma abordagem sistemática de busca de respostas a questões e soluções para problemas de forma contextualizada, articulando o mundo acadêmico ao profissional e social.

Dessa forma, os Projetos Pedagógicos devem descrever como serão materializadas no cotidiano curricular as atividades de pesquisa que promovam a desejada indissociabilidade e a formação humanística, científica e profissional. A atuação dos profissionais da educação superior e estudantes em tais atividades constitui uma oportunidade de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. A apropriação do conhecimento e de metodologias científicas existentes é um processo de aprendizagem e de sistematização de informações que, sob reflexão e análise de conhecimentos já existentes, permite aos indivíduos, sozinhos ou em grupo, gerar novos conhecimentos, corroborar e/ou refutar conhecimento estabelecido. As atividades de pesquisa promovem a aproximação da Universidade com a comunidade externa, a compreensão da realidade com base no conhecimento científico e a proposição de soluções para problemas reais, considerando o método científico.

Por fim, deve-se levar em conta que o desenvolvimento do pensamento científico contempla a conduta ética na pesquisa. Isso significa que na articulação entre ensino, pesquisa e extensão há um amplo espaço para o desenvolvimento de competências sociais que incluem o respeito aos direitos humanos e o compromisso com a sustentabilidade socioambiental.

Com base nessa perspectiva, é possível considerar como diretrizes:

- **Articulação entre teoria e prática:** propiciar ao estudante situações em que ele possa vivenciar as relações entre teoria e prática e refletir sobre elas;
- **Aproximação entre currículo, cidadania e profissão:** oportunizar a apropriação de conhecimentos, valores, atitudes, procedimentos e conceitos fundamentais para a participação ativa na sociedade e o exercício da profissão;
- **Aproximação entre currículo e formação científica:** oportunizar o desenvolvimento do pensamento científico;
- **Aproximação entre currículo e realidade social e profissional:** oportunizar o contato dos estudantes com a realidade social e profissional;
- **Experiências transformadoras:** compreender as atividades de pesquisa como estímulo à reflexão e à crítica, para além do espaço da sala de aula, favorecendo uma formação humanística, científica e profissional engajada com a transformação social;
- **Criatividade:** baseia-se no pensamento criativo para dirigir a resolução de problemas complexos, propondo soluções diferenciadas ou atreladas ao valor humano, ambiental e/ou social.

2.6.4.2 Macroprocesso: produção de conhecimento científico, cultural, artístico e tecnológico

A produção do conhecimento, guardadas as especificidades das diferentes áreas, caracteriza-se, em um nível operacional, pela organização de trabalho baseada por projetos. Ao considerarmos o conceito de gerenciamento de projetos, é possível adaptar a proposta do PMI (2014), que sugere um ciclo de vida para projetos que abrange:

- **Definição:** processo em que ocorre a problematização da realidade, levando em conta o conhecimento existente, a relevância do estudo e a identificação de questões de pesquisa que fundamentam a definição dos objetivos e metas que orientarão as demais etapas;
- **Planejamento:** procedimento em que se dá a especificação da metodologia, identificando etapas a serem executadas e o seu detalhamento em termos de atividades, procedimentos/técnicas e ferramentas/instrumentos para a coleta e análise de dados. O processo de planejamento abrange também a definição e a estimativa de recursos a serem utilizados, bem como a identificação das pessoas que participarão, resultando em um cronograma, um orçamento e um plano de pessoal. A conjugação dos processos de definição e planejamento em geral toma a forma de um documento denominado “Projeto”;
- **Execução:** processo de realização das atividades planejadas com vistas a alcançar os objetivos anteriormente definidos;
- **Acompanhamento e controle:** processo de avaliação contínua por meio da comparação entre o que foi planejado e o que está sendo realizado. O controle é exercido com vistas a corrigir eventuais desvios, seja pela alteração do que foi planejado, seja por meio da alteração da forma de execução das atividades;

- **Término:** processo de encerramento do projeto, com a prestação de contas em relação a análise dos dados e discussão dos resultados, alcance dos objetivos e metas e cumprimento dos prazos e do orçamento. Nessa etapa também é possível identificar oportunidades de melhoria nos procedimentos metodológicos e novos projetos. O encerramento de um projeto pode ser documentado em um “relatório”, o qual pode incluir uma “prestação de contas” aos órgãos financiadores do projeto.

Do ponto de vista dos produtos gerados por esse macroprocesso, é possível considerar uma variedade de itens, como: livros; capítulos de livros; material didático institucional; artigos em periódicos especializados; textos completos e resumos publicados em anais de eventos científicos; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas e técnicas; e inovações tecnológicas relevantes (MEC, 2015). Os indicadores relacionados aos produtos do macroprocesso “Produção do conhecimento científico, cultural, artístico e tecnológico” são empregados para a qualificação da pesquisa da Universidade pelo Sinaes, pela Capes e por entidades não governamentais. Essa qualificação incide diretamente sobre os processos de avaliação externa para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e credenciamento e credenciamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Além disso, o desempenho desse processo é importante insumo nos processos de avaliação institucional externa da Univille com fins de credenciamento institucional. Por fim, quanto às diretrizes, devem-se considerar:

- **Internacionalização:** pautada no intercâmbio dos conhecimentos sociais, culturais, artísticos e científicos, a internacionalização contribui para a integração das atividades de pesquisa a redes regionais, nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento;
- **Criatividade:** baseia-se no pensamento criativo para dirigir a resolução de problemas complexos, propondo soluções diferenciadas ou atreladas ao valor humano, ambiental e/ou social;
- **Trabalho em rede:** atuação articulada, integrada e sistemática, com pesquisadores nacionais e internacionais, buscando o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisa.

2.6.4.3 Macroprocesso: divulgação científica e socialização do conhecimento

Esse macroprocesso, visto sob a ótica da pesquisa, remete a dois conceitos e duas frentes de ação para promover a disseminação do conhecimento:

- **Divulgação científica enquanto socialização/compartilhamento no interior da comunidade científica:** ocorre por meio de relato sobre um experimento desenvolvido, sendo organizado no formato de artigo; livros e capítulos de livro acadêmico-científicos; textos completos e resumos em eventos, principalmente internacionais; material didático-institucional; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Esses relatos circulam no próprio meio científico, tornando-se, dessa forma, produzidos por especialistas e para eles, e ocorrem por meio das convenções linguísticas próprias ao jargão científico, ou seja, uma linguagem objetiva, concisa e formal (LEIBRUDER, 2000);
- **Divulgação científica enquanto discurso de transmissão de informação, socialização/compartilhamento com o público externo à comunidade científica:** realizada mediante a interseção de dois gêneros discursivos – o discurso da ciência e o do jornalismo. Nesse contexto, a divulgação científica opera uma espécie de tradução intralingual, na medida em que busca a equivalência entre o jargão científico e o jornalístico e oferece ao público leigo o contato com o universo científico por meio de uma linguagem que lhe seja familiar (LEIBRUDER, 2000).

No âmbito desse macroprocesso, as diretrizes a serem levadas em conta são:

- **Transparência:** assegurar a integridade e a qualidade de dados e o conhecimento adquirido e divulgado, norteando-se pelo conjunto de normas que regem a ética em pesquisa;
- **Respeito:** estima ou consideração que se demonstra ao divulgar as informações a outrem. É preciso dar atenção às informações tendo em vista o público que a receberá;
- **Reconhecimento:** dar o devido crédito a todos os envolvidos na atividade de pesquisa, sejam autores, financiadores e/ou apoiadores.

2.6.3 Financiamento da pesquisa

Para a operacionalização da pesquisa, faz-se necessário garantir recursos. Nesse sentido é que a Furj/Univille criou o Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e o Programa de Apoio à Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PAPGI), com vistas a destinar recursos para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, a Instituição capta recursos externos por meio da participação em editais, programas e parcerias governamentais e empresariais. Deve-se levar em conta ainda que docentes contam com apoio institucional na prospecção de oportunidades para captação de recursos, orientação para transferência de tecnologias e outros aspectos da propriedade intelectual. De maneira mais específica, é possível considerar que os recursos estão relacionados à formação científica, na forma de bolsas, e à produção do conhecimento e sua divulgação. Tais recursos são próprios (FAP/Univille) ou provenientes da aprovação de projetos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), nos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual de Santa Catarina, em parcerias Universidade-empresa, entre outros.

2.7 Política de Extensão

2.7.1 A extensão como área de atuação da Univille: histórico e concepção

As instituições de ensino superior vivenciam, em seu cotidiano, situações de alto grau de complexidade que descortinam possibilidades, mas também limitações para suas ações. A sociedade vem a cada dia exigindo ensino de qualidade, investigações transformadoras e relações efetivas de intervenções no seu meio.

Para que se possa pensar na extensão no país, é necessário que se reflita sobre o cenário que ora se apresenta, considerando:

- as questões socioeconômicas e políticas de um país que enfrenta os desafios de um contexto marcado pela desigualdade social e pelas contínuas transformações sociais;
- a desarticulação entre a educação básica e a educação superior;
- as discussões a respeito do papel da universidade na contemporaneidade;
- as contradições que se apresentam em relação ao papel da extensão nas instituições de ensino superior, na formação das pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem e na sua finalidade na relação entre universidade e comunidade;

- a necessidade de entender a extensão como espaço para a construção do conhecimento;
- o afastamento definitivo do conceito de extensão como assistencialismo em prol de uma perspectiva que compreenda as atividades extensionistas como promotoras da emancipação das pessoas e das comunidades.

Com base nos itens apresentados, é importante que se reflita sobre o conceito de extensão articulando-o ao próprio conceito de universidade e reforçando o vínculo com a pesquisa, com o ensino e com a identidade institucional compreendida por meio de sua visão, missão e valores.

Essa reflexão inicia-se destacando que o compromisso da Univille com a sociedade não se dá de forma direta, autônoma e voluntarista, mas articulada a um movimento de gestão e a uma dinâmica de compreensão que constituem forças mobilizadoras para a transformação social. A Universidade precisa ter um ouvido atento aos conhecimentos gerados e sistematizados na Instituição e outro aos rumores da realidade social. Para tanto, ela precisa aproximar-se de seu entorno e observar a realidade não apenas partindo da racionalidade ética, mas demonstrando competência social, gerencial, tecnológica e científica que possa contribuir para a sustentabilidade socioambiental.

É com essa perspectiva que se concebe a extensão na Univille, na busca constante de compartilhar um conhecimento que pense o mundo atual, que interrogue a realidade contemporânea e que atue considerando a responsabilidade socioambiental no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento sustentável, à melhoria da qualidade de vida, à inovação social e ao respeito aos direitos humanos.

No tocante à sua trajetória institucional, a extensão na Univille teve seu início na década de 1980, quando equipes de estudantes e docentes foram enviadas para o interior do Brasil, nas operações do Projeto Rondon. Posteriormente, concentrou-se na oferta de cursos de extensão para a comunidade em geral e para o atendimento de demandas oriundas das Secretarias de Educação Municipal e Estadual.

Em 1991 a proposta encaminhada ao Conselho Federal de Educação para o credenciamento da Univille discorria sobre a extensão em continuidade às atividades da Furj, voltando-se prioritariamente ao atendimento das necessidades regionais:

Obedecendo ao preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esta última deverá merecer, no Projeto Pedagógico da UNIVILLE, a mesma preocupação, pois é através desta atividade que se viabiliza a comunicação dos conhecimentos gerados pela pesquisa, à comunidade. É a extensão que socializa o conhecimento na universidade e realiza o “feedback” realimentador do ensino e da pesquisa (UNIVILLE, 1991a, p. 7).

Na referida proposta “A caminho da universidade”, o planejamento da extensão faz referência a oferta constante de cursos, palestras, prestação de serviços, trabalho de campo, assessorias técnicas e administrativas a prefeituras municipais da região, particularmente ações de educação continuada, determinantes para a vocação da futura universidade (UNIVILLE, 1991a, p. 22).

O Relatório de Serviços de Extensão e Pesquisa, também enviado ao Conselho Federal de Educação, apresentava a concepção de extensão e o quadro de projetos. Quanto ao conceito de extensão, o documento considera:

A extensão é o canal de comunicação com a sociedade no âmbito da socialização do conhecimento. É a função da Universidade que possibilita o aprendizado que ultrapassa os espaços eminentemente acadêmicos e intersecciona o

conhecimento científico e o conhecimento popular. Assim, viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, promovendo o fortalecimento e a avaliação do ensino e da pesquisa que diz respeito a sua relevância para a sociedade, bem como a avaliação da qualidade do saber produzido (UNIVILLE, 1991b, p. 15).

No documento citado, encontra-se o registro de três programas institucionais de extensão: Terceira Idade, Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) e Programa Institucional Arte na Escola (Piae). Os dois últimos compõem até hoje o quadro de programas de extensão da Instituição. Inicialmente, a Univille identificou-se com o conceito de extensão estabelecido no 1.º Encontro de Pró-Reitores de Extensão, realizado em 1987. Nesse encontro, a extensão era compreendida como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A princípio as atividades de extensão eram desenvolvidas pela Coordenadoria de Extensão, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. Posteriormente a Univille instituiu a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, levando em conta o crescimento e a importância da extensão sobretudo para instituições comunitárias.

Com a filiação da Univille em 2001 ao Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária (Forext), a Instituição passou a perceber a necessidade de criar políticas para a extensão e elaborar um planejamento estratégico para a área. Em parceria com as três coordenadoras dos programas de extensão universitária mais antigos da Univille, foram construídas, em 2002, as Políticas de Extensão e Assuntos Comunitários. Logo em seguida, a primeira resolução sobre a extensão foi aprovada pelos conselhos da Universidade, prevendo editais e trâmites para a participação de docentes e estudantes em programas e projetos de extensão. Subsequentemente foi institucionalizado o Fundo de Apoio à Extensão (Faex), que destinava 4% da receita líquida anual para sua operacionalização. Tanto as políticas quanto a resolução passaram por várias alterações no decorrer dos anos, sempre apoiadas nas discussões sobre as políticas nacionais de extensão e adaptando-se à realidade da Instituição e da comunidade. Com a elaboração das Políticas de Extensão e Assuntos Comunitários, a instituição da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e a criação do Faex, um novo impulso foi dado à extensão na Univille. Fruto da sinergia dessas decisões e ações, anualmente passou a ser publicado o edital institucional de extensão, permitindo a seleção, aprovação e execução de projetos de extensão coordenados por docentes e contando com a participação de estudantes. Além disso, ocorreu a consolidação de programas de extensão.

O desenvolvimento da extensão pode ser observado principalmente em relatórios anuais publicados pela Univille. A concepção atual de extensão não se afasta muito da encontrada nos documentos enviados ao Conselho Federal de Educação em 1991, todavia o espaço institucional ampliou-se e, atualmente, há uma descrição mais exata das interfaces que permeiam as atividades de extensão.

Considerando a dinâmica do processo de Planejamento Estratégico Institucional que propõe a discussão do futuro da Universidade no período de 2017 a 2026, fez-se necessária a revisão da Política de Extensão. Tal revisão levou a uma retrospectiva histórica, que permitiu constatar mais uma vez a importância para a Univille, no momento atual e no futuro, da extensão universitária.

2.7.2 Objetivos da extensão

A Univille, para alcançar suas finalidades, promove a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional (UNIVILLE, 2016). Assim, a extensão constitui atividade permanente da Univille, articulada ao ensino e à pesquisa, por meio do diálogo e do compartilhamento de conhecimentos, problemas e soluções com a comunidade (UNIVILLE, 2016). Para isso, a extensão da Univille tem como objetivos:

- **Promover a construção e a socialização de conhecimento;**
- **Promover o intercâmbio de conhecimentos entre a Universidade e a comunidade externa,** incentivando a autonomia e a apropriação de tecnologias desenvolvidas;
- **Contribuir para a formação do estudante** por meio da sua participação em atividades que o coloquem em contato com a realidade social e profissional;
- **Desenvolver as atividades de extensão em articulação com os colégios, os cursos de graduação e os programas/cursos de pós-graduação,** considerando a sua curricularização e inserção nos respectivos projetos pedagógicos;
- **Desenvolver parcerias** com os governos federal, estadual e municipal, bem como com organizações e instituições privadas e não governamentais nacionais, internacionais e estrangeiras com o intuito de promover atividades de extensão;
- **Atender às demandas relacionadas a treinamento e desenvolvimento por meio de cursos de extensão** nas diversas áreas do conhecimento;
- **Atender às demandas de prestação de serviços,** nas áreas de competência da Universidade, para os diversos segmentos da comunidade;
- **Socializar experiências e compartilhar conhecimento produzido na articulação da Universidade com a comunidade por meio de eventos** culturais, artísticos, esportivos e científicos;
- **Manter a interação com a comunidade externa por meio da participação em conselhos, fóruns e instâncias assemelhadas;**
- **Contribuir para a solução de problemas atuais e emergentes por meio de projetos e programas de extensão** que proporcionem a interação e a colaboração com a comunidade externa na construção do conhecimento.

2.7.3 Modalidades da extensão

Conforme a Política Nacional de Extensão Universitária (RENEX, 2012), a extensão deve levar em conta o desenvolvimento de atividades considerando as políticas públicas desenvolvidas e os grupos sociais na área geográfica de atuação da Instituição. Além disso, são consideradas áreas prioritárias da extensão (RENEX, 2012):

- Comunicação;
- Cultura;
- Direitos humanos e justiça;
- Educação;
- Meio ambiente;
- Saúde;
- Tecnologia e produção;
- Trabalho.

Na Univille, a extensão é desenvolvida com a participação de profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo nas seguintes modalidades:

- Cursos de extensão;
- Prestação de serviços;
- Eventos;
- Atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer;
- Projetos de extensão;
- Programas de extensão;
- Participação em conselhos, fóruns e outras instâncias da comunidade externa.

2.7.3.1 Cursos de extensão

O setor dos cursos de extensão está localizado na coordenação da Educação Permanente e Continuada. Tais cursos se caracterizam como de curta e média duração em diferentes áreas do conhecimento e têm o objetivo de atender às demandas das comunidades interna e externa.

2.7.3.2 Prestação de Serviços

A Prestação de Serviços caracteriza-se por atividades profissionais que abrangem consultorias, assessorias, treinamentos, análises laboratoriais e ambientais e locação de espaços que atendam às demandas da comunidade e promovam a atuação de profissionais da educação, pessoal administrativo e acadêmicos no diagnóstico de problemas e na proposição de soluções.

2.7.3.3 Eventos

Os Eventos visam propiciar às comunidades interna e externa o acesso e o compartilhamento de conhecimentos técnicos e científicos, bem como das expressões artísticas, culturais, esportivas e de lazer.

2.7.3.4 Atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Compreendem ações para a promoção e o desenvolvimento de um conjunto de atividades diversificadas nas áreas afins mencionadas, articuladas ao processo de ensino e aprendizagem, fortalecendo a relação entre Universidade e comunidade.

2.7.3.5 Projetos de extensão

Como no caso da pesquisa, é possível levar em conta o conceito proposto pelo Project Management Institute (PMI, 2014): “Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único”. Suas características fundamentais são:

- Dispõe de um objetivo relacionado ao atendimento de uma demanda ou à resolução de um problema;
- O objetivo está relacionado à entrega de um produto, serviço ou solução;
- O início e o término são definidos;

- O término ocorre quando o objetivo é alcançado ou quando o projeto é encerrado porque seu objetivo não será ou não pode ser alcançado, ou quando a necessidade do projeto deixa de existir, ou por solicitação de encerramento por parte de quem demandou, patrocinou ou financiou o projeto;
- A sua execução ocorre por meio de um conjunto de etapas compostas por atividades que empregam métodos, técnicas e ferramentas;
- Envolve a alocação de pessoas, equipamentos e recursos materiais e financeiros;
- Dispõe de um cronograma e de um orçamento;
- Exige um processo de gestão.

Os projetos de extensão desenvolvidos pela Univille envolvem docentes, estudantes, outros profissionais da Instituição e comunidade externa, com o intuito de promover a interação e o compartilhamento de conhecimento com vistas a propor e desenvolver produtos, serviços e soluções para demandas da realidade social. Esses projetos de extensão são desenvolvidos nos colégios, cursos de graduação e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de editais institucionais e editais de agências de fomento, além de iniciativas voluntárias.

2.7.3.6 Programas de extensão

Conforme o Project Management Institute (PMI, 2014, p. 4), os “programas são agrupados em um portfólio e englobam subprogramas, projetos ou outros trabalhos que são gerenciados de forma coordenada para apoiar o portfólio”. As características distintivas de um programa em relação a um projeto são:

- Dispõe de um objetivo mais amplo e relacionado a um tema que é comum aos diversos projetos que o desdobram;
- O objetivo está relacionado a benefícios mais amplos que dizem respeito mais diretamente às estratégias organizacionais;
- O início e o término são definidos, mas um programa abrange um período mais longo, no qual são desenvolvidos os projetos;
- Dispõe de um plano e de um orçamento geral que orientam os planos e orçamentos dos projetos;
- O gerenciamento deve proporcionar uma visão e uma liderança global, bem como considerar o acompanhamento dos projetos.

Os programas de extensão desenvolvidos pela Univille envolvem profissionais da educação, estudantes, pessoal administrativo e comunidade externa com o intuito de promover a interação e o compartilhamento de conhecimento com vistas a propor e desenvolver produtos, serviços e soluções relacionados a um tema. Esses programas de extensão são desenvolvidos nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, atendendo a editais institucionais e editais de agências de fomento, além de iniciativas voluntárias.

Projetos de extensão são conjuntos de atividades, com vigência determinada, que objetivam promover a interação social e o compartilhamento de conhecimentos específicos em uma determinada área e que podem ou não estar ligados aos programas de extensão.

Por fim, há de se considerar que, de acordo com a Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013), as instituições qualificadas como comunitárias devem manter programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e ao desenvolvimento dos estudantes e da comunidade (BRASIL, 2013).

2.7.3.7 Participação em conselhos, fóruns e outras instâncias da comunidade externa

Dada a natureza comunitária da Instituição, os programas de extensão têm vigência indeterminada, sujeitos a avaliação periódica dos resultados e a vinculação com cursos de graduação e de pós-graduação, envolvendo atividades de planejamento, execução, assessoria, consultoria e viabilização de projetos ligados ao ensino e à pesquisa que funcionam vinculados aos cursos.

2.7.4 Política de Extensão: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes

A Política de Extensão da Univille tem como objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

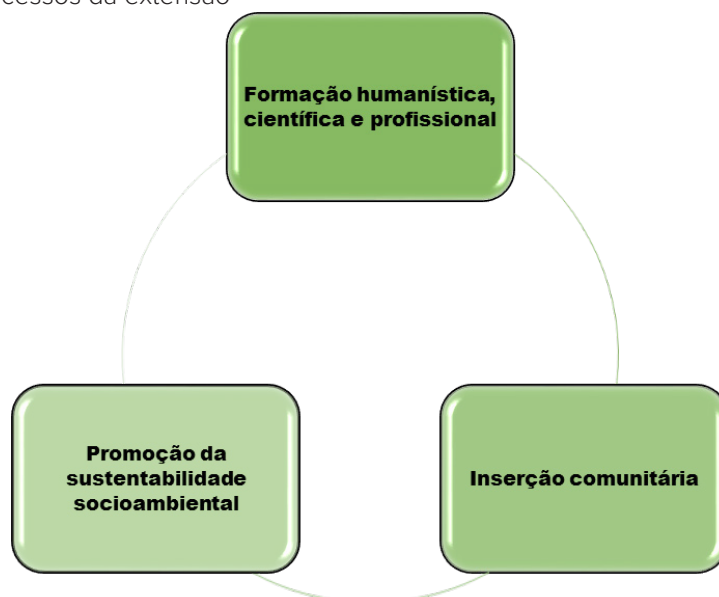
O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 14):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e proporcionando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 14 – Macroprocessos da extensão



Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas, entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **Qualidade:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **Conduta ética:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;
- **Transparência:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Sustentabilidade:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **Autonomia:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;
- **Pluralidade:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

2.7.4.1 Macroprocesso: formação humanística, científica e profissional

Ao discutir a extensão e o seu papel no processo formativo desenvolvido pela Universidade, compreende-se que as atividades inerentes às ações extensionistas desencadeiam processos de desenvolvimento no indivíduo, não só na formação inicial, mas ao longo da sua vida profissional. Nesse âmbito, a extensão possibilita o desenvolvimento de aspectos formativos, tais como: conhecimento da realidade, pensamento crítico, cidadania ativa, trabalho em equipe, senso de solidariedade e justiça social.

Assim, os Projetos Pedagógicos devem descrever como serão materializadas no cotidiano curricular as ações de extensão que promovam a desejada indissociabilidade e a formação humanística, científica e profissional. A atuação de profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo em atividades de extensão constitui uma oportunidade ímpar no processo de formação. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituído pela Lei n.º 13.005, de 25/6/2014, prevê que 10% da carga horária dos cursos de graduação deve contemplar atividades de extensão (BRASIL, 2014).

A formação propiciada pela Universidade deve ser efetivada em um horizonte de maior amplitude para que a profissionalização dos estudantes considere não apenas o desenvolvimento de competências técnico-profissionais, mas também competências sociais e gerenciais. Isso somente será possível quando ocorrer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com base nesses aspectos, podem-se conceber as seguintes diretrizes:

- **Articulação entre teoria e prática:** propiciar ao estudante situações em que ele possa vivenciar as relações entre teoria e prática e refletir sobre elas;
- **Aproximação entre currículo, cidadania e profissão:** oportunizar a apropriação de conhecimentos, valores, atitudes, procedimentos e conceitos fundamentais para a participação ativa na sociedade e o exercício da profissão;
- **Aproximação entre currículo e formação científica:** oportunizar o desenvolvimento do pensamento científico;
- **Aproximação entre currículo e realidade social e profissional:** oportunizar o contato dos estudantes com a realidade social e profissional;
- **Experiências transformadoras:** compreender as atividades de extensão como estímulo à reflexão e à crítica, para além do espaço da sala de aula, favorecendo uma formação humanística, científica e profissional engajada com a transformação social;
- **Criatividade:** baseia-se no pensamento criativo para dirigir a resolução de problemas complexos, propondo soluções diferenciadas ou atreladas ao valor humano, ambiental e/ou social.

2.7.4.2 Macroprocesso: inserção comunitária

Entendendo a extensão como um dos eixos que sustentam o próprio conceito de universidade, Imbernón (2011, p. 63) remete à estrutura dos cursos, dizendo que “a estrutura da formação inicial deve possibilitar uma análise global das situações educativas que, devido à carência ou insuficiência da prática real, limitam-se, predominantemente, a simulações dessas situações”.

Cabe acrescentar que a relação com o outro e sua realidade tem relevância quando se quer educar considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental. Para que se cumpra esse compromisso, Imbernón (2011, p. 64) entende que

o currículo formativo para assimilar um conhecimento profissional básico deveria promover experiências interdisciplinares que permitam [...] integrar os conhecimentos e os procedimentos das diversas disciplinas (ou disciplina) [...]. E isso será obtido facilitando a discussão de temas, seja refletindo e confrontando noções, atitudes, realidades educativas etc.

O desafio nasce da conjugação necessária entre os saberes científicos e os saberes sociais. Não há como ser um profissional sem a técnica, mas, em contrapartida, não há como excluir-se do mundo pela técnica. Se somente a técnica e os saberes científicos fossem suficientes, não seríamos humanos.

Sobre a alienação pela técnica, Freire (2001, p. 25-26) nos adverte:

Não devo julgar-me como profissional “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. [...] Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno. [...]

Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade –, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade.

Sabe-se que a universidade nasceu para cumprir o papel primeiro de ensinar, de preparar profissionais para a sociedade para que exerçam sua profissão, seja ela qual for, todavia acredita-se que devemos ir além da técnica, na direção do compromisso social, e fazer bom uso das atividades desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem a fim de que estas acrescentem algo para dar sentido a uma prática, entendida além do caráter utilitário. A convivência com atividades específicas das comunidades que dialogam com a universidade é de grande relevância para a aproximação necessária entre o compromisso técnico e científico e o compromisso social do profissional com sua realidade.

Por meio da extensão, a Universidade, ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional, vê a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, atividades, processos, projetos e programas, contribuindo para o desenvolvimento do país. Com base nessas premissas é que as atividades de extensão são consideradas instrumentos de mudança das próprias instituições onde se desenvolvem e nas comunidades em que se inserem. Diante disso, é possível destacar as seguintes diretrizes:

- **Integração entre universidade e comunidade:** comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional para renovar constante e criativamente sua própria estrutura, atividades, processos, projetos e programas, construindo um relacionamento duradouro com a comunidade por meio da interação e da colaboração;
- **Socialização do conhecimento:** compartilhar o conhecimento construído na Universidade e o conhecimento construído pela comunidade, promovendo a socialização dos saberes em via de mão dupla;
- **Diálogo com a comunidade:** participar da comunidade por meio de uma relação em que haja troca concreta dos saberes construídos pela Universidade e dos produzidos pela comunidade.

2.7.4.3 Macroprocesso: promoção da sustentabilidade socioambiental

A Univille, dentro de uma concepção contemporânea de universidade, compreende a necessidade de promover uma formação humanística, científica e profissional que permita aos estudantes desenvolver competências sociais, técnico-profissionais e gerenciais que os habilitem a atuar profissional e socialmente considerando o compromisso com a sustentabilidade socioambiental. Para Chauí (2001, p. 5):

[...] o reconhecimento e a legitimidade social da universidade vinculam-se, historicamente, a sua capacidade autônoma de lidar com as ideais, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento. Ao se apresentar, portanto, como o lugar privilegiado no qual, por um lado, pode-se acolher sistematizar e socializar conhecimento e, por outro, produzir saberes e conhecer os métodos de sua construção, a universidade ocupa um lugar imprescindível para transformações necessárias no mundo da vida por meio da construção de conhecimento.

A universidade é esse lugar propício para socializar, descobrir, construir conhecimento, mas, sobretudo, é espaço para dialogar sobre o conhecimento, para questioná-lo, para descobrir que ele pode não ser gerado somente pela universidade, mas também pelos atores que fazem parte do cotidiano desse espaço “privilegiado” para o desenvolvimento de saberes (SÍVERES, 2006, p. 232).

A necessidade do conhecimento vem também da observação dos entornos sociais. É tempo de, mais do que observar e promover discussões que possam encontrar soluções, criar outra relação universidade/comunidade que caminhe na direção da materialização de tais soluções eficientes e eficazes e que tenham compromisso com as questões socioambientais.

Com relação ao conhecimento construído, a extensão tem o papel de propagá-lo, colocando-o a serviço do desenvolvimento humano e social. Esse processo tem a finalidade de potencializar as competências e capacidades humanas e o uso dos recursos naturais, econômicos e sociais, transformando as estruturas pessoais e sociais em projetos que promovam qualidade de vida, por meio da construção participativa e solidária de todos os sujeitos sociais (SÍVERES, 2006). Considerando a identidade comunitária da Univille, faz parte de sua natureza responder às demandas da sociedade, atuando em sinergia com a comunidade regional e contribuindo para o crescimento social, econômico e cultural, principalmente local e regional. Compreendendo a realidade de modo sistêmico, constrói-se, de maneira colaborativa, metodologias adequadas, fortalecendo uma rede de iniciativas, em vista da autogestão e da sinergia dos recursos locais para seu desenvolvimento (SÍVERES, 2006). Nesse desafio de produzir uma extensão que realmente transforme a realidade, abordagens colaborativas, inovadoras e empreendedoras são fundamentais, para além dos saberes necessários.

A produção colaborativa é caracterizada por ações que exigem um olhar e uma atuação desprendida de um ponto de vista único. É aquela que entende o ser humano e as relações que ele estabelece com o ambiente com base em sua história, no contexto social, político, econômico e cultural em que ele está inserido. Além disso, essas ações procuram perceber e entender a dimensão de seu campo de atuação específico, para que tanto os indivíduos em formação quanto os indivíduos com os quais estes interagem possam ser atendidos nas dimensões físicas, intelectuais e emocionais. A inovação, por sua vez, é fenômeno da aprendizagem, exige experimentação e pode estar associada a três resultados: produtos, processos ou serviços. Nesse sentido, significa que a aprendizagem e o conhecimento estão mediando as novas ideias, e por isso as instituições que têm capacidade para inovar estarão sempre mais bem preparadas para responder rapidamente às mudanças e elaborar novos produtos do que aquelas que persistirem em realizar as ações do mesmo modo (JIMÉNEZ-JIMÉNEZ; SANZ-VALLE, 2011). Nas práticas extensionistas é preciso estar atento a essa experimentação e mediação que constroem novos caminhos e soluções, sobretudo no que diz respeito à inovação tecnológica e social, sem deixar de considerar a responsabilidade socioambiental.

Por fim, o empreendedorismo constitui uma importante forma de transformar a realidade social com base no conhecimento construído na relação entre a Universidade e a comunidade. Para Hisrich, Peters e Shepherd (2014), empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal. O empreendedorismo pode estar associado à inovação e ocorrer nas organizações ou por meio da criação de novos empreendimentos, com vistas a ofertar produtos e serviços. O empreendedorismo social e o empreendedorismo sustentável têm obtido destaque, na medida em que estão alinhados com a perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

Com base nessas considerações, pode-se chegar às seguintes diretrizes:

- **Solidariedade:** considerar a melhoria da qualidade de vida das pessoas levando em conta a responsabilidade socioambiental;
- **Autonomia:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;

- **Criatividade:** baseia-se no pensamento criativo para atingir a resolução de problemas complexos, propondo soluções diferenciadas ou atreladas ao valor humano, ambiental e/ou social;
- **Empreendedorismo:** promover o desenvolvimento de soluções, produtos e serviços considerando a sustentabilidade socioambiental.

2.7.5 Financiamento da extensão

Para a operacionalização da extensão, faz-se necessário garantir recursos, institucionais ou externos, para viabilizá-la com a desejada qualidade. Nesse sentido é que a Furj/Univille criou o Fundo de Apoio à Extensão (Faex), destinando um percentual da receita líquida anual para sua operacionalização. Por outro lado, a Instituição considera o financiamento da extensão com base em alguns aspectos adicionais:

- Garantir orçamento institucional anual que assegure a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes dessa política, a fim de viabilizar as atividades de extensão, subsidiando a implementação de carga horária docente, bolsas de extensão para discentes, custeio de atividades, entre outros;
- Incentivar os docentes a construir propostas institucionais que envolvam graduação e pós-graduação, integrando diferentes áreas e possibilitando a conjugação de esforços orçamentários na realização das atividades de extensão;
- Incentivar e apoiar os docentes na captação de recursos, seja submetendo propostas a editais externos, seja estreitando o relacionamento com empresas e órgãos de diferentes naturezas, na busca de parceiros;
- Apoiar a participação institucional em fóruns representativos de extensão, objetivando o estreitamento de laços, o alinhamento das políticas e demandas das Ices, bem como a articulação de propostas conjuntas.

2.8 Política de Gestão Institucional

2.8.1 A gestão da Univille: concepção

Pela perspectiva clássica, que remonta ao início do século XX com os trabalhos de Taylor e Fayol, a gestão pode ser compreendida como o processo de planejamento, organização, liderança e controle de atividades e recursos com vistas à consecução de objetivos e ao alcance de metas preestabelecidas. Essa perspectiva, caracterizada por uma visão sequencial das atividades e uma concepção racionalista, hierarquizada e rígida do processo decisório, foi sendo atualizada ao longo do tempo, podendo-se destacar as contribuições de pesquisas sobre o cotidiano da gestão (MINTZBERG, 2010) e os desafios das organizações na atualidade (DAFT, 2010).

Para Mintzberg (2010), a gestão abrange uma série de atividades simultâneas e inter-relacionadas, além daquelas propostas na perspectiva clássica. Isso exige o desempenho de diferentes papéis agrupados em:

- **Papéis interpessoais:** a gestão abrange atividades que devem promover relações interpessoais e interinstitucionais dentro e fora da organização;
- **Papéis de informação:** a gestão contempla atividades que dizem respeito à obtenção e transmissão de informações dentro da organização e também entre a organização e o ambiente externo e vice-versa;
- **Papéis de tomada de decisão:** a gestão inclui a resolução de problemas e a tomada de decisões sobre novos empreendimentos e alocação de recursos, bem como sobre distúrbios e negociações dentro e fora da organização.

Adicionalmente há desafios contemporâneos a que as organizações estão sujeitas e que vêm exigindo mudanças em suas estruturas e funcionamento (DAFT, 2010), o que por certo afeta a concepção de gestão. Para Daft (2010), os desafios atuais das organizações incluem:

- **Globalização:** esse desafio diz respeito ao avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que têm permitido uma maior interconexão entre mercados, tecnologias e organizações, implicando uma maior interdependência, complexidade e competitividade;
- **Velocidade de resposta:** esse desafio está relacionado ao tempo de resposta das organizações, considerando a rapidez com que na atualidade ocorrem mudanças no contexto de atuação, crises organizacionais ou mudanças nas expectativas da sociedade;
- **Ambiente de trabalho digital:** a gestão também precisa levar em conta que a estrutura e o funcionamento das organizações contemporâneas, bem como o mundo do trabalho, são transformados pelo uso das TICs. Pode-se afirmar que o ambiente de trabalho atual é fortemente orientado pela tecnologia, impondo à gestão a responsabilidade por uma teia de relacionamentos que ultrapassa os limites físicos das organizações, construindo ligações virtuais flexíveis entre a organização e seus empregados, fornecedores, parceiros e clientes. A metáfora da *web* traz para o mundo do trabalho a expectativa de uma maior interação, colaboração, flexibilidade e horizontalização nas relações;
- **Diversidade:** esse desafio está relacionado à forma de construir relações dentro e fora das organizações que considerem o respeito às diferenças, à necessidade de lidar construtivamente com os conflitos decorrentes das diferenças e à busca de formas de desenvolvimento das potencialidades relacionadas à heterogeneidade dos grupos humanos;
- **Ética e responsabilidade social:** esse desafio refere-se à ética e à responsabilidade social dentro e fora das organizações, sobretudo a partir da crescente preocupação com o combate à corrupção em instituições, governos e empresas privadas e com a necessidade de ações em escala global relacionadas ao compromisso das organizações com os direitos humanos e com a sustentabilidade socioambiental.

Considerando a evolução da perspectiva clássica de gestão com base nas contribuições relacionadas aos papéis gerenciais (MINTZBERG, 2010) e aos desafios atuais das organizações (DAFT, 2010), é possível caminhar na direção de uma concepção sistêmica de gestão. Essa perspectiva sistêmica destaca o conceito de coordenação, a horizontalização das relações organizacionais e o *empowerment* das pessoas, por meio do compartilhamento de informações, da delegação de autonomia para tomada de decisões e da participação ativa das pessoas, assumindo responsabilidades e liderança de forma compartilhada (HILSDORF, 2010). A isso se podem acrescentar o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem no trabalho e a avaliação de desempenho das pessoas associada às suas competências profissionais e sociais e ao alcance de metas alinhadas às da organização. De outra forma, a gestão compreende também as atividades de coordenação, acompanhamento e avaliação do trabalho das pessoas, o desenvolvimento de equipes (LIBÂNEO, 2010) e a promoção de um clima organizacional favorável à aprendizagem e à inovação. Assim, a gestão institucional diz respeito, por um lado, a

planejamento, organização, liderança, supervisão/acompanhamento e avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Univille, considerando o alinhamento com a identidade institucional e os objetivos e metas estratégicos da Universidade. Por outro lado, relaciona-se à coordenação das pessoas e das atividades e recursos por meio do exercício, pelos gestores, de papéis interpessoais, de informação e de decisão que promovam o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas e das equipes da Instituição, de forma alinhada ao desenvolvimento institucional.

2.8.2 Objetivos da gestão institucional

Considerando a concepção caracterizada anteriormente, a gestão institucional tem como objetivos:

- **Viabilizar e dar suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão**, considerando a legislação, as regulamentações internas e a melhoria contínua da qualidade, incluindo o desempenho institucional no Sinaes;
- **Definir objetivos e metas, bem como planejar ações para alcançá-los**, com base nas demandas externas e nas capacidades e competências internas, observando o PEI e o PDI;
- **Organizar e disponibilizar recursos** considerando a sua gestão e utilização de forma sustentável;
- **Coordenar, supervisionar/acompanhar e avaliar o trabalho das pessoas e das equipes**, fornecendo *feedback* que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional e o alinhamento dos objetivos e metas pessoais aos da Instituição;
- **Promover o desenvolvimento de equipes**;
- **Promover um clima organizacional favorável à aprendizagem e à inovação**;
- **Acompanhar e controlar a execução de processos, projetos e programas** com o intuito de garantir a consecução de objetivos e o alcance de metas previamente definidas;
- **Avaliar atividades, processos, projetos e programas** no que diz respeito a sua execução e aos seus resultados a fim de atuar na prevenção e solução de problemas e na implementação de melhorias.

2.8.3 Níveis da gestão institucional

No que concerne à gestão da Univille, o Estatuto da Universidade prevê que a administração universitária está organizada em (UNIVILLE, 2016):

- geral;
- dos *campi*;
- das unidades;
- dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- dos órgãos complementares e suplementares;
- das demais áreas da Universidade.

2.8.4 Política de Gestão Institucional: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes

A Política de Gestão Institucional da Univille tem como objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade, no que diz respeito à gestão tanto das atividades-fim como das atividades-meio.

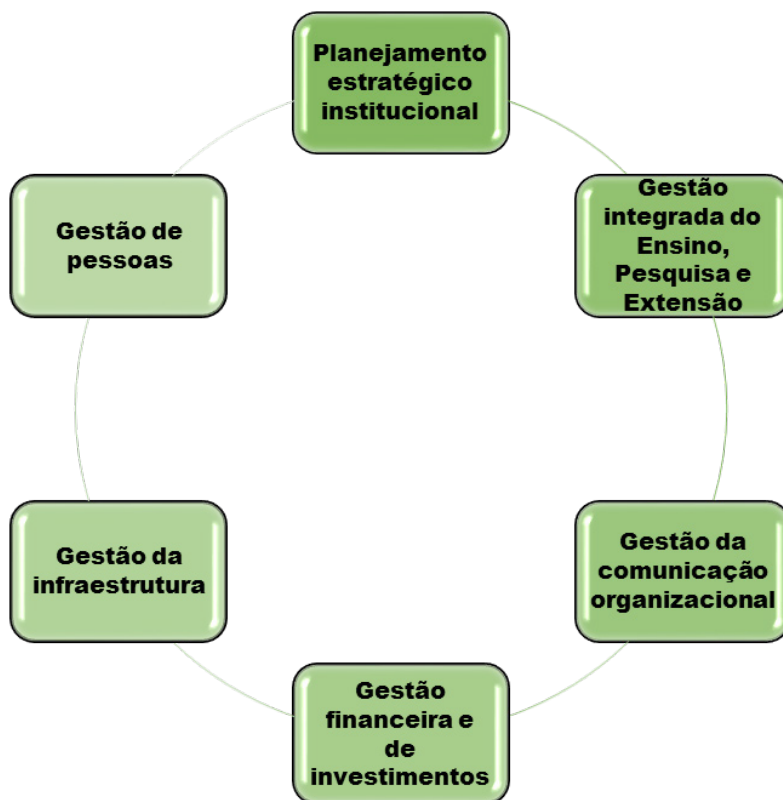
O público-alvo contemplado por essa política é constituído pelos gestores e assessores da Instituição. Além disso, abrange ainda os profissionais da educação e o pessoal administrativo da Universidade, já que estão envolvidos em diferentes atividades referentes à gestão institucional.

Tal política considera os macroprocessos (figura 15):

- Planejamento Estratégico Institucional;
- Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão;
- Gestão de pessoas;
- Gestão financeira e de investimentos;
- Gestão da infraestrutura;
- Gestão da comunicação organizacional.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da gestão alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 15 – Macroprocessos da gestão institucional



Fonte: Primária (2016)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas, entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, as quais se encontram descritas a seguir:

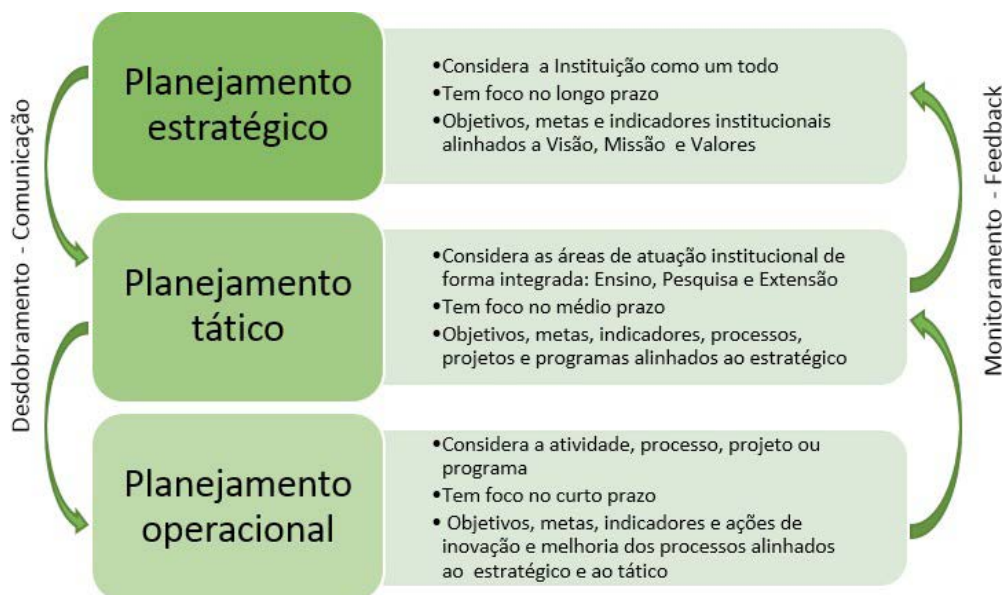
- **Integração com ensino, pesquisa e extensão:** a gestão institucional em seus diversos níveis está a serviço das atividades-fim da Univille, promovendo a integração de pessoas, recursos, atividades, processos, projetos e programas com o intuito de alcançar os objetivos e metas estratégicos;
- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** a gestão institucional em seus diferentes níveis contribui para a integração e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- **Representatividade e participação:** participação das comunidades interna e externa, por meio de suas representações em fóruns previstos no Estatuto e Regimento da Instituição, tais como conselhos, colegiados, comitês, comissões e grupos de trabalho;
- **Qualidade:** gerenciar, executar e avaliar atividades, processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **Transparência:** informações e decisões pertinentes aos diversos níveis institucionais são distribuídas e comunicadas por meio de mecanismos previstos regimentalmente e pelos canais de comunicação institucionais;
- **Atendimento a demandas sociais:** considerar o papel da Univille no atendimento de demandas sociais considerando missão, visão, princípios e valores institucionais;
- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Sustentabilidade:** busca do equilíbrio administrativo-financeiro sem perder de vista o atendimento dos requisitos de qualidade que as comunidades interna e externa demandam em relação aos serviços oferecidos pela Univille.

2.8.4.1 Macroprocesso: Planejamento Estratégico Institucional

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Univille é o processo participativo contínuo de análise do ambiente interno e do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando objetivos, metas, indicadores e estratégias com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, considerando sua missão e valores e concretizando a sua visão.

O PEI tem sido organizado em ciclos de dez anos. Por intermédio da análise dos ambientes internos e externos e da missão, visão e valores institucionais, são definidos objetivos, metas e estratégias da Universidade que, por sua vez, são desdobrados em objetivos, metas e planos de ação táticos e operacionais (figura 16). A consecução dos objetivos e o alcance das metas ocorrem por meio de melhorias nos processos e pelo desenvolvimento de projetos e programas estratégicos. O monitoramento da execução proporciona um *feedback* sobre o alinhamento de atividades, processos, projetos e programas em relação à estratégia e à consecução dos objetivos e ao alcance de metas. Esse monitoramento e *feedback* permite que se decida sobre mudanças no que foi planejado ou ainda sobre alterações na forma de execução, oferecendo a necessária flexibilidade diante de mudanças no cenário externo ou na realidade interna institucional. O PEI é coordenado pela Reitoria, e seus principais objetivos são a elaboração e a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Figura 16 – Relação entre planejamentos estratégico, tático e operacional



Fonte: Primária (2016)

O PDI é o documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos, de acordo com a legislação educacional vigente. O PDI contempla o cronograma e a metodologia de implementação de objetivos, metas e ações, de acordo com a legislação educacional vigente, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a melhoria contínua da qualidade e o orçamento. O PDI e suas atualizações são submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Universitário no ano anterior ao início de sua vigência, sendo então encaminhados aos órgãos externos reguladores nos prazos estabelecidos pela legislação.

No que diz respeito ao PEI, as seguintes diretrizes são consideradas:

- **Evolução:** levar em conta o desenvolvimento institucional como processo evolucionário com o intuito de não apenas atender a demandas identificadas, mas também atuar prospectivamente e de forma proativa na comunidade externa;
- **Viabilidade:** considerar o planejamento orçamentário e a disponibilidade financeira institucional no que diz respeito a atividades, processos, projetos e programas estratégicos.

2.8.4.2 Macroprocesso: gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão

Um dos princípios adotados pela Univille em sua organização diz respeito à integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão (UNIVILLE, 2016). Ao considerarmos uma abordagem sistêmica da gestão, observa-se que a integração é um dos seus aspectos fundamentais. Integrar significa fazer parte de um todo e levar em conta que a sinergia propicia que “o todo seja mais do que a soma das partes”. Conforme Chalmeta, Campos e Grangel (2001), a integração organizacional inclui a integração de atividades, decisões, recursos e fluxo de informações em um sistema único, de forma que tudo se comporte de maneira coordenada para que os objetivos e metas estratégicos sejam alcançados.

É possível então considerar que a integração organizacional precisa levar em conta a integração de recursos e de atividades. Conforme Das (1992), a integração orientada a recursos diz respeito à integração de equipamentos e instalações, e a orientada a atividades abrange

processos, informações, controle e produtos. Além disso, há de considerar que a integração organizacional também engloba o que O’Sullivan (1992) categorizou como integração técnica e integração social. Ou seja, a integração técnica envolve a integração de subsistemas técnicos (dados e equipamentos), e a social refere-se à integração de pessoas, suas ideias e o processo decisório.

No tocante à Universidade, a integração organizacional, em todas as suas perspectivas, é necessária para que se concretize outro princípio fundamental: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, é por meio de uma gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão que se promove a indissociabilidade, sobretudo pela integração social das pessoas que compõem a Universidade em torno da identidade institucional e dos objetivos e metas estratégicos.

Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos desdobram a identidade institucional no cotidiano da Universidade, não sendo apenas documentos, mas processos coletivos cuja gestão deve proporcionar a integração das pessoas e de recursos, atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de proporcionar um processo de ensino e aprendizagem que contribua para o desenvolvimento de competências sociais, técnico-profissionais e de gestão pelo estudante.

Diante do exposto, a gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão pode ser desdobrada em diferentes âmbitos ou níveis de abrangência, considerando os processos, projetos e programas a que tal política diz respeito, conforme o quadro 12.

Quadro 12 – Desdobramento do macroprocesso “Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão”

Nível de abrangência	Processos, projetos e programas envolvidos	Atores envolvidos
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento Estratégico Institucional • Plano de Desenvolvimento Institucional • Projeto Pedagógico Institucional • Gestão Superior • Avaliação Institucional 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros dos conselhos superiores • Membros da Reitoria e das diretorias de <i>campi</i>
Cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação • Gestão dos Cursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenador de Área • Colegiado, coordenador, NDE do curso • Docentes, preceptores, tutores, instrutores, pessoal administrativo Estudantes
Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pedagógico dos Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> • Gestão da Pós-Graduação <i>lato sensu</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenador de área • Coordenadores de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> • Docentes, preceptores, tutores, instrutores, pessoal administrativo Estudantes
Programas/cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pedagógico dos Programas/Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> • Gestão dos Programas/Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Colegiado, coordenador do programa/curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> • Docentes, preceptores, tutores, instrutores, pessoal administrativo Estudantes

Continua...

Continuação do quadro 12

Nível de abrangência	Processos, projetos e programas envolvidos	Atores envolvidos
Colégios Univille	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Pedagógico dos Colégios Gestão dos Colégios 	<ul style="list-style-type: none"> Diretores e equipe de apoio dos colégios Docentes Pais e responsáveis Estudantes
Projetos e programas de ensino, pesquisa e/ou extensão	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenador de projeto/programa de ensino Docentes, tutores, preceptores, instrutores, pessoal administrativo Estudantes
Processos organizacionais	<ul style="list-style-type: none"> Gestão por processos 	<ul style="list-style-type: none"> Gestores, assessores, docentes, tutores, preceptores, instrutores, pessoal administrativo
Componentes curriculares	<ul style="list-style-type: none"> Processo de ensino e aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> Docentes, tutores, preceptores, instrutores, pessoal administrativo Estudantes

Fonte: Primária (2016)

No âmbito institucional, bem como dos cursos de graduação, programas/cursos de pós-graduação e colégios, observa-se que o Projeto Pedagógico (PP) é o elemento que fundamenta a gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão. A concepção, execução, avaliação e evolução do Projeto Pedagógico implica o desdobramento do macroprocesso de gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão nos seguintes processos (figura 17):

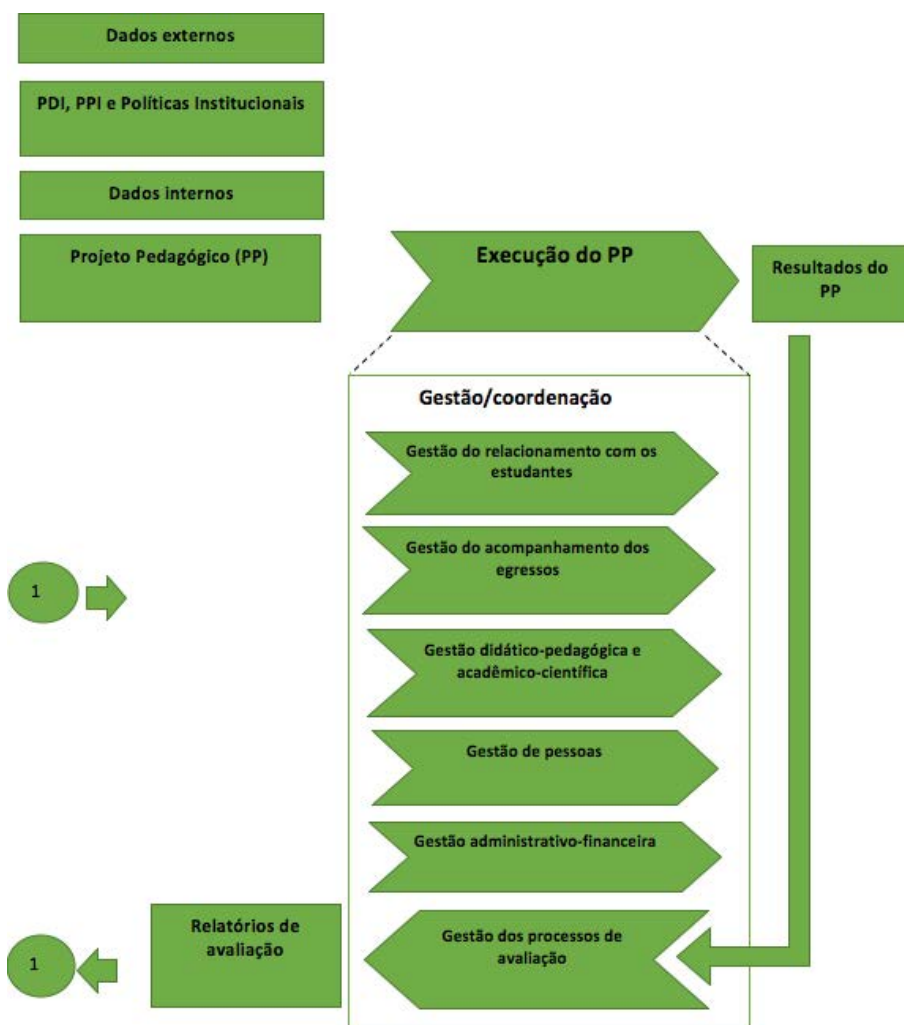
- **Gestão do relacionamento com os estudantes:** envolve a captação, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando a Política de Relacionamento com os Estudantes (UNIVILLE, 2014b);
- **Gestão didático-pedagógica e acadêmico-científica:** considera a coordenação da organização didático-pedagógica, do corpo social e da infraestrutura com o intuito de desenvolver um processo de ensino e aprendizagem de qualidade do ponto de vista da comunidade e de acordo com sistemas de avaliação externa dos órgãos governamentais;
- **Gestão do acompanhamento dos egressos:** envolve o desenvolvimento de ações que busquem a fidelização do egresso e a relação com empresas e organizações nas áreas de atuação dos graduados, levando em conta a Política de Acompanhamento dos Egressos (UNIVILLE, 2015a);
- **Gestão de pessoas:** envolve o desenvolvimento, a profissionalização e a avaliação contínua do desempenho de docentes, tutores, preceptores e pessoal administrativo, considerando a Política de Gestão de Pessoas (UNIVILLE, 2015b);
- **Gestão administrativo-financeira:** considerando a sustentabilidade financeira, leva em conta a gestão orçamentária, a participação na gestão dos investimentos, o acompanhamento e controle de indicadores de desempenho administrativo-financeiro e ações de melhoria com base em metas institucionais, dos comitês de área e do curso;

- **Gestão dos processos de avaliação:** considera os processos de autoavaliação e os de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de regulação, avaliação e supervisão da educação.

No âmbito dos processos organizacionais e dos projetos e programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, é possível considerar os processos de:

- **Gestão de projetos e programas:** consiste na definição, no planejamento, na execução, no acompanhamento e controle e na avaliação e término de projetos e programas levando em conta um conjunto de competências, técnicas, ferramentas e recursos que devem ser articulados com o intuito de promover o sucesso do projeto em termos da entrega de resultados e cumprimento de requisitos que incluem prazos, qualidade, custos e retorno sobre investimentos (PMI, 2014);
- **Gestão por processos:** consiste na coordenação de conjuntos de atividades organizacionais, sobretudo as executadas por diversas equipes de diferentes áreas da Universidade. A gestão por processos está fundamentada em um conjunto de indicadores que propiciam a avaliação do desempenho do processo e subsidiam a melhoria contínua (*kaizen*) por meio do emprego de modelos e ferramentas, tais como o ciclo *plan-do-check-act* (PDCA) (WOOD JR., 2001).

Figura 17 – Gestão do Projeto Pedagógico



Fonte: Primária (2016)

Com a caracterização do macroprocesso “Gestão integrada de ensino, pesquisa e extensão”, é possível apresentar as seguintes diretrizes:

- **Construção coletiva e contextualizada:** assegurar que a concepção, a implementação e o desenvolvimento de atividades, processos, projetos e programas se deem coletivamente, possibilitando atendimento às demandas do contexto social e profissional, considerando o disposto no PDI;
- **Aproximação entre currículo, cidadania e profissão:** oportunizar a apropriação de conhecimentos, valores, atitudes, procedimentos e conceitos fundamentais para a participação ativa na sociedade e o exercício da profissão;
- **Aproximação entre currículo e formação científica:** oportunizar o desenvolvimento do pensamento científico;
- **Aproximação entre currículo e realidade social e profissional:** oportunizar o contato dos estudantes com a realidade social e profissional;
- **Atualização curricular:** assegurar a atualização de projetos e programas, perante as necessidades sociais e legais, considerando o conceito de inovação pedagógica e curricular previsto nas regulamentações institucionais;
- **Atualização de recursos tecnológicos e bibliográficos:** assegurar a atualização tecnológica e o acesso a bases de dados atualizadas pelos projetos e programas;
- **Relacionamento no processo de ensino e aprendizagem e nos projetos e programas:** destacar a importância do relacionamento entre estudantes, docentes, tutores, preceptores e instrutores, objetivando a aprendizagem de forma interativa e colaborativa;
- **Trabalho em equipe:** destacar a importância do relacionamento entre os participantes de projetos e programas com vistas ao desenvolvimento de equipes ou grupos que produzam de forma colaborativa e em rede;
- **Acompanhamento:** acompanhar a implementação de atividades, processos, projetos e programas, visando alcançar os objetivos e metas institucionais;
- **Avaliação e melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem, projetos e programas:** definir as formas de avaliação, estabelecendo instrumentos nas perspectivas diagnóstica, formativa e somativa, visando ao replanejamento do processo de ensino e aprendizagem, projetos e programas;
- **Viabilidade:** considerar o planejamento orçamentário e a disponibilidade financeira institucional no que diz respeito a implementação de atividades, processos, projetos e programas.

2.8.4.3 Macroprocesso: gestão de pessoas

A Univille desenvolve suas atividades por meio de pessoas que desempenham diversos papéis profissionais: gestores, assessores, docentes, preceptores, tutores, instrutores e pessoal administrativo. Esses profissionais são contratados pela fundação mantenedora considerando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e as regulamentações internas. A perspectiva da gestão de pessoas é a do desenvolvimento profissional e pessoal com vistas à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e à promoção da qualidade de vida no trabalho. A Instituição dispõe de uma Política de Gestão de Pessoas (UNIVILLE, 2015b) que caracteriza os processos e diretrizes norteadores das ações de todos os gestores e profissionais da Instituição.

2.8.4.4 Macroprocesso: gestão financeira e de investimentos

A gestão financeira e de investimentos ocorre em consonância com as deliberações da fundação mantenedora. Anualmente é elaborada a proposta orçamentária, que considera a análise dos resultados financeiros dos anos anteriores e das previsões para o ano seguinte, relativas ao número de matrículas, reajuste do valor das anuidades e/ou semestralidades escolares, concessões de bolsas de estudo, reajuste salarial dos empregados, previsão de custeio e de investimentos. A proposta orçamentária é submetida aos conselhos superiores da Instituição para a devida aprovação e depois encaminhada ao Ministério Público (MP). Após a aprovação, o orçamento é implementado e gerido pela Reitoria e pela gestão setorial da Universidade.

Anualmente também ocorre a prestação de contas da Instituição relativa ao exercício anterior. As contas passam por auditoria externa independente para então serem submetidas aos conselhos superiores da Instituição. Após a sua aprovação pelos conselhos superiores, a prestação de contas é encaminhada ao MP de acordo com a legislação e as regulamentações internas.

No que diz respeito aos investimentos, faz-se o levantamento periódico de necessidades, as quais são analisadas, e o seu atendimento é realizado considerando a dotação orçamentária e as prioridades. Os critérios de priorização dos investimentos são periodicamente revistos e incluem:

- Investimentos institucionais nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando os objetivos, metas e projetos do PEI conforme o PDI;
- Investimentos institucionais nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando os processos e instrumentos de avaliação externa por órgãos reguladores governamentais;
- Cumprimento às normas e exigências legais (ambientais, sanitárias, bombeiros, órgãos municipais, estaduais e federais etc.);
- Investimentos previstos nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, dos cursos de pós-graduação e dos colégios Univille;
- Projetos que resultem em retorno de investimento e novas fontes de receita;
- Melhoria das condições de segurança patrimonial, das pessoas, dos dados, das informações e do conhecimento explícito;
- Aprimoramento dos processos, projetos e programas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão;
- Substituição de bem móvel existente.

Além desses critérios de priorização de investimentos, também constituem diretrizes e ações adicionais para viabilizar investimentos em equipamentos e instalações:

- Participação em editais;
- Busca de parcerias com organizações privadas, governamentais e não governamentais;
- Adoção de licenças de *software* livre, parcerias e alianças com fornecedores de *softwares*;
- Dimensionamento de equipamentos e laboratórios de acordo com o uso pedagógico;
- Prestação de serviços como forma de obter recursos para investimentos;
- Planejamento integrado que propicie o uso compartilhado de espaços físicos, laboratórios, materiais e equipamentos pelos cursos.

As diretrizes relacionadas à gestão financeira e de investimentos são:

- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Viabilidade:** considerar o planejamento orçamentário e a disponibilidade financeira institucional no que diz respeito a implementação de atividades, processos, projetos e programas.

2.8.4.5 Macroprocesso: gestão da infraestrutura

A gestão da infraestrutura visa atender aos requisitos de qualidade institucionais, bem como aos definidos pelo Sinaes em termos de instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e materiais. A gestão da infraestrutura considera o PDI e a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de:

- planejamento e especificação de investimentos em infraestrutura;
- gerenciamento, execução e avaliação de projetos de infraestrutura;
- manutenção, atualização e evolução da infraestrutura existente.

Com a caracterização do macroprocesso, é possível estabelecer as seguintes diretrizes:

- **Acompanhamento:** acompanhar a execução de atividades, processos e projetos de infraestrutura com o intuito de prevenir e solucionar problemas e implantar melhorias;
- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Viabilidade:** considerar o planejamento orçamentário e a disponibilidade financeira institucional no que diz respeito a implementação de atividades, processos, projetos e programas.

2.8.4.6 Macroprocesso: gestão da comunicação organizacional

A comunicação organizacional compreende um conjunto de dimensões e práticas comunicativas com a finalidade de atender a missão, visão, valores, objetivos e metas institucionais. Bueno (2009) esclarece:

A Comunicação Empresarial (Organizacional, Corporativa ou Institucional) compreende um conjunto complexo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para reforçar a imagem institucional de uma empresa ou entidade (sindicato, órgãos governamentais, ONGs, associações, universidades etc.) junto aos seus públicos de interesse (consumidores, empregados, formadores de opinião, classe política ou empresarial, acionistas, comunidade acadêmica ou financeira, jornalistas etc.) ou junto à opinião pública.

A comunicação organizacional abrange os seguintes tipos:

- **Comunicação institucional:** segundo Kunsch (2003), a comunicação institucional objetiva a construção da imagem e da identidade corporativa positiva de uma organização, para que sua personalidade seja vista com crédito perante a opinião de seus públicos. Essa comunicação pretende estabelecer uma compreensão do significado da organização, seu papel, sua razão de existir, tanto interna quanto externamente. Por ser uma instituição comunitária de ensino superior, a Univille vê como principal objetivo da comunicação institucional incrementar o vínculo da Instituição com a comunidade. O fortalecimento desse vínculo por meio da comunicação considera a história da Instituição e a forma com que sua identidade é construída no contexto das comunidades em que atua;
- **Comunicação interna:** para Bueno (2009), a comunicação interna é desenvolvida com o intuito de estabelecer canais que possibilitem o relacionamento ágil e transparente da direção com o público interno e entre os próprios elementos que integram esse público. Por meio da comunicação interna ou *endomarketing*, a missão, a visão, os valores, os objetivos e as estratégias institucionais são disseminados, bem como é possível potencializar a participação dos diferentes atores internos por meio de *feedbacks* que oportunizam a correção de desvios e a melhoria de processos. A comunicação interna na Univille procura apontar e fazer circular

a direção estratégica e os fluxos processuais. Além disso, na Universidade a comunicação interna fomenta a sinergia entre as áreas e o engajamento nas estratégias institucionais e na melhoria dos processos. Em última instância, o que se busca é fomentar o sentimento de pertencimento, o conhecimento da organização e o comprometimento com a identidade institucional;

- **Comunicação mercadológica:** a comunicação mercadológica é aquela que contempla as ações desenvolvidas por uma organização com o intuito de reforçar a imagem de suas marcas, produtos e serviços. Isso a coloca de forma favorável no mercado, proporcionando o aumento das vendas e, por extensão, das receitas (BUENO, 2009). Apesar de estar difundida com a comunicação institucional, a comunicação mercadológica constrói raciocínios pontuais e direcionados, a fim de contribuir com as estratégias de *marketing* da organização. A comunicação mercadológica da Univille visa promover na comunidade externa a imagem institucional. Isso é desenvolvido por meio de diferentes estratégias de promoção e fortalecimento da marca, destacando a identidade comunitária e o papel da Universidade como uma instituição de ensino superior. A comunicação mercadológica da Univille leva em conta o significado do ensino, da pesquisa e da extensão para os diferentes públicos, ponderando o seu papel pedagógico no esclarecimento das oportunidades oferecidas pela Universidade para pessoas, organizações e comunidades;
- **Comunicação integrada:** a comunicação integrada busca uma coerência entre os diversos programas, projetos e ações comunicativas da organização (KUNSCH, 2003). Isso é alcançado por meio do estabelecimento de diretrizes gerais, da construção de uma linguagem comum e de um comportamento homogêneo no que diz respeito à comunicação (KUNSCH, 2003). A adequada integração das diferentes modalidades de comunicação evita as sobreposições de tarefas, as possíveis contradições e incoerências na forma e no conteúdo do que a organização comunica para os seus públicos (KUNSCH, 2003). No contexto da Universidade, os tipos de comunicação devem atuar de forma integrada e sinérgica. Os diferentes programas, projetos e ações comunicativas da Univille devem formar um conjunto harmonioso, não deixando de levar em conta as diferenças e as especificidades dos diferentes serviços oferecidos e públicos atendidos. A articulação de todas as atividades deve ter como pano de fundo o fortalecimento da marca e da identidade institucionais e a eficácia da comunicação da Univille com a comunidade externa.

A comunicação organizacional utiliza-se de uma série de ações estratégicas para cumprir suas finalidades. Entre tais ações se destacam:

- **Assessoria de imprensa:** de acordo com Bueno (2009), a assessoria de imprensa compreende o conjunto de estratégias e ações desenvolvidas com o objetivo de estabelecer canais de comunicação entre uma organização, uma instituição ou mesmo uma pessoa, os meios de comunicação em geral e os profissionais de imprensa, em particular. Entende-se que a assessoria de imprensa da Univille deve cumprir o papel de estabelecer canais com os meios de comunicação, como forma de divulgar assuntos de interesse da Universidade e também como indicadora de fontes de informação especializadas que possam responder nas dimensões técnica, científica e acadêmica às demandas da população;
- **Relações públicas:** segundo Bueno (2009), por relações públicas se compreende a atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos de pessoas a que esteja, direta ou indiretamente, ligada. Nesse sentido, abrange quaisquer ações, eventos e atividades que proporcionam a aproximação e o relacionamento com diferentes públicos. Na Univille, as relações públicas compreendem o relacionamento com os vários públicos, com o objetivo de

criar uma imagem positiva, fortalecendo os valores e princípios institucionais. Na Universidade, é desempenhada por diferentes instâncias institucionais, como reitoria, ouvidoria, gestão de pessoas, assessoria de imprensa, chefia de gabinete, coordenações de cursos, gerências de áreas;

- **Marketing:** No conceito de Kotler e Keller (2006, p. 4), “*marketing* é um processo social por meio do qual indivíduos e grupos obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre troca de produtos e serviços de valor entre si”. O *marketing* na Univille é orientado para responder às demandas da sociedade pela educação e pelo conhecimento, promovendo ações que visem atender aos objetivos do planejamento da própria Universidade, usando mecanismos que evidenciem a qualidade da Instituição.

A gestão da comunicação organizacional abrange planejamento, execução, gerenciamento, acompanhamento e avaliação de atividades, processos, projetos e programas relacionados aos tipos e estratégias de comunicação adotados pela Universidade. Tal gestão segue estas diretrizes:

- **Conhecimento:** dispor de informações e conhecimento sobre a identidade institucional, os serviços e oportunidades que a Universidade oferece, as normas e procedimentos institucionais, as abordagens teóricas e técnicas que fundamentam o recebimento de *feedback*;
- **Participação:** a comunicação da Instituição deve estimular o envolvimento de todos os profissionais da Universidade, além de seus parceiros, em suas ações, para legitimá-las e dar-lhes o respaldo necessário;
- **Cooperação:** estimular e defender a ajuda mútua e o trabalho em equipe, assegurando a transmissão de informações e o conhecimento necessários a tais práticas;
- **Interlocução:** oportunizar diálogos sobre pontos de vista ou resultados opostos, visando identificar a possibilidade de padrões para assuntos semelhantes ou estabelecer novas linhas de atuação;
- **Empatia:** ter interesse genuíno pelos diversos públicos, de forma a compreender suas dinâmicas, suas necessidades e interesses com base em seus contextos de vida;
- **Respeito:** atender com cortesia e respeito, impedindo manifestações de discriminação, preconceito ou privilégios de atendimento;
- **Transparência:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos na Univille;
- **Atualidade:** a comunicação da Instituição deve ser permanentemente atualizada, permitindo que ela se aproprie dos recursos viabilizados pelas novas tecnologias e os utilize em prol do cumprimento de sua missão institucional;
- **Aproximação:** averiguar as necessidades apresentadas por meio de um contato mais próximo;
- **Humanização:** receber e ouvir de forma humanizada seus públicos em suas preocupações, proposições e sugestões;
- **Proatividade:** a Instituição deve ter um processo de comunicação proativo que identifique antecipadamente as necessidades de seus públicos de interesse e as decisões que, direta ou indiretamente, vão causar impacto em pessoas, grupos, comunidades ou segmentos da sociedade;
- **Registro e encaminhamento:** qualquer profissional da Universidade deve registrar os dados e informações obtidos, encaminhá-los aos setores pertinentes e estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras com base neles;

- **Credibilidade:** toda e qualquer ação de comunicação desenvolvida pela Instituição deve ter o intuito de preservar e expandir a credibilidade da Univille perante a sociedade, fazendo com que a Universidade seja referência em ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- **Mediação:** garantir que a informação seja transmitida de forma clara e objetiva por meios adequados ao público a que se destina, facilitando o *feedback*.

2.9 Responsabilidade social

2.9.1 Contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região

Ao longo dos mais de 55 anos, a Univille tem oferecido a milhares de pessoas oportunidades de formação desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Do ponto de vista social, as oportunidades educativas oferecem aos egressos e a suas famílias o desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural e socioeconômico dessas famílias e da sociedade regional. Na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, a Univille, uma universidade comunitária, vem sendo construída com o esforço coletivo da comunidade regional e colaborando com o desenvolvimento econômico e social também por meio da pesquisa e da extensão.

Mediante seus programas e projetos de pesquisa, a Universidade promove a produção de conhecimento científico sobre a região nas diferentes áreas do conhecimento. A extensão proporciona a interação de profissionais da educação, estudantes, pessoal administrativo e comunidade externa por intermédio de projetos, programas e atividades curriculares realizados no Escritório de Práticas Jurídicas, no Serviço de Psicologia, nos ambulatórios de especialidades médicas, nas clínicas odontológicas, nas empresas juniores, entre outras estruturas integrantes dos PPCs. Nesse sentido, a Univille fortalece sua identidade comunitária.

Há várias décadas as instituições comunitárias prestam relevantes serviços de interesse público, com destaque para a educação. Criadas pela sociedade civil e pelo poder público municipal, as fundações educacionais e as universidades comunitárias por elas mantidas são reconhecidas pelas comunidades locais como um importante fator de desenvolvimento. O envolvimento direto da comunidade acontece por conselhos e na própria gestão, que é democrática. Sem fins lucrativos, com gestão democrática e participativa, as universidades comunitárias, como a Univille, constituem autênticas instituições públicas não estatais em favor da inclusão social e do desenvolvimento econômico e social da região em que se inserem e do país e reinvestem todos os resultados na própria atividade educacional.

2.9.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU) e o Comitê de Responsabilidade Social

As instituições de ensino superior desempenham o papel articulador e antecipatório na formação de cidadãos e profissionais que atuem de modo inovador, empreendedor e comprometidos com a sustentabilidade socioambiental. A sustentabilidade socioambiental contempla atividades desenvolvidas pela Instituição que visam à conservação, recuperação e

melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais (MEC, s.d.). A perspectiva proposta pelo MEC é coerente com a agenda aprovada em 2015 pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

A agenda é detalhada no documento *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* (ONU, 2015) e propõe a atuação em áreas vitais para a humanidade por meio da articulação entre os cinco pés (figura 18):

Figura 18 – Os cinco pés dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015)

- **Pessoas:** a mobilização de todos a fim de erradicar a pobreza e a fome e garantir que todos os seres humanos realizem o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável;
- **Planeta:** a proteção do planeta promovida por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos recursos naturais e pela adoção de medidas urgentes sobre a mudança climática;
- **Prosperidade:** a busca de maneiras para assegurar que todos os seres humanos desfrutem de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- **Paz:** a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência;
- **Parcerias:** a mobilização dos meios necessários para implementar a agenda por intermédio de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável baseada na solidariedade e priorizando as necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis.

Por meio dessa agenda, a ONU propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (figura 19) e 169 metas que articulam as dimensões social e econômica e buscam concretizar os direitos humanos em todo o mundo (ONU, 2015):

- **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- **Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- **Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- **Objetivo 4:** Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **Objetivo 5:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- **Objetivo 6:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- **Objetivo 7:** Assegurar a todos o acesso à energia de modo confiável, sustentável, moderno e a preço acessível;
- **Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **Objetivo 9:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **Objetivo 10:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- **Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **Objetivo 12:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- **Objetivo 13:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- **Objetivo 14:** Garantir conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- **Objetivo 15:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- **Objetivo 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Figura 19 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: ONU (2015)

Em 2004 foi instituído no Brasil um movimento voluntário para conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para alcançar até 2015 os oito Objetivos do Milênio instituídos pela ONU em 2000. Em 2015, com a nova agenda proposta pela ONU, esse grupo passou a denominar-se Movimento Nacional ODS Nós Podemos e está presente em todos os estados brasileiros. A Univille integra o movimento em Santa Catarina e, mais especificamente, é uma das entidades atuantes em Joinville por meio de seu Comitê de Responsabilidade Social (CRS).

O CRS foi instituído com a missão de sensibilizar a comunidade acadêmica para ações de responsabilidade social, por meio de apoio, proposição ou promoção de programas e projetos que propiciem a melhoria da qualidade de vida das comunidades interna e externa.

São competências do CRS:

- incentivar programas e projetos de responsabilidade social e participar ativamente deles;
- auxiliar na elaboração e organização do Balanço Social da Furj/Univille;
- acompanhar e avaliar as atividades de responsabilidade social nos *campi*;
- participar de eventos relacionados à responsabilidade social no âmbito da Instituição e do Movimento ODS Nós Podemos.

O CRS é composto por profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes que se dedicam voluntariamente às ações desenvolvidas. O comitê pode contar com consultores e pessoas pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

Dessa forma, além das ações de responsabilidade social inerentes a sua identidade institucional, a Univille também está articulada a ações mais amplas propostas pelos ODS.

2.9.2.1 Cidadania, direitos humanos e justiça social

A Univille, a fim de garantir a implementação de sua missão e seus valores institucionais, constituiu em 2021 um espaço físico intitulado Espaço Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social. Como lugar de inclusão, democracia, participação ativa e colaboração, visa fortalecer debates, reflexões, articulações e ações em prol da cidadania e dos direitos humanos por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência. O espaço, que tem em seu escopo a educação em direitos humanos, a cultura da paz, a diversidade e o respeito à diferença, agrega projetos e ações de direitos humanos que impactam grupos e pessoas dentro e fora da Universidade, como quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBTQI+, entre outros. Abriga o Comitê de Educação em Direitos Humanos da Univille, a cátedra Unesco de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab).

O **Comitê de Educação em Direitos Humanos da Univille (CEDH)** tem por fim implementar na Universidade ações previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2011). A Univille já contava com uma Clínica Jurídica de Direitos Humanos há mais de uma década, realizando atividades de direitos humanos e justiça social, e tal perspectiva se fortaleceu pela adesão da Universidade ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, que foi uma iniciativa conjunta com o governo federal para a promoção da educação em direitos humanos no ensino superior (<http://edh.mec.gov.br/pacto/acesso10/10/2018>). O CEDH tem como objetivo principal desenvolver iniciativas de respeito à diversidade, enfrentamento do preconceito, das discriminações e da violência no ambiente universitário. Sua atuação está focada no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência de proteção e promoção dos direitos humanos, exercitando o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização da diversidade.

A **Cátedra Unesco de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos**, a ser sediada na Univille entre 2021-2025, foi instituída pela Resolução n.º 14/21 do Conselho Universitário da Univille, datada de 24 de junho de 2021. Essa cátedra “tem como objetivo fomentar e apoiar projetos, bem como iniciativas nas áreas de Cidadania, Justiça Social e Direitos Humanos”

(UNIVILLE, 2021). Faz parte do Programa University Twinning and Networking (Unitwin), que existe na Unesco desde 1992 para desenvolver competências de instituições de ensino superior pelo intercâmbio e aproveitamento compartilhado de saberes em um espírito de solidariedade internacional. Tal programa tem privilegiado projetos interdisciplinares de cooperações Norte-Sul e Sul-Sul para o desenvolvimento das instituições de ensino superior, colaborando com a Unesco na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Recentemente a Univille inaugurou o Espaço de Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social, com o fim de sediar as ações da Cátedra Unesco e de seus projetos vinculados.

O **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab)**, fundado em 2015 na Univille em parceria com a Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), em um primeiro momento funcionou como impulsionador de pesquisas internas acerca da efetivação dos temas transversais relacionados às questões étnico-raciais; em seguida participou da articulação de projetos de extensão envolvendo comunidades quilombolas e atualmente se articula em torno de pesquisas. É coordenado pela Profa. Dra. Roberta Barros Meira. Registrado como grupo de pesquisa no CNPq, tem como integrantes estudantes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, bem como professores da Univille e das redes de ensino da educação básica. O Neab busca fomentar discussões sobre a história e a cultura de populações afro-brasileiras na região de Joinville, com ações de pesquisa, ensino e extensão articuladas ao diálogo com movimentos sociais negros.

2.10 Relações e parcerias internacionais

A cooperação internacional, em instituições de ensino superior, visa prestar auxílio à capacitação técnica e científica entre elas.

A Univille estabelece convênios com instituições estrangeiras com o propósito de promover a participação da comunidade universitária em programas internacionais de caráter técnico, científico e cultural.

A Assessoria Internacional é a responsável pela operacionalização das ações e tem como objetivos:

- incentivar a participação dos membros da comunidade acadêmica em todo o tipo de atividade internacional para a qual estejam capacitados e/ou que tenham interesse em realizar;
- assessorar a Reitoria e os demais órgãos da Universidade nas questões referentes à vinculação da Univille com os meios nacional e internacional, seus mecanismos e agentes;
- negociar e avaliar o funcionamento dos convênios institucionais de âmbito internacional;
- assessorar as comunidades docente e discente, pesquisadores, funcionários e ex-estudantes da Univille no que se refere a aperfeiçoamento no exterior;
- identificar instituições de cooperação no exterior, seus mecanismos de funcionamento e suas formas de acesso;
- assessorar visitantes estrangeiros na Univille, quando requisitado;
- elaborar, encaminhar, negociar e avaliar projetos de cooperação técnica internacional. As ações da Assessoria Internacional têm como perspectiva viabilizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito internacional, mediante a articulação com instituições estrangeiras e demais organismos nacionais e internacionais de fomento à cooperação acadêmico-científica.

O segundo capítulo apresentou o projeto pedagógico institucional. Para isso, foi inicialmente caracterizada a inserção regional da Univille. Na sequência, os princípios filosóficos e técnico- metodológicos e a organização didático-pedagógica foram descritos. Por fim, as políticas institucionais e os aspectos relacionados à responsabilidade social e à internacionalização foram apresentados.



**CRONOGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
DA INSTITUIÇÃO E
DOS CURSOS**



univille



3 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Este capítulo caracteriza os cursos ofertados pela Universidade em 2021 para, a seguir, apresentar os cursos de graduação e pós-graduação a serem implantados no período de 2022 a 2026, tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância. Também são apresentados os polos a serem implementados para a oferta da educação a distância.

3.1 Cursos ofertados em 2021: graduação

A Univille oferece cursos de graduação nas diferentes áreas do conhecimento. Considerando a autonomia universitária, eles são autorizados e criados pelo Conselho Universitário da Univille. Até 2013, os cursos de graduação obtiveram seu reconhecimento e renovação de reconhecimento por meio do CEE/SC, na medida em que a Instituição integrava o sistema estadual de ensino de Santa Catarina.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Univille aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, em atendimento ao disposto no artigo 5.º da Portaria Normativa n.º 23, de 21 de dezembro de 2017, o processo de credenciamento foi encaminhado ao Inep para a avaliação *in loco*, que ocorreu no período de 17/6 a 21/6/2018. A avaliação seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica, na modalidade presencial, publicado em agosto de 2014. Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade, e assim a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade. A partir disso, visitas *in loco* promovidas pelo Inep ocorreram, e os trâmites de tais processos no MEC e no CNE resultaram na emissão dos atos oficiais de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e credenciamento da Universidade. O credenciamento da Univille como universidade pelo MEC foi registrado no Relatório n.º 130738 e aprovado em 4 de dezembro de 2019, sendo homologado na Portaria n.º 524, publicada no DOU de 12 de junho de 2020, seção 1, pág. 33, e retificada no DOU de 8 de julho de 2020, seção 1, pág. 24.

O credenciamento para a oferta da modalidade EaD foi feito por meio da Portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, do MEC, publicada no DOU n.º 86, de 7 de maio de 2018. O início das operações da EaD-Univille ocorreu em outubro de 2018, com a oferta de dez cursos superiores de tecnologia e 20 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em 2018 foram implantados quatro polos próprios: Polo *Campus* Joinville, Polo *Campus* São Bento do Sul, Polo Unidade São Francisco do Sul e Polo Unidade Centro Joinville. Além disso, foi implementado o Polo Itapoá por meio de uma parceria.

Os quadros 13 a 16 apresentam os cursos de graduação ofertados em 2021 pela Univille.

Quadro 13 – Cursos de graduação na modalidade presencial ofertados em 2021 na Univille – *Campus Joinville*

Curso	T	Titulação/linha de formação	SL	TU	VI	TI	RM
Administração	B	Bacharel em Administração de Empresas	R	N	165	3	AN/S
Arquitetura e Urbanismo	B	Arquiteto e urbanista	A	N	50	1	AN/S
Artes Visuais	B	Bacharel em Artes Visuais	R	N	48	1	AN/S
Ciências Biológicas	B	Bacharel em Ciências Biológicas/Meio Ambiente e Biodiversidade	R	N	44	1	AN/S
Ciências Biológicas	L	Licenciado em Ciências Biológicas	R	N	44	1	AN/S
Ciências Contábeis	B	Bacharel em Ciências Contábeis	R	N	108	2	AN/S
Ciências Econômicas	B	Bacharel em Ciências Econômicas	R	N	54	1	AN/S
Ciência da Religião	L	Licenciado em Ciência da Religião	A	N	40	1	S
Cinema e Audiovisual	B	Bacharel em Cinema	A	N	50	1	S
Comércio Exterior	B	Bacharel em Comércio Exterior	R	N	96	2	AN/S
Design	B	Bacharel em Design/Animação Digital	R	N	53	1	AN/S
Design	C	Tecnólogo em Design de Interiores	R	N	53	1	AN/S
Design	B	Bacharel em Design/Produto e Serviços ou Gráfico e Digital	R	N	53	1	AN/S
Design	B	Bacharel em Design/Moda	R	N	53	1	AN/S
Design	B	Bacharel em Design/Jogos Digitais	R	N	53	1	AN/S
Direito	B	Bacharel em Ciências Jurídicas	R	M	132	3	S
Direito	B	Bacharel em Ciências Jurídicas	R	N	132	3	S
Educação Escolar Quilombola	L	Licenciado em Educação Escolar Quilombola	A	N	40	1	S
Educação Especial	L	Licenciado em Educação Especial	A	N	40	1	S
Educação Física	L	Licenciado em Educação Física	R	N	48	1	AN/S
Educação Física	B	Bacharel em Educação Física	R	N	48	1	AN/S
Educação Física	L	Licenciado em Educação Física	R	M	48	1	AN/S
Educação Física	B	Bacharel em Educação Física	R	M	48	1	AN/S
Enfermagem	B	Enfermeiro	A	M	50	1	AN/S
Engenharia Ambiental e Sanitária	B	Engenheiro ambiental e sanitário	R	M	50	1	AN/S
Engenharia Ambiental e Sanitária	B	Engenheiro ambiental e sanitário	R	N	50	1	AN/S
Engenharia Civil	B	Engenheiro civil	A	N	50	1	AN/S
Engenharia Elétrica	B	Engenheiro eletricista	A	N	100	1	S
Engenharia de Controle e Automação	B	Engenheiro de Controle e Automação	A	N	100	1	S

Continua...

Continuação do quadro 13

Curso	T	Titulação/linha de formação	SL	TU	VI	TI	RM
Engenharia de Materiais	B	Engenheiro de materiais	A	N	50	1	S
Engenharia Mecânica	B	Engenheiro mecânico	R	M	50	1	AN/S
Engenharia Mecânica	B	Engenheiro mecânico	R	N	150	3	AN/S
Engenharia de Produção	B	Engenheiro de produção	R	N	53	1	AN/S
Engenharia Química	B	Engenheiro químico	R	N	53	1	AN/S
Engenharia de Software	B	Bacharel em Engenharia de Software	A	N	53	1	AN/S
Estatística	B	Bacharel em Estatística	A	N	50	1	S
Farmácia	B	Farmacêutico	R	N	48	1	AN/S
Farmácia	B	Farmacêutico	R	M	48	1	AN/S
Fotografia	C	Tecnólogo em Fotografia	A	M	40	1	S
Gastronomia	C	Tecnólogo em Gastronomia	R	N	50	1	S
Inteligência Artificial	B	Bacharel em Inteligência Artificial	A	N	50	1	S
História	L	Licenciado em História	R	N	44	1	AN/S
Jornalismo	B	Jornalista	A	N	50	1	S
Letras	B	Bacharel em Letras	A	N	54	1	AN/S
Letras	L	Licenciado em Letras / Língua Inglesa e Língua Portuguesa	R	N	44	1	AN/S
Letras	L	Licenciado em Letras / Língua Inglesa	R	N	35	1	S
Medicina	B	Médico	R	I	96	2	S
Naturologia	B	Naturólogo	A	M	35	1	S
Nutrição	B	Nutricionista	A	N	40	1	S
Odontologia	B	Cirurgião-dentista	R	I	44	1	AN/S
Pedagogia	L	Licenciado em Pedagogia	R	N	50	1	AN/S
Psicologia	B	Psicólogo	R	M	53	1	AN/S
Psicologia	B	Psicólogo	R	N	53	1	AN/S
Publicidade e Propaganda	B	Bacharel em Publicidade e Propaganda	R	N	50	1	AN/S
Radiologia	C	Tecnólogo em Radiologia	A	N	45	1	S
Relações Públicas	B	Bacharel em Relações Públicas	A	N	50	1	S
Sistemas de Informação	B	Bacharel em Sistemas de Informação	R	N	53	1	AN/S

Legenda:

T – tipo do curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

SL – situação legal: R – reconhecido; A – autorizado

TU – turno: M – matutino; V – vespertino; N – noturno; I – integral

VI – vagas iniciais

TI – turmas iniciais

RM – regime de matrícula: AN – anual; S – semestral. Seguindo o Projeto Estratégico de Inovação Pedagógica e Curricular, a partir de 2021 os cursos de graduação presenciais da Univille passaram a seguir o regime semestral seriado e não mais o anual seriado Uniedu – Cursos oferecidos por meio de edital do Governo do Estado de Santa Catarina

Fonte: Primária (2021)

Quadro 14 – Cursos de graduação na modalidade presencial ofertados em 2021 na Univille – *Campus* São Bento do Sul

Curso	T	Titulação/linha de formação	SL	TU	VI	TI	RM
Administração	B	Bacharel em Administração de Empresas	R	N	55	1	AN
Arquitetura e Urbanismo	B	Arquiteto e urbanista	A	N	50	1	S
Ciências Contábeis	B	Bacharel em Ciências Contábeis	R	N	55	1	AN
Direito	B	Bacharel em Ciências Jurídicas	R	M	44	1	AN
Direito	B	Bacharel em Ciências Jurídicas	R	N	44	1	AN
Engenharia Elétrica	B	Engenheiro eletricista	A	N	50	1	AN
Engenharia Mecânica	B	Engenheiro mecânico	A	N	50	1	AN
Educação Física	B	Bacharel em Educação Física	R	N	50	1	AN
Gestão Comercial	C	Tecnólogo em Gestão Comercial	R	N	44	1	S
Psicologia	B	Psicólogo	R	M	53	1	AN/S
Química	L	Licenciado em Química	A	V	35	1	S
Radiologia	C	Tecnólogo em Radiologia	A	N	45	1	S

Legenda:

T – tipo de curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

SL – situação legal: R – reconhecido; A – autorizado

TU – turno: M – matutino; V – vespertino; N – noturno; I – integral

VI – vagas iniciais

TI – turmas iniciais

RM – regime de matrícula: AN – anual; S – semestral. Seguindo o Projeto Estratégico de Inovação Pedagógica e Curricular, a partir de 2021 os cursos de graduação presenciais da Univille passaram a seguir o regime semestral seriado e não mais o anual seriado

Fonte: Primária (2021)

Quadro 15 – Curso de graduação na modalidade presencial ofertado em 2021 na Univille – Unidade São Francisco do Sul

Curso	T	Titulação/linha de formação	SL	TU	VI	TI	RM
Ciências Biológicas	B	Bacharel em Ciências Biológicas / Biologia Marinha	R	M	48	1	AN
Direito	B	Bacharel em Ciências Jurídicas	R	N	44	1	S

Legenda:

T – tipo do curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

SL – situação legal: R – reconhecido; A – autorizado

TU – turno: M – matutino; V – vespertino; N – noturno; I – integral

VI – vagas iniciais

TI – turmas iniciais

RM – regime de matrícula: AN – anual; S – semestral. Seguindo o Projeto Estratégico de Inovação Pedagógica e Curricular, a partir de 2021 os cursos de graduação presenciais da Univille passaram a seguir o regime semestral seriado e não mais o anual seriado

Fonte: Primária (2021)

Quadro 16 – Curso de graduação na modalidade EaD ofertado em 2021 na Univille

Curso	T	Titulação/linha de formação	SL	VI	RM
Gestão de Recursos Humanos (2)	C	Tecnólogo	A	200	T
Processos Gerenciais	C	Tecnólogo	A	200	T
Gestão da Qualidade	C	Tecnólogo	A	200	T
Logística	C	Tecnólogo	A	200	T
Gestão Financeira	C	Tecnólogo	A	200	T
Gestão da Produção Industrial	C	Tecnólogo	A	200	T
Negócios Imobiliários	C	Tecnólogo	A	200	T
Gestão do Turismo	C	Tecnólogo	A	200	T
Gestão Comercial	C	Tecnólogo	A	200	T
Gestão de Marketing	C	Tecnólogo	A	200	T
Geografia	B	Bacharel	A	200	T
Geografia	L	Licenciado	A	200	T
Engenharia Química	B	Bacharel	A	200	T
Engenharia Civil	B	Bacharel	A	200	T
Engenharia de Produção	B	Bacharel	A	200	T
Engenharia Elétrica	B	Bacharel	A	200	T
Administração	B	Bacharel	A	200	T
Ciências Contábeis	B	Bacharel	A	200	T
Comércio Exterior	B	Bacharel	A	200	T
Ciências Econômicas	B	Bacharel	A	200	T
Pedagogia	L	Licenciado	A	400	T
Filosofia	L	Licenciado	A	200	T
Sociologia	L	Licenciado	A	200	T
Educação Física	L	Licenciado	A	200	T
Agronomia	B	Bacharel	A	200	T
Artes Visuais	L	Licenciado	A	200	T
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	C	Tecnólogo	A	400	T
Ciência de Dados	C	Tecnólogo	A	400	T
Gestão da Tecnologia da Informação	C	Tecnólogo	A	400	T
Gestão do Agronegócio	C	Tecnólogo	A	400	T
Internet das Coisas	C	Tecnólogo	A	400	T

Legenda:

T – tipo do curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

SL – situação legal: R – reconhecido; A – autorizado

VI – vagas iniciais

RM – regime de matrícula: T – trimestral

Seguindo o Projeto Estratégico de Inovação Pedagógica e Curricular, a partir de 2021 os cursos de graduação presenciais da Univille passaram a seguir o regime semestral seriado e não mais o anual seriado

Fonte: Primária (2021)

3.2 Cursos ofertados em 2021: pós-graduação *lato sensu*

A Univille oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* (quadro 17) nas diferentes áreas do conhecimento. Os cursos são criados considerando as demandas regionais e obedecem à legislação vigente e às regulamentações internas.

Quadro 17 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade presencial ofertados em 2021 pela Univille

Curso	Local	Vagas
Auditoria e Licenciamento Ambiental	Joinville	25
Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas	Joinville	25
Design Thinking e Inovação	Joinville	25
Engenharia de Produção – Ênfase em Qualidade e Produtividade	Joinville	25
Gestão Econômica e Financeira Avançada	Joinville	25
Biossegurança	Joinville	25
Agricultura Sustentável	Joinville	25
Ciência de Dados	Joinville	25
Contabilidade Internacional	Joinville	25
Gestão em Comércio Exterior	Joinville	25
Comunicação e Mercados	Joinville	25
Comunicação e Consumo	Joinville	25
Comunicação e Negócios Digitais	Joinville	25
Cultura Audiovisual e Convergência Midiática	Joinville	25
Direito do Trabalho e Direito Previdenciário	Joinville	25
Engenharia e Tecnologia dos Materiais Poliméricos	Joinville	25
Engenharia de Materiais Metálicos	Joinville	25
Farmácia Hospitalar Oncológica	Joinville	25
Finanças Empresariais	Joinville	25
Gestão da Cadeia Logística e de Suprimentos	Joinville	25
Gestão Hospitalar	Joinville	25
Gestão de Projetos	Joinville	25
Gestão da Qualidade Industrial	Joinville	25
Gestão de Vendas e Negociação Comercial	Joinville	25
Liderança Criativa	Joinville	25
MBA em Gestão de Negócios em Ambientes Competitivos	Joinville	25
Odontologia Digital	Joinville	25
UX Design	Joinville	25
Administração de Pessoal, Rotinas Trabalhistas e e-Social	Joinville	25
Farmácia Clínica e Cuidado Farmacêutico	Joinville	25
Gestão de Competências Corporativas	Joinville	25
MBA em Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas	São Bento do Sul	25
Administração de Pessoal, Rotinas Trabalhistas e e-Social	São Bento do Sul	25

Continua...

Continuação do quadro 17

Curso	Local	Vagas
Engenharia de Produção com Ênfase em Qualidade e Produtividade	São Bento do Sul	25
Finanças, Investimentos e Banking	São Bento do Sul	25
Gestão Ágil de Projetos e Indústria 4.0	São Bento do Sul	25
Planejamento Tributário e Controladoria	São Bento do Sul	25
MBA em Planejamento e Gestão de Negócios	São Bento do Sul	25
Direito Civil e Direito Processual Civil com Ênfase no Novo Código de Processo Civil	São Bento do Sul	25
MBA em Planejamento e Gestão de Negócios	São Bento do Sul	25
Marketing Digital para Negócios	São Bento do Sul	25
Vendas, Negociação e Resultados de Alta Performance	São Bento do Sul	25
Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas	São Bento do Sul	25
Gestão da Cadeia Logística e de Suprimentos	São Bento do Sul	25

Fonte: Primária (2021)

Quadro 18 – Curso de pós-graduação na modalidade EaD ofertado em 2021 na Univille

Curso	Local	Vagas
Educação Especial e Inclusiva	Polos EaD	200
Alfabetização e Letramento	Polos EaD	200
Atendimento Escolar Especializado	Polos EaD	200
Controladoria	Polos EaD	200
Educação em Tempo Integral	Polos EaD	200
Educação Especial e Inclusiva: Surdez e Libras	Polos EaD	200
Educação Física Escolar	Polos EaD	200
Educação Infantil	Polos EaD	200
Ensino Lúdico	Polos EaD	200
Gestão da Qualidade e Produtividade	Polos EaD	200
Gestão de Operações Logísticas	Polos EaD	200
Gestão de Projetos	Polos EaD	200
Gestão de Projetos Sociais	Polos EaD	200
Gestão Educacional	Polos EaD	200
Gestão em Vendas	Polos EaD	200
Gestão Estratégica de Marketing	Polos EaD	200
Gestão Estratégica de Pessoas	Polos EaD	200
Gestão Estratégica de Negócios	Polos EaD	200
Gestão Financeira	Polos EaD	200
Inspeção Escolar	Polos EaD	200
Linguística	Polos EaD	200
Projetos Sociais	Polos EaD	200
Sistemas de Informação	Polos EaD	200
MBA em Gestão Comercial	Polos EaD	200

Continua...

Continuação do quadro 18

Curso	Local	Vagas
Design de Mobiliário	Polos EaD	200
Gestão e Organização Escolar	Polos EaD	200
Gestão e Coordenação da Assistência Farmacêutica	Polos EaD	200
Indústria Criativa	Polos EaD	200
Inovação e Sustentabilidade	Polos EaD	200
Interiores Corporativos	Polos EaD	200
Interiores Residenciais	Polos EaD	200
Literatura	Polos EaD	200
MBA em Administração e Contabilidade Tributária	Polos EaD	200
MBA em Gestão de Custos	Polos EaD	200
MBA em Gestão de Processos	Polos EaD	200
MBA em Gestão de Projetos	Polos EaD	200
MBA em Gestão de Recursos Humanos	Polos EaD	200
MBA em Gestão de Suprimentos	Polos EaD	200
MBA em Gestão de Vendas e Negociações Baseadas em Resultados	Polos EaD	200
MBA em Gestão Empresarial	Polos EaD	200
MBA em Gestão Financeira e Auditoria	Polos EaD	200
MBA em Gestão Financeira e Orçamentária	Polos EaD	200
MBA em Liderança e Inovação	Polos EaD	200
MBA em Marketing de Serviços	Polos EaD	200
MBA em Marketing Digital	Polos EaD	200
MBA em Operações Logísticas e Supply Chain	Polos EaD	200
MBA em Planejamento e Gestão de Negócios para Micro e Pequenas Empresas	Polos EaD	200
Negócio de Moda	Polos EaD	200
UX Design	Polos EaD	200
Direito Tributário	Polos EaD	200
Design Thinking	Polos EaD	200
Educação e Ludicidade	Polos EaD	200
Educação Infantil no Contexto Contemporâneo	Polos EaD	200
Gestão em Vendas	Polos EaD	200
MBA em Desenvolvimento de Competências Gerenciais	Polos EaD	200

Fonte: Primária (2021)

3.3 Cursos ofertados em 2021: pós-graduação *stricto sensu* na modalidade presencial

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* são criados pelos conselhos superiores da Univille e obedecem aos critérios estabelecidos pela Capes, que tomam como base a existência de corpo docente titulado e qualificado na área, grupos de pesquisa consolidados ou em consolidação e produção científica qualificada. Desse modo, observa-se que a pesquisa, um dos pilares da construção de um curso de pós-graduação *stricto sensu* e da própria Universidade, é retroalimentada pelo conhecimento gerado no curso, uma vez concretizado. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille são realizados pela Capes de acordo com a legislação vigente. No quadro 19 consta a relação dos cursos de mestrado e doutorado ofertados em 2021.

Quadro 19 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade presencial ofertados em 2021 pela Univille

Curso	Vagas anuais	Alunos ativos	N.º de defesas	Regime de matrícula
Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente (Doutorado)	9	31	4	A
Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente (Mestrado)	20	36	16	A
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Processos (Mestrado)	20	31	4	A
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (Doutorado)	10	22	*	A
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (Mestrado)	20	33	15	A
Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado)	20	28	13	A
Programa de Pós-Graduação em Design (Mestrado Profissional)	15	27	4	A
Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos (Mestrado)	7	1	*	A

* Previsão da primeira defesa em fev./23
 Legenda: Regime de matrícula: A (anual)

Fonte: Primária (dez. 2021)

3.4 Polos EaD existentes em 2021

Os cursos na modalidade a distância começaram a ser ofertados no segundo semestre de 2018 e atualmente contam com 11 polos.

São três os tipos de polo EaD mantidos pela Univille: o próprio, o próprio/locado e o conveniado. O polo próprio é uma unidade física da própria Univille que utiliza sua estrutura física e de pessoas para a gestão administrativa e pedagógica. Quanto ao polo próprio/locado, a Univille aluga um espaço físico e é responsável pela estrutura física, administrativa e pedagógica. O polo conveniado consiste em parceria da Univille com outra instituição para utilizar a estrutura física e de pessoal da instituição parceira, e a Univille fornece o apoio pedagógico e de tutoria.

O quadro 20 apresenta os principais dados dos polos que a Univille possui em Santa Catarina e Paraná.

Quadro 20 – Polos EaD

Polo	Endereço	Ato criação Consun	Tipo de polo
<i>Campus</i> Joinville	Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	Resolução n.º 32/17	Próprio
<i>Campus</i> São Bento do Sul	Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	Resolução n.º 33/17	Próprio
Unidade Centro – Joinville	Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC	Resolução n.º 35/17	Próprio
Unidade São Francisco do Sul	Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	Resolução n.º 34/17	Próprio
Jaraguá do Sul	Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 744 – 3.º andar – Centro – CEP 89251-700 – Jaraguá do Sul – SC	Resolução n.º 20/19	Próprio/locado
Guaramirim	R. 28 de Agosto, 840 – CEP 89270-000 – Guaramirim – SC	Resolução n.º 25/20	Conveniado
Araquari	SC-418, 7.231 – CEP 89245-000 – Araquari – SC	Resolução n.º 23/20	Conveniado
Barra Velha	Av. Thiago Aguiar, 334 – CEP 88390-000 – Barra Velha – SC	Resolução n.º 24/20	Conveniado
Massaranduba	R. 11 de Novembro, 3.715 – CEP 89108-000 – Massaranduba – SC	Resolução n.º 26/20	Conveniado
Itapoá	Residência Príncipe – Rua Wellington Rodrigues Junqueira, 102 – CEP 89249-000 – Itapoá – SC	Resolução n.º 21/18	Conveniado
Guaratuba	Rua Vieira dos Santos, 1.401 – CEP 83280-000 – Centro – Guaratuba – PR	Resolução n.º 24/21	Conveniado

3.5 Cronograma de expansão de oferta de cursos de 2022-2026

3.5.1 Cursos de graduação

O ensino de graduação compreende cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento com vistas a atender a demandas da comunidade e propiciar à Universidade o cumprimento de sua missão e valores, o alcance de seus objetivos e metas e a concretização de sua visão. Os cursos são criados pelos conselhos superiores da Univille ponderando a autonomia universitária da Instituição. Todo curso de graduação da Univille está organizado por meio de um Projeto Pedagógico elaborado de acordo com a legislação e as regulamentações internas. Os cursos são avaliados considerando o Sinaes e o sistema federal de ensino, com seu reconhecimento e renovação de reconhecimento pelo CNE e MEC. O quadro 21 apresenta a lista de cursos de graduação na modalidade presencial a serem criados no período de 2022 a 2026.

Quadro 21 – Cursos de graduação na modalidade presencial a serem ofertados pela Univille no período de 2022-2026

Ano	Curso (*)	T	Titulação	Local	V	R
2022	Fisioterapia	B	Bacharel	Joinville	100	S
2022	Fisioterapia	B	Bacharel	São Bento do Sul	100	S
2022	Filosofia	L	Licenciado	Joinville	30	S
2022	Letras – Espanhol	L	Licenciado	Joinville	30	S
2022	Tecnologia Educacional	L	Licenciado	Joinville	30	S
2022	Sociologia	L	Licenciado	Joinville	30	S
2023	Engenharia de Software	B	Bacharel	São Bento do Sul	50	S
2023	Enfermagem	B	Bacharel	São Bento do Sul	50	S
2023	Relações Internacionais	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Segurança e Proteção de Dados	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Engenharia de Pesca	B	Bacharel	São Francisco do Sul	50	S
2023	Agronomia	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Quiropraxia	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Terapias Integrativas	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Estética e Cosmética	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Estética e Cosmética	C	Tecnólogo	São Bento do Sul	50	S
2023	Biomedicina	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Medicina Veterinária	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Desenvolvimento Mobile	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Massoterapia	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Cosmetologia	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Gestão Ambiental	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2023	Gestão de Turismo	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2023	Engenharia de Produção	B	Bacharel	São Francisco do Sul	50	S
2024	Engenharia de Fontes Renováveis	B	Bacharel	Joinville	50	S

Continua...

Continuação do quadro 21

Ano	Curso (*)	T	Titulação	Local	V	R
2024	Engenharia de Inovação	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Engenharia Wearables	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Eventos	T	Tecnólogo	São Bento do Sul	50	S
2024	História	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Medicina (**)	B	Médico	São Bento do Sul	50	S
2024	Logística	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2024	Oceanografia	B	Bacharel	São Francisco do Sul	50	S
2023	Tecnologia e Produção Pesqueira	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2024	Engenharia de Tráfego	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Engenharia com Foco no Agronegócio	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Bioinformacionista	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2024	Química	L	Licenciado	Joinville	35	S
2025	Engenharia de Energia	B	Bacharel	Joinville	50	S
2025	Dança	C	Tecnólogo	Joinville	50	S

Legenda:

Tipo de curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

V – vagas anuais

R – regime de matrícula: A – anual; S – semestral

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

(**) Oferta condicionada aos trâmites previstos na Lei n.º 12.871, de 22/10/2013, ou nova lei em vigor

Fonte: Primária (2022)

O quadro 22 apresenta a lista de cursos de graduação na modalidade a distância a serem criados e ofertados no período de 2022 a 2026.

Quadro 22 – Cursos de graduação na modalidade a distância a serem ofertados pela Univille no período de 2022-2026

Ano de oferta	Curso (*)	T	Titulação	Local	V	R
2022	Serviços Jurídicos e Notariais	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2022	Direito	B	Bacharel	Polos EaD	400	T
2023	Educação Especial	L	Licenciado	Polos EaD	200	T
2023	Estética e Cosmética	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Matemática	L	Licenciado	Polos EaD	200	T
2023	Letras – Língua Portuguesa	L	Licenciado	Polos EaD	200	T
2023	Empreendedorismo	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Engenharia de Produção	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2023	Ciências Biológicas	L	Licenciatura	Polo EaD	200	T
2023	Gerontologia	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Relações Internacionais	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Gestão Pública (3)	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T

Continua...

Continuação do quadro 22

Ano de oferta	Curso (*)	T	Titulação	Local	V	R
2023	Gastronomia	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Investigação Forense e Perícia Criminal	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Serviço Social	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Design de Interiores	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Design de Moda	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Design de Produto	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Nutrição	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Jornalismo	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Publicidade e Propaganda	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Biomedicina	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Jogos Digitais	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Produção Cervejeira	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2025	Gestão Ambiental	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2026	Naturopatia	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2026	Enfermagem	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2026	Radiologia	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2026	Fisioterapia	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2026	Farmácia	B	Bacharel	Polos EaD	200	T

Legenda:

Tipo de curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

V – vagas anuais

R – regime de matrícula: A – anual; S – semestral; T – trimestral

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

(**) Oferta condicionada aos trâmites previstos na Lei n.º 12.871, de 22/10/2013

Fonte: Primária (2022)

3.5.2 Cursos de pós-graduação *lato sensu*

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são desenvolvidos de acordo com a demanda da sociedade e apresentam, portanto, dinamicidade diferente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Os cursos são aprovados pelos conselhos superiores da Univille e têm seu funcionamento regulado por eles conforme a legislação vigente. O quadro 23 traz a lista de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade presencial a serem criados no período de 2022 a 2026.

Quadro 23 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade presencial a serem ofertados pela Univille no período de 2022-2026

Ano de oferta	Curso*	Local	Vagas	R
2022	Arqueologia	Joinville	25	A
2022	Consultoria Empresarial	Joinville	25	A
2022	Gestão Gastronômica	Joinville	25	A
2023	História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira	Joinville	25	A
2022	Relações Institucionais e Governamentais	Joinville	25	A
2022	Gestão Ágil e Gerenciamento de Projetos	Joinville	25	A
2022	Consultoria Empresarial	São Bento do Sul	25	A
2022	Psicologia Educacional e Escolar	Joinville	25	A
2022	Psicologia Educacional e Escolar	São Bento do Sul	25	A
2023	Segurança da Informação e Proteção de Dados	Joinville	25	A
2023	Engenharia Sanitária	Joinville	25	A
2023	Gestão Especial e Inclusiva	Joinville	25	A
2023	Pedagogia Sistêmica	Joinville	25	A
2023	Poéticas Contemporâneas	Joinville	25	A
2023	História da Arte	Joinville	25	A
2023	Libras	Joinville	25	A
2023	Gestão Pública	Joinville	25	A
2023	Gerontologia	Joinville	25	A
2023	Negócios Digitais, Inovação e Empreendedorismo	São Bento do Sul	25	A
2023	Marketing Digital	Joinville	25	A
2023	Odontologia Pediátrica	Joinville	25	A
2023	Psicopedagogia	São Francisco do Sul	25	A
2023	Acupuntura	Joinville	30	A
2023	Agricultura Sustentável	Joinville	25	A
2023	Auditoria e Licenciamento Ambiental	Joinville	25	A
2023	Controladoria e Planejamento Tributário	Joinville	25	A
2023	Educação Ambiental	Joinville	25	A
2023	Finanças	Joinville	25	A
2023	Logística e Suprimentos	Joinville	25	A
2023	MBA em Finanças e Banking	Joinville	25	A
2023	MBA em Gestão Estratégica de Vendas	Joinville	25	A
2023	MBA em Gestão Empresarial	Joinville	25	A

Continua...

Continuação do quadro 23

Ano de oferta	Curso*	Local	Vagas	R
2023	Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas	Joinville	25	A
2023	Seleção de Materiais para Projetos de Arquitetura	Joinville	25	A
2023	BNCC, Narrativas de Vida e Cultura	Joinville	25	A
2023	Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação	Joinville	25	A
2023	Fisiologia e Biomecânica	Joinville	25	A
2023	Ciência de Dados	São Bento do Sul	25	A
2023	Fisiologia e Biomecânica	São Bento do Sul	25	A
2023	MBA em Finanças e Banking	São Bento do Sul	25	A
2023	MBA em Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas	São Bento do Sul	25	A
2023	MBA em Gestão Comercial	São Bento do Sul	25	A
2023	MBA em Gestão Empresarial	São Bento do Sul	25	A
2023	Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas	São Bento do Sul	25	A
2023	Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação	São Bento do Sul	25	A
2023	Gestão e Administração de Atividades Logísticas e Portuárias	São Francisco do Sul	25	A
2024	Gestão Ambiental e Costeira	São Francisco do Sul	25	A
2024	Direito Empresarial	Joinville	25	A
2024	Direito Empresarial	São Bento do Sul	25	A
2024	Gestão Financeira para Cooperativas	Joinville	25	A
2025	Gestão em Saúde	Joinville	25	A
2025	Gestão Pública	Joinville	25	A
2025	Lean Manufacturing	Joinville	25	A
2026	Direito Penal e Processual Penal	Joinville	25	A
2026	MBA em Gestão Comercial	Joinville	25	A
2026	Direito Sistemico	Joinville	25	A
2026	Direito Internacional Público e Relações Internacionais	Joinville	25	A

Legenda:

R – regime de matrícula: A – anual; S – semestral; T – trimestral

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

Fonte: Primária (2022)

O quadro 24 apresenta a lista de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância a serem criados e ofertados no período de 2022 a 2026.

Quadro 24 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância a serem ofertados pela Univille no período de 2022-2026

Ano de oferta	Curso (*)	Local	Vagas
2022	Acupuntura	Polos EaD	200
2023	Data Science e Big Data	Polos EaD	200
2023	Dermatologia	Polos EaD	200
2023	Direito Administrativo	Polos EaD	200
2023	Direito Criminal	Polos EaD	200
2023	Direito da Família e Sucessões	Polos EaD	200
2023	Endodontia	Polos EaD	200
2023	Estética e Cosmetologia	Polos EaD	200
2023	Gerontologia	Polos EaD	200
2023	Engenharia e Tecnologia de Fundição	Polos EaD	200
2023	Prática do Direito Tributário	Polos EaD	200
2023	Tecnologia de Materiais Poliméricos	Polos EaD	200
2023	Governança, Riscos e Compliance	Polos EaD	200
2023	Análise Econômica do Direito	Polos EaD	200
2023	Psicopedagogia	Polos EaD	200
2023	Psicomotricidade: O Processo de Ensino e Aprendizagem	Polos EaD	200
2023	Psicologia Educacional	Polos EaD	200
2023	Gestão Hospitalar	Polos EaD	200
2023	Criação e Gestão de Startups	Polos EaD	200
2023	Alfabetização, Letramento e a BNCC	Polos EaD	200
2023	Direito Digital e Inovação	Polos EaD	200
2023	Direito Penal e Processual Penal	Polos EaD	200
2023	Direito Previdenciário	Polos EaD	200
2023	Gestão Educacional 5.0	Polos EaD	200
2024	Implantodontia	Polos EaD	200
2024	Investigação Criminal e Psicologia Forense	Polos EaD	200
2024	Nutrição	Polos EaD	200
2025	Odontologia Estética	Polos EaD	200
2025	Psicologia Organizacional	Polos EaD	200

Legenda:

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

Fonte: Primária (2022)

3.5.3 Cursos de pós-graduação *stricto sensu*

O planejamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* foi feito com base nas competências instaladas, no delineamento das áreas consideradas prioritárias para a Instituição, nos requisitos da Capes e nas demandas da comunidade.

A fim de garantir a execução desse planejamento, nos últimos anos foram implantados nas áreas de Direito, Odontologia e Comunicação os Programas Institucionais de Pesquisa (PIPs), que têm entre seus objetivos incentivar o desenvolvimento da pesquisa, bem como a publicação da produção científica decorrente, de modo a sustentar os projetos de cursos novos. Dessa forma, a PRPPG mantém o apoio a tais grupos, que deverão priorizar em suas propostas sua sustentabilidade financeira, seja por meio de modalidade específica e/ou por oferecimento de curso em associação com outras instituições parceiras.

O quadro 25 apresenta a lista de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade presencial a serem criados no período de 2022-2026.

Quadro 25 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade presencial a serem oferecidos pela Univille no período de 2022-2026

Ano de submissão à Capes	Ano previsto para o credenciamento pela Capes (*)	Curso	T	V
2022**	2022	Design	D	10
2022**	2022	Educação	D	10
2022**	2022	Odontologia	M	20
2023	2024	Comunicação	M	20
2023	2024	Engenharia de Processos	D	10
2023	2024	Direito	M	20

Legenda:

T – tipo do curso: M – mestrado; D – doutorado

V – vagas anuais

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente

(**) Referente ao Calendário 2021 – APCN/Capes

Fonte: Primária (2021)

3.5.4 Cronograma de abertura de polos EaD 2022-2026

Para o período de 2022 a 2026 está prevista a abertura dos polos EaD conforme o quadro 26.

Quadro 26 – Polos de apoio à EaD a serem implantados pela Univille no período de 2022-2026

Ano	Cidade / região*	Local	Tipo
2022	Joinville / sul	A definir	C
2022	Joinville / Vila Nova	A definir	C
2022	Rio Negrinho	A definir	C
2022	Garuva	A definir	C
2022	Mafra	A definir	C
2023	Canoinhas	A definir	C
2023	Piçarras	A definir	C
2023	Rio Negro	A definir	C
2023	Piên	A definir	C
2023	Paranaguá	A definir	C
2023	Campo Alegre	A definir	C
2023	Barra do Sul	A definir	C
2023	Lages	A definir	C
2023	Penha / Navegantes	A definir	C
2023	Itaiópolis	A definir	C
2023	Corupá	A definir	C
2023	Papanduva	A definir	C
2023	Três Barras	A definir	C
2023	Luís Alves	A definir	C
2023	Monte Castelo	A definir	C
2023	Schroeder	A definir	C
2023	Pomerode	A definir	C
2023	Pinhais	A definir	C
2023	Balneário Camboriú	A definir	C
2023	Camboriú	A definir	C
2023	Porto Belo	A definir	C
2023	São José	A definir	C
2023	Palhoça	A definir	C
2023	Florianópolis	A definir	C
2024	Itajaí	A definir	C
2024	Brusque	A definir	C
2024	Gaspar	A definir	C
2024	Tubarão	A definir	C
2024	Araranguá	A definir	C
2024	Orleans	A definir	C
2024	Criciúma	A definir	C

Continua...

Continuação do quadro 26

Ano	Cidade / região*	Local	Tipo
2024	Rio do Sul	A definir	C
2024	Otacílio Costa	A definir	C
2024	Correia Pinto	A definir	C
2024	Porto União	A definir	C
2024	União da Vitória	A definir	C
2024	Curitiba	A definir	C
2024	São José dos Pinhais	A definir	C
2024	Ponta Grossa	A definir	C
2024	Irineópolis	A definir	C
2024	Blumenau	A definir	C
2024	Ibirama	A definir	C
2024	Indaial	A definir	C
2024	Timbó	A definir	C
2024	Pouso Redondo	A definir	C
2024	Taió	A definir	C
2025	Videira	A definir	C
2025	Caçador	A definir	C
2025	Campos Novos	A definir	C
2025	Concórdia	A definir	C
2025	Chapecó	A definir	C
2025	São Miguel do Oeste	A definir	C
2025	Xanxerê	A definir	C
2025	Xaxim	A definir	C
2025	Palmas	A definir	C
2025	General Carneiro	A definir	C
2026	Maringá	A definir	C
2026	Cascavel	A definir	C
2026	Londrina	A definir	C
2026	Apucarana	A definir	C
2026	Pontal do Paraná	A definir	C
2026	Ibirama	A definir	C
2026	São Joaquim	A definir	C
2026	Campo Largo	A definir	C
2026	Itapema	A definir	C
2026	Bombas	A definir	C
2026	Bombinhas	A definir	C
2026	Pato Branco	A definir	C
2026	Francisco Beltrão	A definir	C

Continua...

Continuação do quadro 26

Ano	Cidade / região*	Local	Tipo
2026	Lapa	A definir	C
2026	Almirante Tamandaré	A definir	C

Legenda:

Tipo: P – próprio; C – conveniado

Observações:

(*) A abertura dos polos é facultada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

Fonte: Primária (2021)

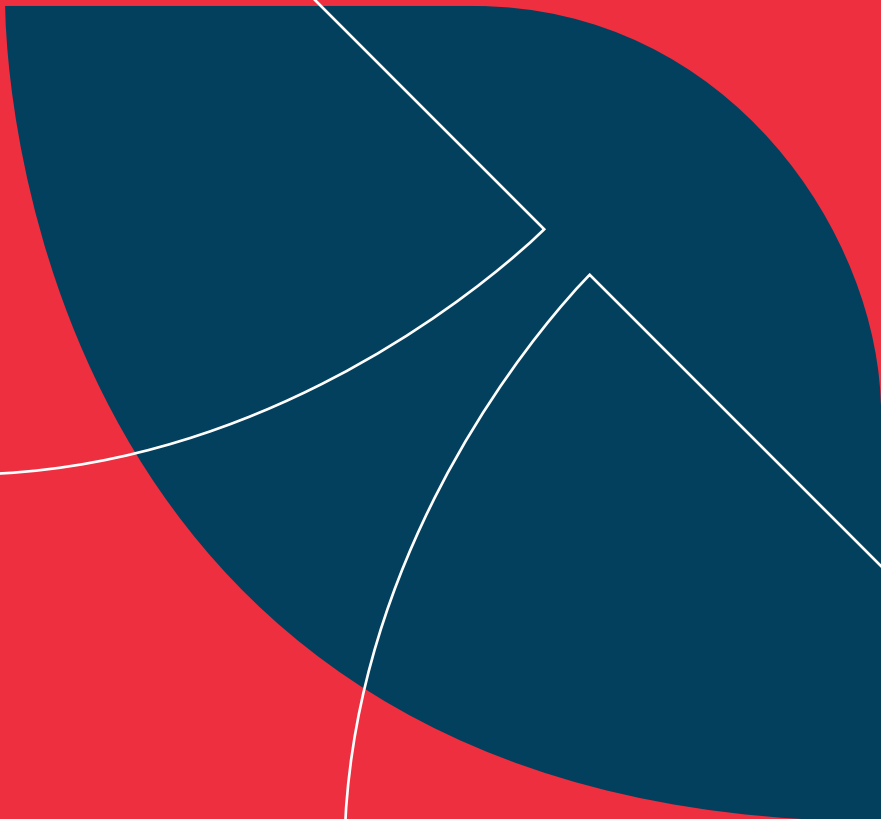
O terceiro capítulo caracterizou o cronograma de desenvolvimento da Instituição para o período compreendido por este PDI. Para tanto, foram apresentados os cursos oferecidos em 2021 e os cursos que se almeja ofertar.



**PERFIL DOS
PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR DA
UNIVILLE**



univille



4 PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA UNIVILLE

Este capítulo apresenta o perfil dos profissionais da educação superior da Univille, os quais compreendem integrantes do quadro de carreira e demais profissionais contratados. O quadro de carreira é composto por docentes titulares, docentes adjuntos, preceptores, tutores e instrutores/professores de cursos livres. Inicialmente este capítulo caracteriza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior; a forma de seleção e contratação; o regime de trabalho e os procedimentos de substituição dos profissionais. Por fim, são apresentados os programas de qualificação e profissionalização e é descrita a forma como ocorre a gestão do quadro de profissionais da educação superior na Instituição.

4.1 Plano de cargos, carreiras e salários da educação superior

De acordo com o Estatuto da Furj (FURJ, 2014a) e o Estatuto da Univille (UNIVILLE, 2016), os profissionais da educação superior da Instituição serão admitidos e regidos considerando:

- a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- o Estatuto da Furj;
- o Regimento da Univille;
- o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior;
- demais normativas internas pertinentes.

Observe-se que para os admitidos até 30/10/2014 se aplica também o Estatuto do Magistério Superior da Univille (FURJ, 2014b).

4.1.1 Estrutura e organização de cargos e carreiras

A Instituição tem como profissionais da educação superior integrantes do quadro de carreira e demais contratados (FURJ, 2014b). O quadro de carreira do magistério é composto por:

- **Docentes titulares:** docentes em cursos superiores que acessaram o cargo por meio de seleção interna, conforme regulamentações internas. O número de vagas para docente titular é definido pelo Conselho Universitário da Univille e pelo Conselho de Administração da Furj, de acordo com as necessidades acadêmicas e os requisitos institucionais;
- **Docentes adjuntos:** docentes em cursos superiores que, por meio de seleção externa ou interna e aprovação em estágio probatório, ingressam nos quadros da Instituição. O número de vagas para docente adjunto é definido pelo Conselho Universitário da Univille e pelo Conselho de Administração da Furj, de acordo com as necessidades acadêmicas e os requisitos institucionais;
- **Preceptores:** profissionais da área da saúde que atuam com os alunos em aulas práticas, na construção de conhecimentos específicos da sua área. No caso do curso de Medicina, os preceptores também poderão atuar nos internatos;
- **Tutores:** profissionais contratados para mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e presenciais com componentes curriculares semipresenciais;

- **Instrutores/professores de cursos livres:** profissionais contratados por prazo indeterminado para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências.

O quadro de carreira da educação superior estrutura-se por categorias, classes e níveis. Na categoria de docente titular há a previsão de:

- **Classe Titular I:** docente com titulação de doutor e níveis salariais de A1 até A20;
- **Classe Titular II:** docente com titulação de mestre e níveis salariais de B1 até B11;
- **Classe Titular III:** docente com titulação máxima de especialista, habilitado para o magistério superior e enquadrado nessa classe em maio de 2012, compondo a partir de então classe que não recebe novos integrantes e níveis salariais de C1 até C10.

A categoria de docente adjunto prevê:

- **Classe Adjunto I:** docente com titulação de doutor e níveis salariais de D1 até D6;
- **Classe Adjunto II:** docente com titulação de mestre e níveis salariais de E1 até E5;
- **Classe Adjunto III:** docente com especialização que o habilite ao magistério superior e níveis salariais de F1 até F3.

Na categoria de preceptor há a previsão de:

- **Classe Preceptor:** profissional com qualificação em residência que o habilite para a preceptoria na área específica e níveis salariais de G1 até G7.

Na categoria de tutor é previsto:

- **Classe Tutor I:** profissional com graduação na área e especialização que o habilite para a tutoria e níveis salariais de H1 até H7;
- **Classe Tutor II:** profissional com graduação na área que o habilite para a tutoria e níveis salariais de I1 até I7.

Na categoria de instrutor/professor de cursos livres em contratos por prazo indeterminado, há a previsão de:

- **Classe Professor de Cursos Livres I:** profissional graduado, com especialização e reconhecido conhecimento e experiência que o habilitem para a instrução em área específica e níveis salariais de J1 até J7;
- **Classe Professor de Cursos Livres II:** profissional graduado, com reconhecido conhecimento e experiência que o habilitem para a instrução em área específica e níveis salariais de K1 até K7;
- **Classe Instrutor de Cursos Livres:** profissional não graduado, mas com reconhecido conhecimento e experiência que o habilitem para a instrução em área específica e níveis salariais de L1 até L7.

A composição do quadro de profissionais da educação superior da Instituição considera os requisitos legais relativos à titulação acadêmica e regime de trabalho. O quadro 27 apresenta os dados acerca da titulação do corpo docente (titulares e adjuntos) indicando o número de profissionais por titulação. O quadro 28 aponta os dados sobre o regime de trabalho do corpo docente (titulares e adjuntos), exibindo o número de professores por regime de trabalho.

Quadro 27 – Composição do corpo docente: titulação acadêmica

Situação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Em exercício	69	219	167	455
Afastado	2	0	1	3
Total	71	219	168	458

Fonte: Gestão de Pessoas / Univille (2021)

Quadro 28 – Composição do corpo docente (titulares e adjuntos): regime de trabalho

Regime de trabalho	Número de docentes	%
Horista	117	25,55
Tempo parcial	60	13,10
Tempo integral	281	61,35
Total	458	100,00

Fonte: Gestão de Pessoas / Univille (2021)

Além dos cargos previstos na carreira, a Univille conta com outras categorias:

- **Docentes visitantes:** aqueles contratados em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou na sociedade e da necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de processo seletivo, e a relação de emprego pode ser por prazo determinado ou indeterminado;
- **Docentes temporários:** contratados por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista e em situação emergencial, no decorrer do período letivo, associada às atividades em sala de aula;
- **Professores de cursos livres temporários:** profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado.

4.1.2 Admissão inicial dos profissionais de educação

A admissão inicial de docentes, tutores, preceptores e instrutores/professores de cursos livres, com contrato por prazo indeterminado, para ingresso na carreira da educação superior da Instituição será feita por processo seletivo externo, observadas as regulamentações internas.

O profissional admitido será alocado no nível salarial da categoria para a qual foi selecionado, na classe correspondente a sua titulação, e só passará a integrar a carreira da educação superior após aprovação em estágio probatório. Este ocorrerá de acordo com regulamentações institucionais e contará com a avaliação contínua do desempenho do docente recém-admitido, com o intuito de definir sua aprovação para integrar o quadro de carreira.

Os profissionais da educação superior pertencentes ao quadro de carreira são submetidos a avaliação contínua de desempenho conforme regulamentações institucionais, a fim de propiciar subsídios para o seu desenvolvimento profissional.

4.1.3 Desenvolvimento da carreira

O desenvolvimento dos profissionais na carreira ocorre por promoção vertical na categoria, promoção vertical na classe e progressão horizontal na mesma classe, considerando, nesse caso, a progressão por antiguidade e por merecimento. O profissional somente pode iniciar o desenvolvimento na carreira após aprovação no estágio probatório.

A promoção vertical na categoria corresponde à promoção do profissional, de instrutor/professor de cursos livres (com contrato por prazo indeterminado), tutor ou preceptor para docente adjunto ou de docente adjunto para docente titular, mediante abertura de vaga e aprovação em processo seletivo interno. O profissional promovido de categoria será enquadrado na classe

correspondente a sua titulação, no nível salarial cujo valor é imediatamente superior ao da sua remuneração original.

A promoção vertical para as classes Adjunto I e Titular I ocorre dentro da mesma categoria, mediante abertura de vaga e aprovação em prévio processo seletivo interno, sendo necessária a comprovação da obtenção da titulação acadêmica de doutor, na grande área de atuação do docente no ensino, na pesquisa e/ou na extensão, reconhecida pela Capes. O enquadramento do profissional promovido faz-se na classe correspondente a sua nova titulação, no nível salarial inicial da nova classe.

A promoção vertical para as classes de Adjunto II e Titular II ocorrerá:

- dentro da mesma categoria, automaticamente, sempre que o docente comprovar a obtenção de titulação acadêmica de mestre, na sua grande área de atuação, reconhecida pela Capes;
- entre categorias, mediante a abertura de vaga e aprovação em prévio processo seletivo interno, sendo necessária a comprovação da conclusão de curso de especialização *lato sensu* ou obtenção de titulação acadêmica de mestre na sua grande área de atuação, reconhecida pela Capes.

Para diploma de mestre ou doutor alcançado em curso/programa interdisciplinar reconhecido pela Capes, o critério para definir a grande área de atuação do profissional advém da câmara temática na qual o curso/programa foi classificado pelo Comitê Interdisciplinar da Capes.

A progressão horizontal compreende a movimentação de um nível para o seguinte na mesma classe, observando-se o interstício mínimo de dois anos para a antiguidade e a pontuação mínima exigida para o merecimento. A progressão horizontal fica condicionada, em ambos os casos, à inexistência de penalidade disciplinar de suspensão e média anual maior ou igual a 7 nas avaliações contínuas de desempenho no ensino, sendo vedada a progressão horizontal concomitante por antiguidade e merecimento no mesmo ano civil. O interstício temporal para as progressões horizontais é computado a partir da data de admissão ou da última promoção vertical ou progressão horizontal. Cada penalidade disciplinar de suspensão somente pode ser considerada como óbice à progressão horizontal uma única vez, restringindo-se àquela imposta no interstício computado para a progressão. Cada resultado de avaliação contínua de desempenho é computado apenas uma vez para efeito da progressão horizontal na classe, não se acumulando nem influenciando as progressões posteriores.

O interstício mínimo para a progressão horizontal por antiguidade fica suspenso nos períodos de licença e de afastamento integral da Instituição, retomando-se a contagem a partir do retorno do docente ao efetivo exercício de suas atribuições na Instituição, exceto nos casos de afastamento para seguir cursos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

A progressão horizontal por merecimento é realizada mediante requerimento do profissional interessado e apresentação de documentos comprobatórios que devem ser entregues à área de Gestão de Pessoas até o mês de abril de cada ano, com efeitos financeiros na folha de pagamento de agosto do mesmo ano. A pontuação mínima exigida para a progressão horizontal por merecimento é de 100 pontos, para as categorias docente titular e docente adjunto, e de 25 pontos para as demais categorias, conforme quadro de pontuação que consta do Estatuto do Magistério Superior (EMS) e do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior (PCCSES).

4.1.4 Política de remuneração, base remuneratória e atualização monetária

A remuneração dos profissionais da educação superior, indistintamente, é praticada tomando-se como base o valor da hora-aula ou da hora-atividade, dependendo da categoria. Os níveis salariais correspondentes às categorias e classes de profissionais integrantes da carreira da educação superior são os previstos no EMS e no PCCSES.

A base remuneratória dos profissionais pertencentes às categorias de docente titular, docente adjunto, preceptor e instrutor/professor de cursos livres por prazo indeterminado será o valor da hora-aula inicial, e a base remuneratória do tutor será o valor da hora-atividade inicial, na respectiva classe em que forem enquadrados. A hora-aula será de 50 minutos, e a hora-atividade, de 60 minutos. Os valores da hora-aula e da hora-atividade iniciais de cada classe de profissional serão determinados pelo Conselho de Administração, observados os reajustes legais e convencionais. A tabela salarial poderá ainda ser atualizada com base em pesquisas de mercado.

O valor monetário da hora-aula ou hora-atividade respectivo a cada nível salarial será o resultado da multiplicação do índice relativo ao nível salarial de enquadramento pelo valor da hora-aula ou hora-atividade do nível imediatamente anterior, e assim sucessivamente, desde o nível inicial, conforme previsto no EMS e no PCCSES.

4.2 Seleção e contratação docente

O docente que pretende lecionar nos cursos de graduação da Univille deve preencher os requisitos de credenciamento para a disciplina pleiteada. O credenciamento de docentes é o processo pelo qual o professor se habilita ao exercício do magistério em determinada disciplina de curso superior. Esse credenciamento é realizado pela comissão institucional de credenciamento docente, e, para a sua obtenção em caráter definitivo, faz-se necessário atender a um dos seguintes itens:

- ter no mínimo título de mestre na área da disciplina;
- ter no mínimo título de mestre, graduação na área da disciplina e atender a pelo menos um dos requisitos seguintes:
 - comprovar experiência de magistério relacionada à disciplina não inferior a dois anos após a graduação;
 - comprovar produção intelectual, técnica ou científica na área de conhecimento da disciplina;
 - comprovar experiência profissional não inferior a dois anos após a graduação na área de conhecimento da disciplina;
- possuir notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim da disciplina;
- ser graduado em curso superior e certificado em pós-graduação *lato sensu* na área da disciplina e ter mais um dos seguintes requisitos:
 - comprovar experiência no magistério não inferior a três anos;
 - comprovar experiência profissional na área da disciplina não inferior a três anos;
 - comprovar a participação em estudos, projetos ou pesquisas na área da disciplina não inferior a três anos.

O PCCSES prevê os cargos de docente adjunto e docente titular. O número de vagas para docente titular e o número de novas vagas para docente adjunto são definidos pelo Conselho Universitário da Univille e pelo Conselho de Administração da Furj. A seleção dá-se da seguinte forma:

- **Docente titular:** o preenchimento de vagas é feito por seleção interna, a qual supre vaga decorrente da introdução de nova disciplina, da criação de curso ou de exigências didático-pedagógicas. É aberta a participação de docentes titulares e adjuntos que cumpram requisitos de credenciamento e exigências do edital;
- **Docente adjunto:** faz-se o preenchimento de vagas por seleção externa e aprovação em estágio probatório. A seleção externa visa à admissão de docente adjunto e é aberta a candidatos com titulação mínima de mestre que cumpram requisitos de credenciamento e exigências do edital. Essa seleção consiste em prova escrita, prova didática, análise de títulos e prova prática, quando necessário. As contratações obedecem à ordem de classificação. O candidato admitido ingressa na carreira desde que aprovado no estágio probatório. O docente admitido será alocado no nível salarial da categoria professor adjunto, na classe correspondente a sua titulação;
- **Tutor, preceptor e instrutor/professor de cursos livres:** o preenchimento de vagas ocorre por processo seletivo externo, observadas as resoluções internas a respeito. O profissional admitido será alocado no nível salarial inicial da categoria tutor, preceptor ou instrutor/professor de curso livre na classe correspondente à sua titulação e só passa a integrar a carreira da educação superior após aprovação em estágio probatório.

A Univille prevê ainda as categorias docente visitante, docente temporário e professor de cursos livres temporários, a serem selecionados e contratados da seguinte maneira:

- **Docente visitante:** contratado em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou sociedade e da necessidade institucional, sem a obrigatoriedade de processo seletivo. A relação de emprego pode ser por prazo determinado ou não. A admissão de professor visitante faz-se mediante solicitação da coordenação de curso à pró-reitoria responsável pelo ensino de graduação ou pós-graduação, com a respectiva justificativa de conhecimento específico e da necessidade da contratação, condicionada à aprovação do Conselho Universitário;
- **Docente temporário:** contratado por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista, quando há necessidade emergencial, no decorrer do período letivo, relacionada às atividades em sala de aula. A seleção é realizada por meio de processo simplificado, requerida justificadamente pela coordenação de curso e autorizada pela pró-reitoria responsável pelo ensino de graduação. A contratação está condicionada à satisfação das condições de credenciamento, devendo o candidato ter, preferencialmente, titulação mínima de mestre;
- **Professores de cursos livres temporários:** profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado. A seleção é feita por meio de processo simplificado pela pró-reitoria responsável pelo curso livre a ser oferecido. A contratação segue as regulamentações institucionais.

4.3 Regime de trabalho e procedimentos de substituição de docentes

O Regimento da Univille define que os docentes da Universidade prestarão serviço em regime de tempo integral, tempo parcial ou de horas/aula e/ou atividades semanais, conforme o estabelecido.

A carga horária semanal dos docentes do magistério superior da Univille obedecerá ao prescrito na legislação do trabalho, nos instrumentos coletivos de trabalho, na legislação do ensino superior e nas regulamentações internas. A carga horária semanal de atividades efetivas na Instituição fica limitada a 40 horas, nelas incluídas: horas de docência; horas complementares à docência, destinadas a atividades de planejamento, preparação de materiais e reuniões, calculadas com base no número de horas em sala de aula; horas dedicadas à pesquisa e à extensão, acessadas por meio de editais ou pela ocupação de funções eletivas; horas de orientação ou outras atividades pedagógicas, atribuídas pelo PPC; e horas administrativas, atribuídas por designação da Reitoria. Será admitida carga horária superior ao limite estabelecido, até o máximo de 44 horas semanais, quando se tratar de horas de orientação específica que atendam ao disposto nas resoluções institucionais.

Com relação ao regime de trabalho, os docentes pertencentes à carreira do magistério superior ficam sujeitos a um dos seguintes sistemas:

- **tempo integral:** há obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho, sendo reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento, gestão e avaliação;
- **tempo parcial:** existe obrigação de prestar 12 ou mais horas semanais de trabalho, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, pesquisa, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos;
- **horista:** há obrigação de prestar, no mínimo, oito horas/aula semanais de trabalho, admitindo-se carga horária semanal menor, mediante solicitação consubstanciada do coordenador do curso, aprovação da pró-reitoria responsável pelo ensino de graduação e/ou de pós-graduação e autorização do Conselho Universitário.

Ficam limitadas a 25% do tempo dedicado às atividades em sala de aula as horas/aula destinadas aos trabalhos complementares à docência, para todos os docentes (titulares e adjuntos) da Instituição.

A substituição eventual é feita por docente temporário, contratado por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista, quando há necessidade emergencial, no decorrer do período letivo. A seleção do docente temporário realiza-se por meio de processo simplificado, requerida justificadamente pela coordenação de curso e autorizada pela pró-reitoria responsável pelo ensino de graduação. A contratação como docente temporário está condicionada à satisfação das condições de credenciamento, e o candidato deve ter, preferencialmente, titulação mínima de mestre.

4.4 Profissionalização e qualificação docente

O docente da Univille responde pelo planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de situações de ensino e aprendizagem no âmbito dos cursos, com base nas concepções e princípios previstos no PPI e nos objetivos, perfil do egresso e componentes curriculares do PPC.

O perfil desejado do docente contempla:

- Competência técnico-científica: manter-se atualizado em sua área de conhecimento e abordar os conteúdos levando em conta exigências de formação previstas nas DCNs e contempladas no PPC;
- Competência pedagógica: organizar e dirigir situações de aprendizagem atuando como orientador e mediador; empregar metodologias de ensino e aprendizagem inovadoras; aplicar novas tecnologias de informação e comunicação; acompanhar e avaliar situações de aprendizagem;
- Competência relacional: orientar estudantes quanto ao respeito à vida, à dignidade, à liberdade, à democracia, à diversidade, ao meio ambiente, às relações humanas, considerando valores e atitudes éticas, diálogo e respeito ao outro;
- Competência organizacional: agir conforme o estatuto, o regimento, as resoluções e as instruções normativas da Instituição; atuar de forma comprometida com concepções, visão, missão, valores, princípios e diretrizes da Univille.

4.4.1 Programa de Profissionalização Docente

O Programa de Profissionalização Docente (PPD) promove a contínua atualização didático- pedagógica dos profissionais da educação superior da Univille com base em estudos, reflexão e pesquisa da prática pedagógica. É gerenciado pelo Centro de Inovação Pedagógica (CIP), e seus princípios são:

- contínua profissionalização e construção da identidade docente;
- melhoria contínua da qualidade do processo de ensino e aprendizagem;
- integração dos cursos pelo compartilhamento de concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos inovadores;
- integração com processos de avaliação;
- alinhamento a concepções, princípios e perfil desejado do docente.

Os objetivos do PPD são:

- promover atividades de atualização didático-pedagógica;
- propiciar compartilhamento de concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos inovadores;
- oportunizar discussão, análise e reflexão sobre experiências no âmbito do processo de ensino e aprendizagem;
- colaborar com a construção e consolidação da identidade docente da Univille;
- contribuir para a melhoria contínua da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

As atividades do PPD consistem em: integração (IT), profissionalização docente continuada (PDC), profissionalização docente intensiva (PRDI), plano de desenvolvimento profissional individual (PDPI) e projetos específicos (PE). A IT fornece ao profissional da educação superior ingressante na Universidade informações sobre estrutura, estatutos, regimentos e regulamentações institucionais. A PDC promove atualização em concepções educacionais, metodologias de ensino e aprendizagem e recursos didático-pedagógicos inovadores por meio de atividades presenciais e a distância ao longo do ano. Já a PRDI proporciona atualização em temas didático-pedagógicos por meio de atividades presenciais e a distância em fevereiro e julho (Unintegra). O PDPI é construído pelo professor com base em resultados de avaliação de

desempenho, e o PE constitui um evento de atualização didático-pedagógica promovido pelos colegiados dos cursos.

A dotação orçamentária destinada ao PPD é prevista anualmente pelo Conselho de Administração. Os recursos são aplicados de modo a viabilizar as atividades do PPD e o cumprimento dos dispositivos institucionais que tratam da profissionalização docente.

4.4.2 Programa de Qualificação Docente

O Programa de Qualificação Docente (PQD) da Univille tem o objetivo de atender às necessidades institucionais e às diretrizes nacionais para a educação superior, qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e de pós-doutorado.

Para cumprir o objetivo de sua política, o PQD tem como diretrizes:

- Realizar o diagnóstico da titulação docente dos cursos de graduação da Univille à luz das diretrizes nacionais da educação superior para definir as áreas prioritárias e direcionar a formação de novos mestres e doutores;
- Propor requisitos, procedimentos, prazos e critérios para a concessão e manutenção de auxílio-educação para mestrado, doutorado, pós-doutorado e doutorado sanduíche para serem analisados e homologados pela comissão de qualificação docente;
- Buscar parcerias para cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais (Minter e Dinter) nas áreas consideradas prioritárias pela Univille;
- Realizar, em parceria com a Área de Pesquisa, o diagnóstico das competências institucionais para atendimento das demandas regionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), de modo a estimular as potencialidades institucionais para a criação e manutenção de novos cursos *stricto sensu*, bem como para auxiliar a promoção do desenvolvimento científico-tecnológico e a inovação em Joinville e região.

As áreas prioritárias devem ser reavaliadas periodicamente e divulgadas por meio de editais.

A dotação orçamentária para a qualificação docente é definida anualmente pelo Conselho de Administração. Os recursos são aplicados de modo a viabilizar:

- apoio financeiro para docentes realizarem cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, pós-doutorado e doutorado sanduíche, levando em conta a prioridade da área;
- apoio financeiro para oferta de cursos nas modalidades Minter (Mestrado Interinstitucional) e Dinter (Doutorado Interinstitucional), considerados prioritários para a Universidade.

4.5 Gestão do quadro docente

A gestão do quadro docente da Univille visa atender aos requisitos de qualidade institucionais, bem como aos definidos pelo Sinaes em termos de regime de trabalho e titulação acadêmica. Essa gestão é realizada considerando:

- adequação à legislação vigente;
- valorização da carreira docente e melhoria da qualidade do ensino;
- abertura de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- descontinuidade de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*;
- sustentabilidade acadêmica com a manutenção do *status* de universidade comunitária;
- sustentabilidade financeira institucional levando-se em conta a viabilidade financeira das ações de contratação e o desenvolvimento do pessoal docente.

Dessa forma, a gestão do quadro docente considera a criação e a extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, a qualificação do corpo docente dos cursos existentes, o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão e as novas demandas do processo de ensino e aprendizagem contemporâneo. O quadro 29 apresenta a perspectiva de ampliação da qualificação do corpo docente para o período de vigência deste PDI.

Quadro 29 – Perspectiva de ampliação da qualificação do corpo docente

Ano	2022			2023			2024			2025			2026							
	n.	Ajuda de custo	Defesas	T	n.	Ajuda de custo	Defesas	T	n.	Ajuda de custo	Defesas	T	n.	Ajuda de custo	Defesas	T				
Mestrando	3	4	0	7	7	4	0	11	11	4	0	15	15	4	0	19	19	4	0	23
Doutorando	28	4	0	32	32	4	0	36	36	4	0	40	40	4	0	44	44	4	0	48
Mestres	193	0	0	193	193	0	0	193	193	0	1	194	194	0	4	198	198	0	4	202
Doutores	162	0	2	164	164	0	4	168	168	0	4	172	172	0	4	176	176	0	4	180
Total (*)	386			396			408					421				437				

Observação:

(*) Número total (T) de docentes em atividade tomando por base o ano de 2021, observando-se que haverá variação ao longo do período de 2022 a 2026

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas / Programa de Qualificação Docente Univille (2021)

O quarto capítulo caracterizou o perfil do corpo docente da Univille. Inicialmente foi descrito o plano de carreira, apresentando as categorias previstas e os aspectos relacionados ao desenvolvimento de carreira. A seguir, a forma de seleção e de contratação dos professores, o regime de trabalho e a substituição temporária dos docentes foram explicados. Por fim, descreveram-se os programas de qualificação e profissionalização docente, bem como a gestão do quadro.



**ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA
DA IES**



univille



5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

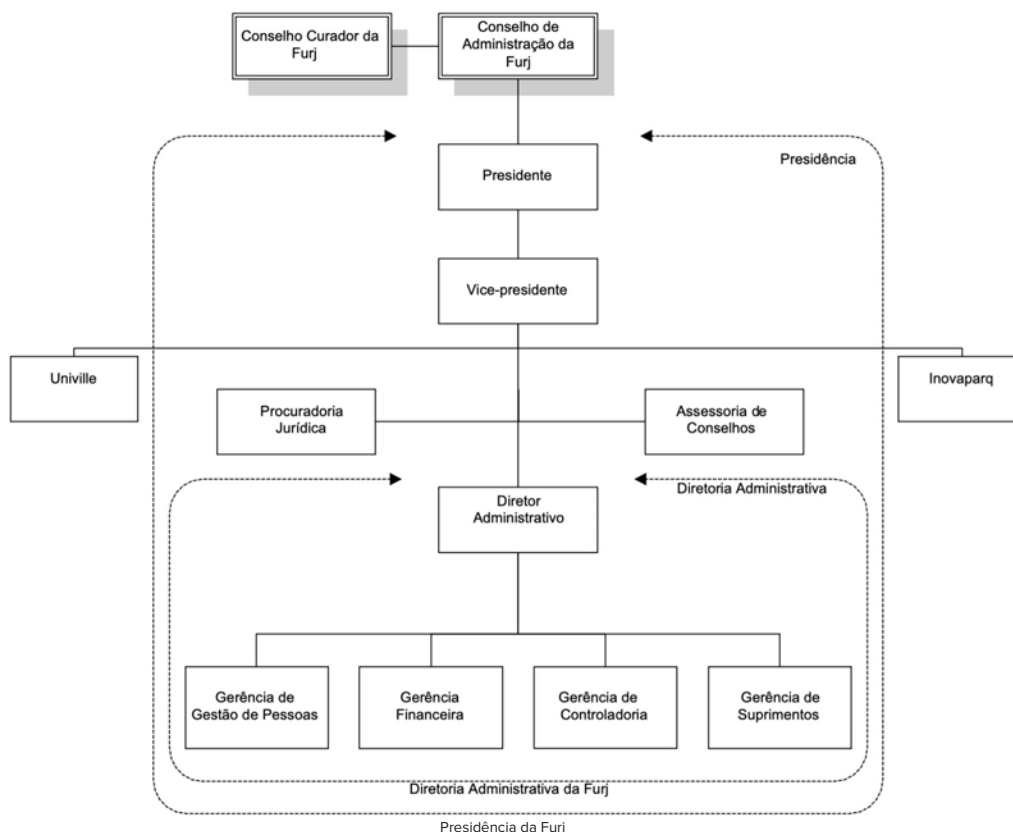
Este capítulo apresenta a organização administrativa da Furj e de sua mantida, a Univille. Inicialmente os organogramas da Furj e da Univille são apresentados com base nas estruturas definidas nos estatutos e regimentos institucionais. Na sequência, as competências dos órgãos da administração da Fundação e da Universidade são descritas.

5.1 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura pressupõe a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 20.

Figura 20 – Organograma da Furj

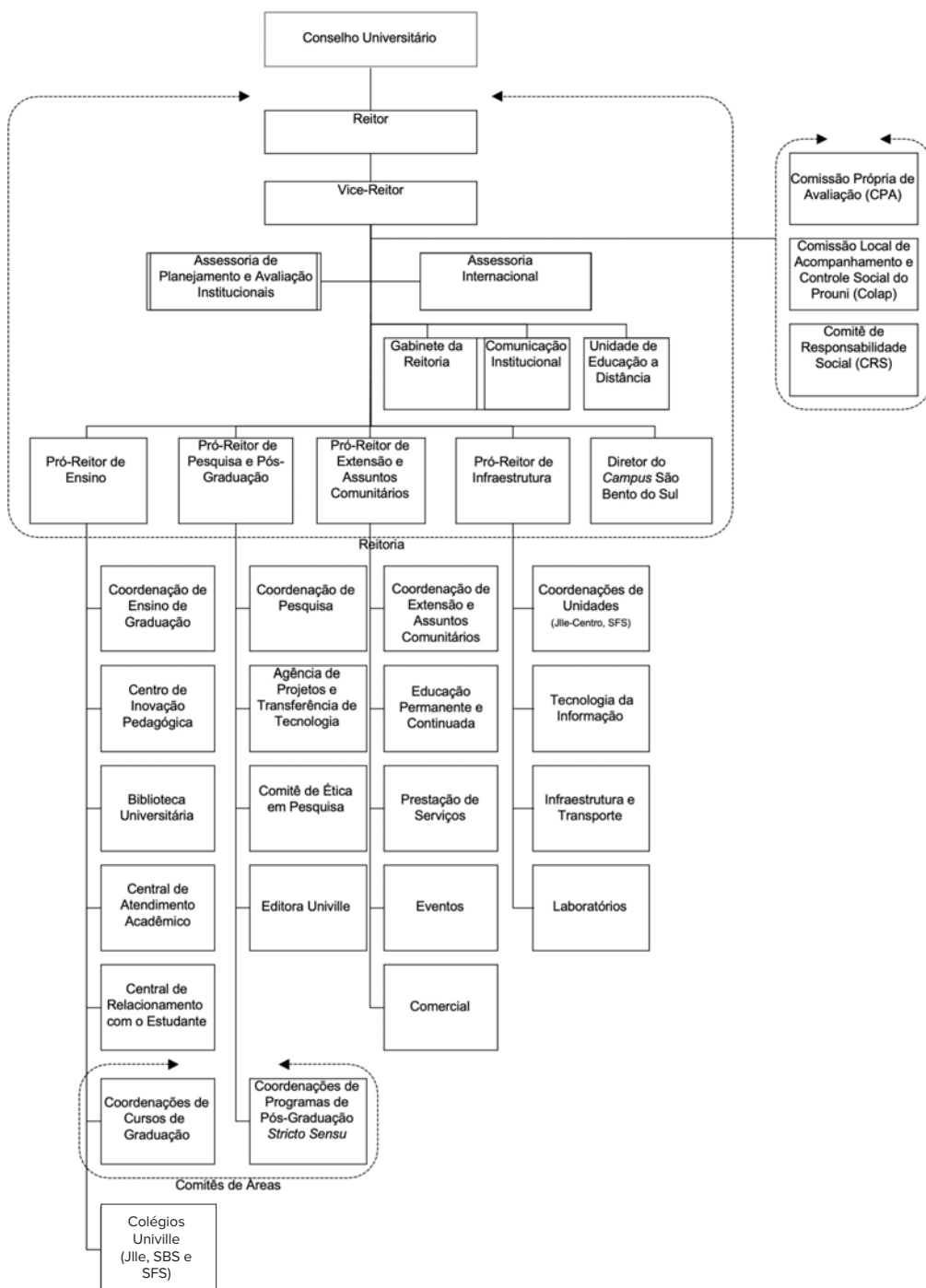


Fonte: Primária (2021)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual fazem parte o presidente, o vice-presidente e a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparc.

A administração da Univille está organizada em geral, administração dos *campi* e unidades, dos cursos de graduação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2021). O organograma da Univille é apresentado na figura 21.

Figura 21 – Organograma da Univille



Fonte: Primária (2022)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos, consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

5.2 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem como finalidade manter a Univille e o Inovaparq. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

5.2.1 Conselho de Administração da Furj

O Conselho de Administração, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj, constitui-se dos seguintes membros (FURJ, 2014a):

- Presidente da Furj;
- Vice-Presidente da Furj;
- Diretor Administrativo da Furj, sem direito a voto;
- Um indicado por unidade acadêmico-administrativa;
- Dois indicados pelo *Campus* São Bento do Sul;
- Um indicado para cada um dos demais *campi* da Univille;
- Um indicado pelos Colégios Univille;
- Um indicado pelos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille;
- Um discente indicado por DCE da Univille;
- Um indicado pelo Inovaparq;
- O último ex-presidente da Furj;
- Um indicado pelas Associações de Pais e Professores (APPs) dos Colégios da Univille;
- Um indicado pela Affurj;
- Representantes da comunidade regional:
 - um indicado pelo Poder Executivo de cada município em que a Furj tenha sede ou extensão;
 - um indicado pelo Poder Legislativo de Joinville;
 - um indicado pela Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina;
 - um indicado da comunidade empresarial;
 - um indicado da comunidade científica;
 - um indicado das Centrais Sindicais de Joinville;

- um indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. A natureza do mandato dos conselheiros é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):
- examinar, discutir e aprovar:
 - o Estatuto e o Regimento da Furj e suas respectivas reformas;
 - os regulamentos das instituições mantidas pela Furj e suas respectivas reformas, exceto da Univille, que se reportará ao Conselho Universitário dessa mantida;
 - as estratégias de ação e as prioridades de investimento da Furj e de suas instituições mantidas;
 - as diretrizes para investimentos da Furj;
 - a criação e a extinção de estruturas administrativas da Furj;
 - a criação e a extinção de instituição mantida pela Furj;
 - a proposta orçamentária do ano subsequente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;
 - a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
 - o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
 - os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;
 - os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;
 - os critérios para contratação de serviços e aquisição de produtos e bens para consecução dos objetivos da Furj;
 - o plano de cargos e salários do pessoal contratado pela Furj e suas alterações;
- acompanhar a execução orçamentária;
- estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com:
 - administração financeira, contábil e auditoria;
 - administração patrimonial;
 - administração de pessoal;
 - avaliação das atividades da Furj;
- deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:
 - os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações com encargo;
 - os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como na organização de empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj;
- autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador;
- escolher os membros e os suplentes do Conselho Curador;
- homologar o Estatuto e o Regimento Geral da Univille e suas respectivas reformas, aprovados pelos Conselhos da Univille;
- homologar a diretoria administrativa indicada pelo presidente da Furj;
- conhecer outras matérias de interesse da Furj e deliberar sobre elas;

- julgar em grau de recurso, em matéria de sua competência, as decisões tomadas pelas instituições mantidas pela Furj;
- resolver os casos omissos no Estatuto e no Regimento da Furj.

A sistemática de funcionamento das reuniões do Conselho de Administração é definida pelo Estatuto da Furj.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões e grupos de trabalho;
- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj;
- encaminhar ao Conselho Curador as deliberações do Conselho de Administração que necessitem de apreciação e/ou homologação daquele conselho;
- exercer atribuições definidas em lei, no Estatuto da Furj ou por deliberação do conselho.

5.2.2 Conselho Curador da Furj

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes são indicados pelo Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. O Conselho Curador é composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes. A natureza do mandato e a sistemática das reuniões são definidas pelo Estatuto da Furj.

De acordo com o estatuto (FURJ, 2014a), compete ao Conselho Curador:

- homologar o ato do Conselho de Administração, que aprova:
 - a proposta orçamentária;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
 - contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;
 - pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
 - a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj;
- examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos pela Furj.

5.2.3 Presidência da Furj

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da Furj são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille.

De acordo com o Estatuto da Furj (FURJ, 2014a), compete ao presidente dessa fundação:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do estatuto e das deliberações do Conselho de Administração;
- representar a Furj, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- constituir advogado para defesa de interesse da entidade;
- determinar a execução das resoluções do Conselho de Administração;
- superintender os serviços administrativos da Furj;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos com instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;
- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;
- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro;
- exercer atribuições definidas em lei, no estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, e atribuições inerentes a sua competência legal.

Compete ao vice-presidente (FURJ, 2014a):

- representar a Furj em faltas e impedimentos temporários do presidente;
- coordenar ações administrativas delegadas pelo presidente.

A Diretoria Administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados (FURJ, 2014a).

5.3 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville (Univille) é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede e possui polo EaD;
- *Campus* São Bento do Sul, com polo EaD;
- Unidade Centro – Joinville, com polo EaD;
- Unidade São Francisco do Sul, com polo EaD;
- Polo Jaraguá do Sul;
- Polo Itapoá;
- Polo Guaramirim;

- Polo Barra Velha;
- Polo Massaranduba;
- Polo Araquari;
- Polo Guaratuba.

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;
- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;
- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;
- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;

- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente, encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo, na forma da lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:
 - Câmara de Ensino;
 - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Câmara de Extensão;
 - Câmara de Gestão;
- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

5.3.1 Conselho Universitário da Univille

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;
- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares;
- um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:
 - dois representantes da graduação por *campus*;
 - um representante da graduação por unidade;
 - um representante da pós-graduação *lato sensu*;
 - um representante da pós-graduação *stricto sensu*;
 - um representante do pessoal administrativo;
 - um representante das APPs dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros e a sistemática das reuniões do Conselho Universitário são definidas pelo Estatuto da Univille.

Conforme tal estatuto, compete ao Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- zelar pelo patrimônio material e imaterial, tangível e intangível da Furj;
- zelar pela realização das finalidades da Univille, exercendo a jurisdição superior da Universidade em matéria acadêmica e administrativa, incluindo a fiscalização no âmbito de suas atribuições, e a proposição de medidas de natureza disciplinar preventiva, corretiva ou repressiva, quando necessário;
- deliberar, em última instância, em matéria de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração geral e política institucional;
- homologar instruções normativas da Reitoria e dos órgãos complementares e suplementares;
- instituir símbolos, insígnias e bandeiras no âmbito da Univille;
- deliberar sobre a aprovação da concessão de títulos honoríficos, por maioria qualificada de no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- deliberar sobre as políticas institucionais da Univille;
- deliberar sobre a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente e, quando for o caso, sobre a proposta orçamentária revisada, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj, a ser apreciada pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre a proposta de orçamento plurianual da Univille, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para apreciação do Conselho de Administração da Furj;
- apreciar o Demonstrativo de Resultados da realização orçamentária do exercício anterior da Univille, encaminhando parecer à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- emitir parecer a respeito de proposta de extinção da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando-o ao Conselho de Administração da Furj;
- deliberar sobre a criação, a extinção ou a fusão de *campi*, unidades e polos de apoio presencial para a Educação a Distância;
- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção de coordenações de cursos, comitês de área, setores e de órgãos complementares e suplementares;

- deliberar sobre acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille, encaminhando-os para a homologação do Conselho de Administração da Furj;
- aprovar o regulamento para eleição do reitor;
- aprovar alterações do Estatuto da Univille;
- aprovar o Regimento da Univille;
- fixar normas complementares ao Regimento da Univille sobre processo seletivo, projetos pedagógicos de cursos de graduação ou programas de pós-graduação, bem como sobre calendário acadêmico, horários das aulas, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;
- estabelecer critérios para a distribuição de bolsas de estudo, quando se tratar de recursos próprios;
- aprovar a criação, o projeto de autorização, o projeto pedagógico, o desmembramento ou a extinção de cursos de graduação;
- aprovar a criação, o projeto e o regimento, bem como a extinção, dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- aprovar os projetos de cursos *lato sensu*;
- deliberar sobre o número de vagas iniciais de cursos de graduação e de pós-graduação novos e alteração do número de vagas dos cursos existentes;
- homologar os resultados dos editais dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- homologar os resultados dos processos seletivos para admissão de professores adjuntos;
- estabelecer normas sobre credenciamento, descredenciamento e recredenciamento dos profissionais da educação superior;
- deliberar sobre pedido de afastamento docente;
- apreciar e emitir parecer sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Superior e do Pessoal Administrativo, com as respectivas remunerações, para posterior deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- julgar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pela Reitoria, em suposta situação de infringência à lei ou às regulamentações internas;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas da Reitoria, de outros órgãos ou de outras autoridades universitárias;
- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- apurar responsabilidade do reitor quando incorrer em falta grave, ou quando, quer por omissão, quer por tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento do Estatuto e do Regimento da Univille e da legislação educacional;
- deliberar, após sindicância, sobre a intervenção em qualquer instância acadêmica ou administrativa da Univille por motivo de infringência da legislação, do Estatuto e do Regimento da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho para tratar de assuntos de sua competência;
- emitir parecer a respeito de agregação de estabelecimentos isolados de ensino ou de pesquisa, localizados na área de atuação da Universidade, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre questões omissas no Estatuto e no Regimento da Univille.
Compete ao presidente do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):
- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões temporárias e grupos de trabalho;

- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj e o Estatuto da Univille;
- encaminhar à Furj as deliberações e os pareceres que necessitem da sua apreciação e/ou homologação;
- exercer atribuições definidas em lei, no Estatuto da Univille ou por deliberação do Conselho Universitário.

5.3.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

A eleição para os cargos de reitor e vice-reitor ocorre de acordo com regulamento próprio, e o mandato é de quatro anos. O colégio eleitoral compõe-se de profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes regularmente matriculados na Universidade. Os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor devem pertencer ao quadro de carreira da Univille e comprovar o exercício de docência na Instituição por, no mínimo, quatro anos, além de apresentar uma proposta de gestão universitária.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille, especialmente:

- coordenar a elaboração de projetos de criação e de projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu* a serem submetidos ao Conselho Universitário, considerando o previsto no PDI;
- propor normas e critérios para a elaboração e a execução de planos, programas, projetos, editais e fundos para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, realizando as mudanças que se fizerem necessárias, com base nos processos avaliativos;
- supervisionar planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, avaliando os seus resultados;
- elaborar as políticas institucionais a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- promover e deliberar sobre iniciativas de interação da Univille com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que possam contribuir para o alcance das finalidades institucionais;
- coordenar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI, a ser submetido ao Conselho Universitário;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades da Univille;
- administrar os recursos humanos, financeiros e materiais da Univille, colocados à sua disposição pela Furj, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e de gestão universitária;

- propor alterações nas atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Universidade, observando o Estatuto e o Regimento da Univille;
- formular a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente, submetendo-a à apreciação do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhá-la à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj para o ano seguinte;
- formular o orçamento anual e o orçamento plurianual da Univille com base na revisão da proposta orçamentária aprovada no ano anterior pelo Conselho de Administração da Furj;
- acompanhar a execução do orçamento anual e do orçamento plurianual da Univille, decidindo sobre as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela Furj;
- elaborar o Demonstrativo de Resultados da Univille, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário até 15 de abril do ano subsequente, e posteriormente encaminhá-lo à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Furj, pelo Estatuto e pelo Regimento da Univille e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

São atribuições do reitor (UNIVILLE, 2016):

- representar a Univille em juízo ou fora dele, administrar, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- convocar e presidir o Conselho Universitário;
- promover, em conjunto com as Pró-Reitorias e diretorias de *campi*, a integração no planejamento e a harmonização na execução das atividades da Univille;
- encaminhar ao Conselho Universitário, nos prazos estabelecidos: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a Proposta Orçamentária Anual; a Proposta Orçamentária revisada, quando for o caso; a Proposta do Orçamento Plurianual e o Demonstrativo de Resultados da Univille;
- zelar pela fiel observância da legislação educacional, do Estatuto e do Regimento da Univille;
- conferir grau aos formandos da Univille ou delegar essa atribuição aos pró-reitores ou aos diretores de *campi*;
- assinar os diplomas de graduação, juntamente com o pró-reitor de ensino;
- assinar os diplomas de pós-graduação, juntamente com o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- exercer o poder disciplinar na esfera de sua competência;
- firmar acordos e convênios entre a Univille e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, excetuando-se aqueles privativos da mantenedora;
- designar, indicar, delegar ou atribuir atividades ou representações de forma individual ou coletiva a membros da Reitoria;
- decidir, em caso de urgência, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- baixar portarias;
- exercer outras atribuições inerentes a sua competência legal.

Das decisões do reitor cabe recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento da Univille.

A Vice-Reitoria é exercida pelo vice-reitor, eleito com o reitor. Além das atribuições estatutárias de substituto eventual do reitor, o vice-reitor executa atribuições delegadas pelo reitor.

Os pró-reitores e diretores de *campi* são nomeados pelo reitor, devendo esse ato ser homologado pelo Conselho Universitário. São condições para a investidura nos cargos de pró-reitor e diretor de *campus* ter experiência no magistério superior na Univille de, no mínimo, quatro anos e a disponibilidade de 40 horas semanais.

As competências das Pró-Reitorias e das diretorias de *campi* são definidas no Regimento da Univille. O reitor pode remanejar competências das Pró-Reitorias de acordo com as necessidades administrativas. No caso de exoneração de pró-reitor ou diretor de *campus*, o reitor pode designar outro pró-reitor ou o vice-reitor para responder temporariamente pela Pró-Reitoria ou diretoria de *campus*.

As funções não eletivas de assessoria, coordenação, gerência e diretoria são feitas por nomeação do reitor.

5.3.3 *Campi* e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

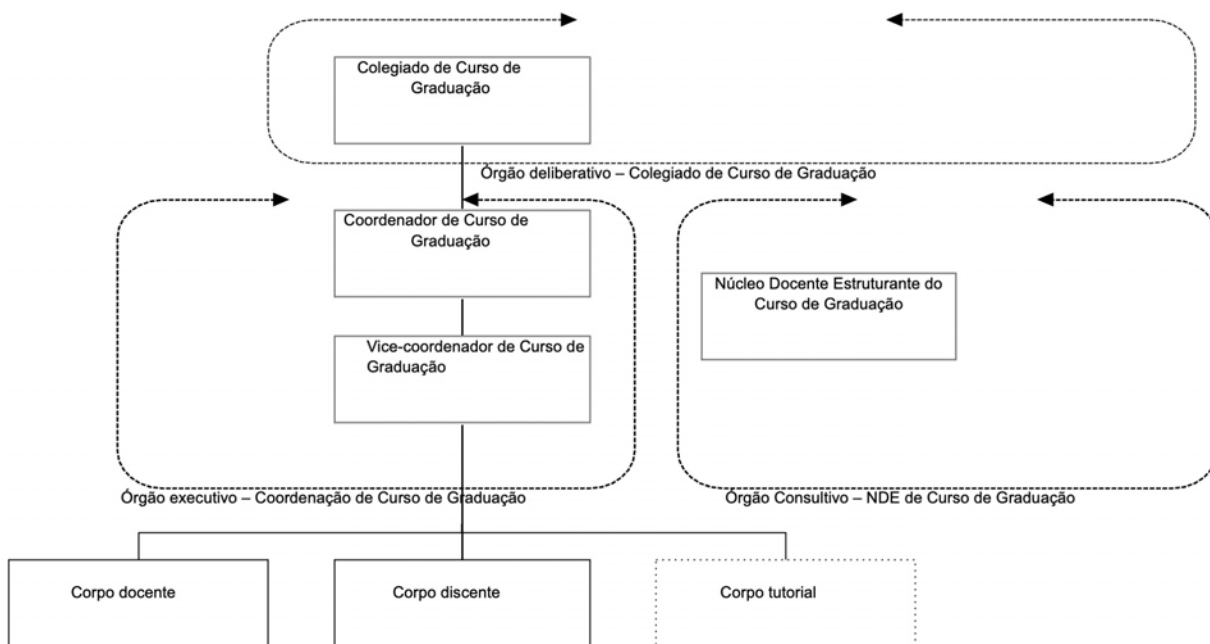
A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

5.3.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 22):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;
- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 22 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

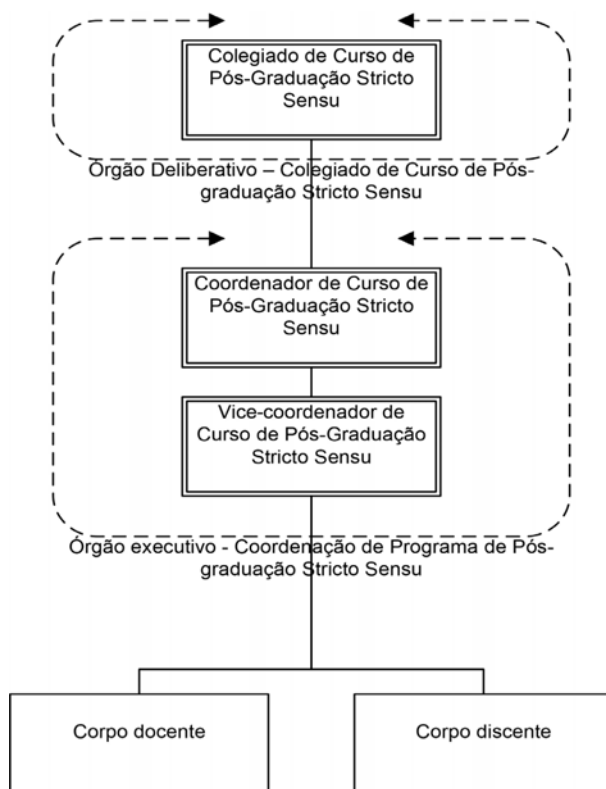


Fonte: Primária (2016)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 23):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 23 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: Primária (2016)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

5.3.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul;
- Colégio Univille – São Francisco do Sul (conforme Resolução do Consun n.º 26/17).

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

O quinto capítulo caracterizou a organização administrativa da Instituição. Primeiramente os organogramas da Furj e da Univille foram apresentados. A seguir, os órgãos da administração da Furj foram descritos considerando o estatuto da fundação mantenedora (FURJ, 2014a): Presidência, Conselho de Administração e Conselho Curador. Por fim, a estrutura administrativa da Univille foi detalhada, considerando o disposto em seu estatuto (UNIVILLE, 2016): Conselho Universitário, Reitoria e demais instâncias da Instituição.



POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES



univille



6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Este capítulo caracteriza o atendimento aos discentes da Univille. A Instituição dispõe de uma Política de Relacionamento com os Estudantes (UNIVILLE, 2014b), que traça as diretrizes para as ações que são desenvolvidas pelas diversas instâncias e setores com o corpo discente da Universidade. De forma semelhante, há uma Política de Acompanhamento dos Egressos (UNIVILLE, 2015a), que orienta as ações desenvolvidas com ex-alunos da Univille.

6.1 Política de Relacionamento com os Estudantes

A importância do relacionamento com os estudantes pode ser discutida com base em alguns aspectos fundamentais. Inicialmente, há de se considerar que a educação é um bem social e que a Constituição da República Federativa do Brasil a define como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A seguir é possível considerar o papel das universidades e sua contribuição para a formação humanística, científica e profissional dos estudantes. A Univille fomenta uma formação capaz de articular o exercício da cidadania com a profissionalização, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, as oportunidades educativas favorecidas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão possibilitam a construção de um relacionamento entre a Instituição e seus estudantes que pode constituir um diferencial no processo de aprendizagem.

Adicionalmente, conhecer desejos, necessidades e expectativas dos estudantes torna-se essencial para uma instituição de ensino superior que deseja cumprir seu papel social. O conhecimento das necessidades e anseios dos estudantes permite a busca de novas formas de comunicação e atuação institucionais para estabelecer uma relação mais profunda e duradoura que contribua com o processo de aprendizagem e com o sucesso acadêmico, profissional e pessoal dos estudantes. Também é possível ponderar que conhecer melhor os estudantes aprofunda o conhecimento sobre a comunidade e, conseqüentemente, leva ao aperfeiçoamento das relações comunitárias, da responsabilidade social e das contribuições da Instituição para a sustentabilidade socioambiental.

Além disso, o contexto social aponta para a transformação da universidade em uma organização que ofereça um ciclo educacional ainda mais longo, introduzido pelo paradigma da educação continuada, dentro do qual o relacionamento é a palavra-chave (NUNES *et al.*, 2008). Dessa forma, as instituições de ensino precisam definir estratégias para “construir uma relação duradoura com o aluno e seus familiares, baseada em confiança, colaboração, compromisso, parceria, investimentos e benefícios mútuos” (COLOMBO, 2004, p. 71).

Com base em tais aspectos, a Univille aprovou a sua Política de Relacionamento com os Estudantes (UNIVILLE, 2014b), a qual tem como objetivo definir as diretrizes que a Universidade deseja que cada um de seus profissionais siga ao atuar com os estudantes, considerando os respectivos universos de trabalho e responsabilidades.

O público que tal política abrange é constituído por todos os estudantes, inclusive estrangeiros, em qualquer nível de formação e área de conhecimento, matriculados em algum curso oferecido pela Univille, seja na educação básica, na graduação, na pós-graduação ou na extensão.

Cabe enfatizar que o relacionamento envolve o contato e a aproximação com os respectivos familiares, pois a família tem necessidades, desejos e expectativas a serem identificados e contribui para que possíveis adversidades da trajetória acadêmica do estudante sejam minimizadas.

Em consonância com sua missão, visão e valores, é fundamental que a Univille cultive também a relação com grupos sociais, organizações e instituições que repercutem na vida acadêmica dos estudantes de modo a não apenas conhecer e acompanhar as demandas emergentes na formação deles, como também pactuar compromissos com outras instituições e organizações em que os estudantes possam atuar.

Na definição da política, a Univille considerou quatro macroprocessos que caracterizam a forma como a Instituição deseja que o relacionamento com seus estudantes seja construído, mantido e aperfeiçoado. A figura 24 apresenta os quatro macroprocessos referentes ao relacionamento com os estudantes na Univille.

Figura 24 – Macroprocessos do relacionamento com os estudantes na Univille



Fonte: Univille (2014b)

Para a Univille, esses macroprocessos permeiam todas as áreas e setores institucionais em qualquer tipo de intervenção que envolva os estudantes. O documento que contém a Política de Relacionamento com os Estudantes (UNIVILLE, 2014b) na íntegra está disponível para a comunidade acadêmica, e as diretrizes nela contidas orientam as ações para com os estudantes.

6.2 Formas de acesso ao ensino superior

O ingresso nos cursos de graduação é feito por meio de diferentes processos seletivos, flexibilizando o acesso às vagas disponibilizadas pela Universidade:

- Vestibular Acafe;
- Seletivo Especial, por meio de análise do histórico escolar ou desempenho no Enem;
- Transferência;

- Reingresso;
- Ingresso de portador de diploma de curso superior.

O ingresso nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ocorre por meio de processo seletivo devidamente regulamentado no regimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

6.3 Acolhimento e integração do ingressante

Anualmente a Reitoria promove um evento de recepção em que reitor, vice-reitor, pró-reitores e coordenadores de cursos apresentam a Univille para os estudantes ingressantes. Além disso, a Gerência de Comunicação Institucional realiza a Gincana do Calouro, com o objetivo de facultar o início da integração dos novos estudantes ao ambiente universitário.

Na programação de recepção dos ingressantes ocorre a apresentação do curso aos estudantes da primeira série, momento em que o coordenador caracteriza o PPC em termos de organização didático-pedagógica, corpo social e infraestrutura. Além disso, é desenvolvida uma ação em que os familiares dos acadêmicos são convidados a conhecer a Instituição em um encontro promovido pelo curso e pelo Programa Institucional Visite.

O Programa Visite tem como propósitos receber e acompanhar visitantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa, apresentando as instalações físicas e as múltiplas possibilidades de educação permanente e continuada oferecidas na Universidade.

6.4 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico (CAA) tem como objetivo facilitar o atendimento aos discentes, englobando as informações relevantes para a vivência acadêmica. Nela o acadêmico encontrará, entre outros serviços disponíveis, informações financeiras, acadêmicas e sobre crédito universitário. A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da Univille. Nesse sentido, gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos e emite documentos sobre a vida acadêmica dos estudantes.

Cabem também à CAA a responsabilidade do planejamento, da organização, da coordenação, da execução e do controle das atividades financeiras, a administração do fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, cobrança, cadastro, contratos e a administração dos recursos financeiros da Univille.

Além disso, fica a seu encargo a administração dos programas de crédito universitário.

6.5 Coordenações de curso

A coordenação do curso de graduação é um órgão executivo cujas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

A Instituição promoveu a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso efetuam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas, e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

6.6 Central de Relacionamento com o Estudante

A Univille organizou a Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) com o objetivo de oferecer aos estudantes, de forma integrada, serviços de acompanhamento psicológico, pedagógico e social, nivelamentos, orientações quanto a programas de bolsas de estudo, estágios e acompanhamento de estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais relativas a sua inserção e permanência na vida acadêmica. O atendimento personalizado busca fortalecer o sentimento de pertença institucional por parte do estudante e ampliar a sua percepção sobre a Instituição como um espaço social de construção do conhecimento e uma parceira para o seu sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

A CRE tem como princípios:

- o alinhamento de suas ações com o PPI, o PDI e o Sinaes;
- a melhoria contínua da qualidade do processo de ensino e aprendizagem e das relações acadêmicas;
- a consolidação de parcerias com coordenações de cursos, setores, programas e projetos institucionais;
- a valorização da singularidade do estudante no que concerne aos processos de aprendizagem e de construção da sua identidade;
- a valorização da profissionalidade docente, considerando os valores institucionais.

6.6.1 Acompanhamento psicológico e pedagógico

A Univille oferece acompanhamento psicológico e pedagógico com o intuito de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, combatendo a evasão escolar e cooperando para o sucesso do estudante na vida acadêmica. Por acompanhamento psicológico e pedagógico, compreende-se o processo de orientação aos estudantes durante a sua permanência na Universidade, por meio dos conhecimentos da psicologia educacional e da orientação educacional, a fim de realizar diagnósticos das dificuldades relacionais e de aprendizagem e propor encaminhamentos. O público-alvo é composto por estudantes, compreendendo, a partir deles, docentes, coordenadores de curso, pessoal administrativo da Instituição e familiares, quando necessário.

O acompanhamento psicológico e pedagógico apresenta as seguintes características:

- Processo fundamentado em uma visão que integra os aspectos intelectual, físico, social, moral, político, educacional e profissional;
- Processo dinâmico, contínuo e sistemático que promove o autoconhecimento;
- Oferta de recursos e estratégias psicopedagógicas para o desenvolvimento do acadêmico;
- Respeito às especificidades da faixa etária do público-alvo.

O acompanhamento psicológico e pedagógico tem como objetivos:

- oferecer orientação psicopedagógica ao estudante;
- contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e das relações acadêmicas;
- colaborar com a integração dos ingressantes na Universidade;
- contribuir para a permanência e o sucesso acadêmico e discente;
- promover ações de combate à evasão em parceria com as demais instâncias da Universidade;
- orientar os estudantes no que diz respeito aos seus direitos, deveres e responsabilidades, observando as regulamentações institucionais;
- ajudar na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais;
- contribuir com a profissionalização docente e a inovação pedagógica;
- orientar docentes e coordenadores de curso em questões psicopedagógicas e/ou relacionais emergentes das vivências discentes.

O acompanhamento psicológico e pedagógico compreende:

- orientação psicológica e pedagógica individual e em grupo, conforme demanda;
- planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de combate à evasão e de promoção do sucesso estudantil;
- planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos de nivelamento;
- mediação do processo de integração entre Universidade e estudantes;
- assessoramento às coordenações de curso no desenvolvimento de ações de combate à evasão e de promoção ao sucesso estudantil;
- assessoramento às coordenações de curso no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade das relações acadêmicas;
- acolhimento de demandas pertinentes a familiares de discentes e encaminhamento delas, quando for o caso.

O acompanhamento psicológico e pedagógico é realizado por profissionais nas especialidades, especificidades, experiência e perfil profissional necessários, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Atendimento psicológico: a Univille conta com o serviço de atendimento psicológico desde maio de 2002. O objetivo principal é oferecer atendimento psicológico individual para orientação e encaminhamento nas situações de crise ou conflito que necessitem de intervenção profissional. Disponibiliza-se o serviço a estudantes da Instituição, visando ao bem-estar e contribuindo para a qualidade de vida da comunidade acadêmica. Os usuários do serviço têm direito a três sessões iniciais que podem se estender a cinco. O atendimento é gratuito e realizado por psicólogo credenciado no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP/SC). Todos são acolhidos e atendidos em qualquer situação de emergência emocional e, posteriormente, orientados a buscar continuidade na rede de saúde pública, no Serviço de Psicologia da Univille ou na rede particular;
- Projeto Conviva: consiste no planejamento e na aplicação de dinâmicas de grupo, debates e exposições, com avaliação inicial e final, com vistas a oportunizar a melhoria das relações interpessoais no ambiente acadêmico. As atividades do projeto são oferecidas às Coordenações de Curso com o propósito de desenvolver ações preventivas que visam

sensibilizar a comunidade acadêmica para a qualidade nas relações humanas, focalizando as que se estabelecem nas turmas. Essas ações apresentam resultados bastante significativos, pois atingem um maior contingente humano, prevenindo conflitos emocionais que possam surgir durante a vida acadêmica;

- Nivelamento: oferece aos estudantes da Instituição o nivelamento de Língua Portuguesa e de Matemática. O objetivo é oportunizar aos estudantes a revisão e o aprimoramento de conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico na Universidade.

6.6.2 Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais

A Univille tem compromisso com a inclusão, por meio de ações compartilhadas entre estudantes, docentes e setores da Instituição, com vistas a fortalecer uma educação cada vez mais inclusiva, assegurando o acesso e a permanência dos estudantes com deficiências e necessidades especiais.

Nesse contexto, a inclusão na Universidade inicia-se desde o processo de ingresso do indivíduo na Instituição, mediante o suporte oferecido via Projeto de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (Proines), vinculado também à CRE. No momento do ingresso na Universidade, os estudantes são orientados a apresentar um laudo emitido por profissional da área de saúde que ateste a sua situação em termos de necessidades educacionais especiais. A entrega do laudo legitima-os a receber os atendimentos de que precisam para a sua permanência e o seu sucesso acadêmico.

Visando auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais, a CRE faz o mapeamento dos matriculados, identifica as necessidades que apresentam, estejam elas voltadas à acessibilidade arquitetônica e/ou pedagógica, entra em contato com as coordenações de curso e promove reuniões com o Colegiado e/ou com professores específicos (conforme demanda), com o propósito de apresentar informações sobre as necessidades dos estudantes. Também viabiliza a contratação de intérprete de Libras e monitores para acompanhar os acadêmicos em suas atividades, bem como realiza ações de sensibilização da comunidade acadêmica. Entre as atribuições do projeto, está a assessoria aos docentes e ao pessoal administrativo no que diz respeito ao relacionamento e às abordagens adequadas no cotidiano com os estudantes com necessidades especiais e/ou com deficiências.

No processo de acompanhamento do estudante, que é contínuo durante o período em que ele estiver na Instituição, as intervenções executadas são fundamentais no que se refere ao acompanhamento psicológico e pedagógico, muitas vezes buscando na família a parceria e o suporte imprescindíveis para que o acadêmico supere suas dificuldades na vida acadêmica.

6.6.3 Laboratório de Acessibilidade

Visando avançar em suas ações afirmativas, a Univille conta com o Laboratório de Acessibilidade (Labas). Ele está equipado com tecnologias assistivas, tais como impressora braile e computadores com sintetizador de voz, para auxiliar estudantes com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos, uma lupa eletrônica que permite a ampliação de diversos materiais e vários jogos assistivos.

6.6.4 Empregabilidade e Estágio

As atividades de empregabilidade e estágio têm como objetivo a inserção dos estudantes no mercado de trabalho por meio de estágio ou emprego, promovendo a interação entre a Universidade e o empregador.

As atribuições da CRE em relação a empregabilidade e estágio são:

- formalizar os estágios desenvolvidos pelos estudantes regularmente matriculados na Univille;
- divulgar oferta de empregos, pré-seleção e encaminhamento dos acadêmicos para as vagas;
- fortalecer a aproximação da comunidade empresarial com a Univille;
- identificar oportunidades de estágio supervisionado e emprego em atendimento à demanda das instituições.

As principais atividades da CRE quanto a empregabilidade e estágio são:

- desenvolver e divulgar estudos sobre oportunidades de trabalho;
- divulgar vagas de estágio e emprego;
- propor novos convênios com instituições para a abertura de vagas de emprego e estágio;
- auxiliar as instituições na escolha dos candidatos a estágio e emprego, quando necessário;
- prestar assistência aos acadêmicos no seu planejamento profissional;
- orientar na elaboração de currículo profissional;
- auxiliar na preparação para realização de entrevista de seleção.

Uma das ações é o Univille Vagas, que permite a interação entre estudantes e empresas no que diz respeito à divulgação de oportunidades para emprego e estágio. Trata-se de grupos de mensagens separados por área de conhecimento que agilizam a comunicação com relação às vagas enviadas pelas empresas para os estudantes interessados.

6.6.5 Programas de bolsas de estudo

Os programas de bolsas de estudo são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém comissões de acompanhamento e fiscalização da concessão de bolsas.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de fôlderes e cartazes, bem como por *e-mail*, redes sociais e no Portal da Univille.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, conforme descrito a seguir:

I. Bolsas de estudo com base em análise socioeconômica:

- a) Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu): o processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina destina-se a estudantes dos cursos de graduação da Univille. Trata-se de bolsas a partir de 25%, dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo acadêmico. Também há a modalidade de pesquisa e extensão, que se destina a alunos de graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille.
- Contrapartida: o acadêmico contemplado deve ler atentamente o edital, pois, para ter direito ao benefício, precisa integrar programas e projetos desenvolvidos pela Univille, apresentando um termo de adesão no início do programa e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas;

- Quando solicitar: o prazo de solicitação da bolsa de estudo é especificado em edital. Geralmente acontece no começo de cada ano. Para participar, os candidatos devem preencher o cadastro no *site* www.uniedu.sed.sc.gov;
- Quem pode solicitar: estudantes economicamente carentes matriculados nos cursos de graduação da Univille e residentes no mínimo e dois anos no estado de Santa Catarina.
- b) Programa Universidade para Todos (ProUni): é um programa do governo federal destinado especificamente a estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).
 - Quando solicitar: as inscrições para o ProUni podem ser efetuadas no *site* do MEC (www.mec.gov.br), em período específico;
 - Quem pode solicitar: para se inscrever no programa de concessão de bolsas, os candidatos devem ter realizado o Enem no ano anterior, não ter diploma de curso superior e, ainda, atender a um dos seguintes critérios:
 - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
 - ter cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
 - ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
 - ser portador de deficiência;
 - ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica;
 - integrar o quadro de pessoal permanente da instituição pública.
 - O candidato precisa ter obtido nota mínima de 450 no Enem e também ter nota superior a zero na redação da prova.

II. Bolsas de estudo por mérito:

- a) Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex): o programa, com recursos da Univille, destina-se a estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação interessados em participar de programas ou projetos de extensão da Instituição.
 - Quando solicitar: o docente coordenador realiza a seleção conforme o cronograma anual de atividades do programa ou projeto de extensão;
 - Quem pode solicitar: todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da Univille.
- b) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic): o programa, com recursos da Univille, destina-se a estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de pesquisa na Univille.
 - Quando solicitar: pode ser solicitado no fim do ano (aproximadamente em outubro), de acordo com o cronograma de implantação dos projetos de pesquisa;
 - Quem pode solicitar: todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da Univille.
- c) Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (Pibic/CNPq): trata-se de um programa de bolsas de iniciação científica com recursos do CNPq.
 - Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq;
 - Quem pode solicitar: todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação.

- d) Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica do CNPq (Pibiti/CNPq): é o programa de bolsas de iniciação tecnológica com recursos do CNPq.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq;
 - Quem pode solicitar: todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação.
- e) Programa de Bolsas de Iniciação à Docência da Capes (Pibid/CNPq): é o programa de bolsas de iniciação à docência com recursos da Capes.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma da Capes;
 - Quem pode solicitar: todos os estudantes regularmente matriculados na primeira metade dos cursos de graduação em licenciatura.
- f) Programa Residência Pedagógica (RP/CNPq): é o programa de bolsas que prevê a inserção do estudante de licenciatura nas escolas da rede pública de ensino, com recursos da Capes.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma da Capes;
 - Quem pode solicitar: todos os estudantes regularmente matriculados na segunda metade dos cursos de graduação em licenciatura.
- g) Bolsa Atleta: bolsa de incentivo aos estudantes atletas de alguma modalidade esportiva.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos. Normalmente os editais são publicados no primeiro semestre do ano;
 - Quem pode solicitar: estudantes atletas e para-atletas que estejam cursando o ensino fundamental e médio do colégio, a graduação ou a pós-graduação (*lato sensu*) na Univille.

6.6.6 Crédito universitário

Além dos programas de bolsas de estudo, os estudantes podem contar com dois créditos universitários para auxiliá-los no pagamento das mensalidades:

- Crédito Universitário Credies: é a oportunidade de pagar, durante o período regular do curso, 50% da mensalidade à instituição de ensino e restituir os outros 50% após a conclusão do curso. É destinado aos estudantes matriculados nos cursos de graduação, mestrado e pós-graduação da Univille e pode ser contratado a qualquer momento do período letivo. A simulação para análise e mais informações são obtidas no portal do crédito: <https://www.fundacred.org.br>;
- Crédito Universitário PraValer: trata-se de um programa de crédito privado que oferece pagamento aos alunos de graduação e pós-graduação. Os estudantes podem contratar o programa no início de cada semestre. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes da matrícula ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.creditouniversitario.com.br.

6.7 Serviço de Psicologia

A Univille criou o Serviço de Psicologia (SPsi) com a missão de promover a qualidade de vida, a saúde mental e a formação de psicólogos por meio de serviços psicológicos que atendam às demandas comunitárias em consonância com o projeto pedagógico do curso de Psicologia da Univille.

O SPsi é ligado ao curso de Psicologia da Universidade e tem como princípios:

- a promoção da saúde mental e da qualidade de vida individual e coletiva;
- a prevenção de condições que comprometam a saúde mental individual e coletiva;
- a atuação profissional comprometida eticamente com o respeito à vida, à liberdade, à dignidade e à diversidade humanas;
- o compromisso com a cidadania;
- o respeito à diversidade de abordagens para a compreensão do ser humano.

O SPsi tem como objetivos:

- propiciar condições e promover ações que contribuam com a formação profissional dos estudantes do curso de Psicologia da Univille;
- prestar serviços especializados em psicologia para as comunidades interna e externa da Instituição.

Os serviços oferecidos pelo SPsi compreendem:

- atendimento clínico psicológico;
- serviço de psicologia educacional;
- serviço de psicologia organizacional e do trabalho;
- programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da psicologia.

O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Ele dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada por docente e estudantes do curso de Psicologia da Instituição.

6.8 Ouvidoria

A Ouvidoria é um serviço de atendimento às comunidades interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões na busca de soluções para problemas. Trata-se de uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária. A Ouvidoria recebe as demandas (reclamações, denúncias, sugestões, consultas, elogios) e encaminha-as aos setores envolvidos. Estes precisam responder à Ouvidoria, que também tem o dever de nunca deixar um usuário sem resposta. Dessa maneira, o estudante, o docente, o técnico administrativo e as pessoas da comunidade tornam-se protagonistas de mudanças por meio da Ouvidoria, que, por sua vez, contribui com a gestão, identificando necessidades e promovendo o diálogo com vistas a solucionar problemas e implementar melhorias.

6.9 Assessoria Internacional

A Assessoria Internacional da Univille tem como missão promover a internacionalização curricular da comunidade acadêmica, por meio de projetos e programas desenvolvidos com base nos macroprocessos da Política de Internacionalização da Instituição. São eles: Mobilidade *Outgoing e Incoming*, Estágio e Pesquisa Internacional, *Short Term Programs* e *Internationalization at Home (IaH)*.

Os objetivos da Assessoria Internacional são:

- articular a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores e pessoal administrativo com seus pares de instituições estrangeiras parceiras;

- promover intercâmbios, cursos, eventos e estágios no âmbito internacional;
- intensificar a interação da Universidade com as diversas áreas de governo, com instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação e com a iniciativa privada, com o propósito de fomentar iniciativas de internacionalização;
- buscar a interlocução e a articulação com as agências nacionais e internacionais de financiamento ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio acadêmico-científico internacional;
- viabilizar ações de internacionalização de currículo “em casa”;
- incentivar a participação da comunidade acadêmica em diferentes tipos de atividades acadêmico-científicas e culturais internacionais;
- promover e divulgar as atividades da Univille no exterior;
- fortalecer a posição da Univille como universidade de referência regional nas articulações internacionais.

São atribuições da Assessoria Internacional:

- coordenar as ações relacionadas à cooperação internacional;
- identificar novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da Instituição, verificando seus mecanismos de funcionamento e formas de acesso;
- gerir convênios internacionais e prospectar novos projetos de colaboração com instituições já conveniadas;
- prospectar e divulgar oportunidades de intercâmbio, estágio, curso extracurricular, bolsa de estudo, trabalho e evento internacional;
- organizar visitas e missões internacionais, a fim de identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos conjuntos de interesse institucional;
- assessorar a comunidade acadêmica da Univille a respeito de atividades acadêmicas e científicas no exterior;
- apoiar, em parceria com os setores competentes da Instituição, a preparação e o encaminhamento de projetos às diferentes agências de fomento nacionais e internacionais, com o intuito de obter recursos financeiros para atividades de cooperação internacional;
- responder pelos contatos internacionais da Univille e pelas articulações internas com os setores acadêmico e administrativo para a viabilização das atividades;
- coordenar a recepção de visitantes estrangeiros na Univille;
- recepcionar estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros e participantes de programas de mobilidade acadêmica internacional, assim como oferecer-lhes orientações gerais;
- coordenar o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Univille;
- representar a Univille no que tange às ações internacionais.

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes, docentes, pesquisadores, o pessoal administrativo e a comunidade (nas ações de internacionalização na Extensão). O setor está ligado à Reitoria e é composto por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade, bem como por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

6.10 Academia Univille

A Academia Univille é um serviço ofertado pela Universidade e tem como objetivo proporcionar a estudantes, empregados e comunidade externa a oportunidade de praticar atividade física em um ambiente diferenciado, com profissionais altamente qualificados, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizar o bem-estar físico e mental e promover saúde e qualidade de vida.

Está localizada no Centro de Esportes, Saúde e Lazer e conta com uma infraestrutura que contempla: diversos vestiários, piscina semiolímpica aquecida, sala de musculação, ginástica e de avaliação. Oferece mais de 15 modalidades esportivas a toda a comunidade.

A Academia Univille é também um espaço de oportunidades para o estudante de graduação, especialmente do curso de Educação Física, pois nesse ambiente podem ser desenvolvidas as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório, além de múltiplas experiências de vivências de extensão.

6.11 Recursos de Tecnologia da Informação

A Univille, por meio da Tecnologia da Informação (TI), disponibiliza aos estudantes uma infraestrutura composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/WEB por meio de cabo e *wi-fi*. Além disso, a TI gerencia as empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação para a Universidade. A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes e profissionais da Instituição dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio univille.br, bem como de usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário. O perfil do estudante permite o acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida do acadêmico e também ao ambiente virtual de aprendizagem Enturma.

O Enturma é um *learning management system* (LMS) disponibilizado e customizado para a Universidade por intermédio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Sua organização baseia-se em comunidades numa estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina, em que o professor e os estudantes de uma disciplina podem compartilhar informações, interagir e se comunicar por meio de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação. Tais ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, aulas, cronograma, trabalhos, entre outros. Mediante sistemas específicos incluídos no Enturma, há também recursos associados à gestão acadêmica, como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso aos recursos disponibilizados, o estudante pode interagir virtualmente com professores, colegas de turma e outras instâncias da Univille. O suporte é oferecido aos alunos pela TI, por *e-mail* ou presencialmente.

6.12 Serviços de reprografia

O *Campus* Joinville conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por:

- um centro de reprografia: localizado no Bloco B, o estabelecimento oferece serviços de fotocópia, impressão, digitalização, encadernação e plastificação nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O *Campus* São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também possuem serviços de reprografia disponibilizados por empresa terceirizada.

6.13 Serviços de alimentação

Contamos com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas, cuja estrutura é composta por:

- *Campus* Joinville
 - dois restaurantes: um anexo ao Centro de Convenções e o outro próximo à pista de atletismo;
 - cinco lanchonetes/cantinas/cafeaterias localizadas: no Bloco E, próximo à Academia Univille; no Bloco D, ao lado do Diretório Central dos Estudantes; no Centro de Esportes, Saúde e Lazer/Academia Univille; na Biblioteca Central; e no Bloco F, no Colégio Univille.

Os estabelecimentos atendem às demandas locais.

- *Campus* São Bento do Sul
 - uma lanchonete localizada no piso térreo, próximo à rampa e à escada.
- Unidade São Francisco do Sul
 - Uma lanchonete, localizada no centro da Unidade, anexo à direção do Colégio Univille de São Francisco do Sul.
- Unidade Centro
 - Uma lanchonete, localizada próximo ao ambulatório médico.

6.14 Serviços médicos e odontológicos

A Instituição mantém convênio com uma empresa de referência no atendimento de urgências e emergências médicas, que disponibiliza atendimento pré-hospitalar com equipe especializada com médico, enfermeiro, motorista e socorrista. Presta atendimento no local com uma UTI móvel e faz o serviço de remoção para hospitais, quando necessário.

As clínicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do *Campus* Bom Retiro e atendem a comunidade em sistema de triagem e agendamento de consultas para o tratamento odontológico. Atendimentos de urgências odontológicas são contemplados, de acordo com os horários de funcionamento das clínicas. Os estudantes da Univille podem utilizar todos os serviços mediante triagem prévia.

6.15 Serviços de assessoramento jurídico

O curso de Direito da Univille disponibiliza aos acadêmicos, para realização do estágio supervisionado, escritórios modelos de assistência jurídica e atividades de clínica jurídica nos respectivos *campi*. As atividades de Clínica Jurídica são desenvolvidas por equipes de acadêmicos na comunidade, em órgãos públicos e em instituições representantes de segmentos sociais. Por sua vez, os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento, podendo o atendimento de clientes hipossuficientes ser presencial ou por videoconferência. Os escritórios de assistência jurídica também disponibilizam atividades de acompanhamento em sessões de mediação de conflitos.

6.16 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, eleita pelo voto direto dos alunos. Trata-se de uma entidade autônoma; possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas para a comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do Colegiado dos cursos, bem como dos conselhos superiores. Anualmente as turmas realizam a indicação de um representante e de um vice-representante de classe entre os estudantes regularmente matriculados na turma. Além disso, as coordenações dos cursos promovem entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes a fim de obter informações acerca do andamento das atividades curriculares e falar com as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

6.17 Política de Acompanhamento dos Egressos

A importância do acompanhamento e da verificação de atuação dos egressos pode ser discutida tendo como base a responsabilidade social da Universidade, a melhoria dos processos da Instituição e a perspectiva da educação permanente e da educação continuada.

A responsabilidade social refere-se às ações da Instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável, considerando ações, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a inovação social, a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura urbana/local (MEC, 2015). A avaliação e o aperfeiçoamento da responsabilidade social da Universidade contam com valiosos subsídios por meio do acompanhamento e da verificação da atuação profissional e social dos egressos.

No que diz respeito à melhoria dos processos institucionais, dados e informações obtidos com os egressos e as entidades que atuam no contexto profissional e social contribuem para a avaliação institucional (AI) e a melhoria de propostas curriculares, projetos pedagógicos e processos administrativos. Além disso, o acompanhamento e a verificação da atuação profissional e social dos egressos podem subsidiar a elaboração e a implementação de ações, projetos e programas de educação permanente e educação continuada.

Assim, conhecer o perfil dos egressos e as suas necessidades e expectativas torna-se essencial para uma instituição de ensino superior que deseja cumprir, além da formação acadêmica, um papel social de relevância, como é o caso da Univille. O conhecimento do perfil e das necessidades e expectativas dos egressos permite a busca de novas formas de comunicação e atuação institucionais para estabelecer uma relação mais profunda e duradoura que contribua com o processo de aprendizagem e com o sucesso acadêmico, profissional e pessoal dos egressos. Ademais, conhecer melhor os egressos contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a comunidade e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento das relações comunitárias, da responsabilidade social e das contribuições da Instituição para o desenvolvimento sustentável.

Fundamentando-se nesses aspectos, a Univille aprovou a sua Política de Acompanhamento dos Egressos (UNIVILLE, 2015a), a qual tem como objetivo definir as diretrizes para orientar cada um de seus profissionais ao atuar com os egressos e com as entidades que operam no contexto profissional e social, considerando os respectivos universos de trabalho e responsabilidades.

A Univille compreende acompanhamento como forma de aproximação, de interação, de comunicação e de relacionamento com seus egressos, a fim de fazer com que eles continuem desenvolvendo o sentimento de pertença em relação à Universidade e voltem à Instituição, seja na continuidade de sua formação, seja na qualidade de cidadãos que contribuem para o desenvolvimento da Universidade e da comunidade. Essa ação leva em conta macroprocessos que caracterizam a forma como a Instituição deseja que o acompanhamento dos egressos seja desenvolvido (figura 25).

Figura 25 – Acompanhamento do egresso Univille



Fonte: Univille (2015a)

Para a Univille, esses macroprocessos permeiam todas as áreas e setores institucionais em qualquer tipo de intervenção que envolva os egressos. O documento que contém a Política de Acompanhamento dos Egressos (UNIVILLE, 2015a) na íntegra está disponível para a comunidade acadêmica, e as diretrizes nela contidas orientam as ações institucionais e no âmbito dos cursos.

No nível institucional, vem sendo realizada periodicamente uma pesquisa sobre a empregabilidade dos egressos. Além disso, são efetivadas ações com o intuito de oferecer oportunidades de continuidade dos estudos na pós-graduação mediante divulgação direcionada e descontos. Quanto aos cursos, as coordenações promovem ações que visam, por exemplo, à participação de ex-alunos em eventos acadêmicos e ao uso de meios de comunicação com o intuito de manter o relacionamento com os egressos.

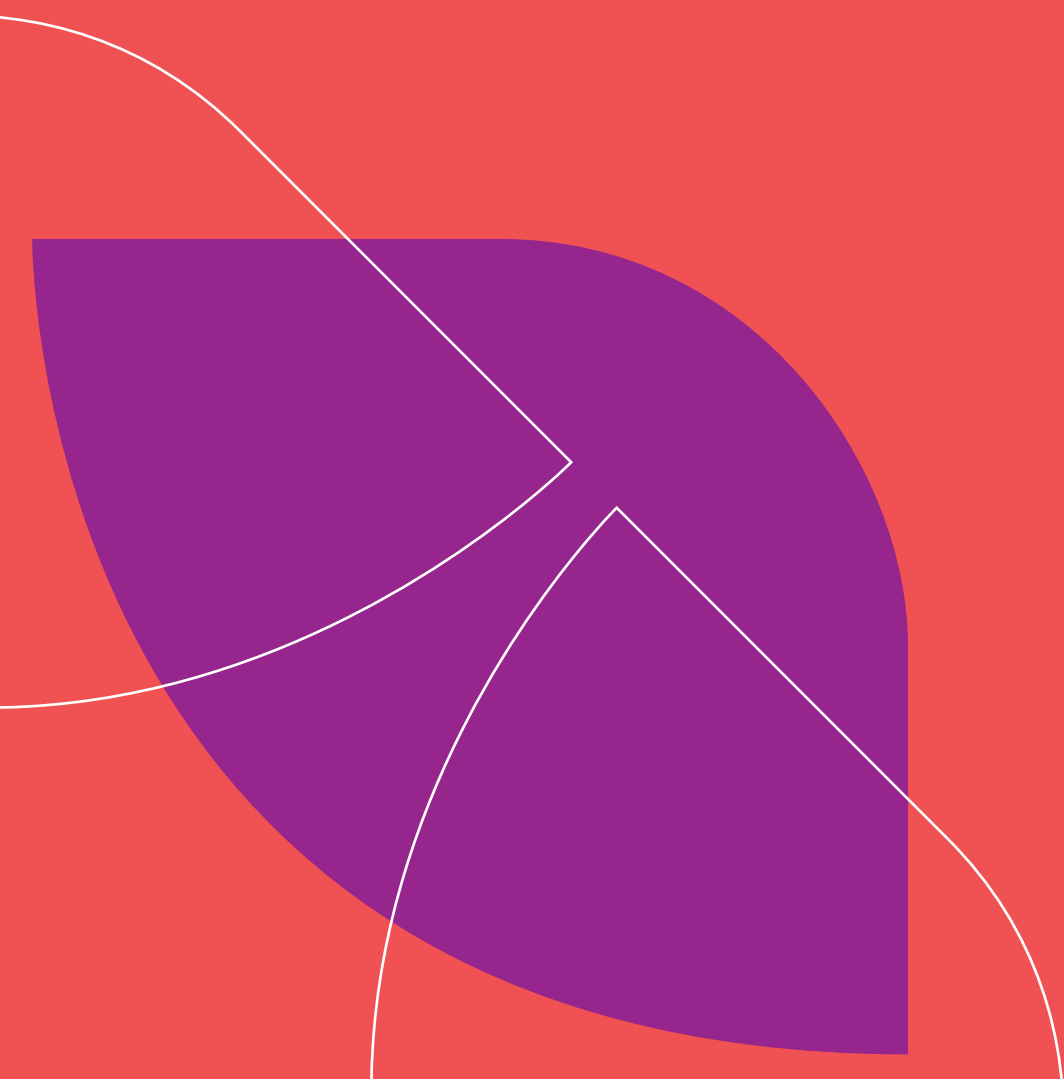
O sexto capítulo caracterizou inicialmente a Política de Relacionamento com os Estudantes (UNIVILLE, 2014b). A seguir foram descritos as formas de acesso ao ensino superior, as ações de acolhimento dos egressos e os setores, projetos e programas de atendimento aos discentes. Por fim, a Política de Acompanhamento dos Egressos foi caracterizada (UNIVILLE, 2015a).



INFRAESTRUTURA



univille



7 INFRAESTRUTURA

O objetivo deste capítulo é caracterizar a infraestrutura da Univille, sobretudo no que concerne a instalações e recursos disponibilizados para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente a infraestrutura física dos *campi* e das unidades da Instituição é apresentada. A seguir, o Sistema de Bibliotecas da Univille é descrito em termos de sua estrutura física, equipe e serviços oferecidos à comunidade. Por fim, são caracterizados os laboratórios e os recursos audiovisuais e de tecnologia da informação e comunicação.

7.1 Infraestrutura física

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, no *Campus São Bento do Sul*, na Unidade São Francisco do Sul e na Unidade Centro, bem como em polos de Educação a Distância. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial. O quadro 30 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade, considerando dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Infraestrutura em novembro de 2021.

Quadro 30 – Infraestrutura física da Furj/Univille

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
<i>Campus Joinville</i> Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	158.639,85	52.243,34
<i>Campus Joinville</i> : Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
<i>Campus Joinville</i> : Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202-207 – Joinville – SC	2.390,60	2.113,91
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
<i>Campus São Bento do Sul</i> Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	8.798,82
Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	50.008,76	3.527,34

Continua...

Continuação do quadro 30

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
Unidade São Francisco do Sul – Ancoradouro para barcos	71.382,60	110,00
Cepa Vila da Glória – Terreno 1 Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC	5.600,00	285,62
Cepa Vila da Glória – Terreno 2	22.120,00	
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
Terreno Itinga A	240	
Terreno Itinga B	240	
<i>Campus</i> Joinville:		
Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.025,32
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	678.239,49	79.972,80

Fonte: Primária (2021)

7.1.1 *Campus* Joinville

O *Campus* Joinville é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus* Joinville são caracterizados a seguir.

- a) Salas de aula: o *Campus* Joinville dispõe de 161 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O quadro 31 apresenta o número de salas de aula por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 31 – Salas de aula do *Campus* Joinville

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	41
Entre 50 e 59 m ²	22
Entre 60 e 69 m ²	44
Entre 70 e 79 m ²	30
Entre 80 e 89 m ²	6
Entre 90 e 101 m ²	15
Entre 102 e 103 m ²	3
Total	161

Fonte: Primária (2021)

- b) Salas de Aprendizagem de Metodologias Ativas: a Unidade Centro da Univille conta com uma sala de metodologia ativa com 96 m² na qual, além de computador, há projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute.
- c) Coordenações de cursos: os cursos estão organizados em Comitês de Áreas, conforme Resolução 06/17 do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2017). Atualmente há quatro comitês de áreas; em termos de espaço físico, estão instalados no *Campus Joinville*, em áreas que agrupam a maioria das coordenações de cursos de graduação. A área destinada às coordenações de curso varia de 48 m² a 284 m², totalizando cerca de 911 m².
- d) Coordenações de programas de pós-graduação *stricto sensu*: os gabinetes dos coordenadores dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e a secretaria estão instalados no *Campus Joinville* em uma área de 80,49 m². A área destinada às coordenações varia de 7,58 m² a 7,89 m², e a área destinada à secretaria corresponde a 43,47 m².
- e) Unidade de Educação a Distância (UnEad): o espaço físico da UnEad, com 169,70 m², está instalado no *Campus Joinville*, onde ficam as coordenações dos cursos de graduação EaD, com área de 21,14 m², e também a equipe multidisciplinar, as quais atuam nos cursos a distância ofertados pela Univille e nos componentes curriculares dos cursos presenciais que são ofertados a distância. Há ainda o estúdio para gravações das aulas, com 96 m².
- f) Colégio Univille Joinville: o Colégio Univille contempla 41 salas de aula, sala dos professores (71,30 m²), orientação pedagógica (11,15 m²), coordenação (51,11 m²) e direção (11,43 m²).
- g) Polo EaD *Campus Joinville*: a área utilizada está integrada com a Unidade de Educação a Distância e contempla a secretaria, a coordenação e a área para atendimento dos estudantes (tutoria), além dos espaços compartilhados com biblioteca, salas de informática e salas de aula.
- h) Áreas de uso comum: o *Campus Joinville* conta com áreas de uso comum, conforme se vê no quadro 32.

Quadro 32 – Áreas de uso comum no *Campus Joinville*

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca Universitária	4.314,16
Bloco Administrativo	1.489,37
Auditório Bloco Administrativo	376,13
Anfiteatro Bloco C	117,60
Anfiteatro Bloco A	96,59
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco B	95,91
Coordenação do Ensino Médio do Colégio Univille	39,21
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	70,92
Lanchonete Bloco D	70,03
Lanchonete Bloco E	33,40
Área de exposição cultural Bloco A	136,92
Área de exposição cultural Biblioteca Universitária	113,22
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	751,62
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.687,00

Continua...

Continuação do quadro 32

Descrição	Área (m ²)
Ginásio-Escola	1.996,10
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	859,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	700,35
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,65
Almoxarifado central	371,87
Complexo esportivo (pista de atletismo e áreas de apoio)	18.795,66

Fonte: Primária (2021)

7.1.2 Campus São Bento do Sul

O *Campus* São Bento do Sul abrange espaços para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos cursos da Univille naquela cidade. Além disso, em São Bento do Sul está instalado o Cepa Rugendas. A seguir, as instalações do *Campus* São Bento do Sul são caracterizadas.

a) Salas de aula: o *Campus* São Bento do Sul dispõe de salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e internet. O quadro 33 apresenta o número de salas de aula por dimensão, e a área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 2.368 m².

Quadro 33 – Salas de aula do *Campus* São Bento do Sul

Dimensão	Número de salas de aula
24 m ²	1
48 m ²	18
70 m ²	18
80 m ²	2
Total	39

Fonte: Primária (2021)

b) Coordenações de cursos: no *Campus* São Bento do Sul, as coordenações de cursos de graduação compartilham a área física (111 m²), a fim de proporcionar a integração administrativa, acadêmica e didático-pedagógica.

c) Colégio Univille São Bento do Sul: possui uma área de 77 m², que contempla a sala dos professores (45 m²), orientação pedagógica (12 m²) e sala de coordenação e direção (20 m²).

d) Polo EaD São Bento do Sul: a área utilizada corresponde a 42,75 m² e contempla sala para estudos, sala da coordenação, secretaria e sala de tutoria. Há também espaços compartilhados, como biblioteca, salas de informática e salas de aula.

e) Sala de Aprendizagem de Metodologias Ativas: o *Campus* São Bento do Sul conta com duas salas de metodologias ativas com 80 m²; nas salas, além do computador, há dois projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute.

f) Áreas de uso comum: o *Campus* São Bento do Sul conta com áreas de uso comum, conforme quadro 34.

Quadro 34 – Áreas de uso comum no Campus São Bento do Sul

Descrição	Área (m ²)
Lanchonete	145,04
Depósito/arquivo	103,85
Área de exposição cultural	78,00
Biblioteca	425,52
Auditório	192,00
Estacionamento de motos	65,00
Área administrativa	348,49
Central de cópias	16,00
Quadra de esportes descoberta (Ginásio de Esportes)	1.607,12

Fonte: Primária (2021)

7.1.3 Unidade São Francisco do Sul

A Unidade São Francisco do Sul abrange os ambientes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos cursos da Univille naquele município. As instalações incluem espaços de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, em São Francisco do Sul estão instalados o Colégio Univille, o Polo EaD e o Cepa Vila da Glória. A seguir são caracterizadas as instalações da unidade.

- a) Salas de aula: a Unidade São Francisco do Sul conta com 12 salas de aula climatizadas e equipadas com mesas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e internet. As salas medem 96 m², totalizando uma área destinada ao uso de salas de aula de aproximadamente 576 m².
- b) Sala de Aprendizagem de Metodologias Ativas: a Univille São Francisco do Sul conta com uma sala de metodologia ativa com 96 m²; na sala, além do computador, há dois projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute.
- c) Coordenações de cursos: a área destinada às coordenações de cursos é integrada às instalações administrativas da unidade.
- d) Colégio Univille São Francisco do Sul: o Colégio Univille contempla sala dos professores (12,66 m²), sala da direção e coordenação (12,66 m²) e secretaria (22 m²).
- e) Polo Ead São Francisco do Sul: a área utilizada corresponde a 31,22 m², com recepção, sala de aula de tutoria e coordenação, além dos espaços compartilhados.
- f) Áreas de uso comum: a Unidade São Francisco do Sul conta com áreas de uso comum, conforme quadro 35.

Quadro 35 – Áreas de uso comum na Unidade São Francisco do Sul

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca	96,00
Administração	334,89
Lanchonete	343,42
Acervo biológico	98,64

Fonte: Primária (2021)

7.1.4 Unidade Centro – Joinville

A Unidade Centro abrange os ambientes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos cursos da Univille no centro de Joinville. Essas instalações incluem espaços destinados às aulas teóricas e práticas e também ambulatórios utilizados pelo curso de Medicina, laboratório de informática, laboratórios de análises clínicas e a Farmácia-Escola. A seguir são caracterizadas as instalações da unidade.

- a) Salas de aula: a Unidade Centro conta com sete salas de aula de 67 m² a 82 m² e duas salas de aula de 50 m², climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, multimídia (*data show*), telão, vídeo e internet.
- b) Coordenações: as coordenações de curso contam com áreas de 18 m² a 47 m².
- c) Polo EaD Joinville Unidade Centro: a área utilizada corresponde a 53,01 m² e contempla sala para estudos, sala de coordenação, secretaria, sala de tutoria. Há também espaços compartilhados com biblioteca, salas de informática e salas de aula.
- d) Sala de Aprendizagem de Metodologias Ativas: a Unidade Centro da Univille conta com uma sala de metodologia ativa com 96 m²; nela, além do computador, há projetores e mobiliário que possibilita diferentes formações de leiaute.
- e) Áreas de uso comum: a Unidade Centro possui áreas de uso comum, conforme quadro 36.

Quadro 36 – Áreas de uso comum na Unidade Centro – Joinville

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca	76,05
Lanchonete	13,11
Ambulatórios	592,06
Farmácia-Escola	235,76
Central de Cópias	10,00

Fonte: Primária (2021)

7.1.5 Polos EaD

Além dos Polos EaD instalados no *Campus* Joinville, no *Campus* São Bento do Sul, na Unidade Joinville Centro e na Unidade São Francisco do Sul, a Univille possui um polo próprio em Jaraguá do Sul, com uma sala de metodologia ativa (123,82 m²), laboratório de informática (60,26 m²) e biblioteca (38,71 m²), recepção e coordenação (30,77 m²), sala de tutorial (59,93 m²), totalizando 419,18 m².

Nas cidades de Itapoá, Barra Velha, Guaramirim, Massaranduba, Araquari e Guaratuba há polos EaD que foram implantados em parceria com outras instituições. As áreas de cada polo estão descritas no quadro 37. Há também área específica, que conta com sala de aula, laboratório de informática, recepção, sala de tutoria e coordenação.

Quadro 37 – Áreas dos polos onde há oferta dos cursos EaD da Univille

Polos EaD	Área (m ²)
Araquari	100
Barra Velha	80
Itapoá	110
Guaramirim	50
Guaratuba	80
Massaranduba	55

7.2 Sistema de Bibliotecas da Univille

A Biblioteca Universitária funciona como órgão complementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico e os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, em novembro de 2021, além da Biblioteca Central (no *Campus* Joinville), as seguintes bibliotecas setoriais:

- Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul;
- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville;
- Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul;
- Biblioteca da Unidade Centro – Joinville;
- Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José (HMSJ) – Joinville;
- Biblioteca do Polo Jaraguá do Sul.

O Sibiville integra o Sistema Pergamum e disponibiliza seus serviços por intermédio dele, com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *online* pelo *site* www.univille.br. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além do Sibiville, a Univille possui o acervo das bibliotecas digitais Minha Biblioteca, disponibilizada a todos os estudantes regularmente matriculados, e a Biblioteca A, para os estudantes do ensino a distância.

7.2.1 Espaço físico e horário

O espaço físico das bibliotecas setoriais possui equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com:

- uma sala polivalente;
- um anfiteatro;
- um salão para exposição;
- quatro cabines para estudo individual;
- 14 cabines para estudo em grupo;

- ambiente com mesas para pesquisa/estudo;
- 30 computadores com acesso à internet para pesquisa/estudo;
- 13 computadores para consulta ao acervo;
- uma sala do Memorial da Univille;
- uma sala da Gestão Documental da Univille;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij);
- um espaço do UniCo – Univille Coworking;
- uma cafeteria;
- uma sala de atendimento psicológico, vinculado à área de Gestão de Pessoas.

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 38.

Quadro 38 – Horário de funcionamento das bibliotecas da Univille

Biblioteca	Horário
Campus Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e sábados, das 8h às 11h30
Campus São Bento do Sul	De segunda a sexta-feira, das 7h15 às 12h e das 13h às 22h, e sábados, das 7h15 às 12h15
Unidade São Francisco do Sul	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 21h
Unidade Centro Joinville	De segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 20h
Biblioteca Infantojuvenil Colégio Univille	De segunda a sexta-feira, das 7h45 às 12h e das 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Biblioteca Polo Jaraguá do Sul	De segunda a sexta-feira, das 13h às 19h

Fonte: Primária (2021)

7.2.2 Pessoal administrativo

O pessoal administrativo do Sibiville é composto por profissionais que respondem pela gestão do acervo e pelo atendimento aos usuários. O quadro 39 apresenta o número de profissionais por cargo.

Quadro 39 – Pessoal administrativo do Sibiville

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Bibliotecário(a)	3
Assistente de serviços de biblioteca	1
Auxiliar de serviços de biblioteca I	8
Auxiliar de serviços de biblioteca II	1

Fonte: Primária (2021)

7.2.3 Acervo

O acervo físico do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 40 e 41:

Quadro 40 – Acervo físico de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	8.814	12.699
100 – Filosofia/Psicologia	3.969	6.270
200 – Religião	874	1.093
300 – Ciências Sociais	23.896	43.887
400 – Linguística/Língua	2.517	4.726
500 – Ciências Naturais/Matemática	4.885	10.467
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	14.365	30.137
700 – Artes	5.119	9.410
800 – Literatura	13.441	17.721
900 – Geografia e História	5.225	8.356

Fonte: Primária (2021)

Quadro 41 – Acervo físico de periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	104	6.574
100 – Filosofia/Psicologia	62	1.111
200 – Religião	8	147
300 – Ciências Sociais	895	27.836
400 – Linguística/Língua	46	1.036
500 – Ciências Naturais/Matemática	158	4.626
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	833	33.484
700 – Artes	144	3.338
800 – Literatura	36	717
900 – Geografia e História	76	2.492

Fonte: Primária (2021)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

7.2.4 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O Sibiville, por meio dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. Tais serviços incluem:

- **Empréstimo domiciliar:** os usuários podem pegar emprestado o material circulante de acordo com os prazos para sua categoria, conforme estipula o regulamento do Sibiville;
- **Empréstimo interbibliotecário:** empréstimos entre as bibliotecas que compõem o Sibiville e instituições conveniadas;

- **Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes:** ocorrem tanto nos terminais de consulta das bibliotecas quanto via internet, pelo *site* www.univille.br/biblioteca;
- **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut):** permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis no acervo das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais;
- **Levantamento bibliográfico:** serviço de pesquisa por intermédio de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos, e a bibliotecária de referência efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação;
- **Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual:** a biblioteca oferece capacitação para uso da base de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal Capes, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanados as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos;
- **Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (Icap):** por meio desse serviço, é possível ter acesso a artigos de periódicos nacionais, editados pelas instituições que fazem parte da rede Pergamum;
- **Elaboração de ficha catalográfica:** ocorre para as publicações da Editora Univille e dissertações e teses dos alunos da Univille;
- **Treinamento de estudantes ingressantes:** acontece a cada início de semestre e é ministrado pela bibliotecária de referência, que explana sobre serviços das bibliotecas do Sibiville, consulta ao Sistema Pergamum, localização de materiais, normas e condutas, deveres e obrigações no âmbito das bibliotecas;
- **Workshops e treinamentos:** realizados com conteúdos infocomunicacionais e oferecidos aos alunos da Univille, podendo validar horas complementares.

7.2.5 Acesso a bases de dados

A Univille mantém assinatura de bases de dados bibliográficas, permitindo a estudantes, professores e técnicos administrativos que tenham acesso a publicações técnico-científicas. As bases de dados disponibilizadas são:

- **Academic Search Complete (EBSCO):** base de dados multidisciplinar com 8.500 títulos de periódicos de texto completo, além de resumos de 12.500 periódicos;
- **Medline Complete (EBSCO):** base de dados que oferece mais de 1.800 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de biomedicina, ciências do comportamento, bioengenharia, desenvolvimento de políticas de saúde, ciências da vida, entre outras;
- **DynaMed (EBSCO):** base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências;
- **Portal Capes:** disponibilizado por convênio, permite acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e *abstracts*;
- **RT – Revista dos Tribunais online:** oferece ferramentas de pesquisa jurídica, como conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos tribunais, acórdãos e notícias em geral;
- **Use Fashion:** plataforma de pesquisa *online* com informações de tendências de moda.

7.2.6 Acesso à biblioteca virtual Minha Biblioteca®

A plataforma de e-books conta com mais de 8.000 títulos, com conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma Minha Biblioteca®, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da Instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

7.3 Laboratórios

A Univille mantém um conjunto de laboratórios com vistas a desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os quadros 42 a 54 caracterizam as instalações laboratoriais da Instituição conforme dados obtidos na Pró-Reitoria de Infraestrutura em novembro de 2021.

Quadro 42 – Laboratórios da Área da Saúde

Anatomia Humana – Preparo Anatômico
Anatomia Humana – Guarda de Peças
Anatomia Humana – Sala de Prática
Anatomia Humana – Guarda de Corpos
Biofísica
Bioquímica/Imunologia
Laboratório de Fisiologia do Exercício (Lafix)
Laboratório de Biomecânica (Labiomec)
Centro Cirúrgico Odontológico
Centro de Esterilização
Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)
Clínica Geral I / Clínica de Odontogeriatria e Pacientes Especiais
Clínica de Odontopediatria
Clínica do Bebê
Clínica Geral II
Higienização Bucal
Pré-clínicas Odontológicas A
Pré-clínicas Odontológicas B
Prótese Dentária
Radiologia
Brinquedoteca
Psicologia Experimental
Técnicas Operatórias (Bloco H)
Enfermagem – Labenf
Farmacotécnica
Controle de Qualidade Físico-Químico Tecnologia Farmacêutica
Práticas Farmacêuticas
Farmacognosia e Farmacognosia Experimental Farmacologia (Biotério Central)
Química Farmacêutica
Clínica de Naturologia
Práticas em Naturologia Clínica
Biotério

Fonte: Primária (2021)

Quadro 43 – Laboratórios clínicos de Farmácia, instalados na Unidade Centro Joinville

Laboratório
Bioquímica e Imunologia Clínica
Hematologia Clínica
Microbiologia e Micologia Clínica
Microscopia
Imunofluorescência e Imagem
Parasitologia e Urinálise Clínica
Toxicologia

Fonte: Primária (2021)

Quadro 44 – Laboratórios da Área de Artes, Comunicação e Design

Laboratório
Audiovisual/Multimeios/Stúdio II
Modelos/Design Protótipos
Centro de Artes e Design: - Laboratório de Modelagem/Cerâmica - Laboratório de Gravura e Serigrafia - Laboratório de Tapeçaria/Tecelagem - Laboratório de Pintura - Teatro - Desenho Técnico - Animação/Ilustração - Laboratório de Fotografia - Estúdio fotográfico (produto) - Estúdio fotográfico (modelos)
Laboratório de Costura: - Laboratório de Modelagem de Moda
Laboratório de Joias: - Revelação Fotográfica

Fonte: Primária (2021)

Quadro 45 – Laboratórios da Área de Ciências Humanas

Laboratório
História Oral
Práticas Pedagógicas
Acessibilidade

Fonte: Primária (2021)

Quadro 46 – Laboratórios da Área de Química

Laboratório
Química Orgânica
Físico-Química
Química Geral Inorgânica

Fonte: Primária (2021)

Quadro 47 – Laboratórios da Área de Biologia

Laboratório
Zoologia
Liquenologia
Microbiologia
Microscopia I
Microscopia II
Herbário Joinville
Anatomia e Fisiologia Vegetal/Xiloteca

Fonte: Primária (2021)

Quadro 48 – Laboratórios da Área da Informática

Laboratório
Lab. Inf. A-111
Lab. Inf. A-131
Lab. Inf. B-121
Lab. Inf. C-114
Lab. Inf. C-115
Lab. Inf. C-116
Lab. Inf. C-306
Lab. Inf. C-316
Lab. Inf. C-318
Lab. Inf. C-324
Lab. Inf. C-325
Lab. Inf. C-326
Lab. Inf. C-327
Lab. Inf. C-328
Lab. Inf. Caméji
Lab. Inf. D-102
Lab. Inf. D-103
Lab. Inf. D-104
Lab. Inf. D-105
Lab. Inf. D-107
Lab. Inf. D-108
Lab. Inf. D-111
Lab. Inf. E-405
Lab. Inf. I-204
Lab. Inf. I-206
Laboratório de Informática I – Unidade Centro
Laboratório de Informática II – Unidade Centro

Fonte: Primária (2021)

Quadro 49 – Laboratórios da Área de Engenharia e Arquitetura

Laboratório
Hidráulica e Hidrologia
Mecânica dos Solos e Geologia
Qualidade de Água e Saneamento
Materiais de Construção Civil
Física I
Mecânica – Camegi
Materiais – Camegi
Solda – Camegi
Projeto Eficiência Energética – Camegi
Projeto Aerodesign – Camegi
Projeto Baja – Camegi
Projeto Robótica – Camegi
Centro de Usinagem – Bloco I
Engenharia Química, Ambiental e Sanitária – Bloco I
Veículos Automotivos – Bloco I
Caldeira – Bloco I
Refrigeração – Bloco I
Sistemas Produtivos e Metrologia – Bloco I
Robótica – Bloco I
Eletrotécnica, Energia e Automação Industrial – Bloco I
Atelier de Arquitetura I
Atelier de Arquitetura II
Atelier de Arquitetura III
Atelier de Arquitetura IV
Atelier de Arquitetura V
Atelier de Conforto Ambiental e Maquetaria

Fonte: Primária (2022)

Quadro 50 – Laboratórios da Área de Gastronomia

Laboratório
Cozinha Pedagógica e Restaurante-Escola
Laboratório de Bebidas
Laboratório de Panificação e Confeitaria
Laboratório de Análise Sensorial
Restaurante-Escola

Fonte: Primária (2021)

Quadro 51 – Ambientes de práticas específicas

Laboratório
Farmácia-Escola (Convênio Univille e Sistema Único de Saúde) – Unidade Centro
Ambulatórios Universitários da Medicina – Unidade Centro
Ambulatórios no Hospital Municipal São José – Joinville (ambulatórios, enfermarias, pronto-socorro, centro cirúrgico)
Serviço de Psicologia da Univille – bairro Bucarein – Joinville
Escritório de Práticas Jurídicas – Campus Joinville
Espaço Ambiental Babitonga – Ambiente de Educação Ambiental – Unidade São Francisco do Sul
Estação Meteorológica
Hospital Regional Hans Dieter Schmidt – Joinville (ambulatórios, enfermarias, pronto-socorro)
Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Farias – Joinville (ambulatório, enfermarias, pronto-socorro)
Maternidade Darcy Vargas – Joinville (ambulatórios, enfermarias, pronto-socorro e centro obstétrico)
Atenção Primária Saúde (Unidades Básicas de Saúde de Joinville e Araquari)
Centro de Esportes, Saúde e Lazer
Pista de Atletismo
Ginásio-Escola
Beta Agência Experimental

Fonte: Primária (2021)

Quadro 52 – Laboratórios do *Campus* São Bento do Sul

Laboratório
Física
Química
Biologia
Projetos
Processos de Fabricação e Solda
Metrologia
Desenho Técnico
Materiais
Eletrônica e Automação
Acionamentos e Máquinas Elétricas
Solda
Metalografia
Mecânica Automotiva e Máquinas Térmicas
Máquinas Elétricas
Anatomia Humana
Laboratório de Informática – SBS <i>Campus</i> Oxford
Laboratório de Informática – SBS <i>Campus</i> Oxford
Laboratório de Informática – SBS <i>Campus</i> Oxford
Laboratório de Informática e CAD – SBS <i>Campus</i> Oxford

Fonte: Primária (2021)

Quadro 53 – Laboratórios da Unidade São Francisco do Sul

Laboratório
Nectologia
Bentologia e Planctologia
Ecotoxicologia e Microbiologia Marinha
Laboratório Geral I e Microscopia
Cultivo de Cepas
Laboratório de Pesagem e Secagem
Aquacultura
Laboratório Geral II
Laboratório de Informática
Estação Meteorológica
Arqueologia e Patrimônio Arqueológico – LAParq

Fonte: Primária (2021)

Quadro 54 – Laboratórios da Área de Pesquisa

Laboratório
Análise Instrumental I
Análise Instrumental II
Biobanco
Biologia Molecular
Biotecnologia I
Biotecnologia II
Cultura de Tecidos
Análise Instrumental I
Fotobiologia e Fotoquímica
Materiais
Meio Ambiente
Toxicologia
Toxicologia Ambiental – SFS

Fonte: Primária (2021)

7.4 Recursos de tecnologia da informação e audiovisuais

A Univille mantém recursos de tecnologia da informação e comunicação e audiovisuais com vistas a atender às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além dos laboratórios de informática anteriormente descritos, há outros recursos disponibilizados à comunidade acadêmica, destacados a seguir.

7.4.1 Tecnologia da informação e comunicação

A tecnologia da informação na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências tecnológicas. Nesse sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação fazem parte do planejamento contínuo, com necessidade de previsão orçamentária.

Na Univille, entendem-se como recursos de tecnologia da informação os computadores, laboratórios de informática e outros que utilizem computadores e *software*, projetores, audiovisuais, ativos de rede, ativos para comunicação de voz e dados, e em relação aos serviços são consideradas as tecnologias disponíveis para apoiar as pessoas na execução de atividades. A seguir estão descritos os principais recursos e serviços disponíveis para a comunidade Univille e seus parceiros:

- **ERP TOTVS:** sistema de informação utilizado para atender aos processos administrativos e acadêmicos. O contrato de licença de uso foi realizado com a TOTVS S.A. na modalidade corporativa, o que nos permite acessar todos os sistemas do seu portfólio sem limite de licenças;
- **Portal Univille:** a Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de *e-mail* no domínio univille.br, bem como de usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário – estudante, profissional da educação, chefes de áreas, coordenadores de cursos e pessoal administrativo. O perfil de estudante permite acesso às informações e rotinas administrativas relacionadas à vida do acadêmico, bem como acesso ao ambiente virtual de aprendizagem Enturma. Para manter o portal atualizado e disponível, a Univille tem contrato de suporte e atualização com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br);
- **Sistema OutByCenter – OBC:** sistema de informação para gestão de compras e controle orçamentário. Integrado com o ERP TOTVS após a efetivação do pedido de compras;
- **Enturma:** é um sistema de gestão da aprendizagem (*learning management system* – LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). O Enturma é um LMS organizado em comunidades em uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla denominada Univille até comunidades de turma/disciplina, em que o profissional da educação e os estudantes de uma disciplina em uma turma podem compartilhar informações, interagir e comunicar-se por meio de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação. Tais ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, aulas, cronograma, trabalhos etc. Por meio de sistemas específicos incluídos no Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, planejamento de ensino, calendário de provas e boletim de notas. Por meio do acesso aos recursos disponibilizados, o estudante pode interagir virtualmente com professores, colegas de turma e outras instâncias da Univille. O suporte é oferecido pela TI aos estudantes por *e-mail* ou presencialmente;
- **APP:** Em 2017 foi disponibilizado um aplicativo para *smartphones* e *tablets* que facilita o dia a dia dos profissionais da educação e de estudantes da Instituição. Alguns recursos do aplicativo: apontamento de frequência, extrato financeiro, boleto, consulta de notas, horário, calendário acadêmico, além de envio de mensagens e *feeds*;

- **Wireless:** a rede sem fio disponibilizada para a comunidade acadêmica está instalada em todos os *campi* e unidades na modalidade *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso – Univille, UNIVILLE e VISITANTE –, com política de acesso à rede local e internet específicas para cada célula. Atualmente são 359 antenas instaladas nos *campi* e unidades, que atendem no seu período de maior consumo (noturno) cerca de 3.500 conexões simultâneas;
- **Dados:** transporte de dados críticos, com tratamento diferenciado, garantindo as menores taxas de erro e evitando atrasos no envio e recebimento de informações. Há funcionalidades exclusivas para o transporte seguro dos dados entre os *campi* e as unidades;
- **Multimídia:** tráfego multimídia com alto desempenho. Utilizado para a realização de videoconferências e outras aplicações de vídeo entre os *campi* de Joinville e São Bento do Sul;
- **Voz:** interligação de ramais entre os *campi* de Joinville e São Bento do Sul, com aplicações de voz sobre IP (VoIP);
- **Virtual Private Network (VPN):** com a rede particular virtual que a Univille possui, é possível comunicar-se com parceiros e fornecedores por meio de comunidades virtuais, fornecendo confidencialidade, autenticação e integridade necessárias para garantir a privacidade das comunicações requeridas;
- **Segurança:** com a aquisição do gerenciador central de soluções Extreme, como Wireless Controller, Infra e NAC, que controla todo o ambiente, a solução é composta com cem licenças para dispositivos (*switches* gerenciáveis) e 6.000 licenças *end-system* (autenticação via *MAC address*, que é atrelado ao *username* por dia). Com isso, há um aumento da segurança da rede, pelo fato de a autenticação ser via *MAC address* e considerar informações referentes ao perfil do usuário. Por intermédio dessa identificação, serão adotadas políticas específicas e registro histórico em servidores de *log*;
- **Internet:** a Univille conta com três acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 300 Mbps. O outro *link* de 400 Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 foi realizado *upgrade* do *link* de internet para 1 Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis REMEP (Rede Metropolitana Comunitária de Educação e Pesquisa da Região de Florianópolis), anunciando assim o ASN (número de sistema autônomo);
- **Conectividade:** prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os *campi* e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado;
- **Autenticação:** todos os alunos da Univille têm direito a uma conta de usuário no domínio da Instituição. Essa conta permite ao usuário realizar autenticação nos microcomputadores dos laboratórios, acesso ao sistema acadêmico *online* e à plataforma Microsoft Office 365, em que o aluno também tem direito a um *e-mail* institucional, além do acesso a diversos *softwares*;
- **Plataforma Desktop:** assim como nos laboratórios, os microcomputadores dos setores administrativos da Univille utilizam o sistema operacional Windows na última versão, o pacote de *softwares* do Office 365, bem como uma área para armazenamento e compartilhamento de dados na rede local;
- **Interconexão:** todos os *campi* e unidades da Univille estão interligados através de enlaces de fibra ótica (*lan to lan*), sendo Joinville o ponto de interconexão. O *Campus* São Bento do Sul tem enlaces com largura de banda de 300 Mbps, além de um segundo *link* com a Fapesc de 100 Mbps, a Unidade Centro e o Serviço de Psicologia possuem enlaces com largura de

banda de 250 Mbps, a Unidade São Francisco do Sul tem enlaces com largura de banda de 250 Mbps, o HMSJ possui enlaces com largura de banda de 250 Mbps, e o Polo Jaraguá do Sul, enlaces com largura de banda 250 Mbps;

- **Processamento em ambiente cloud:** Foi estabelecido um contrato com o *datacenter* da Sercompe, localizada em Joinville, próximo da Univille, o que viabilizou a conexão através do *link* de 1 Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*;
- **Contrato Microsoft:** o contrato Microsoft disponibiliza para a comunidade Univille o seguinte: serviço Office na nuvem, segurança robusta, produtividade de estudantes e professores, produtividade de pessoal administrativo, permanente atualização do Office, ferramentas colaborativas, ambiente virtual – Onedrive, licenças *desktop upgrade*, licenças *server upgrade*, atualização contínua do sistema operacional. Além desses recursos e serviços, o contrato também beneficia os professores e estudantes com a possibilidade de instalação de vários produtos. Na área de exatas, estudantes e professores têm à disposição materiais para estudo e possibilidade de certificações dentro da trilha de formação Microsoft;
- **Computadores:** o parque de computadores é composto por equipamentos comprados e locados e estão instalados em ambientes de ensino, pesquisa, extensão e administrativo;
- **Projetores:** o parque de projetores é composto por equipamentos comprados e locados e estão instalados prioritariamente em ambientes de ensino, auditórios e anfiteatros;
- **Blackboard:** consiste em um LMS disponibilizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupo A (www.grupoa.com.br). Ele é organizado pelos cursos, que são as disciplinas que o estudante está cursando ou já cursou. Cada curso é formado pelos estudantes, tutores e coordenadores de curso, no período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, os seus integrantes podem acompanhar os materiais didático-pedagógicos divididos por semana, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem cronograma de aulas, mural de discussão, ferramenta de videoconferência, que possibilita comunicação síncrona ou gravação para comunicação assíncrona, avisos, mensagens, biblioteca virtual e ferramenta para avaliação com banco de questões. Na visão do tutor, professor ou gestor do curso, o ambiente virtual de aprendizagem também permite recursos relacionados à gestão do curso e acompanhamento do desenvolvimento das disciplinas por parte dos estudantes;
- **Lyceum:** é um sistema de gestão acadêmica disponível 24 horas por dia. O acesso ao Lyceum é customizado de acordo com o perfil do usuário. Nesse ambiente são realizadas operações relacionadas a matrícula/rematrícula, movimentação, histórico do aluno, atendimento e acesso a todas as informações acadêmicas e financeiras do aluno;
- **Avalia:** é uma solução inovadora que permite a criação automática de avaliações digitais que podem ser realizadas em um ambiente controlado. Além disso, promove a melhoria contínua por meio do gerenciamento de resultados e planos de ação realizados pelos coordenadores e professores das IES;
- **Sagah:** é um pacote de conteúdo EaD com identidade visual integrada, baseada em metodologias ativas de aprendizagem com conteúdos didáticos e interativos diversificados;
- **Algetec:** conta com laboratórios físicos e virtuais e visa aliar teoria e prática na rotina de sala de aula, com o intuito de provocar maior engajamento entre os estudantes.

7.4.2 Recursos audiovisuais

Observa-se que todas as salas de aula possuem:

- microcomputador com *software* de apresentações;
- conexão com a internet;
- rede *wi-fi*;
- projetor multimídia (*data show*);
- microfone de lapela;
- *webcam*;
- telão.

Além disso, a Univille dispõe dos seguintes itens, para utilização mediante solicitação para a Tecnologia da Informação:

Quadro 55 – Recursos audiovisuais

Descrição	Quantidade
Aparelho de som	1
Retroprojetor	2
<i>Flip chart</i>	3
Projetor multimídia (reserva)	5
CPU (reserva)	5
Caixa de som amplificada	5
Microfone sem fio	15
Microfone com fio	1
Tela de projeção tripé	1

Fonte: Primária (2021)

7.5 Adequação da infraestrutura para o atendimento de necessidades especiais

As condições gerais dos *campi*, unidades e polos EaD atendem ao disposto na legislação no que diz respeito à largura de portas e de corredores de circulação, corrimãos e guarda-corpos, elevadores, sanitários, sinalização e vagas para estacionamento, objetivando propiciar às pessoas portadoras de necessidades especiais melhores condições de acesso e uso das edificações.

Existem:

- vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a deficientes físicos, devidamente demarcadas e sinalizadas;
- faixas de pedestre elevadas, para facilitar a travessia dos usuários de cadeira de rodas;
- instalações sanitárias para deficientes distribuídas em todas as edificações dos *campi* e unidades. Em cada conjunto há ao menos uma peça adequada ao uso dos deficientes;
- rampas e/ou elevadores em todas as edificações com mais de um pavimento. As rampas possuem inclinação compatível com as condições de desnível e comprimento, e os elevadores têm cabines adequadas, com dimensões conforme o recomendado pela norma para o transporte de cadeiras de rodas.

Na Univille, novas edificações já preveem desde o projeto a adequação para o atendimento de pessoas deficientes. Além disso, a Infraestrutura executa a melhoria contínua das instalações com o propósito de atender a mudanças de legislação e aperfeiçoar as condições da infraestrutura em relação à acessibilidade e ao atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais.

7.6 Gestão da infraestrutura

A gestão da infraestrutura da Univille visa atender aos requisitos de qualidade institucionais, bem como aqueles definidos pelo Sinaes em termos de instalações, recursos tecnológicos e materiais. Essa gestão é desempenhada pelas pró-reitorias e coordenações de cursos, considerando:

- a manutenção, atualização e evolução da infraestrutura para atender aos PPCs em funcionamento;
- a abertura de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- a sustentabilidade acadêmica, levando em conta os requisitos de qualidade internos e externos;
- a sustentabilidade financeira institucional, ponderando a viabilidade financeira dos investimentos.

Dessa forma, a gestão da infraestrutura considera a criação e a extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, a melhoria da qualidade dos cursos existentes e o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão.

7.7 Acervo Acadêmico Digital

Considerando o disposto na legislação em vigor, a Instituição dispõe de um Comitê Gestor para elaborar, implantar e acompanhar a Política de Segurança da Informação relativa ao acervo acadêmico ativo e inativo.

Esse mesmo comitê acompanha todo o processo da conversão do acervo acadêmico físico para o meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, atendendo ao previsto no artigo 104 do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no artigo 45 da Portaria MEC n.º 315, de 4 de abril de 2018.

O sétimo capítulo caracterizou a infraestrutura da Univille. Para isso, foram apresentados a infraestrutura física dos *campi* e das unidades da Instituição, o Sistema de Bibliotecas da Univille, a relação dos laboratórios existentes, assim como os recursos de tecnologia da informação e comunicação e audiovisuais.



**AVALIAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**



univille



8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este capítulo caracteriza os procedimentos de avaliação institucional (AI) na Univille. Considerando a Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sinaes, a Universidade conta com processos de avaliação organizados de forma a propiciar dados para a gestão nos diferentes níveis institucionais. Além disso, os dados da avaliação subsidiam o PEI e a atualização do PDI. Inicialmente o histórico da AI na Univille é apresentado. A seguir a AI é caracterizada em termos de seus objetivos, princípios, macroprocessos e instâncias participantes. Por fim, comenta-se a relação entre os resultados da AI, as instâncias decisórias e o planejamento de ações.

8.1 Avaliação institucional na Univille: histórico

A AI da Univille surgiu em 1992 como parte do projeto de criação da Universidade. Naquele projeto, foi realizado um amplo diagnóstico da Instituição com o objetivo de fortalecer a AI como ação educativa que visava à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, tendo em vista a consonância da Universidade com demandas científicas e sociais. Uma comissão de avaliação foi instituída e ouviu docentes, estudantes, coordenadores de áreas, coordenadores de cursos, diretores das faculdades e pessoal técnico-administrativo. Essa primeira avaliação produziu relatórios que apontaram necessidades de melhorias nos cursos de graduação, principal atividade da então Furj.

Em 1993 o projeto de avaliação foi aprovado pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). O Paiub foi um programa elaborado em 1993 pelo MEC para que as universidades criassem sistemas internos de avaliação – com posterior verificação pelos técnicos do MEC – que pudessem auxiliar no processo de aperfeiçoamento delas. No período de 1993 a 1996, a Instituição implementou o Programa de Avaliação da Univille, que desde então realiza anualmente a avaliação de disciplinas e do desempenho docente na visão dos estudantes e dos professores.

Em 1996 a Univille foi credenciada como Universidade pelo governo federal, e o Programa de Avaliação da Univille integrava o projeto da Universidade que estava em implantação. Esse programa mantinha os princípios do Paiub, que consideravam as especificidades e os objetivos institucionais. A partir de 1997 o Programa de Avaliação da Univille objetivou contribuir para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, mas priorizou o ensino de graduação. As avaliações foram focalizadas na relação entre professores, alunos, construção do conhecimento e infraestrutura, com o intuito de contribuir sistematicamente com informações que contemplassem os indicadores mínimos de qualidade no ensino de graduação. Isso ocorreu de acordo com a perspectiva educativa da avaliação e em virtude da necessidade de acompanhamento da implantação de vários novos cursos de graduação, conforme o plano de implantação da Universidade.

No período de 1996 a 2003 o MEC implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão). O Provão foi um exame aplicado aos formandos com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da educação superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem. Sem perder de vista seu projeto de avaliação permanente, a Univille manteve o processo de

avaliação dos cursos e disciplinas de graduação e realizou a avaliação dos cursos na visão do aluno egresso em 2000.

Posteriormente, a Instituição passou por processos de credenciamento institucional pelo CEE/SC. Em 26 de junho de 2001, o CEE/SC renovou o credenciamento da Universidade pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001/CEE). Em 2010 o CEE/SC realizou avaliação da Instituição e por meio do Parecer n.º 223, deferido em 19/10/2010, aprovou o Relatório da Avaliação Institucional Externa e o credenciamento da Univille como universidade pelo prazo de sete anos. O Parecer n.º 223 do CEE/SC de 19/10/2010 foi homologado pelo Decreto do Governador do Estado de Santa Catarina, n.º 3.689, de 7 de dezembro de 2010.

Nesse movimento de avaliações diversas, historicamente transformadoras, surgiu o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei Federal n.º 10.861/04, de 14 de abril de 2004, que ampliou o conjunto de dimensões da avaliação. O Sinaes pressupõe que na participação coletiva o autoconhecimento leve à melhoria da qualidade dos processos e ao comprometimento com a efetividade das práticas institucionais e com as finalidades públicas da educação. É na perspectiva de que a avaliação tenha um papel educativo, formativo, que se pretende responder aos desafios do Sinaes.

Há ainda de se considerar que no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* os programas da Univille são cadastrados, avaliados e credenciados pelo sistema de avaliação da Capes. Dessa forma, a Univille integra o Sinaes participando dos ciclos avaliativos e tendo seus resultados mensurados pelos indicadores previstos pela legislação, operacionalizados pelo MEC, e que incluem o conceito obtido por meio do Enade: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Curso (IGC).

Um novo cenário para a Univille apresentou-se a partir de 2014, quando, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4/04, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino da Univille, todos os colegiados de curso revisaram os PPCs, com o intuito de adequá-los aos requisitos de submissão ao sistema eletrônico do MEC.

Em 2016 o MEC/Seres deferiu o processo de migração da Universidade. A partir desse deferimento, a Univille encaminhou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade. Por meio desse processo de migração, a Univille passou a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC. Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação *in loco* promovida pelo MEC/Inep para diversos cursos de graduação. A visita *in loco* para o credenciamento institucional foi realizada em 2018, tendo sido atribuída nota 4 numa escala de 1 a 5. A portaria do MEC n.º 524, de 9 de junho de 2020, credenciou a Univille como universidade pelo prazo de oito anos, conforme previsto na portaria normativa do MEC n.º 1, de 3 de janeiro de 2017.

8.2 Avaliação institucional na Univille: concepção e objetivos

Entende-se que a avaliação deve ser um processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, a eficiência, a eficácia e o impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades em

marcha e ajudar a gestão na tomada de decisão, planejamento, coordenação e supervisão e acompanhamento de ações (DIAS SOBRINHO, 2004).

Conforme mencionado por Dias Sobrinho (2004), a educação superior deve ser avaliada não simplesmente pelos critérios do mundo econômico e não somente com instrumentos que matematizem a qualidade sob as justificativas de desempenho, eficiência e produtividade, mas, sobretudo, tem de colocar em julgamento os significados de suas ações e construções quanto às finalidades da sociedade. É preciso concebê-la como um processo contínuo, sistemático e transparente, fundamentado nos princípios e documentos institucionais e que equilibre aspectos quantitativos e qualitativos.

É importante considerar também que a avaliação não deve ser apreendida como alvo de controle e fiscalização, mas como forma de trazer subsídios que permitam confirmar decisões e ações bem-sucedidas, inserir escolhas que se revelem necessárias e reorganizar ações inadequadas.

Os critérios norteadores das ações de acompanhamento e avaliação de atividades, processos, projetos e programas têm de ser previstos nas regulamentações institucionais, divulgados institucionalmente e ser de domínio público. Além disso, os processos de avaliação precisam ser marcados pelos princípios da participação democrática, da horizontalidade e da transparência, sustentando um sistema dialógico sobre a Instituição, seus objetivos e metas e seu efetivo desenvolvimento.

A AI é um dos componentes do Sinaes e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Na Univille a AI abrange ações e processos que permitem o acompanhamento e o monitoramento de atividades, processos, projetos e programas em termos de sua execução e de seus resultados. A AI da Univille tem como objetivos:

- coletar de forma sistemática dados e informações a respeito das atividades desenvolvidas por meio do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão;
- analisar os dados e informações coletados com vistas a subsidiar a tomada de decisão pela gestão superior e setorial da Universidade;
- proporcionar uma visão quantitativa e qualitativa do desenvolvimento institucional ao longo do tempo por meio do histórico das avaliações realizadas;
- contribuir para a melhoria contínua de atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Universidade.

8.3 Níveis ou categorias de processos da avaliação institucional

No que diz respeito à AI, é possível considerar que ela ocorre nos seguintes níveis ou categorias:

- **Desempenho institucional:** são os processos que têm abrangência institucional;
- **Desempenho dos cursos:** são os processos que abrangem os cursos de graduação e os programas e cursos de pós-graduação;

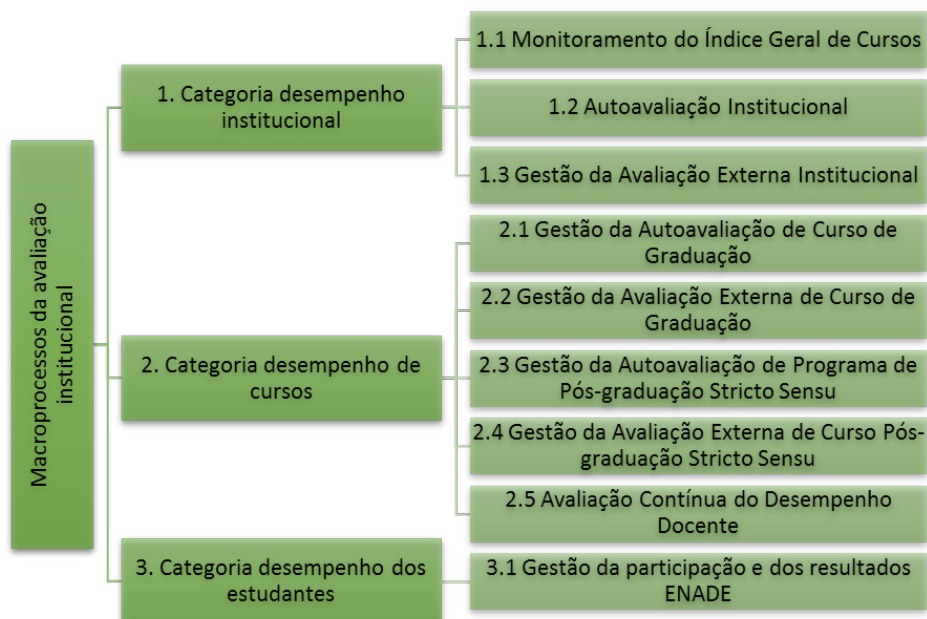
- **Desempenho dos estudantes:** é o processo de gestão da participação dos estudantes de graduação no Enade e dos demais estudantes em outros sistemas de avaliação de desempenho promovidos por órgãos governamentais.

8.4 Política de avaliação institucional: objetivo, público-alvo, macroprocessos e diretrizes

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem como objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído pelos gestores e assessores da Instituição. Além disso, o público-alvo abrange também os profissionais da educação e o pessoal administrativo, bem como estudantes da Universidade, na medida em que estão envolvidos em diferentes processos de avaliação interna e externa.

Figura 26 – Categorias e macroprocessos da AI da Univille



Fonte: Univille (2014a)

Tal política considera os macroprocessos (figura 26):

- Monitoramento do IGC;
- Autoavaliação institucional;
- Gestão da avaliação externa institucional;
- Gestão da autoavaliação de curso de graduação;
- Gestão da avaliação externa de curso de graduação;
- Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;

- Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;
- Avaliação contínua do desempenho docente;
- Gestão da participação e dos resultados do Enade.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e possibilitando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da avaliação alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Considera-se que, além dos valores institucionais e dos princípios gerais que constam no capítulo 1 do PDI, são diretrizes gerais a serem observadas nos macroprocessos da AI:

- **Integração com ensino, pesquisa e extensão:** a AI em seus diversos níveis está a serviço das atividades-fim da Univille, promovendo a integração das pessoas, recursos, atividades, processos, projetos e programas;
- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** a AI em seus diferentes níveis contribui para a integração, a articulação e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- **Representatividade e participação:** participação das comunidades interna e externa, por meio de suas representações, em fóruns previstos no Estatuto e Regimento da Instituição, tais como conselhos, colegiados, comitês, comissões e grupos de trabalho;
- **Qualidade:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **Transparência:** informações e decisões pertinentes aos diversos níveis institucionais são distribuídas e comunicadas por meio de mecanismos previstos regimentalmente e pelos canais de comunicação institucionais;
- **Legalidade:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **Acompanhamento:** fazer o acompanhamento dos processos avaliativos garantindo que se implementem ações administrativas e pedagógicas em decorrência dos resultados obtidos, as quais visem à melhoria das condições de oferta e dos resultados acadêmicos dos cursos;
- **Comunicação:** divulgar os resultados dos processos avaliativos feitos na Instituição, bem como das ações implementadas em virtude de tais avaliações;
- **Imparcialidade:** observar padrões de honestidade e integridade e não se render a pressões e interesses, de modo a legitimar o processo avaliativo;
- **Equidade:** lisura na maneira de proceder às avaliações dos processos;
- **Melhoria contínua:** promover continuamente a reflexão sobre os processos de avaliação e o aprimoramento de procedimentos, técnicas e ferramentas de coleta, armazenamento, validação e análise de dados dos processos, visando à qualidade do ensino.

8.4.1 Macroprocesso: monitoramento do IGC

O monitoramento do IGC tem como objetivo analisar a evolução do indicador com vistas a identificar ações capazes de proporcionar a melhoria do desempenho institucional. A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais é responsável pela análise anual do IGC com base nas informações divulgadas pelo Inep, encaminhando suas considerações à Reitoria.

8.4.2 Macroprocesso: autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional é compreendida como um processo coletivo com o intuito de produzir dados e informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, para melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e cumprimento das finalidades institucionais.

A autoavaliação institucional é desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o suporte da Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais. A autoavaliação institucional considera o disposto no Sinaes e tem como objetivos:

- produzir conhecimentos sobre a Universidade;
- identificar as causas dos seus problemas e deficiências;
- aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades;
- subsidiar a gestão da Universidade em seus diferentes níveis decisórios com dados relativos às diferentes dimensões e indicadores institucionais;
- subsidiar o Planejamento Estratégico e a atualização do PDI com dados referentes ao andamento das ações estratégicas e ao alcance das metas estratégicas.

O processo de autoavaliação institucional é realizado em conformidade com o Sinaes, que considera a integração, a articulação e a participação de todos os segmentos da Universidade, visando à construção de uma prática de avaliação em todas as dimensões institucionais. A CPA coordena a autoavaliação institucional considerando a metodologia representada na figura 27.

A autoavaliação institucional é realizada por meio das seguintes etapas:

- **Preparação:** definição da metodologia para elaboração de análise de dados para relatórios de autoavaliação parciais e final;
- **Coleta de dados:** reunião de dados e evidências em documentos institucionais e em segmentos da comunidade interna e externa;
- **Análise de dados:** diagnóstico das potencialidades e fragilidades da Instituição com base nos dados levantados;
- **Recomendações:** indicação de ações para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão institucionais;
- **Relatório:** organização dos relatórios de autoavaliação parciais e final para encaminhamento à Gestão Institucional e ao MEC;
- **Disseminação:** disponibilização dos resultados de forma a sensibilizar a comunidade para a autoavaliação participativa.

Figura 27 – Fluxo da autoavaliação institucional coordenada pela CPA



Fonte: Primária (2016)

A Assessoria de Planejamento e Avaliação da Univille atua em conjunto com a CPA na coleta de dados por meio da elaboração e aplicação dos instrumentos de pesquisa a serem empregados nas comunidades interna e externa.

8.4.3 Macroprocesso: gestão da avaliação externa institucional

A gestão da avaliação externa institucional tem como objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de credenciamento institucional. A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais é responsável pela definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias ao processo de credenciamento institucional. Isso abrange a articulação com a Reitoria, CPA e demais instâncias institucionais, considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. As ações incluem: elaboração, encaminhamento e preenchimento dos documentos necessários para a solicitação de credenciamento; acompanhamento dos trâmites nas instâncias reguladoras externas; monitoramento da divulgação dos resultados, com a devida socialização na comunidade acadêmica.

8.4.4 Macroprocesso: gestão da autoavaliação de curso de graduação

A gestão da autoavaliação de curso de graduação tem como objetivo obter nas coordenações dos cursos de graduação um relatório que sintetize os resultados do processo de autoavaliação do curso. Tal relatório subsidia a gestão do curso e também alimenta o processo de autoavaliação institucional de responsabilidade da CPA. A responsabilidade pela gestão da autoavaliação de curso de graduação é da Pró-Reitoria de Ensino (Proen), e sua operacionalização é responsabilidade das coordenações de curso de graduação, com o suporte de diferentes coordenações, gerências e assessorias da Univille e da Furj.

8.4.5 Macroprocesso: gestão da avaliação externa de curso de graduação

A gestão da avaliação externa de curso de graduação tem como objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação. A Proen é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe às coordenações de cursos de graduação, com o assessoramento das diferentes coordenações, gerências e assessorias da Univille e da Furj. Tal processo abrange definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos, o que engloba a articulação com demais instâncias institucionais, considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. As ações incluem: elaboração, encaminhamento e preenchimento dos documentos necessários para a solicitação de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso de graduação; acompanhamento dos trâmites nas instâncias reguladoras externas; monitoramento da divulgação dos resultados com a devida socialização na comunidade acadêmica.

8.4.6 Macroprocesso: gestão da autoavaliação de programa de pós-graduação

A gestão da autoavaliação de programa de pós-graduação *stricto sensu* tem como objetivo obter nas coordenações um relatório que sintetize os resultados do processo de autoavaliação do programa. O relatório subsidiará a gestão do programa e também alimentará o processo de autoavaliação institucional de responsabilidade da CPA. A responsabilidade pela gestão da autoavaliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* é da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação (PRPPG), e sua operacionalização é responsabilidade das coordenações de programa, com o suporte da Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais.

8.4.7 Macroprocesso: gestão da avaliação externa de programa de pós-graduação

A gestão da avaliação externa de programa de pós-graduação *stricto sensu* tem como objetivo viabilizar as providências necessárias para a realização do processo de avaliação do programa pela Capes. A PRPPG é responsável pelo processo, e a sua operacionalização cabe às coordenações dos programas. O processo engloba definição, planejamento, execução e acompanhamento das providências necessárias para a avaliação pela Capes. Isso abrange a articulação com as demais instâncias institucionais, considerando a legislação e os instrumentos de avaliação vigentes. As ações incluem: elaboração, encaminhamento e preenchimento dos documentos necessários para a avaliação; acompanhamento dos trâmites nas instâncias reguladoras externas; monitoramento da divulgação dos resultados, com a devida socialização na comunidade acadêmica.

8.4.8 Macroprocesso: avaliação contínua do desempenho docente

A Avaliação Contínua do Desempenho Docente (ACDD) objetiva oferecer dados referentes ao desempenho docente com base na percepção do estudante e, com isso, estimular a reflexão do professor sobre sua atuação, incentivando-o a avançar no seu desenvolvimento profissional e pessoal. A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais é responsável pela coleta e análise de dados, bem como pela emissão de relatórios que são disponibilizados ao professor, ao coordenador de curso, à Pro-Reitoria de Ensino e à Reitoria. Com base nos resultados, o Centro de Inovação Pedagógica e as coordenações de curso desenvolvem ações relativas ao Programa de Profissionalização Docente.

A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais aplica um instrumento de coleta de dados que é disponibilizado *online* aos estudantes no fim de cada período letivo. A coleta de dados também ocorre no fim de cada módulo, nos cursos modulares, e no fim das disciplinas ministradas nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. As questões fazem referência às competências docentes previstas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Após a coleta, os dados são validados, tabulados e analisados, gerando relatórios de desempenho do professor em cada disciplina que lecionou e em cada curso em que atua. Além disso, são produzidos relatórios por curso, por área do conhecimento, por *campus* e, por fim, o relatório de desempenho docente institucional.

Considera-se que os resultados obtidos por meio do instrumento se revelam úteis para que os professores revisem suas práticas docentes, adotem novas estratégias, avaliem seu relacionamento com as turmas e atentem para a profissionalização permanente. Os resultados também constituem subsídio para que Reitoria, Pró-Reitorias e coordenações de cursos tenham mais elementos para gerir as atividades acadêmicas.

8.4.9 Macroprocesso: gestão da participação e dos resultados Enade

A gestão da participação e dos resultados Enade tem como objetivo viabilizar as providências necessárias para a participação dos estudantes no Enade, bem como avaliar os resultados alcançados pelos cursos, encaminhando propostas de melhoria para as coordenações de cursos e para a Reitoria. A responsabilidade pela gestão da participação e dos resultados Enade é da Proen, e sua operacionalização é responsabilidade das coordenações de cursos de graduação, com o suporte da Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais.

8.5 Instâncias participantes da avaliação institucional

A AI conta com a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, considerando o disposto no Sinaes. Além disso, essa participação leva em conta a necessidade do envolvimento dos diferentes atores institucionais com vistas à compreensão e apropriação dos processos de avaliação; à utilização de seus resultados visando à reflexão sobre as práticas institucionais; à identificação de potencialidades e fragilidades; à proposição e implementação de melhorias. Nesta seção estão caracterizadas as instâncias responsáveis pela articulação dos processos de autoavaliação institucional.

8.5.1 Reitoria

Como apresentado anteriormente, a Reitoria responde por processos da AI. Além disso, é a instância que emprega os resultados dos processos avaliativos no apoio à tomada de decisão no nível institucional e como subsídio ao Planejamento Estratégico Institucional e à Gestão Institucional.

8.5.2 Comissão Própria de Avaliação

A CPA da Univille é um órgão colegiado com função deliberativa e operacional e atende ao previsto no artigo 11 da Lei n.º 10.861/04, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sinaes. Na Univille, a CPA é regida pela Resolução n.º 11/16 do Conselho Universitário da Universidade, que estabelece a finalidade, a composição e as atribuições da referida comissão. Tem como objetivo coordenar e realizar o processo de autoavaliação institucional e prestar informações aos órgãos e instâncias da administração universitária, ao planejamento estratégico institucional, à comunidade acadêmica e aos órgãos oficiais de avaliação, regulação e supervisão, de acordo com as regulamentações institucionais vigentes.

Os membros da CPA são designados por ato do reitor, considerando as regulamentações institucionais e a legislação vigente e assegurando a participação de segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, de forma equitativa. É coordenada por um de seus membros que tenha experiência em avaliação na educação superior, eleito entre os membros, com mandato de três anos, sendo permitida uma recondução.

Na Univille a CPA é composta por representantes do pessoal administrativo e dos profissionais da educação superior da Furj/Univille, do corpo docente e da sociedade civil organizada. Todos os membros têm função deliberativa, participando com direito a voz e voto.

Conforme a Resolução n.º 11/16 do Conselho Universitário da Univille, são atribuições da CPA:

- definir, planejar e executar o processo de autoavaliação considerando a legislação vigente, as regulamentações, o PDI e a articulação com os órgãos da administração universitária e o Planejamento Estratégico Institucional;
- estabelecer métodos, técnicas e ferramentas de coleta e de análise de dados e informações sobre dimensões, categorias e indicadores do desenvolvimento institucional;
- determinar grupos de trabalho relacionados ao processo de autoavaliação;
- divulgar o processo de autoavaliação na comunidade acadêmica com o intuito de sensibilizá-la e promover a participação dela;
- elaborar e executar cronograma anual de reuniões e atividades;
- coletar e organizar os dados e informações para a autoavaliação;
- analisar dados e informações identificando potencialidades e fragilidades em relação ao desenvolvimento institucional;
- formular recomendações com base na análise dos dados e informações coletados;
- preparar relatórios de autoavaliação e encaminhar aos órgãos de administração e ao Planejamento Estratégico Institucional;
- encaminhar relatórios de autoavaliação aos órgãos governamentais de regulação, avaliação e supervisão da educação, de acordo com a legislação vigente;
- divulgar os resultados do processo de autoavaliação na comunidade acadêmica;
- atuar de forma articulada com órgãos e instâncias da administração universitária.

A comissão atua com autonomia em relação aos órgãos executivos e deliberativos institucionais, podendo constituir subcomissões operacionais para desenvolvimento de atividades necessárias aos processos avaliativos.

8.5.3 Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais

A Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais é subordinada à Reitoria, que responde pela gestão dos processos de AI da Univille.

Compete à assessoria:

- monitorar o IGC;
- assessorar a CPA na autoavaliação institucional;
- assessorar a Reitoria nos processos de AI externa;
- operacionalizar a avaliação contínua do desempenho docente;
- assessorar os demais subprocessos da AI cuja responsabilidade está a cargo das Pró-Reitorias e coordenações de cursos;
- manter atualizados os dados e as informações relativos aos processos da AI.

Em seu planejamento, a assessoria prevê ações relacionadas a:

- avaliação do perfil do aluno ingressante;
- autoavaliação dos cursos de graduação por comissão interna composta pela coordenação e pelo NDE do curso, para verificar a efetividade do PPC e das condições de oferta;
- avaliação da infraestrutura na visão de estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo, com periodicidade de três anos;
- avaliação contínua do desempenho docente.

No âmbito da autoavaliação institucional, os instrumentos e as pesquisas de avaliação são elaborados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, com a participação dos diferentes segmentos da Universidade e da CPA.

8.5.4 Coordenações de cursos de graduação e coordenações de programas de pós-graduação *stricto sensu*

As coordenações de cursos de graduação e coordenações de programas de pós-graduação *stricto sensu* respondem por processos de avaliação no âmbito dos cursos e participam das ações relacionadas aos processos de avaliação com abrangência institucional. Além disso, são as instâncias que usam os resultados dos processos avaliativos com vistas a apoiar a tomada de decisão no nível dos cursos.

8.5.5 Profissionais da educação e pessoal administrativo

Os profissionais da educação e o pessoal administrativo participam da AI diretamente ou por meio das representações nos órgãos colegiados da Univille e na CPA. A participação desses atores institucionais é importante fonte de dados que podem ser utilizados na AI. Além disso, desempenham o papel de agentes de mudança na implementação das ações que visam à melhoria institucional.

8.5.6 Corpo discente

O corpo discente participa da AI diretamente ou por meio das representações nos diferentes órgãos colegiados da Univille e na CPA. Ele também é uma importante fonte de dados que podem ser utilizados na AI. Além disso, é preciso considerar que as mudanças propostas em decisões tomadas com base nela têm como principal objetivo a melhoria das condições oferecidas aos estudantes, para que possam encontrar na Universidade o espaço adequado ao processo de ensino e aprendizagem.

8.5.7 Comunidade externa

A composição da CPA da Univille inclui a participação de membros da sociedade civil. Além disso, nos Conselhos de Administração e Curador da Furj, bem como no Conselho Universitário da Univille, há membros da comunidade externa. Por fim, os processos de autoavaliação institucional e dos cursos da Instituição preveem a realização de pesquisas na comunidade externa, fornecendo dados importantes para a Instituição.

8.6 Planejamento e ações com base nos resultados das avaliações

Os resultados dos diferentes macroprocessos da AI subsidiam a gestão nos diferentes níveis decisórios. No âmbito dos cursos, a autoavaliação e a avaliação externa, o Enade e a avaliação contínua do desempenho docente propiciam dados sobre a organização didático-pedagógica, o corpo docente e administrativo, a infraestrutura e o desempenho dos estudantes. Coordenadores de cursos e pró-reitores empregam esses dados com vistas a identificar pontos fortes e fragilidades e, com isso, planejar e implementar ações para a melhoria das condições de oferta e dos resultados acadêmicos dos cursos.

Em termos institucionais, a autoavaliação, o monitoramento do IGC e a avaliação externa produzem dados referentes às dimensões e aos indicadores previstos pelo Sinaes e outros indicadores de acordo com as necessidades da gestão da Universidade. Tais informações subsidiam a Reitoria, as Pró-Reitorias e o Conselho Universitário a tomar decisões relacionadas a planos de médio e longo prazo, a fim de consolidar e evoluir as políticas e os resultados institucionais. Há que se considerar, então, a importância da análise dos resultados da AI levando em conta a dinâmica do PEI e a atualização do PDI.

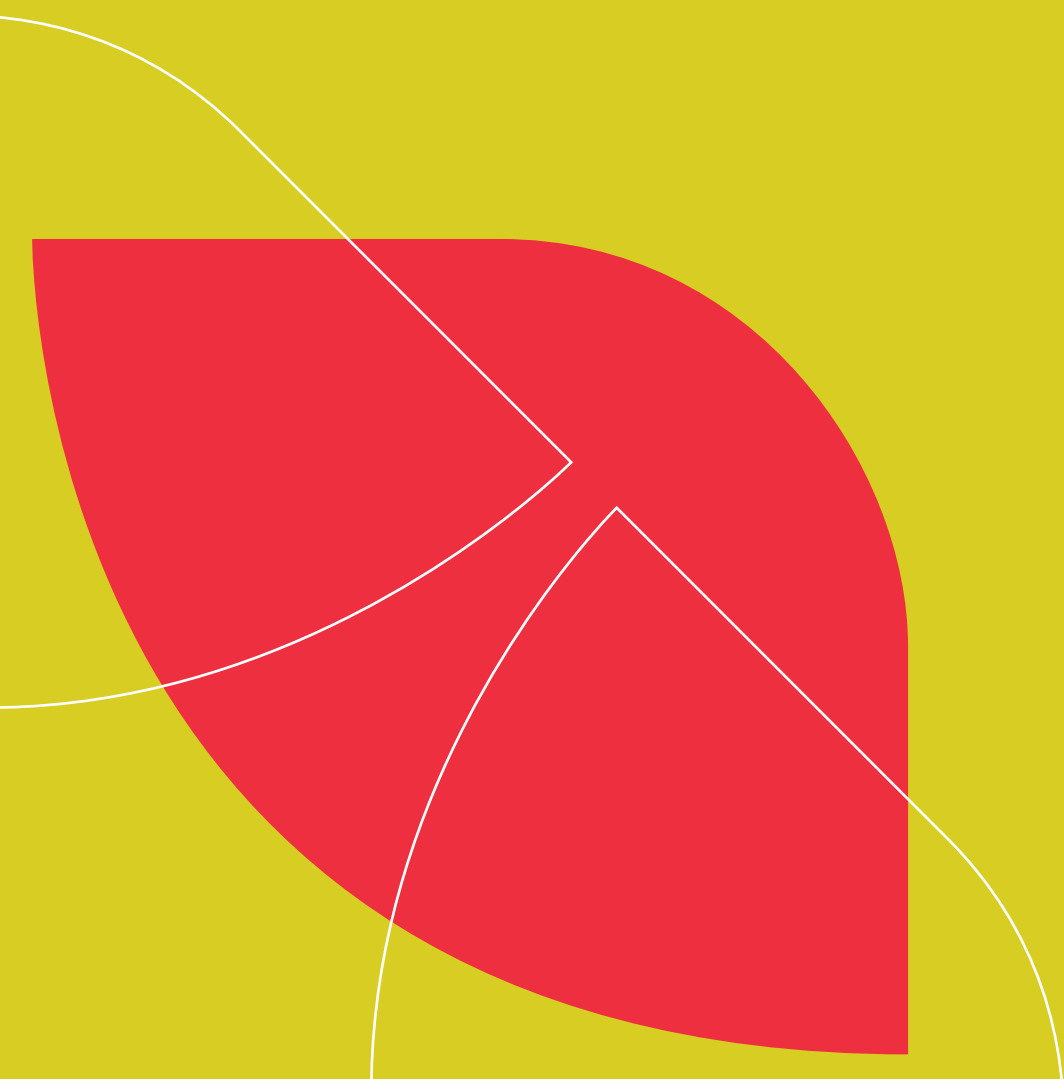
O oitavo capítulo caracterizou os procedimentos de avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento institucional. Inicialmente o histórico da AI da Univille foi apresentado. A seguir, a AI foi conceituada e, após a caracterização dos objetivos, foram também descritos os macroprocessos da AI. Na sequência foram detalhadas as instâncias participantes da AI e, por fim, os aspectos relacionados a processo decisório e planejamento de ações com base nos resultados dos processos avaliativos.



ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



univille



9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Este capítulo apresenta os aspectos financeiros e orçamentários da Furj, mantenedora da Univille e do Inovaparq. Com base no Estatuto da Fundação, são caracterizados aspectos relativos a patrimônio, recursos e administração financeira da Instituição. A seguir, são descritos os trâmites de planejamento, execução e controle financeiros, bem como da prestação de contas. Também são apresentadas as metas econômico-financeiras institucionais para o período de vigência do PDI. Na sequência, as diretrizes de priorização e a previsão de recursos anuais para investimentos são caracterizadas. Por fim, demonstra-se a previsão orçamentária para o período de vigência do PDI.

9.1 Demonstração da sustentabilidade financeira

9.1.1 Estatuto da Furj: patrimônio, recursos financeiros e administração

A Furj dispõe de estatuto, que passou por atualização aprovada em 31/7/2014 pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Curador e pelo Ministério Público de Santa Catarina. De acordo com o seu estatuto, a Furj, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina (FURJ, 2014a). O prazo de duração da Furj é indeterminado, e esta tem como finalidade manter a Univille e o Inovaparq.

A sustentabilidade financeira da Instituição está relacionada à natureza jurídica da fundação mantenedora, à constituição de seu patrimônio e à origem das suas receitas e despesas. O patrimônio da Furj é constituído de:

- bens móveis, imóveis, instalações, máquinas e equipamentos e dos que vierem a ser adquiridos;
- doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas nacionais, internacionais e estrangeiras que vier a receber;
- direitos de qualquer espécie dos quais venha a ser titular.

Em caso de extinção da Furj, o patrimônio, ressalvadas as doações condicionadas, reverterá:

- os resultados de convênio a quem de direito, consoante o que neles for estabelecido;
- os demais bens e direitos a cada município onde houver instituições mantidas.

Compõem os recursos financeiros da Furj:

- dotações que, a qualquer título, lhe forem destinadas nos orçamentos da União, do estado e de municípios;
- dotações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por pessoas físicas ou jurídicas;
- receita de aplicação de bens e outros valores patrimoniais;
- receita de prestação de serviços de qualquer natureza e comercialização de produtos e mercadorias;

- receita de transferência de tecnologia, parcerias científicas e/ou tecnológicas, *royalties* e qualquer outra espécie de recursos advindos de propriedade intelectual, proteção patentária e outros privilégios legais;
- matrículas, anuidades ou mensalidades, taxas e emolumentos;
- receitas eventuais de qualquer natureza.

O patrimônio da Furj é aplicado somente na realização de sua finalidade. A Furj não objetiva a obtenção de lucros, destinando seus recursos e resultados exclusivamente à execução de seus fins.

A administração da Furj é realizada por meio dos seguintes órgãos (FURJ, 2014a):

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

O Conselho de Administração é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj. Entre outras atribuições, compete ao Conselho de Administração, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros:

a) examinar, discutir e aprovar:

- as estratégias de ação e as prioridades de investimentos da Furj e de suas instituições mantidas;
- as diretrizes para investimentos da Furj;
- a proposta orçamentária para o ano subsequente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;
- o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;
- a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
- o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
- os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;
- os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;

b) acompanhar a execução orçamentária;

c) estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com a administração financeira, contábil e auditoria;

d) deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:

- os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
- a aceitação de doações com encargo;
- os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
- a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como na organização de empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj;

e) autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador.

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes serão indicados pelo Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. Compete ao Conselho Curador:

- a) Homologar o ato do Conselho de Administração que aprova:
- a proposta orçamentária;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
 - contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;
 - pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
 - a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj;
- b) examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- c) homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj.

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa.

Ao presidente da Furj compete, no que diz respeito aos aspectos econômico-financeiros:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do Estatuto da Furj e das deliberações do Conselho de Administração;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos em instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;
- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;
- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro.

A diretoria administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados. A diretoria administrativa desenvolve suas atividades de acordo com as deliberações dos conselhos superiores e de forma articulada com as demais instâncias e áreas da fundação e suas mantidas, considerando a legislação fundacional e as regulamentações internas.

9.1.2 Estratégia da gestão econômico-financeira

Anualmente a proposta orçamentária para o ano subsequente é elaborada e submetida aos conselhos e encaminhada ao Ministério Público. Essa proposta considera a análise do cenário econômico, a análise do cenário educacional e a análise dos resultados financeiros dos anos anteriores e das previsões para o ano seguinte, relativas a número de matrículas,

reajuste do valor das anuidades escolares, concessões de bolsas de estudo, reajuste salarial dos empregados, previsão de custeio e de investimentos. No ano seguinte, após o período de matrículas, a proposta orçamentária é atualizada e passa a constituir o orçamento anual. Este e o orçamento plurianual, para um período de cinco anos, são submetidos aos conselhos e, após a sua aprovação, são implementados.

A prestação de contas é feita anualmente, por meio da elaboração dos relatórios exigidos pela legislação, que são submetidos a auditoria externa independente para então serem examinados pelos conselhos. Depois da sua aprovação pelos conselhos, encaminha-se a prestação de contas ao Ministério Público, e a publicação do balanço geral e do relatório anual é realizada.

Na elaboração do orçamento plurianual busca-se melhorar o equilíbrio entre receitas e despesas para os próximos cinco anos, por meio da criação de metas de redução/contenção de custos/despesas e do incremento de receitas.

O PEI definiu como um dos objetivos institucionais para o período de 2017 a 2026:

- melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional.

Esse objetivo estratégico considera como meta para 2022-2026 alcançar resultado econômico médio de 2% no período.

9.1.3 Plano de investimentos

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre o levantamento das necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são recebidas pela Pró-Reitoria de Infraestrutura, que faz a análise e os encaminhamentos necessários para deliberação das solicitações, cujas implementações consideram a dotação orçamentária e as prioridades institucionais.

Os critérios de priorização dos investimentos são periodicamente revistos e atualmente incluem:

- Investimentos institucionais nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando objetivos, metas e projetos do PEI, conforme o PDI;
- Investimentos institucionais nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando os processos e instrumentos de avaliação externa por órgãos reguladores governamentais;
- Cumprimento às normas e exigências legais (ambientais, sanitárias, bombeiros, órgãos municipais, estaduais e federais etc.);
- Investimentos previstos nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e dos Colégios Univille;
- Projetos que resultem em retorno de investimento e novas fontes de receita;
- Melhoria das condições de segurança patrimonial, das pessoas, dos dados, das informações e do conhecimento explícito;
- Aprimoramento dos processos, projetos e programas de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão;
- Substituição de bem móvel existente.

Além desses critérios de priorização de investimentos, consideram-se também como diretrizes e ações adicionais para viabilizar equipamentos e instalações:

- Participação em editais;

- Busca de parcerias com organizações privadas, governamentais e não governamentais;
- Adoção de licenças de *software* livre, parcerias e alianças com fornecedores de *softwares*;
- Dimensionamento de equipamentos e laboratórios de acordo com o uso pedagógico;
- Prestação de serviços como forma de obter recursos para investimentos;
- Planejamento integrado que propicie o uso compartilhado de espaços físicos, laboratórios, materiais e equipamentos pelos cursos.

Para o período de vigência do PDI (2022-2026), a previsão é efetuar investimentos anuais da ordem de até R\$ 5.000.000,00.

9.1.4 Previsão orçamentária

O PEI é o processo contínuo e cíclico de análise dos cenários e concepção estratégica da Universidade, com a finalidade de estabelecer objetivos e metas, alcançados por meio da melhoria de processos e da execução de programas e projetos estratégicos. O PDI documenta as decisões do planejamento estratégico e sua execução considera uma gestão financeira que toma por base a previsão orçamentária quinquenal. Tal previsão é revisada anualmente considerando as mudanças nos cenários, o desempenho organizacional e os objetivos e metas do desenvolvimento institucional. A previsão orçamentária para o período de vigência deste PDI (2022-2026) é apresentada no quadro 56.

Quadro 56 – Previsão orçamentária para o período de 2022-2026

DADOS	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS	126.056.896,20	133.001.181,21	139.159.147,44	145.811.083,32	150.909.131,73
Anuidade/mensalidade (+)	144.830.099	153.872.291	161.171.561	169.813.811	176.901.263
Bolsas (-)	-51.138.822	-54.252.676	-56.435.800	-59.078.693	-61.762.977
Diversos (+)	23.858.976	23.858.976	23.858.976	23.858.976	23.858.976
Financiamentos (+)					
Inadimplência (-)	-535.418	-535.418	-535.418	-535.418	-535.418
Serviços (+)	8.657.331	9.673.277	10.715.098	11.367.677	12.062.557
Taxas (+)	384.730	384.730	384.730	384.730	384.730
DESPESAS					
Acervo bibliográfico (-)	-168.058	-168.058	-168.058	-168.058	-168.058
Aluguel (-)	-1.315.409	-1.315.409	-1.315.409	-1.315.409	-1.315.409
Despesas administrativas (-)	-21.326.484	-21.536.418	-21.778.331	-22.042.878	-22.233.202
Encargos (-)	-30.038.487	-30.465.171	-31.182.892	-32.296.396	-33.240.295
Equipamentos (-)	-2.632.959	-2.632.959	-2.632.959	-2.632.959	-2.632.959
Eventos (-)	-339.629	-350.667	-362.063	-372.925	-384.113
Investimentos compra de imóvel (-)	-3.489.519	-3.489.519	-3.489.519	-3.489.519	-3.489.519
Manutenção (-)	-1.750.000	-1.750.000	-1.750.000	-1.750.000	-1.750.000
Mobiliário (-)	-369.120	-369.120	-369.120	-369.120	-369.120
Pagamento de pessoal administrativo (-)	-18.080.871	-18.337.702	-18.769.715	-19.439.959	-20.008.114

Continua...

Continuação do quadro 56

DADOS	2022	2023	2024	2025	2026
Pagamento de professores (-)	-45.730.755	-46.380.340	-47.473.003	-49.168.207	-50.605.204
Pesquisa e extensão (-)	-5.445.056	-5.522.400	-5.652.501	-5.854.345	-6.025.445
Treinamento (-)	-100.000	-100.000	-100.000	-100.000	-100.000
	-130.786.345	-132.417.762	-135.043.570	-138.999.774	-142.321.437
RESULTADO	-4.729.449	583.419	4.115.578	6.811.309	8.587.694

Fonte: Diretoria administrativa da Furj (2021)

O nono capítulo apresentou os aspectos financeiros e orçamentários da Furj. Foram caracterizadas as estratégias da gestão econômico-financeira e as diretrizes para a priorização dos investimentos a serem efetuados. Por fim, a previsão orçamentária para o período de vigência do PDI foi demonstrada.

REFERÊNCIAS

ARROZ em Massaranduba: áreas de plantação tomam 70% do município. **OCPNews**. Disponível em: <https://ocp.news/economia/arroz-que-ganhou-ate-festa-e-um-dos-pilares-da-economia-de-massaranduba>. Acesso em: 20 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Panorama socioeconômico de São Bento do Sul**. São Bento do Sul, 2015.

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL – ACISBS. **Síntese conjuntural**. Disponível em: https://panoramasbs.org.br/sintese_conjuntural. Acesso em: 20 set 2021.

BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC** – arqueologia e etnicidade. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BANDEIRA, D. R. Povos sambaquianos: os construtores dos montes de conchas e os mais antigos moradores da Baía da Babitonga. **Joinville Ontem e Hoje**, Joinville, p. 4-9, 2005. Disponível em: <http://learqjlle.blogspot.com.br/p/arque.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BANDEIRA, D. R.; OLIVEIRA, E. L.; SANTOS, A. M. P. Estudo stratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 19, p. 119-142, 2009. Disponível em: <http://learqjlle.blogspot.com.br/p/arque.html>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BENETTI, E. Dependência da economia portuária tem que diminuir e turismo pode ser saída, diz prefeito de São Francisco do Sul. **NSC Total**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/dependencia-da-economia-portuaria-tem-que-diminuir-e-turismo-pode-ser>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BEREZA GARMENDIA, J. M.; RODRIGUEZ CASTELLANOS, A. Factores determinantes de la utilización de las Spin-offs como mecanismo de transferencia de conocimiento en las Universidades. **Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa**, v. 16, n. 2, p. 115-135, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância**: Resolução n.º 1, de 11 de março de 2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília: CNE, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL CHANNEL. **Municípios da mesorregião norte catarinense.** 2016. Disponível em: <http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Santa+Catarina®iao=Norte>. Acesso em: 31 maio 2016.

BUENO, W. da C. **Comunicação empresarial:** políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA. **Histórico do município.** Disponível em: https://www.camaragaruva.sc.gov.br/imprensa/imprensa/o-Municipio/1/2016/1#lista_texto_news. Acesso em: 20 set. 2021.

CAM EMPREENDIMENTOS. **Jaraguá do Sul:** um dos maiores parques industriais do país. Disponível em: <https://www.camempreendimentos.com.br/jaragua-do-sul/>. Acesso em: 20 set. 2021.

CAMPO ALEGRE. **Portal Municipal de Turismo de Campo Alegre.** Disponível em: <https://turismo.campoalegre.sc.gov.br/o-que-fazer/item/estrada-imperial-dona-francisca>. Acesso em: 20 set. 2021.

CHALMETA, R.; CAMPOS, C.; GRANGEL, R. References architectures for enterprise integration. **The Journal of Systems and Software**, v. 57, p. 175-191, 2001.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

COELHO, I.; SOSSAI, F. C. (org.). **Univille:** 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015). Joinville: Editora Univille, 2015.

COLOMBO, P. H. Gestão da qualidade no sistema instituição de ensino. In: COLOMBO, S. S. *et al.* **Gestão educacional:** uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COM CRESCIMENTO acelerado, Araquari completa 143 anos como cidade destaque no Estado. **NSCTotal**, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/com-crescimento-acelerado-araquari-completa-143-anos-como-cidade-destaque-no-estado>. Acesso em: 20 set. 2021.

CURY, A.; CARDOSO, C. Economia brasileira cresce 0,1% em 2014, diz IBGE. **G1**, 27 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/economia-brasileira-cresce-01-em-2014-diz-ibge.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

DAFT, R. L. **Organizações:** teoria e projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DAS, S. K. A scheme for classifying integration types in CIM. **International Journal of Computer Integrated Manufacturing**, v. 5, n. 1, p. 10-17, 1992.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: estado da arte, produção nacional, agenda de pesquisa, medidas e estudos relacionais. São Paulo: Atlas, 2012.

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DENK, A.; WESTPHAL, A. **Panorama socioeconômico de São Bento do Sul**: 2014. São Bento do Sul: ACISBS, 2014.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI. **Turismo náutico é aposta da pesca artesanal em Balneário Barra do Sul**. 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/09/25/turismo-nautico-e-aposta-da-pesca-artesanal-em-balneario-barra-do-sul/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Indicadores-Ethos-NSR-Question%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2014.

FAZCOMEX. **Exportações de Joinville-SC**: entenda. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-de-joinville-sc/>. Acesso em: 20 set. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. **Perfil e oportunidade de exportação e investimentos**. 2020. Disponível em: <https://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/82368da4d9409835bf256b142c7b65bb.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. **Setores portadores de futuro para a indústria catarinense – 2022**. Florianópolis, 2015.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. **Manual de Oslo**: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. São Paulo, 2004.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, edição especial, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. **Estatuto da Fundação Educacional da Região de Joinville**. Resolução do Conselho de Administração da Fundação Educacional da Região de Joinville n.º 11/14, de 31 de julho de 2014. Joinville, 2014a.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ. **Estatuto do Magistério Superior da Universidade da Região de Joinville**. Joinville, 2014b.

GONÇALVES, A. P. 14 marcas de empresas de Jaraguá do Sul conhecidas no Brasil inteiro. **OCP News**, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://ocp.news/economia/10-marcas-de-empresas-de-jaragua-do-sul-que-voce-encontra-no-brasil-inteiro>. Acesso em: 20 set. 2021.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Barra Velha**. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/barra-velha>. Acesso em: 20 set. 2021.

GUARATUBA. Portal da Cidade. **Guaratuba 250 anos**. Disponível em: <https://guaratuba.portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr>. Acesso em: 20 set. 2021.

GUIA RIOMAFRA. **Dados da cidade de Mafra** – Santa Catarina. Disponível em: <http://www.guariomafra.com.br/dados-da-cidade-de-mafra>. Acesso em: 20 set. 2021.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

HILSDORF, C. **O que é empowerment e como ele funciona?** 15 jul. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-que-e-empowerment-e-como-ela-funciona/46403/>. Acesso em: 13 mar. 2016.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTE FOR THE FUTURE – IFTF. **Future Work Skills 2020**. Califórnia, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Araquari**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Balneário Barra do Sul**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-barra-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Barra Velha**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/barravelha/panorama>. Acesso em: 20 set 2021c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Campo Alegre.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/campo-alegre/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Corupá.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/corupa/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Garuva.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garuva/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Geral.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set 2021g.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Guaramirim.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Guaramirim/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Guaratuba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/guaratuba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021i.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Itapoá.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itapoa/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021j.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Jaraguá do Sul.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaragua-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021k.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Joinville.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Joinville/panorama>. Acesso em: 20 set 2021l.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Mafra.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/mafra/panorama>. Acesso em: 20 set 2021m.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Massaranduba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/Massaranduba/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021n.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Rio Negrinho.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/rio-negrinho/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021o.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – São Bento do Sul.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-bento-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – São Francisco do Sul**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021q.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – São João do Itaperiú**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joao-do-itaperiu/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021r.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Schroeder**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/schroeder/panorama>. Acesso em: 20 set. 2021s.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População residente estimada**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 20 set. 2021t.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sidra** – Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 20 set. 2021u.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE JOINVILLE – IPPUJ. **Joinville – Cidade em dados 2016**. Joinville, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE JOINVILLE – IPPUJ. **Joinville – Cidade em dados 2018**. Joinville, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da educação superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 ago. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Microdados do censo da educação superior**. Brasília, 2018.

INVESTIMENTO de peso. **Tecnológica**, ed. 111, fev. 2005. Disponível em: https://issuu.com/publicare/docs/tecno_fev_2005. Acesso em: 21 set. 2021.

JIMÉNEZ-JIMÉNEZ, D.; SANZ-VALLE; R. Innovation, organizational learning, and performance. **Journal of Business Research**, v. 64, n. 4, p. 408-417, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222417149_Innovation_organizational_learning_and_performance. Acesso em: 24 set. 2015.

JOINVILLE é a terceira cidade mais rica do Sul do país. **NDMAIS**, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia-sc/joinville-e-a-terceira-cidade-mais-rica-do-sul-do-pais/>. Acesso em: 20 set. 2021.

JOINVILLE tem 19 entre as 500 maiores empresas do Sul do país. **Revista Amanhã**, 2016. Disponível em: <http://sh.adv.br/pt/noticia/joinville-tem-19-entre-as-500-maiores-empresas-do-sul-do-pais>. Acesso em: 20 set. 2021.

KOIWASKI, D. Corupá completa 122 anos com desenvolvimento econômico e turístico em alta. **OCPNews**, 7 jul. 2019. Disponível em: <https://ocp.news/geral/corupa-completa-122-anos-com-desenvolvimento-economico-e-turistico-em-alta>. Acesso em: 21 set. 2021.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

KUTACH, F. Pioneirismo entrelaçado com a história de São Bento do Sul. **A Gazeta**, São Bento do Sul, 23 set. 2014. Disponível em: <http://www.gazetasbs.com.br/site/noticias/pioneirismo-entrelacado-com-a-historia-de-sao-bento-do-sul-1086#:~:text=São%20Bento%20do%20Sul%20foi,a%20região%20pertencia%20ao%20Paraná>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEAL, P. Guaramirim 71 anos: força econômica em pleno desenvolvimento e expansão. **OCP News**, 28 ago. 2020a. Disponível em: <https://ocp.news/economia/guaramirim-71-anos-forca-economica-em-pleno-desenvolvimento-e-expansao>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEAL, P. Schroeder 56 anos: com aumento populacional, município fortalece sua economia. **OCP News**, 3 out. 2020b. Disponível em: <https://ocp.news/economia/schroeder-56-anos-com-aumento-populacional-municipio-fortalece-sua-economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. **Gênero do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 229-249.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar, políticas, estrutura e organização**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LOBATO, P. L. M.; RODRIGUES, T. V.; WANDERLEY JÚNIOR, B. A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no projeto “Tecnologia apropriada à publicação de atos normativos pela agência reguladora Anatel: estudo de consultas públicas”. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA/PUC MINAS – PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 7, 13 e 14 de setembro de 2012. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/forext_03.pdf. Acesso em: 6 ago. 2015.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**: percursos de um princípio constitucional. Política da Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped). 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2015.

MALDONATO, M.; DELL’ORCO, S. Criatividade, pesquisa e inovação: o caminho surpreendente da descoberta. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan.-abr. 2010. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/223>. Acesso em: 6 ago. 2015.

MATTOS, R. A. Ciência, metodologia e trabalho científico (ou tentando escapar dos horrores metodológicos). In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (org.). **Caminhos para análises das políticas de saúde**, p. 20-51, 2011. Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/ccaps>. Acesso em: 29 jul. 2015.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 2, p. 205-221, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, ago. 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao. Acesso em: 20 set. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente**. S.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 13 mar. 2016.

MINTZBERG, H. **Managing**: desvendando o dia a dia da gestão. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINTZBERG, H. **Power in and around organizations**. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice Hall, 1983.

MORAES, M. C. **Revista Exame aponta São Bento do Sul entre cidades mais desenvolvidas do Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.amunesc.org.br/noticias/index/ver/codMap/ltem/52156/codNoticia/341364>. Acesso em: 26 out. 2016.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NONATO, A.; PRESSE, P. **Análise setorial da educação superior privada – Brasil**. Foz do Iguaçu: Hoper Educação, 2015.

NUNES, G. T. *et al.* Abordagem do *marketing* de relacionamento na gestão de instituições de ensino superior. **Revista Gestão & Regionalidade**, v. 24, n. 69, jan.-abr. 2008.

O POTENCIAL econômico do norte catarinense: conheça os motivos para investir na região. **G1**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/irineu-imoveis/araquari-a-bola-da-vez/noticia/2019/04/10/o-potencial-economico-do-norte-catarinense-conheca-os-motivos-para-investir-na-regiao.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

O PRESENTE RURAL. **Frigorífico São João, de São João do Itaperiú (SC), é o nono parceiro do Programa Carne Angus Certificada**. 2014. Disponível em: <https://opresenterural.com.br/frigorifico-sao-joao-de-sao-joao-do-itaperiu-sc-e-o-nono-parceiro-do-programa-carne-angus-certificada/>. Acesso em: 20 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando o nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Painel do coronavírus da OMS (covid-19)**. 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O’SULLIVAN, D. Development of integrated manufacturing systems. **Computer Integrated Manufacturing Systems**, v. 5, n. 1, p. 39-53, 1992.

PORTAL DA CIDADE. **Guaratuba 250 anos**. Disponível em: <https://guaratuba.portaldacidade.com/historia-de-guaratuba-pr>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Porto completa 65 anos**. Disponível em: <https://portosaofrancisco.com.br/saiba-mais/id/101>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTO ITAPOÁ. **O Porto Itapoá está entre os maiores terminais portuários de contêineres do Brasil**. Disponível em: <https://www.portoitapoa.com/porto-itapoa/>. Acesso em: 25 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI. **Araquari**. Disponível em: <https://www.araquari.sc.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL. **Balneário Barra do Sul**. Disponível em: <https://balneariobarradosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE. **Campo Alegre**. Disponível em: <https://www.campoalegre.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28660>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ. **Corupá**. Disponível em: <https://corupa.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/52>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA. **Economia**. Disponível em: <https://garuva.atende.net/cidadao/pagina/economia>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ. **Aspectos econômicos**. Disponível em: <https://www.itapoa.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22510>. Acesso em: 21 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA. **Economia do município**. Disponível em: <https://massaranduba.atende.net/cidadao/pagina/economia-do-municipio>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. **Perfil socioeconômico**. 2015. Disponível em: <https://www.rionegrinho.sc.gov.br/download.php?id=3549>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL. **São Bento do Sul em números**. Disponível em: <https://www.saobentodosul.sc.gov.br/sao-bento-sul-em-numeros>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Economia**. Disponível em: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/economia>. Acesso em: 20 set 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE ITAPERIÚ. **São João do Itaperiú**. Disponível em: <http://www.pmsji.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/35575>. Acesso em: 20 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER. **História**. Disponível em: <https://www.schroeder.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/32646>. Acesso em: 20 set. 2021.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBoK®. Project Management Institute)**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMPELOTTI, L. Guaratuba 249 anos: agricultura e pesca movimentam a economia da cidade. **JBLitoral**, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://jblitoral.com.br/guaratuba-249-anos-agricultura-e-pesca-movimentam-a-economia-da-cidade>. Acesso em: 20 set 2021.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – RENEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20. Acesso em: 15 jun. 2016.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEPUD. **Joinville em Dados – 2020**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2020. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/joinville-cidade-em-dados-2020/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Barra Velha**. 2019a. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Barra%20Velha%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Campo Alegre**. 2019b. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Campo%20Alegre%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Guaramirim**. 2019c. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Guaramirim%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Jaraguá do Sul**. 2019d. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Jaragua%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – Joinville**. 2019e. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Joinville%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de desenvolvimento – São Bento do Sul**. 2019f. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Bento%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. **Cadernos de Desenvolvimento – São Francisco do Sul**. 2019g. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Francisco%20do%20Sul%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SÍVERES, L. **Universidade**: torre ou sino? Brasília: Universa, 2006.

SÍVERES, L.; MENEZES, A. L. T. de (org.). **Transcendendo fronteiras**: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

SOUSA, L. G. Relação entre ciência & pesquisa. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, out. 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/14/>. Acesso em: 6 ago. 2015.

THECITIES. **Joinville, SC**. Disponível em: <https://www.thecities.com.br/Brasil/Santa-Catarina/Joinville/Economia/1820/>. Acesso em: 20 set. 2021.

TOMPOROSKI, A. A. *et al.* **Rio Negrinho em dados socioeconômicos 2019/2020**. Universidade do Contestado. Mafra: Ed. da UnC, 2020. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Rio_Negrinho_em_dados_socioeconomicos.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Estatuto da Universidade da Região de Joinville**. Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 09/16, de 1.º de setembro de 2016. Joinville, 2016.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. Joinville, 2014a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Política de Acompanhamento dos Egressos**. Joinville, 2015a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Política de Gestão de Pessoas**. Joinville, 2015b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Política de Relacionamento com os Estudantes**. Joinville, 2014b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Projeto da Universidade da Região de Joinville**. Joinville, 1991a.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Relatório de Serviços de Extensão e Pesquisa**. Joinville, 1991b.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade da Região de Joinville n.º 07/09**. Joinville, 2009.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 06/17**. Joinville, 2017.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Resolução do Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville n.º 14/21**. Joinville, 2021.

21.ª LOJA da Havan é inaugurada em Barra Velha. **NSCTotal**, 18 dez. 2010. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/21a-loja-da-havan-e-inaugurada-em-barra-velha>. Acesso em: 20 set. 2021.

WIKITRAVEL. **Santa Catarina**. 2016. Disponível em: http://wikitravel.org/pt/Discuss%C3%A3o:Santa_Catarina. Acesso em: 31 maio 2016.

WOOD JR., T. **Gestão empresarial**: oito propostas para o terceiro milênio. São Paulo: Atlas, 2001.

WORLD ECONOMIC FORUM – WEFORUM. **New vision for education**: unlocking the potential of technology. Cologny/Geneve, 2015. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEFUSA_NewVisionforEducation_Report2015.pdf. Acesso em: 26 nov. 2016.

ANEXO A
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 50/22

Aprova aditamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille 2022-2026.

O Conselho Universitário da Universidade da Região de Joinville (Univille), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 24, inciso VII, do Estatuto da Univille e, tendo em vista o deliberado em sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar aditamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille 2022-2026, conforme descrito nos artigos desta resolução.

Art. 2.º Incluir no item 1.2, página 28, conforme dados destacados em vermelho e itálico:

- Polo Guaratuba
Rua Vieira dos Santos, 1.401 – Centro – **CEP 83280-000** – Guaratuba – PR
Tel: (41) 3472-2726
E-mail: pologuaratuba@univille.br

Art 3.º Alterar o Quadro 7 – Objetivo estratégico 7: metas e programas/projetos, página 38.

Objetivo:		Metas:	
7.	Fortalecer a Univille como Universidade inovadora e empreendedora.	7.1	Alcançar o número de patentes depositadas e concedidas maior ou igual a 8 até 2026.
		7.2	Aumentar o número de empresas de egressos/estudantes da Univille incubadas no Inovaparq em 50% até 2026*.
		7.3	Aumentar o número de empresas de egressos/estudantes da Univille graduadas no Inovaparq em 100% até 2026*.
		7.4	Aumentar o número de projetos de inovação desenvolvidos por empresas / Univille / Inovaparq em 50% até 2026*.
		7.5	Aumentar o número de projetos inovadores na Univille em 50% até 2026*.
		7.6	Alcançar o percentual de cursos de graduação com componente curricular de inovação e empreendedorismo, no formato obrigatório ou optativo, de no mínimo 90% até 2026*.
		7.7	Aumentar o número de empresas criadas por egressos e estudantes na Univille em 50% até 2026*.
		7.8	Alcançar percentual de cursos com projetos de inovação pedagógica e curricular em 100% até 2026*.
		7.9	Alcançar, no mínimo, 80% dos cursos de graduação da Univille que interagem com o Inovaparq, até 2026*.
Id.	Programas/projetos		
7.1	Implantação de cursos que empreguem metodologia de ensino híbrido (<i>blended</i>).		
7.2	Inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille.		
7.3	Desenvolvimento de competências empreendedoras e de empreendimentos pelos docentes, estudantes e egressos da Univille.		
7.4	Consolidação da relação Univille-Inovaparq e da inserção da instituição no ecossistema de inovação e empreendedorismo da região.		
7.5	Revisão e implantação Consolidação da política de inovação e propriedade intelectual		

Atualizações **em vermelho e itálico**

Art 4.º Alterar o Quadro 20 – Polos EaD. Página 200:

Polo	Endereço	Ato criação Consun	Tipo de polo
Campus Joinville	Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	Resolução n.º 32/17	Próprio
Campus São Bento do Sul	Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	Resolução n.º 33/17	Próprio
Unidade Centro – Joinville	Rua Rio do Sul, 270 – Centro – CEP 89202-201 – Joinville – SC	Resolução n.º 35/17	Próprio
Unidade São Francisco do Sul	Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	Resolução n.º 34/17	Próprio
Jaraguá do Sul	Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 744 – 3.º andar – Centro – CEP 89251-700 – Jaraguá do Sul – SC	Resolução n.º 20/19	Próprio/ locado
Guaramirim	R. 28 de Agosto, 840 – CEP 89270-000 – Guaramirim – SC	Resolução n.º 25/20	Conveniado
Araquari	SC-418, 7.231 – CEP 89245-000 – Araquari – SC	Resolução n.º 23/20	Conveniado
Barra Velha	Av. Thiago Aguiar, 334 – CEP 88390-000 – Barra Velha – SC	Resolução n.º 24/20	Conveniado
Massaranduba	R. 11 de Novembro, 3.715 – CEP 89108-000 – Massaranduba – SC	Resolução n.º 26/20	Conveniado
Itapoá	Residência Príncipe – Rua Wellington Rodrigues Junqueira, 102 – CEP 89249-000 – Itapoá – SC	Resolução n.º 21/18	Conveniado
Guaratuba	Rua Vieira dos Santos, 1.401 – CEP 83280-000 – Centro – Guaratuba – PR	Resolução n.º 24/21	Conveniado

 Atualizações em *vermelho e itálico*
Art 5.º Alterar o Quadro 21 – Cursos de graduação na modalidade presencial a serem ofertados pela Univille no período de 2022 a 2026, página 201:

Ano	Curso (*)	T	Titulação	Local	V	R
2022	Fisioterapia	B	Bacharel	Joinville	100	S
2022	Fisioterapia	B	Bacharel	São Bento do Sul	100	S
<i>2022</i>	<i>Filosofia</i>	<i>L</i>	<i>Licenciado</i>	<i>Joinville</i>	<i>30</i>	<i>S</i>
<i>2022</i>	<i>Letras – Espanhol</i>	<i>L</i>	<i>Licenciado</i>	<i>Joinville</i>	<i>30</i>	<i>S</i>
<i>2022</i>	<i>Tecnologia Educacional</i>	<i>L</i>	<i>Licenciado</i>	<i>Joinville</i>	<i>30</i>	<i>S</i>
<i>2022</i>	<i>Sociologia</i>	<i>L</i>	<i>Licenciado</i>	<i>Joinville</i>	<i>30</i>	<i>S</i>
<i>2023</i>	<i>Engenharia de Software</i>	<i>B</i>	<i>Bacharel</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>50</i>	<i>S</i>
<i>2023</i>	<i>Enfermagem</i>	<i>B</i>	<i>Bacharel</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>50</i>	<i>S</i>
2023	Relações Internacionais	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Segurança e Proteção de Dados	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Engenharia de Pesca	B	Bacharel	São Francisco do Sul	50	S
2023	Agronomia	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Quiropraxia	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Terapias Integrativas	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Estética e Cosmética	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
<i>2023</i>	<i>Estética e Cosmética</i>	<i>C</i>	<i>Tecnólogo</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>50</i>	<i>S</i>
<i>2023</i>	<i>Biomedicina</i>	<i>B</i>	<i>Bacharel</i>	<i>Joinville</i>	<i>50</i>	<i>S</i>
2023	Medicina Veterinária	B	Bacharel	Joinville	50	S
2023	Desenvolvimento Mobile	C	Tecnólogo	Joinville	50	S

2023	Massoterapia	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Cosmetologia	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2023	Gestão Ambiental	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2023	Gestão de Turismo	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2023	Engenharia de Produção	B	Bacharel	São Francisco do Sul	50	S
2024	Engenharia de Fontes Renováveis	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Engenharia de Inovação	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Engenharia Wearables	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	<i>Eventos</i>	<i>T</i>	<i>Tecnólogo</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>50</i>	<i>S</i>
2024	História	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Medicina (**)	B	Médico	São Bento do Sul	50	S
2024	Logística	T	Tecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2024	Oceanografia	B	Bacharel	São Francisco do Sul	50	S
2023	Tecnologia e Produção Pesqueira	T	OTecnólogo	São Francisco do Sul	50	S
2024	Engenharia de Tráfego	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Engenharia com Foco no Agronegócio	B	Bacharel	Joinville	50	S
2024	Bioinformacionista	C	Tecnólogo	Joinville	50	S
2024	Química	L	Licenciado	Joinville	35	S
2025	Engenharia de Energia	B	Bacharel	Joinville	50	S
2025	Dança	C	Tecnólogo	Joinville	50	S

Atualizações em *vermelho e itálico*

Legenda:

Tipo de curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

V – vagas anuais

R – regime de matrícula: A – anual; S – semestral; T – trimestral

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

(**) Oferta condicionada aos trâmites previstos na Lei n.º 12.871, de 22/10/2013, *ou nova lei em vigor*

Fonte: Primária (2021) (2022)

Art. 6.º Alterar o Quadro 22 – Cursos de graduação na modalidade a distância a serem ofertados pela Univille no período de 2022 a 2026, página 202:

Ano de oferta	Curso (*)	T	Titulação	Local	V	R
2022	Serviços Jurídicos e Notariais	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2022	Direito	B	Bacharel	Polos EaD	400	T
2023	Educação Especial	L	Licenciado	Polos EaD	200	T
2023	Estética e Cosmética	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Matemática	L	Licenciado	Polos EaD	200	T
2023	Letras – Língua Portuguesa	L	Licenciado	Polos EaD	200	T
2023	Empreendedorismo	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023	Engenharia de Produção	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2023	<i>Ciências Biológicas</i>	<i>L</i>	<i>Licenciatura</i>	<i>Polo EaD</i>	<i>200</i>	<i>T</i>
2023 2025	Gerontologia	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023 2025	Relações Internacionais	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023 2024	Gestão Pública (3)	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2023 2024	Gastronomia	C	Tecnólogo	Polos EaD	200	T

2023 2025	Investigação Forense e Perícia Criminal	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024 2025	Serviço Social	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Design de Interiores	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Design de Moda	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Design de Produto	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024	Nutrição	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Jornalismo	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Publicidade e Propaganda	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Biomedicina	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2024	Jogos Digitais	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2024 2025	Produção Cervejeira	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2025	Gestão Ambiental	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2026	Naturopatia	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2026	Enfermagem	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2026	Radiologia	T	Tecnólogo	Polos EaD	200	T
2026	Fisioterapia	B	Bacharel	Polos EaD	200	T
2026	Farmácia	B	Bacharel	Polos EaD	200	T

Atualizações em *vermelho e itálico*, e o tachado deve ser excluído

Legenda:

Tipo de curso: B – bacharelado; L – licenciatura; C – curso superior de tecnologia

V – vagas anuais

R – regime de matrícula: A – anual; S – semestral; T – trimestral

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

Fonte: Primária (~~2021~~)(~~2022~~)

Art. 7.º Alterar o Quadro 23 – Cursos de pós-graduação na modalidade presencial a serem ofertados pela Univille no período de 2022 a 2026, página 204:

Ano de oferta	Curso*	Local	Vagas	R
2022	Arqueologia	Joinville	25	A
2022	Consultoria Empresarial	Joinville	25	A
2022	Gestão Gastronômica	Joinville	25	A
2022 2023	História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira	Joinville	25	A
2022	Relações Institucionais e Governamentais	Joinville	25	A
2022	Gestão Ágil e Gerenciamento de Projetos	Joinville	25	A
2022	Consultoria Empresarial	São Bento do Sul	25	A
2022	Psicologia Educacional e Escolar	Joinville	25	A
2022	Psicologia Educacional e Escolar	São Bento do Sul	25	A
2023	Segurança da Informação e Proteção de Dados	Joinville	25	A
2023	Docência Virtual	Joinville	25	A
2023	Engenharia Sanitária	Joinville	25	A
2023	Gestão Especial e Inclusiva	Joinville	25	A
2023	Gestão Educacional	Joinville	25	A
2023	Gestão Educacional	São Bento do Sul	25	A
2023	Gestão Educacional	São Francisco do Sul	25	A
2023	Pedagogia Sistêmica	Joinville	25	A
2023	Poéticas Contemporâneas	Joinville	25	A
2023	História da Arte	Joinville	25	A

2023	Libras	Joinville	25	A
2023	Gestão Organizacional	Joinville	25	A
2023	Gestão Pública	Joinville	25	A
2023	Gerontologia	Joinville	25	A
2023	Negócios digitais, Inovação e Empreendedorismo	Joinville	25	A
2023	<i>Negócios digitais, Inovação e Empreendedorismo</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	Marketing Digital para Negócios	Joinville	25	A
2023	<i>Marketing Digital</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	Odontologia Pediátrica	Joinville	25	A
2023	Psicopedagogia	São Francisco do Sul	25	A
2023	Educação Inclusiva	São Francisco do Sul	25	A
2023	Gestão Empresarial	São Francisco do Sul	25	A
2023	<i>Acupuntura</i>	<i>Joinville</i>	<i>30</i>	<i>A</i>
2023	<i>Agricultura Sustentável</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Auditoria e Licenciamento Ambiental</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Controladoria e Planejamento Tributário</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Educação Ambiental</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Finanças</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Logística e Suprimentos</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Finanças e Banking</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Gestão Estratégica de Vendas</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Gestão Empresarial</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Seleção de Materiais para Projetos de Arquitetura</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>BNCC, Narrativas de Vida e Cultura</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Fisiologia e Biomecânica</i>	<i>Joinville</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Ciência de Dados</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Fisiologia e Biomecânica</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Finanças e Banking</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Desenvolvimento Gerencial e Gestão de Pessoas</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Gestão Comercial</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>MBA em Gestão Empresarial</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação</i>	<i>São Bento do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2023	<i>Gestão e Administração de Atividades Logísticas e Portuárias</i>	<i>São Francisco do Sul</i>	<i>25</i>	<i>A</i>
2024	Gestão Ambiental e Costeira	São Francisco do Sul	25	A
2024	Direito Empresarial	Joinville	25	A
2024	Direito Empresarial	São Bento do Sul	25	A
2024	Gestão Financeira para Cooperativas	Joinville	25	A
2025	Gestão em Saúde	Joinville	25	A
2025	Gestão Pública	Joinville	25	A
2025	Lean Manufacturing	Joinville	25	A
2026	Direito Penal e Processual Penal	Joinville	25	A
2026	MBA em Gestão Comercial	Joinville	25	A
2026	Direito Sistemico	Joinville	25	A
2026	Direito Internacional Público e Relações Internacionais	Joinville	25	A

Atualizações em *vermelho e itálico*, e o tachado deve ser excluído

Legenda:

R – regime de matrícula; A – anual; S – semestral; T – trimestral

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

Fonte: Primária (2021)-(2022)

Art. 8.º Alterar o Quadro 24 – Cursos de pós-graduação na modalidade a distância a serem ofertados pela Univille no período de 2022 a 2026, página 206:

Ano de oferta	Curso (*)	Local	Vagas
2022 2023	Acupuntura	Polos EaD	200
2023	Data Science e Big Data	Polos EaD	200
2023	Dermatologia	Polos EaD	200
2023	Direito Administrativo	Polos EaD	200
2023	Direito Criminal	Polos EaD	200
2023	Direito da Família e Sucessões	Polos EaD	200
2023	Endodontia	Polos EaD	200
2023	Estética e Cosmetologia	Polos EaD	200
2023	Gerontologia	Polos EaD	200
2023	<i>Engenharia e Tecnologia de Fundição</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Prática do Direito Tributário</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Tecnologia de Materiais Poliméricos</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Governança, Riscos e Compliance</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Análise Econômica do Direito</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Psicopedagogia</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Psicomotricidade: O Processo de Ensino e Aprendizagem</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Psicologia Educacional</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Gestão Hospitalar</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2023	<i>Criação e Gestão de Startups</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2025 2023	Alfabetização, Letramento e a BNCC	Polos EaD	200
2025 2023	Direito Digital e Inovação	Polos EaD	200
2025 2023	Direito Penal e Processual Penal	Polos EaD	200
2025 2023	Direito Previdenciário	Polos EaD	200
2023	<i>Gestão Educacional 5.0</i>	<i>Polos EaD</i>	<i>200</i>
2024	Implantodontia	Polos EaD	200
2024	Investigação Criminal e Psicologia Forense	Polos EaD	200
2024	Nutrição	Polos EaD	200
2024	Acupuntura	Polos EaD	200
2024	Data-Science e Big-Data	Polos EaD	200
2024	Dermatologia	Polos EaD	200
2024	Direito Administrativo	Polos EaD	200
2024	Direito Criminal	Polos EaD	200
2025	Direito da Família e Sucessões	Polos EaD	200
2025	Odontologia Estética	Polos EaD	200
2025	Psicologia Organizacional	Polos EaD	200
2026	Gestão Educacional 4.0	Polos EaD	200
2026	Gestão em Vendas	Polos EaD	200

2026	Gestão Estratégica de Marketing	Polos EaD	200
2026	Gestão Estratégica de Negócios	Polos EaD	200
2026	Gestão Estratégica de Pessoas	Polos EaD	200
2026	Gestão Financeira	Polos EaD	200

Atualizações em *vermelho e itálico*, e o tachado deve ser excluído

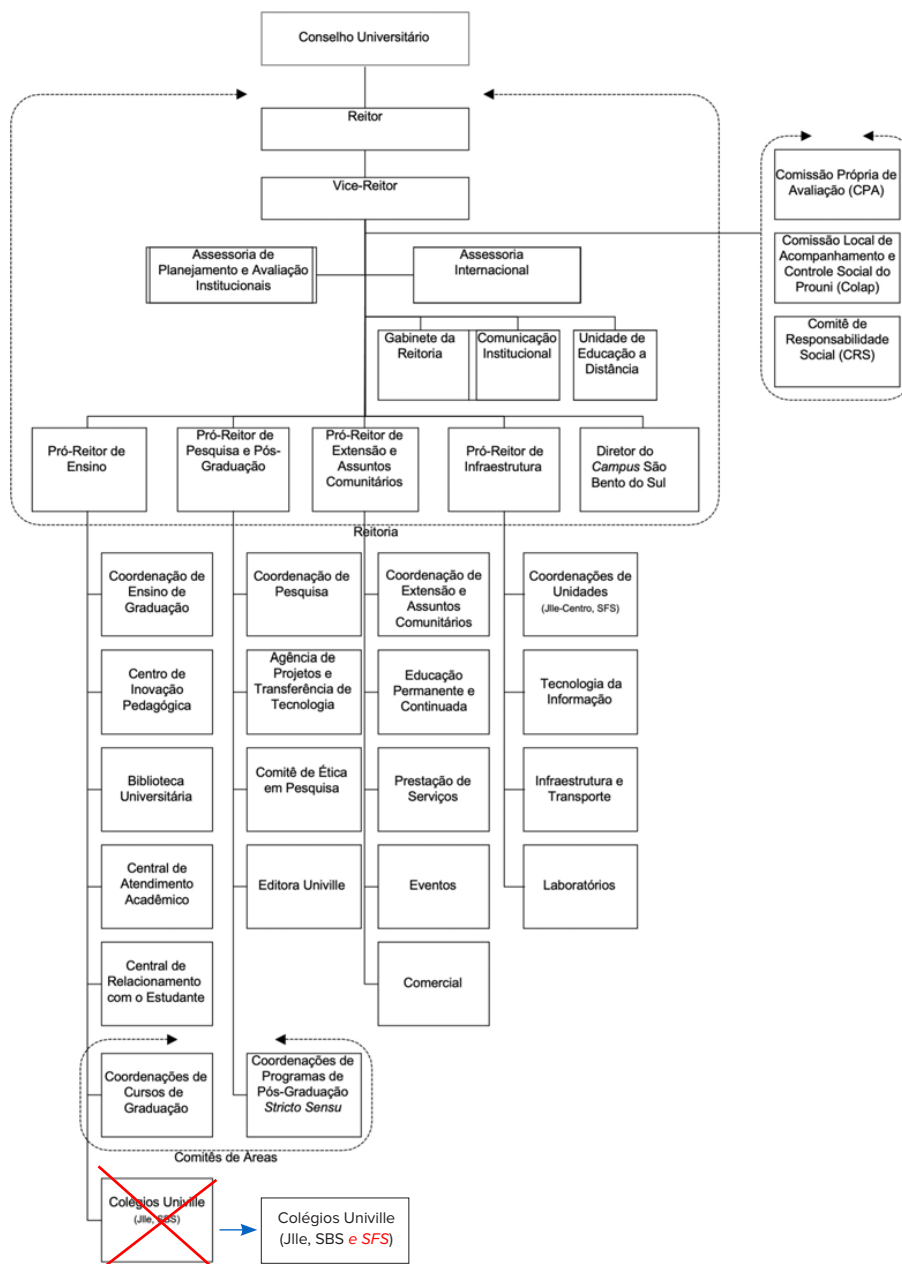
Legenda:

Observações:

(*) Oferta condicionada à legislação vigente e sujeita a alterações com a devida aprovação do ConsUn, considerando análises dos cenários econômico, educacional e estudos de viabilidade periódica

Fonte: Primária (2021)-(2022)

Art. 9.º Alterar a Figura 21 – Organograma da Univille, página 224:



Fonte: Primária (2021)-(2022)

Art. 10.º Alterar o Quadro 49 – Laboratórios da área de Engenharia e Arquitetura, página 269.

Laboratório
Hidráulica e Hidrologia
Mecânica dos Solos e Geologia
Qualidade de Água e Saneamento
Materiais de Construção Civil
Física I
Mecânica – Camegi
Materiais – Camegi
Solda – Camegi
<i>Materiais – Camegi</i>
<i>Solda – Camegi</i>
Projeto Eficiência Energética – Camegi
Projeto Baja – Camegi
Projeto Aerodesign – Camegi
Projeto Robótica – Camegi
<i>Projeto Baja – Camegi</i>
<i>Projeto Robótica – Camegi</i>
Centro de Usinagem – Bloco I
Engenharia Química, Ambiental e Sanitária – Bloco I
Veículos Automotivos – Bloco I
Caldeira – Bloco I
Refrigeração – Bloco I
Sistemas Produtivos e Metrologia – Bloco I
Robótica – Bloco I
Eletrotécnica, Energia e Automação Industrial – Bloco I
Atelier de Arquitetura I
Atelier de Arquitetura II
Atelier de Arquitetura III
Atelier de Arquitetura IV
Atelier de Arquitetura V
Atelier de Conforto Ambiental e Maquetaria

Fonte: Primária (~~2021~~) (2022)

Atualizações em *vermelho e itálico*, e o tachado deve ser excluído

Art. 11.º Esta resolução entra em vigor nesta data.

Joinville, 15 de dezembro de 2022.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE)
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ALEXANDRE CIDRAL
PRESIDENTE